

COLEÇÃO *Bahianas*

Ivia Alves, Maria de Lourdes Scheffler,
Petilda Serva Vazquez e Silvia de Aquino (Orgs.)

Travessias de gênero na perspectiva feminista



EDUFBA

The eighth and largest region in



TRAVESSIAS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA FEMINISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**
FFCH/UFBA



NEIM

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Diretora

Márcia Macêdo

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

vice-diretora

Silvia Lúcia Ferreira

Conselho Editorial

Comissão Editorial

*Alda Britto da Motta
Ana Alice Alcântara Costa
Cecília M. B. Sardenberg
Enilda R. do Nascimento
Ivia Alves
Silvia Lúcia Ferreira*

Titulares

*Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Niño El Hani
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
José Teixeira Cavalcante Filho*

Suplentes

Coordenação Editorial Executiva
*Eulália Azevedo
Ivia Alves
Maria de Lourdes Scheffler
Silvia de Aquino
Ângela Lima e Souza*

*Evelina Carvalho Sá Hoisel
Cleise Furtado Mendes
Maria Vidal de Negreiros Camargo*

Ivia Alves, Maria de Lourdes Scheffler,
Petilda Serva Vazquez e Silvia de Aquino (Orgs.)

Travessias de gênero na perspectiva feminista

COLEÇÃO *Bahianas*, 12

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2010

©2010 by Autores
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

Revisão e normalização
Vanda Bastos

A publicação deste livro contou com recursos da **Emenda Parlamentar** de autoria da Deputada Lídice da Mata.

Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores

NEIM

T781 Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivia Alves,
Maria de Lourdes Schefler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino,
organizadoras. – Salvador : EDUFBA/NEIM, 2010.
330 p. – (Coleção Bahianas; 12)

ISBN 978-85-886-8813-1
978-85-232-0781-6

1. Mulheres – Trabalho. 2. Feminismo. 3. Velhice – Aspectos sociais.
4. Representações sociais. I. Alves, Ivia. II. Schefler, Maria de
Lourdes. III.. Vasquez, Petilda Serva . IV. Aquino, Silvia de .

CDD – 305.4

Editora filiada à



NEIM
Rua Prof Aristides Nóvis
197 – Federação
40210-630 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3247-2800
www.neim.ufba.br

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

Primeira parte 🌿 **Análises e intervenções na sociedade**

13 POLÍTICAS PARA MULHERES *transversalizar é preciso*

Jussara Reis Prá

37 DA TRANSVERSALIDADE À TRANSVERSALIZAÇÃO DE GÊNERO *aportes conceituais e prático-políticos*

Cecília M. B. Sardenberg

75 O INSTITUTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO/INEIM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA *um relato das possibilidades de experiências transversais de gênero no ensino superior*

Iole Macedo Vanin

89 RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NAS TRAMAS DOS PODERES Ana Alice Alcântara Costa

103 GÊNERO E TRABALHO *desafios da intervenção nas atividades informais*

Iracema Brandão Guimarães

- 129 MULHER E TRABALHO
um sujeito da experiência de realização
Petilda Serva Vazquez
- 149 ACOLHIMENTO NO MOMENTO DO PARTO
uma possibilidade para as mulheres de salvador
Isa Maria Nunes, Mariza Silva Almeida e Maria José Souza Silva

Segunda parte 🍀 **Gênero e geração**

- 169 REVISITANDO O PAR RELUTANTE
Alda Britto da Motta
- 183 GERAÇÃO E MULHERES CHEFE DE FAMÍLIA
algumas notas de pesquisa
Márcia dos Santos Macedo
- 205 AS IDOSAS MOBILIZAM NOVOS SENTIDOS DE (CON)VIVÊNCIA
Eulália Lima Azevedo
- 227 MULHERES IDOSAS
solidariedade familiar e políticas sociais
Marcia Queiroz de Carvalho Gomes
- 243 POR ONDE ANDEI
memórias de uma velha agricultora assentada
Maria de Lourdes Novaes Scheffler, Cecília M. B. Sardenberg

Terceira parte 🍀 **Representações simbólicas e culturais**

- 271 A DUPLA MORAL EM ROUSSEAU OU
SOBRE A JUSTIÇA E O CUIDADO
*a fragmentação do afetivo e do racional
na dimensão ética e política*
Alexnaldo Teixeira Rodrigues, Elizete Passos
- 293 A INCLUSÃO DAS “DIFERENTES” NAS SÉRIES TELEVISIVAS
(mulheres em série 3)
Ivía Alves
- 311 O MUNDO DA INVESTIGAÇÃO PARA MULHERES COMUNS
as policiais em séries televisivas
Alvanita Almeida Santos
- 325 QUEM É QUEM

APRESENTAÇÃO

A Coleção Bahianas, publicação do NEIM/UFBA, vem, ao longo desses anos, apresentando os melhores ensaios, produtos de pesquisas acadêmicas individuais ou realizadas por grupos diretamente relacionados aos estudos de gênero e feminismo, no Estado da Bahia, que dialogam entre si ou apontam rumos e perspectivas para o estudo de gênero. Geralmente, as coletâneas são, como esta que se apresenta agora, produtos de mais um Simpósio, evento que é organizado anualmente e que conta com a contribuição de vários Núcleos de Estudo e Pesquisa.

A presente publicação reúne os principais trabalhos apresentados no *VIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero*, realizado em 2007, no qual o foco das discussões e debates confluíram para as questões relativas à *transversalização* do enfoque de gênero, tema que se inscreve no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento sustentável, educação, cultura, saúde, violência e direitos reprodutivos.

Os ensaios reunidos neste número da Coleção buscam explorar os diversos instrumentais teóricos e as práticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas e nos demais processos educativos, organizacionais, políticos, bem como no âmbito da cultura em

curso na nossa sociedade, que contemplam abordagens transversais articulando gênero a outras dimensões da vida social. A idéia é contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre os meandros do debate atual sobre *transversalização*, bem como a identificação de problemas e limitações à implementação dessa estratégia na construção da equidade de gênero. Vale, pois, considerar, a pertinência e oportunidade de disseminação desses conhecimentos, tanto na academia, e, principalmente, junto à comunidade.

A atualidade desse tema é, portanto, indiscutível visto que diz respeito à busca de mecanismos e estratégias analíticas, metodológicas e pedagógicas que visam o tratamento e a superação das desigualdades de gênero nos processos de desenvolvimento, bem como os processos subjacentes a essas desigualdades, persistentes em nossa sociedade. Estudos e debates nesse sentido tiveram como momento de expressão máxima a *IV Conferência Internacional da Mulher*, realizada em Beijing, China, em 1995, quando foi formulada e aprovada uma Plataforma de Ação que registrou significativos avanços para as lutas das mulheres. Nesse documento, deu-se ênfase à questão dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, reconhecendo-se, finalmente, dentre eles, os seus direitos sexuais e reprodutivos. Ademais, definiu-se a *equidade de gênero* como uma questão de relevância para toda a sociedade – e não apenas de interesse para as mulheres – afirmando-se ser da responsabilidade dos governos dos países signatários a construção de uma sociedade mais incluyente e mais justa. A Plataforma estabeleceu, além disso, como uma de suas principais metas, o *empoderamento* das mulheres, definindo a *transversalização do enfoque de gênero* (*gender mainstreaming*) como estratégia fundamental para a construção da equidade de gênero, comprometendo os referidos governos a se empenharem nesse processo. Para tanto, ressaltou a necessidade de se trabalhar a partir da *análise* e do *planejamento de gênero*, destacando a importância

do cômputo de estatísticas desagregadas por sexo como instrumento básico para o *mainstreaming*.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas refere-se a *gender mainstreaming* ou *transversalização de gênero* como “[...] processo de avaliação das implicações para homens e para mulheres, em qualquer ação planejada, incluindo-se legislação, políticas e programas, em todas as áreas e níveis” (ONU, 1997 apud SARDENBERG, 2006). Apesar dessa definição ser amplamente citada, Sardenberg (2006) considera que não existe consenso quanto ao que a *transversalização*, de fato, implica, tampouco no tocante aos procedimentos específicos para se implementar essa estratégia com sucesso. Para essa autora, ainda que se possa registrar experiências exitosas, as avaliações indicam uma multiplicidade de obstáculos à implementação de estratégias voltadas à *transversalização* do enfoque de gênero, que se encontram ancorados na própria resistência de planejadores e do pessoal envolvido com processos dessa natureza. Tal resistência pode ser atribuída, em grande parte, à falta de esclarecimento maior sobre os fundamentos teóricos e práticos desse enfoque.

A Coletânea está dividida em três grandes partes, nas quais se tentou aproximar os ensaios que dialogam entre si. A primeira parte refere-se aos ensaios que discutem intervenções na sociedade ou mesmo fazem a análise de intervenções já em desenvolvimento seja no campo do trabalho, do político ou da educação.

A segunda parte contempla ensaios que tratam sobre geração, enfocando principalmente as idosas e as relações com a família e as novas possibilidades de socialização.

Enfim, a terceira parte se dedica ao campo das representações e o plano simbólico da cultura, apresentando a análise da modelização do cotidiano e como vão sendo construídos modelos e performances nessa contemporaneidade.

Salvador, 2010.

Maria de Lourdes Novaes Scheffler e Ivia Alves

Primeira parte



Análises e intervenções na sociedade



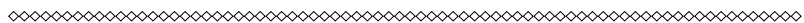
POLÍTICAS PARA MULHERES

transversalizar é preciso

Jussara Reis Prá¹

A legitimação e institucionalização de uma nova problemática não se dão no vazio, senão que têm lugar em sociedades concretas, com distintos graus de diversidade cultural, de densidade organizativa e de sistema político; com culturas políticas e desenvolvimento institucional específicos, e com distinto nível de desenvolvimento e de modernidade. As características próprias de cada país condicionam e impregnam então os processos estudados. As possibilidades de legitimar as desigualdades de gênero como problema público estão condicionadas econômica, política, legal e institucionalmente. (GUZMÁN, 2001, p. 5).

O texto em epígrafe serve para delimitar a temática da transversalização de gênero nas políticas públicas examinada neste artigo, abordagem hoje imperativa pela necessidade de contemplar



1 PPG em Ciência Política e Núcleo Mulher/UFRGS. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (gestão 1999–2003). Coordenadora Executiva do Centro Hygia. jussarapra@terra.com.br

as mulheres como sujeitos de direito e qualificar cenários institucionais voltados a promover e expandir a cidadania feminina. Já o aumento da participação das mulheres em processos decisórios reveste de significado o propósito de refletir sobre cenários orientados a conformar políticas para corrigir desigualdades históricas e promover a equidade de gênero. Tendo a mesma preocupação, retoma-se aqui o quadro esboçado em outra oportunidade quando se avaliava o impacto do aumento da participação das mulheres no espaço político, sinalizando para os desafios impostos à cidadania feminina em países como o Brasil e em outros da América Latina e Caribe.

Na ocasião, apontava-se o aprofundamento das desigualdades em países com graves problemas estruturais (distribuição irregular de acesso à educação, riqueza, poder e recursos naturais) como indicador da debilidade das instituições públicas e do desgaste das formas convencionais de participação e representação política. Igualmente, atribuía-se à adoção de modelos de corte neoliberal o arrefecimento das iniciativas do poder público de gerar projetos capazes de promover a cidadania e completar o ciclo de construção democrática na periferia do mundo desenvolvido (PRÁ, 2001; 2004).

Ao prosseguir essa avaliação, compete lembrar o fato de, no curso das duas últimas décadas do século vinte, a maior parte dos países da região latinoamericana ter experimentado processos de reestruturação política, desequilíbrio econômico e de violação dos direitos humanos (individuais e coletivos), além de procedimentos controversos de desregulamentação da economia, de reestruturação produtiva e de privatizações, dilemas vividos no continente que se somaram ao da inserção dependente de seus países no contexto de mundialização neoliberal (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003).

Na mesma região, desencadearam-se processos de reforma do Estado que, em tese, deveriam redefinir funções estatais, reparar

deficiências históricas e responder a exigências sociais, econômicas, políticas e culturais impostas pelo cenário de globalização. O Estado, no entanto, teve pouco êxito em propiciar bem-estar social e participação cidadã, negligenciando, assim, um dos preceitos básicos da noção de governabilidade democrática. Daí resultaram instituições políticas de face menos democrática e mais autoritária, portanto, restritas na capacidade de interagir com a sociedade e de responder às demandas por ela geradas (VALENTE, 2000).

A principal crítica a essa realidade ressalta o fato de a (re)estruturação do poder na América Latina ter se limitado a resgatar os aspectos formais da política. Assim, enquanto esforços eram canalizados na legalização das instituições políticas (normas e procedimentos) havia menor interesse em averiguar como isso afetava o cotidiano das pessoas ou o baixo nível de direitos e de justiça social por elas usufruído (BAREIRO, 2000, p. 24). Isso, em parte, explica o investimento em políticas sociais ter ficado aquém do necessário ou do esperado, sendo-lhes destinado papel secundário em agendas de governo cujas pautas priorizavam interesses econômicos e de mercado.

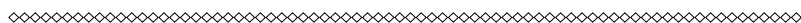
Como esclarece Virgínia Vargas Valente, em referência a Manuel Castells, a substituição da ideologia de nação pela de mercado coloca sob suspeita os Estados nacionais movidos por “orientações e prioridades do modelo neoliberal que tendem a privilegiar o mercado como o regulador de relações e interações sociais, ao mesmo tempo em que minimizam o Estado em suas funções integradoras” (2000, p. 39). Paradoxalmente,

[...] os processos de governabilidade e de reforma do Estado – apoiados muitas vezes por impulsos externos, especialmente de organizações multilaterais e bilaterais, assim como por pressões da sociedade civil organizada – abriram espaços mais sensíveis a novas práticas cidadãs. (VALENTE, 2000, p. 1).

Os movimentos de mulheres e, em especial, os feministas, souberam capitalizar tais pressões na crítica à discriminação de gênero e na busca de espaços na agenda política para garantir a plena cidadania das mulheres.

Por esse prisma, examina-se o tema da transversalização de gênero nas políticas públicas para dimensionar a sua natureza e significado e, também, ressaltar impasses e perspectivas a passar a adoção desse tipo de enfoque no Brasil. Por transversalização, entende-se a integração do aporte de gênero à agenda política e aos processos decisórios, por meio de ações políticas integradas, pressupondo intervenções conjuntas no plano econômico, político, social ou cultural, seja em esfera nacional, seja em âmbitos regionais, estaduais, locais ou comunitários. A transversalização de gênero também pode ser tida como modelo alternativo de gestão pública com potencial de modificar padrões de relacionamento entre governantes e governados/as². Dito de outra maneira, trata-se de um modelo de gestão capaz de ampliar e enriquecer “as formas de fazer política, a concepção de cidadania e de direitos e a relação entre os Estados, os governos supranacionais e as sociedades civis” (GUZMÁN, 2001, p. 8). Tal positividade, porém, não elimina a natureza complexa dessas interrelações, motivo pelo qual registrá-las e interpretá-las continua sendo um debate em aberto para a análise social e política.

Neste artigo, interessa investir nesse debate realçando a natureza e o significado de ações institucionais voltadas para garantir os direitos humanos das mulheres, a igualdade social e a equidade de gênero³. Especificamente, pretende-se destacar o significado



- 2 Esse modelo tende a ter expressividade e potencial afirmativo nas “estruturas de intermediação entre o Estado e as mulheres (conselhos e comissões de trabalho) e de instâncias dentro dos estados (ministérios, secretarias, comissões interministeriais) que pressionam a favor da coordenação dos distintos setores estatais na elaboração e realização de políticas com enfoque de gênero” (GUZMÁN, 2001, p. 26).
- 3 Cabe aqui distinguir igualdade de equidade de gênero. Igualdade é dotar mulheres e homens das mesmas condições, tratamento e oportunidades. Equidade também é dar condições,

da inclusão da perspectiva de gênero na agenda política de países periféricos e refletir sobre as características desse processo e, para tanto, busca-se subsídios em avaliações acadêmicas resultantes de pesquisas e estudos de gênero direcionados à gestão estatal e às políticas públicas. No âmbito teórico, parte-se de um marco fundado em estudos feministas que tratam das relações de gênero e de poder, enfocando-as pela ótica da ciência política.

Estima-se, assim, somar essa reflexão a outras que examinam estratégias destinadas a promover a igualdade entre mulheres e homens, realçando a sua importância e apontando os limites para a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas com perspectiva de gênero. Isso implica em ponderar que, se

[...] a inclusão dos temas de gênero é produto fundamentalmente do esforço do movimento de mulheres, sua assimilação ao debate público por outros atores está condicionada pelo contexto político global e pelas concepções e valores vigentes. (GUZMÁN, 1997, p. 1).

Na atualidade, como sugere Virginia Guzmán, existem condições no contexto e no debate político para propor a equidade de gênero como tema político e incluí-la no desenho de políticas públicas. Independente disso, o impacto de dinâmicas como essa não pode ser avaliado em si mesmo, posto estar relacionado a processos mais amplos, expressos tanto pelo nível de institucionalidade democrática de um país como pelo grau de densidade e autonomia sociais ou pela existência de canais democráticos de relação entre Estado e sociedade. Sendo assim, a adoção da perspectiva de transversalidade de gênero representa um novo marco de referên-

tratamento e oportunidades iguais a mulheres e homens, porém ajustados às características ou às situações especiais (sexo, gênero, classe, etnia, idade, religião) dos diferentes grupos, de tal modo que seja garantido a todos o acesso a recursos, recompensas e oportunidades (FAO, 1996). Equidade, portanto, é o usufruto equitativo de todos os bens sociais, sem o propósito de que mulheres e homens sejam iguais, senão que, na vida, suas oportunidades sejam e permaneçam iguais.

cia na elaboração de políticas e o reconhecimento da capacidade das mulheres de interlocução com o Estado e de participação nos espaços públicos (lôcus de geração das demandas sociais). Como enfatiza a autora, orientações dessa natureza permitem pensar em mecanismos para enfrentar a pressão e a exclusão de quem tem menos poder e, ao mesmo tempo, “analisar o sentido das ações do Estado em relação à produção, reprodução ou transformação das relações de gênero” (GUZMÁN, 1997, p. 2).

Dito isso e em atenção ao propósito de refletir sobre a natureza e o significado da transversalização de gênero, examina-se, a partir daqui, alguns marcos conceituais do processo de instrumentação de políticas públicas na América Latina, focando o modelo de desenvolvimento adotado a partir do decênio de 1950 e o seu impacto sobre a cidadania feminina. Na sequência, aborda-se algumas conexões entre feminismo e políticas públicas, destacando a pertinência de substituir o viés assistencialista das políticas para mulheres pelo aporte de gênero, com atenção ao caso brasileiro. Por fim, demarca-se limites impostos a esse enfoque, tendo em vista as possibilidades de incidir na composição de uma agenda de gênero voltada a transformar “as relações na sociedade, entre a sociedade e o Estado e no Estado” (BAREIRO, 2000, p. 27).

Cidadania feminina e gestão pública

Em se aceitando que o Estado e suas políticas públicas refletem e reproduzem valores, normas e posturas sociais, incluindo percepções de feminino e masculino, é correto afirmar que o tratamento dado às questões da mulher ou à equidade de gênero é condicionado por tendências globais e regionais, por modelos de crescimento econômico e pelos projetos sociais e políticos seguidos por cada país. Já o aporte das mulheres a esse modelo, os avanços nos seus direitos e a difusão dos estudos feministas vêm

contribuindo na redefinição do relacionamento entre Estado e Sociedade, realidade, sem dúvida, a ser creditada à visibilidade e legitimidade adquirida pelo movimento de mulheres nas duas últimas décadas do século vinte, bem como ao tipo e à qualidade do conhecimento produzido sobre as relações de gênero (CENTRO...; ORGANIZAÇÃO..., 2002).

Nesse marco, as políticas públicas, se entendidas como linhas de ação coletiva e de concretização de direitos sociais declarados e garantidos em lei (PEREIRA, 1994), representam um campo fértil de análise para identificar relações entre Estado e sociedade e são, também, bons indicadores para medir o grau de democratização da cidadania. Desse modo, as políticas públicas podem ser vistas como fruto de um “conjunto de processos mediante os quais as demandas sociais se transformam em opções políticas e em tema de decisão das autoridades públicas” (GUZMÁN; LERDA; SALAZAR, 1994, p. 1). Assim, devem ser aceitas como produto de determinado contexto cultural e econômico, tributário de estruturas de poder e de projetos políticos específicos. Portanto, sua concretização demanda um longo processo no qual emergem concepções e valores sobre a temática, tensões e divergências de prioridades entre atores de distintos cenários (locais ou nacionais), incluindo o impacto de organismos internacionais, bem como de instrumentos e mecanismos normativos por eles promovidos (GUZMÁN; LERDA; SALAZAR, 1994, p. 1).

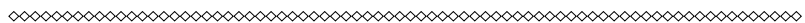
No caso das políticas de gênero, tal processo é delimitado por tensões e reações e por atores e instituições envolvidos na sua efetivação. Logo, a prioridade concedida a uma agenda de gênero no âmbito do Estado além de sujeita à pressão social e à vontade política, depende de existir maior ou menor consenso internacional quanto à necessidade de sua execução. Tal agenda, então, tanto pode ser lida pela ótica da cidadania quanto pela de forças econômicas orientadas por ideais de modernização e crescimento econômico, desvinculados de aspectos sociais e humanos. O modelo de

crescimento adotado em países como o Brasil e na América Latina se encaminhou nessa última direção e nele incluiu as mulheres.

Considerado o contexto da segunda metade do século XX, pode-se argumentar, seguindo Line Bareiro (2000)⁴, ter o processo de industrialização e, em especial, de substituição de importações, possibilitado a inserção de mulheres na esfera produtiva e, por conseguinte, o acesso aos benefícios sociais do Estado. Não obstante, o papel reprodutivo feminino referencia a elaboração das políticas da época restrita às áreas de educação, saúde, nutrição, planejamento familiar e economia doméstica, compatíveis com as funções de mãe e esposa (SANTOS, 2002).

A participação das mulheres na esfera privada e a sua contribuição econômica começam a ser objeto de avaliação apenas ao final da década de 1960, justo quando se acerba o viés econômico do ideário desenvolvimentista. Datam daí algumas propostas de ações afirmativas ou compensatórias (oportunidades de empregos e educação), visando superar as desvantagens das mulheres e corrigir desigualdades entre os sexos. Tais ações, porém, ficam na fase da elaboração de projetos, muitos dos quais vindo a se efetivar, apenas, em meados da década de 1990. Afinal, “elas” continuavam sendo vistas “como receptoras de programas de bem-estar e não como sujeitos de desenvolvimento e cidadãs com direitos plenos” (BAREIRO, 2000, p. 21).

O “novo feminismo”, originário do período, traz à tona questionamentos e reivindicações da pauta futura das políticas públicas de gênero, de início, fruto de pequenos grupos de reflexão e, mais tarde, de redes e organizações coletivas. Com isso, as latinoamericanas impulsionam formas de articulação expressivas e

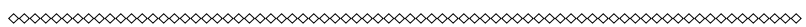


4 Line Bareiro (2000) faz oportuno apanhado histórico sobre o processo político latino-americano, examinando estados indígenas e coloniais; oligárquicos e liberais; revolucionários, reformistas e populistas; militares-ditatoriais e os das novas democracias, visando preencher o que considera uma lacuna do movimento e pensamento feministas, ou seja, a falta de análises sobre a natureza do Estado.

inovadoras, empreendendo dinâmicas transnacionais durante reuniões, seminários, encontros e campanhas conjuntas, seguindo datas agendadas a partir de um crescente calendário feminista (BAREIRO, 2000). Já na última década do século XX, como esclarece Valente (2000), uma agenda estatal pautada pela lógica da modernização econômica e da democracia de cunho neoliberal exige dos movimentos sociais e dos feministas, em especial, estratégias para fazer frente a esse cenário. É quando, em resposta ao modelo desenhado na década anterior, ao lado das noções de “qualidade total” e de “eficiência”, são forjados os conceitos de “autonomia” e “empoderamento”, os últimos como expressão da crítica feminista à discriminação das mulheres.

Entre o final dos anos de 1980 e início dos 90, a expansão do neoliberalismo e da globalização, ao lado da difusão do ideário feminista, é capaz de gerar, ao mesmo tempo, novas oportunidades e novas vulnerabilidades⁵ (CENTRO...; ORGANIZAÇÃO..., 2002). Como explicita Santos, embora, na década de 1990, a integração da perspectiva de gênero adquira expressão pública, as condições são pouco favoráveis para permitir tratamento equitativo entre mulheres e homens. Nesse momento, prevalece “a tendência à tecnocratização da perspectiva de gênero, ou seja, de se utilizar o conceito como um instrumento meramente técnico” (2002, p. 82). Para a autora, tal abordagem é problemática porquanto, na prática, pode comprometer o empoderamento das mulheres.

Dos contextos acima aludidos interessa realçar que “o sentido da palavra desenvolvimento vem mudando, numa relação direta com o avanço da perspectiva de democratização das sociedades” (SANTOS, 2002, p. 80). Como sintetizam Tânia Zapata e Silvana Parente (2004), se, entre os anos 50 e 60, o capital físico e a infraestrutura



5 Vulnerável em versão literal é o lado ou o ponto fraco pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido. Dessa perspectiva, a discriminação é um dos determinantes da vulnerabilidade das mulheres; outras situações como as de desarticulação ou o impacto de variáveis como raça, classe ou idade, também tornam as mulheres mais vulneráveis.

eram vistos como as principais vias de acesso ao desenvolvimento, a marca dos anos 70 é a percepção dos limites desse capital e o reconhecimento (pelo menos retórico) da necessidade de promover políticas públicas (saúde e educação), para aumentar o bem-estar e a renda das populações menos favorecidas. Na mesma sequência, as autoras apontam os anos 80 como o período no qual, passada a crise da dívida e a recessão mundial, o foco recai na gestão econômica e na liberalização dos mercados. Finalmente, localizam nos anos 90 o único momento em que os governos passam ao centro dos debates, alertando, porém, para a posição secundária que ocupam como responsáveis pela estabilidade e ajuste fiscal. As autoras complementam a avaliação sinalizando para o surgimento de uma nova etapa histórica do desenvolvimento na qual o ser humano começa a ser tido como o seu eixo central. Em vista disso, advogam que:

O modelo econômico neoliberal - atualmente em vigor e ainda hegemônico em nível mundial, baseado no princípio da eficiência, no objetivo de maximizar o bem-estar econômico, e na presença do Estado mínimo - passa a ser questionado por um novo paradigma de desenvolvimento centrado no ser humano, e que tem como princípio a equidade, como objetivo a ampliação das oportunidades e capacidades, com a presença estratégica do Estado democrático, como forma de garantir o equilíbrio entre as forças do mercado e os direitos humanos fundamentais. (ZAPATA; PARENTE, 2004, p. 1).

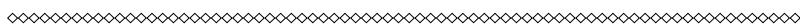
Na mesma direção, para Graciete Santos “hoje, desenvolvimento representa a transformação das relações sociais, econômicas, de gênero, de poder, enfim, de transformação da forma de pensar a vida das pessoas e da Natureza” (2002, p. 80). Lembra, no entanto, que, por essa questão estar localizada mais no campo conceitual do que no da cultura ou da prática política, “o enfoque das políticas de desenvolvimento continua profundamente marcado pela perspectiva econômica, num reflexo direto da aceleração do processo de globalização”. Contudo, como assinala Jacqueline Pitanguy:

Em contraposição ao avanço da globalização econômica, na década de 1990, orientada pelos preceitos do consenso de Washington, que incluíam privatização, desregulamentação do Estado e mercado livre, outro processo, também ligado à transnacionalização, vem ocorrendo, desde a metade do século passado. Trata-se do processo de universalização dos direitos humanos, no qual os movimentos de mulheres desempenharam papel definitivo. (2003, p. 33).

Nesse cenário complexo, compete às mulheres e ao feminismo garantir as conquistas obtidas ao longo do século passado, dentre as quais a de ter tornado pública a discriminação da mulher, obtendo reconhecimento de suas demandas e evidenciando a urgência de criar e manter políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e da equidade de gênero. Como expressa Sonia Montaño (2003, p. 16), neste novo século cabe às mulheres “fazer frente à cultura institucional de relacionamento intersetorial e aos pressupostos culturais que obstaculizam o desenho das políticas públicas”. Daí o desafio de superar as lógicas assistencialistas de políticas tidas como “gastos” nas mulheres, pela visão de investimento social, portanto, contemplando a conexão da transversalidade de gênero nas políticas públicas⁶.

Transversalização de gênero: do assistencialismo ao investimento social

Enfocar o tema da transversalização de gênero nas políticas públicas requer aprofundar os comentários feitos ao iniciar este artigo com esclarecimentos adicionais acerca dos sentidos e sig-



6 Investimento social com aporte de gênero requer o compromisso das partes envolvidas em determinada política pública de investir recursos (humanos e materiais) em benefício de mulheres e homens para promover o desenvolvimento humano sustentado (garantia da continuidade de resultados e ações). Dessa ótica, as políticas públicas têm como fim último viabilizar a expansão da cidadania e dotar o conjunto da sociedade de condições dignas de existência.

o aparato político, descartando a possibilidade de aí existirem formas e áreas neutras em relação ao gênero.

Quanto à aplicabilidade do conceito de transversalidade de gênero, o termo emerge do contexto de mobilização dos movimentos de mulheres no cenário internacional, em resposta ao descaso das instituições políticas frente à realidade de discriminação das mulheres. A intenção de incidir na melhoria das condições de vida do segmento feminino encontra fundamentos na *Primeira Conferência Mundial de Mulheres*, em 1975, no México, propósito reiterado nas conferências de Copenhague (1980), Nairobi (1985), Beijing (1995) e Beijing+5 (2000) e assegurado, em 1979, na *Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convention on the Elimination of Discrimination against Women)* - (CEDAW). Não obstante, a partir do encontro de Beijing (1995), a noção de transversalidade de gênero passa a ser utilizada para contemplar as situações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas pelas mulheres. Também deriva daí a apreciação sobre as implicações jurídicas e administrativas dessa situação, incluindo aspectos relacionados ao trabalho, à remuneração, saúde, segurança social, educação, bem como à divisão de responsabilidades profissionais e familiares e à paridade nos processos decisórios (BANDEIRA, 2005, p. 170).

Na Plataforma de Ação elaborada em Beijing (1995), a integração das questões de gênero às políticas públicas é claramente definida como estratégia mundial. A Plataforma representa o compromisso de 189 países membros das Nações Unidas na atuação prioritária em doze áreas críticas para a promoção da mulher, a saber: pobreza; educação e capacitação; saúde; violência contra a mulher; conflito armado; economia; poder e participação no processo decisório; mídia; direitos humanos; meio ambiente; meninas; e mecanismos institucionais para assegurar a igualdade de gênero.

O acordo firmado perante a comunidade internacional e o compromisso de prestar contas dos avanços obtidos nas matérias definidas na Plataforma, expressam a importância de conhecer e avaliar a situação mundial em temas cruciais para a paz e a convivência entre as nações, mas, também, para a sobrevivência da humanidade no planeta. Além do mais, conhecer a orientação e as tendências prevaletentes no desenvolvimento humano em âmbito global passa a ser referência indispensável acerca da situação de cada país e dos desafios pendentes para alcançar o bem-estar de suas gerações presentes e futuras, como explicitado no documento emitido na Conferência:

O avanço das mulheres e a obtenção da igualdade entre mulheres e homens são facetas dos direitos humanos e condição para a justiça social e não devem ser tomados isoladamente, como uma questão de interesse apenas das mulheres. São o único meio de construir uma sociedade viável, justa e desenvolvida. A potencialização das mulheres e a igualdade de gênero são pré-requisitos essenciais para se alcançar a segurança política, social, econômica, cultural e ambiental entre todos os povos. (CONFERÊNCIA..., 1995, Art. 41).

A partir desse referencial, muitos dos planos de igualdade de oportunidades elaborados e postos em prática, desde então, em diferentes países, ressaltam o respeito às especificidades locais e regionais e trazem como inovação a perspectiva da transversalidade de gênero. Com tal enfoque, fica prevista a inclusão das políticas de gênero, de forma horizontal, no conjunto de ações do governo, seja nacional, estadual ou municipal.

A Conferência de Beijing (1995) tornara evidente a predominância de medidas de pequeno alcance no conjunto de políticas públicas de diferentes países, porquanto pouco orientadas à igualdade de oportunidades e à equidade entre mulheres e homens. Mudanças conceituais adquirem mais força e clareza a partir do evento, tornando-se perceptíveis, dado o processo de

transformação nos conteúdos das políticas públicas estimulado pelo aporte de gênero. Desde então, se intensificam os esforços por superar o caráter marginal de políticas tidas, de início, como responsabilidade exclusiva dos mecanismos de defesa dos direitos da mulher. Hoje os recortes de gênero já tendem a integrar agendas políticas nacionais, com uma visão de processo de médio e longo prazo e de estratégias e ações voltadas à equiparação entre os sexos. Em decorrência disso, atualmente, reivindicações com apoio institucional, projeção no tempo e abrangência nacional para afetar positivamente o conjunto da população e não apenas grupos específicos têm mais força e legitimidade para se constituírem e se caracterizarem como políticas de Estado.

Dessa perspectiva, a agenda dos movimentos de mulheres irá comportar temas diversos e voltados a áreas de atuação específicas como violência doméstica, direitos sexuais e direitos reprodutivos, educação, trabalho e participação política, porém, nem sempre obtendo reconhecimento social ou potencialidade como objeto de políticas públicas. Debates travados em torno da questão dos direitos reprodutivos, por exemplo, sempre tiveram menor aceitação do que aqueles voltados à luta contra a violência doméstica, a última, alvo do movimento de mulheres desde a sua constituição (PITANGUY, 2003).

Como compartilhado em análises recentes (SANTOS, 2002; PITANGUY, 2003; BANDEIRA, 2005), as estratégias de igualdade de oportunidades e equidade de gênero ainda não foram suficientes para fazer frente às barreiras culturais impostas à obtenção da cidadania plena das mulheres, uma situação que inclui, particularmente, populações femininas do meio rural, de grupos afro-descendentes, de periferias urbanas ou de menor escolaridade e poder aquisitivo. Com isso, não se desconhece a validade de programas de inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento, posto terem trazido saldos positivos em diversas ocasiões.

Todavia, um rápido balanço das experiências em defesa dos direitos da mulher, seja no Brasil seja em outros países da América Latina, evidencia serem ainda necessárias muitas intervenções para superar o enfoque de políticas públicas dirigidas às mulheres em favor de abordagens orientadas pela perspectiva de gênero, tema este tratado a seguir.

No Brasil, a Constituição de 1988 é um dos demarcadores da luta pelos direitos humanos das mulheres ao definir a ampliação da participação popular na formulação de políticas públicas. Nesse mesmo contexto, registra-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, responsável pela mobilização feminina durante o processo de elaboração da nova Carta Constitucional e pela formulação do documento “Estratégias de Igualdade” (1997), contribuição das brasileiras ao cumprimento das recomendações da Plataforma de Ação de Beijing.

Oportuno é, também, destacar a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), em 2002, transferida para o âmbito da Presidência da República e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003. No mesmo ano, é instituída a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), somando-se a diretriz de promoção da igualdade racial à da igualdade de gênero. De destacar, também, entre iniciativas afins, ações como a de Segurança Alimentar e Nutricional - Programa Fome Zero - e as do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), orientado para trabalhadores/as de baixa renda e baixa escolaridade e à inclusão cidadã, no mundo do trabalho, das populações mais sujeitas à discriminação e mais vulneráveis, social e economicamente, como é o caso do segmento feminino da população brasileira (BANDEIRA, 2005, p. 171).

Na mesma conjuntura, em resposta à ação inovadora compartilhada por organizações não-governamentais (ONGs), fóruns e redes da sociedade organizada, o Estado incorpora a transver-

idades; 3) vida sem violência (doméstica e sexual); 4) independência econômica e divisão do trabalho doméstico; 5) rede de creches e equipamentos públicos; 6) trabalho remunerado; 7) tempo para lazer e cultura; e 8) geração de renda – garantia de aprendizado de outras tarefas além das tradicionais femininas como costurar ou cozinhar (SILVEIRA, 2003).

Destarte, cumpre mencionar o fato de ações e programas governamentais ainda se pautarem por ideologias, práticas e percepções patriarcais – impermeáveis à visão de gênero. Sem detalhar tais orientações, vale lembrar representarem elas um conjunto de desafios ainda se interpondo à possibilidade de concretização de políticas públicas orientadas pela perspectiva de gênero.

O Quadro 1 permite visualizar o conteúdo a diferenciar programas ou projetos voltados especificamente às mulheres daqueles derivados do aporte de gênero.

POLÍTICAS PÚBLICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS ÀS MULHERES
Formas de Intervenção estatal que promovem a autonomia e a cidadania ativa das mulheres	Formas de intervenção estatal baseadas no assistencialismo
Motivam a mudança dos papéis e estereótipos tradicionais de gênero	Não levam necessariamente em conta a discriminação e podem atuar como reforço dos papéis e estereótipos tradicionais
Tornam visível na sociedade a discriminação da mulher.	Ocultam a desigualdade por trás de medidas supostamente dirigidas à melhorar a condição das mulheres
Transversais a todas as áreas e níveis de governo	Circunscritas a uma área estatal específica
Requerem uma “massa crítica” de funcionários/ as e políticos/as conscientizados/as com a perspectiva de gênero	Podem ser desenvolvidas por funcionários/as que não tenham refletido sobre as desigualdades e suas consequências
Atuam como estímulo para reformar e modernizar o aparelho estatal	Podem adaptar-se ao funcionamento clássico do Estado
Incorporam os aportes da sociedade civil na definição, execução e avaliação das ações	Geralmente não contemplam espaços compartilhados com a sociedade civil

Quadro 1 – Enfoques de Políticas Públicas

Fonte: Quadro elaborado com base em Noemi Aumedes (2001, p.113, grifo meu).

O exposto evidencia a interdependência entre as políticas públicas e as relações de gênero dominantes, assim como a necessidade de incidir, efetivamente, na definição de ambas. Enfim, o Estado e as suas políticas contribuem para configurar as relações de gênero no interior da sociedade enquanto essas servem para configurar o tipo de Estado. Relembrando o conteúdo do texto em epígrafe, tudo leva a sustentar que a inclusão da perspectiva de gênero na agenda política vai depender do impulso da sociedade, das mulheres e do feminismo, assim como da vontade explícita da gestão pública de promover a equidade em termos de recursos, direitos civis, participação, posições de poder e autoridade e da valorização social de mulheres e homens.

Agenda política de gênero: limites e possibilidades

Romper as fronteiras políticas da exclusão social na periferia do mundo desenvolvido, bem marcante em relação às mulheres, implica em desenvolver modalidades de ação política capazes de incorporar os aportes da sociedade para promover a cidadania das mulheres e a equidade de gênero. Nesse marco, a elaboração, coordenação e implantação de políticas orientadas pelo enfoque de gênero outorgam vigência e importância a uma temática capaz de promover tanto o fortalecimento da democracia como a construção de um projeto de sociedade capaz de garantir o desenvolvimento humano, a ampliação da cidadania e a justiça social.

Avaliações substantivas dos procedimentos, alcances, resultados e impactos dos diversos planos de ação enfocando a equidade de gênero, no entanto, ainda são insuficientes. Mesmo assim, se processos como os da transversalização de gênero nas políticas públicas apresentam limites e riscos desde sua implementação até a sua evolução, é certo que tornam as mulheres mais visíveis, le-

gitimam suas ações e reivindicações e permitem a incorporação na agenda pública de temas normalmente não considerados prioritários. Ademais, podem integrar homens e mulheres no debate sobre as formas de relacionamento social entre os gêneros (BRUENA; GONZÁLEZ, 2001).

Nesse marco, pode ser situado o debate acerca da importância de desenvolver e aperfeiçoar mecanismos e estratégias para transversalizar o enfoque de gênero nas políticas públicas, em suma, procedimentos capazes de incidir, a um só tempo, no desenho, elaboração, execução e avaliação de políticas públicas de gênero. Isso significa enfrentar desafios e dentre eles:

- Romper com visões políticas tradicionais.
- Buscar a equidade de gênero em todos os âmbitos da sociedade, partindo do espaço doméstico, passando pelo mundo do trabalho e chegando à esfera política.
- Privilegiar políticas públicas de enfrentamento às desigualdades em função de raça, origem étnica, crença religiosa, deficiência, geração ou orientação sexual, visto serem as mulheres discriminadas em razão do seu pertencimento a qualquer desses grupos e, também, por sua condição de gênero.
- Melhorar a capacidade de obtenção de dados estatísticos em questões de gênero, na coleta de informações e de indicadores comparáveis entre grupos e segmentos sociais, incluindo dados novos e de melhor qualidade.
- Institucionalizar a equidade nas políticas públicas, de forma a transversalizar o enfoque de equidade de gênero e raça/etnia no planejamento do conjunto de ministérios, secretarias de estado e de municípios.

Afinal, na procura de uma situação social equitativa muito foi conquistado, todavia, um longo caminho precisa ser percorrido para superar a discriminação e a exclusão histórica às quais conti-

nuam submetidas muitas mulheres. Apesar da expressividade dos avanços obtidos, dentre eles o de tornar públicas as desigualdades de gênero e registrá-las em uma agenda compartilhada por diferentes países, não foram eliminadas as tensões e as exclusões que acompanham a participação das mulheres em sociedade (PRÁ, 2001). Contudo, fica como legado dessa participação o aprendizado do exercício da cidadania em defesa dos direitos humanos das mulheres e da equidade de gênero, mas também, o desafio de recortar ou transversalizar as políticas públicas com a perspectiva de gênero.

Referências

- AUMEDES, Noemi. El desafío de construir espacios. In. SEMINARIO REGIONAL CIUDADES: *Planificando la igualdad*. Unidad Temática Género e Municipio. Montevideo, Uruguay: FESUR, ago. 2001. p. 113-117.
- BANDEIRA, Lourdes M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005. p. 169-193.
- BAREIRO, Line. El estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. In: MEMORIA DEL II SEMINARIO REGIONAL. *De poderes y saberes: debates sobre reestructura política y transformación social*. Montevideo: Doble clic/DAWN/REPEM, 2000. p. 11-32.
- BRUENA, Silvana; GONZÁLEZ, Mariana. Democracia en todos los planos. In. SEMINARIO REGIONAL CIUDADES: *Planificando la igualdad*. Unidad Temática Género e Municipio. Montevideo, Uruguay: FESUR, ago. 2001. p. 73-95.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação de política social na América Latina. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 2, v. 2, n. 2, p. 5-24, 2003.
- CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN SOBRE FORMACIÓN PROFESIONAL - CINTERFOR/OIT. *La condición*

paradigmática de la política pública de equidad de género, 2002. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy>>. Acesso em: 19 set. 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. *Vocabulário referido a gênero*. Guatemala, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 23 set. 2007.

GUZMÁN, Virginia. La equidad de género como tema de debate y de políticas públicas. In: FORO INTERNACIONAL SOBRE CIUDADANÍA, GÉNERO Y REFORMA DEL ESTADO. *Feminismo en transición; transición con feminismo. Memoria...* México: Grupo de Educación con Mujeres, 1997.

GUZMÁN, Virginia. *La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Serie Mujer y Desarrollo n. 32.

GUZMÁN, Virginia; LERDA, Sandra; SALAZAR, Rebeca. *La dimensión de género en las políticas públicas*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer - CEM, Santiago de Chile, 1994.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline; MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de gênero, um modelo para armar: o caso do Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45, p. 7-21. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em: 15 mar. 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências*. Brasília: NEPOS/CEAM/UnB, 1994.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline; MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de gênero, um modelo para armar: o caso do Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45, p. 23-40. Disponível em: <www.eclac.cl>.

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER. *Plataforma de Ação de Beijing*. Beijing, 1995.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, 2001. p. 173-208.

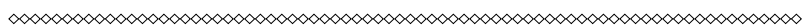
- PRÁ, Jussara Reis. Políticas de gênero, feminismo e novas institucionalidades. In: NAZZARI, Rosana Kátia. (Org.). *Temas de Ciência Política*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004. p. 223-243.
- SANTOS, Graciete. Gênero e desenvolvimento. In: SANTOS, Graciete (Org.). *Gênero e desenvolvimento rural: manual de orientação para os agentes da reforma agrária*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2002.
- SILVEIRA, Maria Lúcia da. *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade*. Trabalho preparado para a URBIS 2003 – Congresso Internacional de Cidades. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal: o Governo da Cidade do ponto de vista das mulheres – Trabalho e Cidadania Ativa. Mesa 1– Estado e Políticas Públicas: a construção da igualdade. São Paulo, Anhembi, 22 e 23 de julho de 2003 realizado em parceria com o ILDES/ Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/.../Políticas_Genero_1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2007.
- STIEGLER, Barbara. *Gênero, poder e política: 10 perguntas e respostas sobre o conceito de “gender mainstreaming”*. Tradução Lucia Inês Santalices Rodrigues. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Versão preliminar organizada por Snmt/Cut e Fes, out. 2005. (mimeo).
- VALENTE, Virginia Vargas. *Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina*. In: PRESUPUESTOS NACIONALES PARA LA EQUIDAD. Quito, 2000. Disponível em: <www.unifem.org/docu.html>. Acesso em: 11 maio 2007.
- VALENZUELA, Malú. Desigualdad de género y pobreza en América Latina. In: PACHECO F. *Incorporación de género en las políticas de erradicación de la pobreza y generación de empleo in América Latina*. San José: OIT, 2003. p. 289-338.
- ZAPATA, Tânia; PARENTE, Silvana. *O desenvolvimento institucional e a construção de parcerias para o desenvolvimento local*. IDR, 2004. Disponível em: <www.idr.org.br/artigos/admin/arquivos/artigo11.php>. Acesso em: 22 jul. 2007.

da equidade de gênero e comprometendo os referidos governos a se empenharem nesse processo, nos seguintes termos:

[...] governos e outros atores devem promover uma política ativa e visível de transversalização da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas, de sorte que, antes de decisões serem tomadas, proceda-se a uma análise dos seus efeitos sobre mulheres e homens, respectivamente.³ (UNITED..., 1995, p. 27).

Para tanto, a Plataforma ressaltou ser de fundamental importância a análise e o planejamento de gênero, destacando a necessidade do cômputo de estatísticas desagregadas por sexo como instrumento básico para o *mainstreaming*. Contudo, não deixou claro o que isso significava, ou seja, não explicou o que se deveria entender por *gender mainstreaming*. Na verdade, mesmo depois de passada mais de uma década desde a aprovação desse documento, ainda não existe consenso quanto ao que *gender mainstreaming*, de fato, implica, tampouco no tocante aos procedimentos específicos para a implementação dessa estratégia com sucesso.

Por certo, circulam hoje dezenas de “manuais” de “como fazer” *transversalização*. Entretanto, com base em avaliações críticas da sua implementação em instâncias distintas e por diversas organizações, em diferentes países, muito se tem discutido quanto ao significado, eficácia e implicações dessa estratégia, sem, contudo, se alcançar um denominador comum.⁴ Mas, é evidente a preocupação em assegurar que a *transversalização* do enfoque de gênero não venha em pacotes de “tamanho único”, mas que se processe a partir de uma perspectiva flexível, adequada às especificidades dos contextos nos quais se desenrola, de sorte a promo-



3 Tradução nossa do original em inglês.

4 Veja-se, por exemplo, os vários artigos contidos na coletânea editada por Cornwall, Harrison e Whitehead (2007) que tratam dessa questão, alguns dos quais serão discutidos neste artigo. Veja-se, também, Portmann e Sweetman (2005), cujos artigos são referenciados no corpo deste trabalho.

ver maior participação e *empoderamento* das mulheres em todos os níveis.

Sem dúvida, tal preocupação tem fundamento. Em que pesem as experiências bem sucedidas, as avaliações sugerem não ser fácil implementar políticas e programas que, de fato, incorporem uma perspectiva de equidade de gênero. Há vários obstáculos a serem vencidos nesse processo, a começar pela resistência de planejadores e do pessoal envolvido ao reconhecimento da legitimidade e relevância das ações visando a *transversalização* do enfoque de gênero. Em várias instâncias, imperam, ainda, muitos mitos no que diz respeito à divisão do trabalho e às relações de gênero, bem como uma falta de esclarecimento maior sobre os fundamentos teóricos e práticos desse enfoque que poderia gerar um maior comprometimento do pessoal envolvido em tais programas com os objetivos postos.

Isso tem ficado claro no caso do Brasil. Conforme revelou um estudo recente de Lourdes Bandeira (2005), as instituições e órgãos públicos brasileiros, em sua grande maioria, se encontram não apenas “assentados em padrões tradicionais de gestão e planejamento” como, também, constituídos por agentes que ainda não se convenceram da relevância da perspectiva de gênero. Isso se torna patente na resposta de um gestor de um dos ministérios visitados, quando questionado sobre a forma pela qual essa perspectiva seria incorporada naquela instituição:

A senhora está pensando o quê! que aqui nós temos tempo para nos preocupar com essas coisas de feminismos e de mulheres? Aqui todas as políticas são universais, recobrem todas as pessoas. Então porque haveríamos de privilegiar as mulheres? (BANDEIRA, 2005, p. 36).

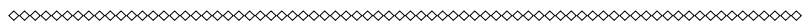
Note-se, também, que reina uma certa confusão, não apenas conceitual – por exemplo, no emprego indiscriminado dos termos *transversalidade* e *transversalização* de gênero – assim como

nos seus aspectos práticos. Na verdade, fala-se, por todo lado, da necessidade de transversalizar gênero nas políticas, mas pouco se esclarece sobre o que, de fato, se toma por *transversalização* e como proceder nesse sentido.

Neste artigo, proponho-me a adentrar os meandros do debate atual sobre *transversalização*, refletindo sobre os aportes teóricos, delineando seus aspectos práticos e identificando alguns dos problemas e limitações dessa estratégia na construção da equidade de gênero. Para tanto, acredito ser importante iniciar retrazando, ainda que brevemente, os caminhos percorridos na formulação das políticas internacionais em questão.

Da Cidade do México a Beijing: um breve histórico

O reconhecimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres não é algo necessariamente novo no panorama mundial. Ao contrário, esse princípio já constava no documento de criação da Organização das Nações Unidas (ONU), lavrado em 1945, sendo reafirmado na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.⁵ Contudo, por muito tempo, não se registrou qualquer preocupação maior em verificar qual o impacto do desenvolvimento econômico nas relações entre os sexos e, portanto, com a posição das mulheres nesse processo. As políticas eram, por assim dizer, “cegas” para as questões de gênero; na melhor das hipóteses, supunham que o desenvolvimento beneficiaria a todos de maneira igual, ou seja, “[...] que aquilo que beneficiaria um setor da sociedade (homens), automaticamente afetaria outro setor (as mulheres)” (WILLIAMS, 1999, p. 94).

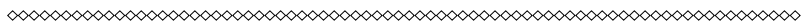


5 A análise mais aprofundada das diferentes convenções, conferências e planos de ação no tocante às questões de gênero e raça se encontra no documento n° 2, dessa série, intitulado “Análise dos Planos de Igualdade e Convenções/Mecanismos Internacionais”.

Nas duas décadas seguintes, as políticas voltadas para a questão das mulheres no desenvolvimento permaneceram no contexto da questão dos direitos humanos. Entretanto, “as mulheres eram vistas como objetos a serem protegidos ou como um grupo sobre o qual se faziam recomendações”⁶ (WILLIAMS, 1999, p. 94).

Em 1970, instigada por questões levantadas pela retomada dos movimentos feministas nos Estados Unidos e Europa, a economista dinamarquesa Ester Boserup publicou um estudo crítico sobre o papel da mulher no desenvolvimento - *Women's Role in Economic Development* -, que, além de logo se tornar um clássico do gênero na área acadêmica, trouxe uma significativa contribuição às discussões e questionamentos que, em tempo, engendrariam sensíveis mudanças nas políticas internacionais de desenvolvimento lideradas por agências da ONU e outras instituições afins.⁷

Nesse estudo, Boserup (1970, p. 5) demonstrou que as políticas até então em voga nessa área, por se apoiarem nos valores de uma ordem patriarcal, principalmente, em noções ocidentais de domesticidade feminina, contribuíram para o acirramento das desigualdades sociais entre homens e mulheres, na medida em que não reconheciam, tampouco apoiavam, a importante participação feminina nas atividades produtivas. Segundo a referida autora, as mulheres eram alienadas dos programas e projetos de desenvolvimento, o que, não raro, repercutia de maneira negativa nas comunidades beneficiárias, muitas vezes desintegrando a organização doméstico-familiar e fontes de subsistência antes vigentes.

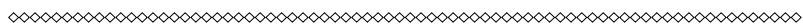


6 Incluem-se aí a “Convenção para a Eliminação do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição” (ONU, 1949); a “Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres que Realizam Trabalhos do Mesmo Valor” (ONU, 1951); e a “Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres” (ONU, 1952).

7 Segundo Naila Kabeer (1994), as questões levantadas por Éster Boserup tiveram ressonância porque um clima receptivo a preocupações com o “status” das mulheres já se instalara nas agências de desenvolvimento.

Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – pela Assembleia Geral da ONU, hoje ratificada por mais de 172 países. Outro importante desdobramento foi a construção de toda uma infraestrutura específica – um “maqui-nário” específico *para* ou *das* mulheres –, nas agências das Nações Unidas e demais órgãos de cooperação internacional, para dar conta das ações e programas voltados para Mulheres em Desenvolvimento, os chamados programas MED – ou WID, de *Women in Development*.⁹ Além disso, o Plano de Ação impulsionou estudos e pesquisas nessa direção, o que resultou em um amplo arsenal de informações sobre a condição feminina nos diversos países e regiões do mundo. Contudo, nada disso foi suficiente para efetuar as mudanças desejadas.

De fato, na “Segunda Conferência Internacional da Mulher”, realizada em 1980, em Copenhague, Dinamarca, verificou-se a enorme distância existente, na maioria dos países membros, entre os direitos formais das mulheres e o real exercício desses direitos. Da mesma forma, nos debates travados na “Terceira Conferência Internacional” (1985, Nairobi, Quênia), da qual participaram cerca de 1.400 delegadas(os) oficiais de 157 países e um contingente de cerca de 15.000 mulheres de Organizações Não-Governamentais (ONGs) para avaliar os avanços alcançados durante a Década Internacional da Mulher, ressaltou-se as limitações das estratégias empregadas no Plano de Ação de 1975. Retomando os temas constantes nesse Plano – igualdade, desenvolvimento e paz, com os sub-temas saúde, educação e emprego – as participantes traçaram outro plano, “Estratégias para o Futuro” – *Forward Looking Strategies* –, com recomendações para o *empoderamento* das



9 Por exemplo, em 1976, por recomendação da “Primeira Conferência Internacional da Mulher”, a Assembleia Geral da ONU criou dois novos órgãos: o *United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW)* e o *United Nations Development Fund for Women (UNIFEM)*.

mulheres. Implícita nessas estratégias estava a perspectiva de gênero, bem como a necessidade da sua *transversalização*.

Vale ressaltar que, logo depois dessa Conferência (1986), foi firmada uma Resolução sobre o papel da Comissão sobre o Status da Mulher – *Commission on the Status of Women* (CSW) –, que estabelecia a “total integração” das “Estratégias para o Futuro” nos programas sociais e econômicos da ONU. Em 1987, seguindo uma estratégia de *transversalização*, essa Organização também deliberou que todos os seus órgãos e agências deveriam formular e implementar políticas em prol da igualdade para as mulheres.

Essa questão se tornou central nas discussões travadas na “Quarta Conferência Internacional da Mulher” (1995, Beijing, China), sendo explicitamente endossada pela Plataforma de Ação aprovada ao final da Conferência. Formularam-se, assim, novas estratégias, dentre as quais destacou-se a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis – *gender mainstreaming* – com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o *empoderamento* das mulheres.

De “Mulher” para “Gênero”

É bom destacar que a adoção dessas políticas nos programas de desenvolvimento foi uma conquista dos movimentos de mulheres de todo o mundo, conquista essa resultante de uma longa batalha na qual teoria e práxis feministas se entrecruzaram, reforçando-se mutuamente. Dessa maneira, as mudanças verificadas nos paradigmas científicos se expressaram – e continuam se expressando –, inclusive, nas abordagens que norteiam os debates sobre desenvolvimento. Mais precisamente, tal como se observou no campo dos estudos feministas, também no contexto das discussões e estratégias de desenvolvimento registrou-se um deslocamento de ênfase da temática da mulher para a problemática de gênero.

Sabe-se que, no desenvolvimento dos estudos feministas, o conceito de gênero surgiu como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos procurando-se com ele enfatizar que “ser homem ou ser mulher não é simplesmente um feito natural, biológico, mas a combinação de vários fatores de ordem econômica, social, política, étnica e cultural” (SARDENBERG, 1998, p. 1). Daí porque, nas concepções originais, a insistência em se distinguir “sexo”, como um fenômeno biológico, de “gênero”, um fenômeno cultural e psicológico.

Embora hoje se reconheça que tal conceituação já é uma construção de gênero (BUTLER, 1989), a definição de sexo e gênero nos termos originais permitiu entendermos, não apenas “masculino” e “feminino”, mas também “homem” e “mulher”, como categorias socialmente construídas. Ao mesmo tempo, a insistência nessa distinção se tornou fundamental como contra-argumento ao determinismo biológico, vez que possibilitou a desnaturalização tanto das identidades sexuais como da divisão sexual do trabalho e das assimetrias/hierarquias sociais com base no sexo, demonstrando a sua historicidade e, assim, a possibilidade da sua transformação e transcendência, o que tem emprestado ao construto gênero, para além dos avanços teórico-metodológicos, uma conotação prático-política: a de se prestar como instrumento científico de legitimação das lutas feministas. (SARDENBERG, 1998).

Observe-se, porém, que, no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como essa construção legitima a situação “real” de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência femininas em sociedades distintas, no

tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça e idade, dentre outros, permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas.

Nessa perspectiva, portanto, é possível pensar as relações entre os sexos (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens), ou seja, as relações de gênero, no plano das relações sociais e, assim, como relações determinadas não “naturalmente” pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, historicamente específicas. Isso implica dizer, segundo Pearson, Whitehead e Young, que a forma que as relações de gênero

tomam em uma dada situação histórica é específica àquela situação e tem que ser construída indutivamente; ela não pode ser assumida em termos de outras relações sociais, tampouco da forma em que se manifestam em outras sociedades. (1981, p. 10).

Isso ocorre porque as relações de gênero, em última instância, são relações de poder e, como tal, não são fixas e sim, fluidas e mutáveis. Elas podem variar de sociedade para sociedade ou mesmo em uma dada sociedade, a depender dos espaços em que homens e mulheres interagem.

Por certo, as mulheres não são necessariamente desprovidas de poder em relação aos homens; no entanto esse “poder feminino” raramente é legitimado. Historicamente, o “feminino” tem sido construído como subordinado ao “masculino”, sendo que, no Brasil, como, de resto, na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas, dominam as relações de gênero “patriarcais”. Tanto no plano simbólico quanto na prática social, o masculino se sobrepõe hierarquicamente ao feminino, resultando numa situação “real” de prestígio, privilégios e poder maior para os homens.

De fato, segundo nos aponta Nancy Frazer (1999, p. 158-159), a dominação de gênero é cultural e socialmente pervasiva; ela está

imbricada na economia e na cultura políticas, em aparelhos estatais e na esfera pública. Na verdade, o poder de gênero atravessa as unidades domésticas, as redes de parentesco e toda a gama de instituições que constituem a sociedade civil; opera, também, em todas as esferas de produção cultural e ideológica, incluindo a cultura de massa, alta cultura, cultura acadêmica, culturas de oposição e contracultura.

Ademais, os embates de gênero se manifestam na vida cotidiana e no exercício da sexualidade, reprodução, desejos, gostos e “habitus”. A dominação de gênero infusa as identidades pessoais e coletivas, afinidades e antagonismos sociais e o senso comum. As hierarquias de gênero se expressam e organizam toda e qualquer arena e nível da vida social, sendo intersectadas por outras eixos de poder e estratificação, incluindo classe, raça/etnia, sexualidade, nacionalidade e idade/geração.

Podemos, assim, dizer que a *transversalidade* das hierarquias de gênero é um fato amplamente constatável. Daí porque a necessidade da *transversalização* da perspectiva das relações de gênero nas políticas públicas: para garantir a promoção social, econômica, política, cultural etc. das mulheres.

Vale ressaltar, ainda, que o construto gênero diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o “social”, econômico, político), quanto interior, ou seja, diz respeito à construção das subjetividades e das identidades/diversidades, segundo Heilborn. Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc. Por força das ideologias de gênero e da consequente divisão sexual do trabalho, mulheres e homens se

sagreguem por sexo as atividades e seus impactos. De outro, como bem apontam Paulson e Crespo, é preciso:

transformar os marcos conceituais e os processos de trabalho a partir dos princípios de gênero; isto é, desenvolver métodos mais participativos que reconheçam e respeitem as diferenças entre os participantes; estabelecer relações mais equitativas de investigação, planejamento e ação; buscar abordagens mais sensíveis às realidades e perspectivas dos distintos participantes, incluindo homens e mulheres, gente local e agentes institucionais; orientar mudanças estratégicas e transformar as situações problemáticas; construir marcos de análise e planejamento que reflitam os processos dialéticos e relacionais em curso. (1997, p. 9).

Igualdade e Equidade de Gênero e Empoderamento das Mulheres

Para bem utilizar a transversalização como uma estratégia é, certamente, recomendável delinear, com cuidado, o que se quer transversalizar e o que se espera obter com isso. No caso aqui posto, ou seja, no tocante à equidade de gênero, esse esclarecimento se torna fundamental, vez que existe muita confusão entre equidade e igualdade de gênero.

A noção de *igualdade de gênero* se refere à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens e meninas e meninos. Note-se que o oposto de “igualdade” não é “diferença” e sim “desigualdade”, portanto “igualdade” aqui não significa que homens e mulheres sejam iguais, mas que seus direitos, responsabilidades e oportunidades não devem ser diferenciadas em função do sexo de cada um.

Mas a igualdade de direitos estabelecida juridicamente não assegura o automático exercício desses direitos pelas mulheres. Como vimos anteriormente, as ideologias e hierarquias de gênero, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero patriarcais dominantes nas sociedades contemporâneas criam condições “reais” de vida e trabalho, significativamente diferentes para mu-

dos principais “alvos” das políticas de equidade de gênero na contemporaneidade, o reconhecimento e a implementação dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos. Destaca ainda:

- a necessidade de tornar as democracias mais representativas, promovendo a maior participação das mulheres nas instâncias decisórias e maior equidade de gênero, na esfera política;
- a necessidade de promoção de políticas que contribuam para a maior autonomia econômica das mulheres, incluindo-se aí salários iguais, acesso ao crédito, igualdade de oportunidades e de condições no mercado de trabalho – inclusive acesso a treinamento e qualificação profissional – e uma distribuição de recursos mais justa, que leve em consideração as diferenças de gênero na vida privada;
- acesso igual à educação: é essencial que o sistema educacional e todos os elementos desse sistema “empoderem” meninos e meninas, e que se leve em consideração a necessidade de contrabalançar as hierarquias de gênero existentes; e
- a importância de se estabelecer uma responsabilidade compartilhada por homens e mulheres na construção de sociedades mais justas e menos instáveis.

O mesmo relatório ressalta que políticas de equidade de gênero devem assegurar a integração do enfoque de gênero em todas as políticas e a participação de toda a sociedade na construção da igualdade (COUNCIL..., 1998, p. 12) e defende o *mainstreaming* como a estratégia mais adequada para alcançar essa meta.

Transversalização do Enfoque de Gênero (TEG): marcos conceituais e abordagens

Segundo observam Rao e Kelleher (2005, p. 59), as concepções originais da estratégia da transversalização se fundamentaram no arcabouço teórico feminista sobre relações de gênero, favorecen-

Note-se que, até o momento, vimos utilizando os termos *mainstreaming* e *transversalização* como se fossem, de fato, termos intercambiáveis. Na verdade, um dos problemas da adoção dessa estratégia em países fora do âmbito anglofônico diz respeito justamente à dificuldade em traduzir o termo. Meentzen e Gómáriz (2002) têm argumentado que a expressão “transversalização de gênero” não traduz fielmente o que se entende por *gender mainstreaming*. Para esses autores, a ideia de “transversalização” é oriunda de meados dos anos oitenta, estando relacionada ao debate então travado em torno das estratégias de formulação de políticas específicas versus a de “integração de gênero em todas as políticas”. A proposta de *gender mainstreaming*, não apenas data do fim da década de 1980, como se refere mais propriamente à “incorporação da perspectiva de gênero na corrente principal de uma entidade ou processo”. Ou seja,

[...] enquanto a transversalização convoca a incorporação sistemática de uma temática (gênero, nesse caso) em todos os componentes de uma estrutura, o *gender mainstreaming* busca assegurar que a dita temática se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política, por exemplo, sem que isto tenha que significar necessariamente que esteja incorporada a componentes em um mesmo nível. Por isso tem uma conotação estratégica, ainda que seja fundamentalmente um método. (MEENTZEN; GOMÁRIZ, 2002, p. 4).

Essa distinção não é reconhecida aqui no Brasil onde se usa o termo “transversalização de gênero” com esse duplo significado, postura essa que tomaremos daqui em diante. Acreditamos que, para obter sucesso na conquista da equidade de gênero, é necessário desenvolver iniciativas nas duas direções, ou seja, tanto no que refere à “incorporação sistemática” da perspectiva de gênero “em todos os componentes de uma estrutura”, quanto no sentido de se assegurar que essa perspectiva “se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política”. Trata-se, portanto, não

de estratégias diferentes, mas sim de níveis e âmbito distintos de abordagem.

Por certo, existem diferentes abordagens no processo de transversalização. Para Rounay Jahan (apud PORTER; SWEETMAN, 2005, p. 2), por exemplo, tem-se duas abordagens distintas. A primeira, *integracionista*, iniciada ainda durante a Década da Mulher e Desenvolvimento (1975-1985), objetiva integrar mulheres, assim como homens, nos esquemas de desenvolvimento existentes. Nessa perspectiva, as mulheres são concebidas como um grupo marginalizado, “como pessoas com interesses adicionais ou especiais”, enquanto os interesses masculinos são a norma. Já na segunda, identificada como sendo “formuladora de agendas” (*agenda setting*) ou “transformadora”, os objetivos são, de fato, transformar a “agenda de desenvolvimento”. Para a autora, essa transformação começa com a própria análise das desigualdades de gênero entre homens e mulheres, análise essa que deve se basear na perspectiva de que as relações de gênero estão articuladas às relações de classe e raça, criando contextos específicos de desigualdade.

Por isso mesmo, embora a estratégia de transversalização envolva importantes procedimentos técnicos – afinal, é preciso “[...] organizar procedimentos e rotinas, organizar responsabilidades e capacidades para incorporar uma perspectiva de gênero” (VERLOO, 1999, p. 2) –, ela não pode se reduzir a apenas uma “abordagem tecnocrática”; de fato, trata-se, em última instância, de uma estratégia política, porque se trata de uma questão política (BEDLINGTON et alli, 2004, p. 5). Como questionam algumas autoras: “é possível se dar soluções técnicas para problemas políticos?” (CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2004, p. 2). As avaliações sugerem que, para avançar, o processo de transversalização exige uma ação coordenada – uma verdadeira “sinergia” – tanto nos aspectos técnicos, quanto nos políticos da referida estratégia.

(CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2004, p. 3; BEDLINGTON et alli, 2004, p. 8).

Uma importante distinção, também feita por Jahan (1995), diz respeito aos diferentes níveis ou focos de ação em que a transversalização tem lugar, quais sejam: a) âmbito institucional: diz respeito às atividades e estruturas internas de uma organização, suas políticas, sua estrutura, seus sistemas e procedimentos; e b) âmbito operacional, que se refere às ações e programas externos (as “operações”) que a organização em apreço desenvolve ou nas quais se vê envolvida.

Mas, especialistas do ramo observam que, também nessa instância, não se trata de trabalhar em um ou outro nível; para ser minimamente bem sucedida, a transversalização deve se processar nos dois níveis – no institucional e no organizacional (PORTER; SWEETMAN, 2005, p. 4). O argumento subjacente a essa proposta tem por base diferentes análises de cultura organizacional que têm demonstrado não ser esse um espaço neutro para gênero. Muito pelo contrário, também nas instituições, incluindo-se as burocracias estatais, as desigualdades de gênero estão presentes e sendo reproduzidas não apenas no que diz respeito à distribuição do poder, de postos ou recursos, mas, também, nos procedimentos rotineiros do seu dia a dia. (KABEER, 1999; GOETZ, 1997). Assim, transversalizar gênero no âmbito institucional implica em “ajustar” as instituições para as mulheres, o que requer “sensíveis mudanças institucionais”, como bem aponta Anne Marie Goetz:

O projeto para promover sensíveis mudanças institucionais seria o de rotinizar formas equiparadas de interação social entre os gêneros, contestar a legitimidade das formas de organização social que discriminam mulheres e fornecer estratégias para fazer da equiparação entre gêneros uma rotina em organizações de desenvolvimento. O objetivo é promover o senso de responsabilidade para com as mulheres em instituições de desenvolvimento através da identificação de condições organizacionais

e políticas sob as quais os ganhos econômicos e políticos para a mulher em países em desenvolvimento seriam atingidos e mantidos. (1997, p. 2).

Isso se faz necessário, também, em virtude do risco de “evaporação” ou banalização que correm as políticas de transversalização no interior das burocracias, sobretudo quando instâncias e mecanismos apropriados de responsabilização e monitoramento não são devidamente “instalados” nessas estruturas (MILLER; RAZAVI, 1995). De fato, recomenda-se que parte desses mecanismos seja direcionada à facilitação do empoderamento das mulheres não apenas para “reforçar sua capacidade de participação” na tomada de decisões, como diz Virgínia Ferreira (2003), como também para monitorar o que se passa no interior das instituições.

Dáí porque estudiosas da questão ressaltam a importância do “caminho de mão dupla” (*twin-track approach*) na implementação da estratégia de *mainstreaming*. Em outras palavras, não basta apenas transversalizar o enfoque de gênero em todas as esferas de ação; é preciso, também, desenvolver projetos e programas específicos para mulheres, particularmente aqueles que promovam o seu empoderamento (FERREIRA, 2003). Convém também promover programas para homens, no sentido de sensibilizá-los para as questões de promoção da equidade de gênero, constituindo-se, assim, uma “tripla” investida nessa direção. (BEDLINGTON et alli, 2004, p. 6).

Pré-Requisitos, Procedimentos e Fases da Estratégia de Transversalização

Analisando o relatório elaborado pelo Grupo de Transversalização de Gênero do Conselho Europeu (CDEG, 1998) sobre a implementação dessas estratégias em diferentes países da Europa, Mieke Verloo (1999, p. 3) observou que, segundo o ali constante, o

Moser e Moser verificaram que, enquanto todos esses organismos, na amostra estudada, adotaram a terminologia em questão, formulando, também, todos eles, políticas voltadas para tal fim, a maioria deles não conseguiu ter, pelo menos até agora, muito sucesso na implementação das políticas. Mas, convém verificar no Quadro 1, os principais componentes dessas políticas e as atividades correspondentes, bem como a frequência com que cada uma está incluída nos programas das referidas agências. Segundo esse quadro, os principais componentes das políticas de transversalização de gênero seriam:

- a. estratégia dupla de transversalização de gênero combinada com a implementação de ações específicas para mulheres;
- b. análise de gênero; abordagem combinada quanto à responsabilização, na qual todo o pessoal compartilha a responsabilidade, com o apoio de especialistas;
- c. capacitação em gênero;
- d. apoio à participação de mulheres na tomada de decisões e promoção de condições para o seu empoderamento;
- e. desenvolvimento de sistemas e instrumentos de monitoramento e avaliação (MOSER; MOSER, 2005, p. 12).

COMPONENTES	ATIVIDADES	%
Estratégia Dupla de transversalização e de ações específicas	Transversalização em políticas, programas projetos (todas as fases)	100
	Ações Específicas	100
Análise de Gênero	Estatísticas desagregadas por sexo e coleta de informações sobre relações de gênero	43
	Análises de todos os estágios dos programas	79
	Análise de orçamentos na perspectiva de gênero	7
Responsabilidade Interna	Responsabilidade da transversalização compartilhada entre todo pessoal e especialista de gênero/ponto focal	79
Capacitação em Gênero	Compreensão e implementação de política de gênero para pessoal/parceiros	43
	Sensibilização de gênero para pessoal/parceiros	7
	Capacitação em gênero para pessoal	93
	Elaboração de manuais, kit instrumental	43
Apoio à participação das mulheres na tomada de decisões e seu empoderamento	Fortalecimento das organizações de mulheres através de treinamento e instrumentalização	36
	Apoio à participação de mulheres em instâncias decisórias	86
	Trabalhando com homens com vistas à equidade de gênero	43
Monitoramento e Avaliação	Sistemas efetivos e instrumentos de monitoramento e avaliação	93
	Indicadores sensíveis para gênero	14
Trabalho com outras organizações e agências	Fortalecimento da equidade de gênero no trabalho com órgãos de governo, financiadoras, ONU, setor privado e ONG's	71
	Capacitação da sociedade civil	43
	Apoio aos maquinários estatais nacionais para mulheres	21
Orçamento de Gênero	Alocação de recursos financeiros adequados para implementação de políticas de equidade de gênero	50
Desenvolvimento de Textos/materiais de apoio	Publicações/base de dados sobre boas práticas e estratégias eficazes	50
	Articulação de redes	21
	Base de dados on-line	14

Quadro 1 – Componentes e atividades associadas às políticas de transversalização de gênero em agências internacionais de desenvolvimento

Fonte: Moser; Moser, 2005, p. 13.

Vale ressaltar que a inserção da questão da “estratégia dupla” ou “caminho de mão dupla”, como componente básico do processo de transversalização, vem se colocando em resposta à preocupação, bastante pertinente, com a possível diminuição dos recursos necessários ao financiamento de projetos específicos que trabalham para a construção da equidade de gênero, sobretudo para ações afirmativas a favor das mulheres. Como bem coloca Virgínia Ferreira, o problema é que,

[...] no processo de institucionalização das relações sociais de sexo em todas as rotinas e práticas burocráticas, a sua transversalidade pode servir de pretexto para os governos deixarem, desde logo, de financiar projetos específicos para as mulheres ou de apostar nos mecanismos legais de promoção da igualdade entre os sexos. Mesmo apostando nestes, podem corroer as bases da sua ação através de expedientes como a suborçamentação e a redução de recursos humanos, já sobrecarregados pela repartição entre as necessidades de fornecer formação a outros setores e o imperativo de continuar a investir na investigação e na delimitação de novas políticas de igualdade. (2003, p. 95).

No que diz respeito à “análise de gênero”, cabe enfatizar que a questão se complica tendo em vista as diferentes abordagens que podem ser utilizadas no processo, principalmente quando se verifica que cada uma delas se apoia em quadros teórico-metodológicos significativamente distintos. O mesmo pode ser dito em relação às possíveis linhas teóricas a serem utilizadas na capacitação em gênero, bem como na definição dos sistemas e instrumentos construídos para a avaliação e monitoramento do processo de transversalização que se põe em curso. Por certo, deve haver harmonia e integração no tocante às abordagens à questão de gênero utilizadas nesses três componentes da transversalização – análise, capacitação e avaliação – ressaltando-se, porém, que a definição da(s) abordagem(ns) a ser(em) empregada(s) não é uma questão simplesmente “técnica”, e sim fundamentalmente “política”.

Vale, pois, considerar as avaliações de Fiona Mackay e Kate Bilton (2003), da *University of Edinburgh*, em um relatório sobre os progressos na transversalização do enfoque de gênero elaborado para a Unidade de Estudo sobre Governo na Escócia (USGS). Em especial, elas enfatizam a importância de se pensar na transversalização de gênero em termos de seus *princípios, sistemas e instrumentos*, argumentando que a transversalização

[...] se sustenta em princípios que estabelecem o compromisso com, e as noções de, equidade, bem como em sistemas que incluem estratégias, políticas, estruturas, mecanismos, e instrumentos, através dos quais os princípios podem ser implementados. (MACKAY; BILTON, 2003, p. 145).

Problemas e Limitações

No já aludido estudo de Moser e Moser (2005, p.14-17), são discutidas as dificuldades e limitações enfrentadas pelas agências estudadas na implementação das políticas de transversalização, dentre as quais, segundo as autoras, destacam-se as seguintes:

- a. tendência ao “instrumentalismo”, ou seja, a tomar a equidade de gênero apenas como “instrumento”, por exemplo, para o combate à pobreza, o que leva à despolitização da questão da equidade;
- b. tendência do compromisso com as políticas de transversalização a se “evaporar” entre as fases de planejamento e implementação em virtude:
 - da falta de pessoal capacitado;
 - de uma cultura organizacional resistente a mudanças;
 - do tratamento da equidade de gênero como um processo à parte;
 - da simplificação das questões de gênero pela equipe encarregada; e
 - da falta de comprometimento real com a questão.

Elaborando mais a fundo em torno dos problemas identificados, Moser e Moser (2005, p.16) observam que, enquanto a maior parte das agências estudadas segue o princípio de “responsabilização combinada”, isto é, da distribuição das responsabilidades entre toda a equipe/pessoal, apoiada, porém, por especialistas em gênero, os sucessos dessa estratégia ainda recaem, pesadamente, no comprometimento e habilidades de “pessoas chaves”. Contudo, na ausência das “especialistas”, as questões de equidade de gênero acabam sendo diluídas e despolitizadas, podendo até mesmo “desaparecer” (ou evaporar) por completo.

Isso acontece, principalmente, quando se está diante de uma cultura organizacional androcêntrica e resistente a mudanças, por exemplo, uma que exija longas horas de trabalho seguidas, viagens longas a lugares distantes, valorização do “individualismo heróico” (RAO; KELLEHER, 2002), ou seja, que cultive valores e práticas que tornam difícil a participação de mulheres com filhos menores, em cargos e funções com poder nas instâncias decisórias (WALLACE, 1998).

A “resistência organizacional” também se expressa no âmbito operacional, criando obstáculos à implementação do enfoque de gênero nos programas e ações desenvolvidas. Com isso, não se quer dizer que órgãos e agências, envolvidos no planejamento e execução de programas e projetos com vistas à equidade de gênero, sejam fundamentalmente “discriminadoras”, nem que os agentes de desenvolvimento tenham sempre atitudes sexistas. É claro que sempre há exceções, mas, de uma forma geral, o pessoal envolvido nesses órgãos e agências se destaca, quase sempre, por sua grande dedicação e compromisso com causas sociais, mesmo quando envolvido mais diretamente nos aspectos ditos “técnicos” dos projetos.

Sabe-se, porém, que promover mudanças profundas como objetiva a abordagem de equidade de gênero requer muito mais

do que apenas “boas intenções”. Ela exige a formação de pessoal não apenas comprometido, mas, também, habilitado na análise e planejamento de gênero, uma formação que não é algo que possa ser alcançado a curto prazo. Por outro lado, a divisão sexual do trabalho (e de prioridades), a distribuição desigual do poder e de acesso a recursos, as ideologias e relações de gênero se manifestam em todos os níveis e em toda a sociedade e, portanto, também no âmbito institucional, inclusive em agências e órgãos envolvidos em projetos de desenvolvimento.

Dentre um dos aspectos desse fenômeno, está a presença numérica majoritária de homens, sobretudo nas agências e nos órgãos que se dedicam ao desenvolvimento rural. Isso resulta da combinação de dois fatores que se alimentam mutuamente. De um lado, está a tendência a se dar maior ênfase e prioridade aos aspectos ditos “técnicos” do projeto (desenvolvimento e repasse de novas técnicas agrícolas, construção de barragens e sistemas de irrigação etc.), tendência esta que tem a ver não só com a maior valorização e prioridade que as sociedades modernas dão a tudo que diz respeito à ciência e tecnologia, em prejuízo das questões ditas sociais, mas, também, com interesses políticos: por certo, aumento na produção, grandes barragens, grandes projetos de irrigação etc. são produtos de ações de intervenção muitos mais visíveis e mais fáceis de serem implementados e mensurados do que melhorias no campo social.

De outro lado, reside o fato de que, devido às ideologias de gênero que respaldam a divisão do trabalho e, mais precisamente, ao fato de que, na nossa sociedade, questões técnicas e científicas (bem como as políticas) são identificadas como da esfera masculina, enquanto as sociais (e culturais) são tidas como mais da alçada feminina, engenheiros civis, agrônomos, economistas, contadores, técnicos agrícolas, agentes de crédito etc., são majoritariamente homens, ao passo que assistentes sociais, sociólogas,

secretarias são geralmente mulheres. Dessa maneira, estabelece-se uma divisão hierárquica de gênero na estrutura organizacional e de prioridades dos projetos, que é difícil de ser desmontada. Mesmo porque, a presença de mulheres nos níveis mais elevados da estrutura de poder, não garante, por si só, que não haja resistência organizacional ao enfoque de gênero.

Por certo, trabalhar com esse enfoque implica em enfrentar o *desafio do novo e controverso*. A transversalização de gênero é uma perspectiva nova, que se apresenta como um grande desafio aos modelos de desenvolvimento e formas de intervenção prevalentes, pois lida com questões controversas, já que procura romper com os padrões estabelecidos das relações de poder entre os sexos. Por isso mesmo, a implementação dessa estratégia, comumente, encontra resistência e descrédito, tanto da parte de planejadores e do pessoal envolvido com a implementação de projetos quanto das comunidades e populações beneficiárias.

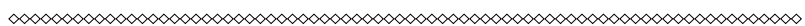
Sem dúvida, o desafio imposto pela abordagem de equidade de gênero e empoderamento das mulheres é, de fato, muito maior do que o provocado pelos projetos de Mulher e Desenvolvimento (WID/MED) que atendiam, fundamentalmente, às *necessidades práticas de gênero* das mulheres, ou seja, às necessidades relativas à carga de trabalho e responsabilidades femininas. E não por acaso, pois, nos contextos do planejamento e da execução de projetos, é muito mais fácil identificar e atender a essas necessidades – como, por exemplo, criar creches, oferecer suprimento de água limpa nas proximidades da casa, oferecer cursos de costura, de restaurante, para lavadeiras etc., – bem como reconhecer a sua legitimidade. Incluem-se aí também as intervenções no sentido de organizar as mulheres e promover a sua autoestima.

Reconhecer a legitimidade dessas demandas e atendê-las não implica necessariamente em uma mudança radical de mentalidades, nem se apresenta como uma ameaça às estruturas de poder

e aos padrões de comportamento vigentes, inclusive no que diz respeito à estrutura organizacional dos órgãos e agências envolvidos nas ações do projeto. Em contraste, a abordagem de equidade de gênero implica no atendimento não apenas das necessidades práticas das mulheres, mas sobretudo, dos seus *interesses estratégicos*, que estão relacionadas à *posição* relativa das mulheres na sociedade.¹⁵ Como ressalta Williams:

Estas necessidades podem incluir acesso igual ao poder de decisão, redução ou finalização da discriminação institucionalizada no trabalho, direito à propriedade da terra e à educação, medidas para erradicar a violência masculina contra as mulheres e a divisão da responsabilidade com homens nos cuidados com as crianças. (1999, p. 15).

Atendê-las, portanto, é questionar ou ir contra os privilégios masculinos existentes. Ademais, o enfoque de equidade de gênero implica, ainda, numa mudança nos critérios de prioridades de projetos, questionando a divisão entre os componentes ditos “técnicos” e “sociais” impondo-se, outrossim, como uma problemática transversal e, portanto, abrangente, difícil de ser entendida, legitimada e trabalhada. É, de fato, uma perspectiva que, além de nova e controversa, exige muito mais tempo, compromisso e dedicação que as anteriores. Por último, é preciso ter claro que, como o termo implica, a transversalização do enfoque de gênero “[...] não pode ser simplesmente ‘costurado’, aos modelos de desenvolvimento existentes, nem tampouco adicionado aos programas de ajuda e desenvolvimento como um componente extra” (WILLIAMS, 1999, p. 13). Trata-se de uma questão que deve atravessar todos os componentes dos programas e projetos, o que, em si, já traz grandes dificuldades. Isso requer uma maior articulação entre as ações ditas técnicas e sociais desses progra-



15 Sobre problemas dessa natureza que emergem no desenvolvimento de projetos, ver Sardenberg, Passos e Costa (1999); Sardenberg (2000).

mas, o que não é fácil conseguir, dados os interesses divergentes dentre o pessoal envolvido.

Mas, a grande dificuldade encontrada reside no fato de que, apesar da atenção necessária às recomendações quanto a “boas práticas”, não existem fórmulas mágicas nem receitas perfeitas que possam ser seguidas para se garantir a implementação da transversalização do enfoque de gênero em programas, projetos ou instituições, a começar pelo fato de que as comunidades beneficiárias não são iguais nem reagem da mesma forma no processo de implementação das ações do projeto.

Sem dúvida, a sensibilização e formação em gênero são passos essenciais na implementação do enfoque de gênero. Trata-se de uma

[...] intervenção de desenvolvimento que busca modificar consciências, conhecimento, habilidades e comportamentos relacionados a gênero. Ela difere de formações com outros conteúdos/temas, porque trata de questões pessoais e políticas, mesmo que não seja de modo deliberado. (WILLIAMS, 1999, p. 21).

Por isso mesmo, há uma diferença importante entre a formação em gênero e a formação (ou capacitação) em outros conteúdos e temáticas relacionados à implementação de projetos de desenvolvimento. Mais especificamente, essa formação tem por objetivo não apenas habilitar os agentes envolvidos para trabalhar com a questão, mas também contribuir para a formação da sua *consciência (ou autoconsciência) de gênero*. Certamente, isso não é algo simples:

A consciência de gênero não é uma questão separada ou adicional a ser tratada; é um modo de ver, uma perspectiva, um conjunto de compreensões que informam nossa visão sobre as pessoas e a sociedade. [...] gênero está no coração da identidade humana e de todas as atitudes, crenças e ações humanas. [...] E mais, quando começamos a olhar dessa forma e questiona-

mos nossas concepções achamos que o mundo parece diferente. A consciência de gênero significa olhar com novos olhos e de um modo que está constantemente aberto para aprender mais. (WILLIAMS, 1999, p. 13).

Podemos instrumentar pessoas para trabalhar com a análise de gênero. Mas esse “novo olhar” necessário não chega de forma automática. Não é algo que possa ser “ensinado”, mas sim o resultado de um processo que se desenvolve aos poucos e em ritmo diferente, a depender do indivíduo (SARDENBERG, 2004).

À Guisa de Conclusão

Neste artigo, procurei ressaltar que embora hoje já se reconheça que a transversalidade das hierarquias e desigualdades de gênero seja um fato constatável, demandando, portanto, políticas de transversalização do enfoque de gênero em todas as esferas de ação de sorte a propiciar o empoderamento das mulheres e a erradicação das desigualdades, a implementação dessas políticas ainda encontra muitas limitações.

Aqui discorri sobre alguns dos instrumentos para superá-las e pôr em prática o ‘trabalho com gênero’. São instrumentos necessários, mas certamente não suficientes para efetuar as mudanças desejadas. Como em qualquer ação de intervenção, também no trabalho com gênero, além de vontade política concretizada em verbas adequadas e pessoal sensibilizado e capacitado para levar o trabalho adiante, os principais agentes das mudanças são os grupos e segmentos mais diretamente interessados em seus resultados. No caso aqui discutido, portanto, cabe a todas nós, atuantes nos movimentos feministas e de mulheres, monitorar a implementação das políticas em questão, cobrando de nossos e nossas governantes as correções de curso necessárias para o sucesso da transversalização do enfoque de gênero.

Referências

- ANDERSON, Elza Suely. *Tecnologia, conceitos e definições*. Panfleto distribuído durante o Seminário “Gênero e Energia Renovável”, IDER/WINROCK, Praia da Caponga, CE, 27-30 maio 1997.
- ASSOCIATION FOR WOMEN’S RIGHTS IN DEVELOPMENT – AWID. Intersectionality: a tool for gender and economic justice. *Women’s Rights and Economic Change*, n. 9, Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.awid.org/eng/Issues-and-Analysis/Library/Intersectionality-A-Tool-for-Gender-and-Economic-Justice>>.
- BAHIA, Maria Candida dos Anjos. *Mulheres nas organizações: um caso de polícia*. Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. CEPAL, Brasília, jan. 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>.
- BEDLINGTON, Nicola et alli. *Transforming the mainstream: seminar report on mainstreaming and inclusive approaches in EU development cooperation*. Aprovev, HelpAge International, Wide, One World Action, 2004.
- BELL, Emma. Emerging issues in gender and development. an overview. *Bridge (development – gender) Report n. 58*, Brighton, UK: IDS, Nov. 2000. Disponível em: <<http://www.bridge.ids.ac.uk/bridge/reports/re58.pdf>>.
- BOOTH, Christine; BENNETT, Cinammon. Gender Mainstreaming in the European Union: towards a new conception and practice of equal opportunities? *European Journal of Women’s Studies*, v. 9, n. 4, p. 430–446, 2002. Disponível em: <<http://ejw.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/4/430>>.
- BOSERUP, Ester. *Women’s role in economic development*, London: George Allen & Unwin, 1970.
- BRIDGE. *Development and gender in brief. Issue n. 5: approaches to institutionalising gender*. Brighton, UK: IDS, 1997. Disponível em: <<http://www.bridge.ids.ac.uk/bridge/Dgb5.html>>.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1989.

CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY-CIDA. *CIDA's policy on gender equality*. Ottawa: 1998. Minister of Public Works and Government Services Canada, 1999. Disponível em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca/equality>>.

COUNCIL OF EUROPE. *Gender mainstreaming; conceptual framework, methodology and presentation of good practices: final report of activities of the Group of Specialists on Mainstreaming (EG-S-MS)*. Strasbourg, May 1998. Disponível em: <http://www.coe.int/T/E/Human_Rights/Equality/PDF_EG-S-MS_98_2rev_E.pdf>.

CORNWALL, Andrea; GOETZ, Anne Marie. Democratizing democracy: feminist perspectives. *Democratization*, v. 12, n. 5, p. 783-800, dez. 2005.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introduction: repositioning feminisms in gender and development. *IDS Bulletin*, n. 35, p. 1-10, 2004.

DAWSON, Elsa. Strategic gender mainstreaming in Oxfam GB. In: PORTER, Fernella; SWEETMAN, Caroline (Eds.). *Mainstreaming gender in development: a critical review*. Oxford: Oxfam GB, 2005. p. 80-89.

DERBYSHIRE, Helen. *Gender manual: a practical guide for development policy makers and practitioners*. London: DFID, 2002.

FERREIRA, Virginia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, Tatu; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria da Mulher, 2003. p. 77-102.

FRASER, Nancy. Pragmatism, feminism, and the linguistic turn. In: NICHOLSON, L. et alii. *Feminist contentions: a philosophical exchange*. New York; London: Routledge, 1999. p. 157-172.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA. *Pautas y lineamientos para incorporar y operacionalizar el enfoque de género en proyectos de desarrollo rural*. Versión revisada. Roma, 1999.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA-FIDA. *La mujer rural en los proyectos del FIDA: la clave para reducir la pobreza*. Roma, 1978.

GALIA SELAYA; NADEZHDA, G. Cambiar...? Quién, Yo?. In: PAULSON, S.; CRESPO, Mónica (Orgs.). *Teorías y prácticas de género: una conversación dialéctica*. La Paz, Bolivia: Embajada Real de los Países Bajos, 1997. p. 27.

GOETZ, Anne Marie (Ed.). *Getting institutions right for women in development*. London: Zed Books, 1997.

JAHAN, Rounaq. *The elusive agenda: mainstreaming women in development*. London: Zed Books, 1995.

KABEER, Naila. *Reversed realities: gender hierarchies in development thought*. London: Verso, 1994.

KABEER, Naila. From feminist insights to an analytical framework. In: KABEER, Naila. SUBRAHMANIAN, Ramya (Eds.). *Institutions, relations and outcomes: a framework and case studies for gender-aware planning*. London: Zed Books, 1999. p.3-48.

KABEER, Naila. SUBRAHMANIAN, Ramya (Eds.). *Institutions, relations and outcomes: a framework and case studies for gender-aware planning*. London: Zed Books, 1999.

MACKAY, Fiona; BILTON, Kate. *Learning from experience: lessons in mainstreaming equal opportunities*. Scottish Executive, Institute of Governance/ University of Edinburgh, 2003.

MEENTZEN, Angela; GOMÁRIZ, Enrique. *Aplicando la democracia de género*. Berlín: Fundação Heinrich Böll, 2002.

MILLER, C.; RAZAVI, S. Gender análisis: alternative paradigms. *Gender in Development Monograph Series*, n. 6, UNDP, New York, 1998.

MOLYNEUX, M. Mobilization without Emancipation? women's interests, the state, and revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, v. 11, n. 2, p. 227-254, 1985.

MOSER, Caroline; MOSER, Annalise. Gender mainstreaming since Beijing: a review of success and limitations in international institutions. In: PORTER, Fernella; SWEETMAN, Caroline (Eds.). *Mainstreaming gender in development: a critical review*. Oxford: Oxfam GB, 2005. p. 11-23.

MUKHOPADHYAY, Maitrayee. Mainstreaming gender or "streaming" gender away: feminists marooned in the development business. *IDS Bulletin*, v. 35, n. 4, 2004. p. 95-103.

OXAAL, Zoë; BADEN, Sally. Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy. *Bridge (development - gender) - Report n. 40*. Brighton, UK: IDS, Oct. 1997. Disponível em: <<http://www.bridge.ids.ac.uk//bridge/Reports/re40c.pdf>>.

PAULSON, Susan. Reflexiones sobre metodologías para género y forestería comunal. *Desarrollo Agroforestal y Comunidad Campesina*, ano 5, n. 22, abr./maio 1996. p.11.

PAULSON, S.; CRESPO, M. (Orgs.). *Teorías y prácticas de Género: una conversación dialéctica*. La Paz, Bolívia: Embajada Real de los Países Bajos, 1997.

PEARSON, Ruth; WHITEHEAD, Ann; YOUNG, Kate. Introduction: the continuing subordination of women in the development process. In: YOUNG, K. et alli. *Of marriage and the market: women's subordination internationally and its lessons*. London: Routledge, 1981, p. 10.

PORTER, Fenella; SWEETMAN, Caroline (Eds.). *Mainstreaming gender in development: a critical review*. Oxford: Oxfam GB, 2005.

PORTER, Fernella; SWEETMAN, Caroline (Eds.). Introduction. In: ----- . *Mainstreaming gender in development: a critical review*. Oxford: Oxfam GB, 2005.

RAO, Aruna; KELLEHER, David. Is there life after gender mainstreaming?. In: PORTER, Fenella; SWEETMAN, Caroline (Eds.). *Mainstreaming gender in development: a critical review*. Oxford: Oxfam GB, 2005. p. 57-69.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Introducing gender sensitizing to elementary school teachers in rural Bahia, Brazil. In: THEHERANI-KRÖNER, P.; SCHMITT, M.; HOFFMANN-ALTMANN, U. (Eds.). *Knowledge, education and extension for women in rural areas*. Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin, 2000. p. 46-54.

SARDENBERG. Cecília M. B. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice; PASSOS, Elizete. Rural development in Brazil: are we practising feminism or gender? *Gender and Development*, v. 7, n. 3, p. 28-38, 1999.

SCHALKWYK, Johanna; THOMAS, Helen; WORONIUK, Beth. *Mainstreaming: a strategy for achieving equality between women & men*. Estocolmo, Suécia: SIDA, 1996.

SUBRAHMANIAN, Ramya. Making sense of gender in shifting institutional contexts: some reflections on gender mainstreaming. *IDS Bulletin*, v. 35, n. 4, p. 89-94, 2004.

TINKER, Irene et alli. *Women and world development*. Washington, D.C.: Transcendy Foundation, 1978.

UNITED NATIONS. *Beijing Declaration and Platform of Action*. In: FOURTH WORLD CONFERENCE ON WOMEN, 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>>. Acesso em:

VERLOO, Mieke. *Gender Mainstreaming: practice and prospects*. Netherlands: Univ. of Nijmegen, 1999.

WALLACE, T. Institutionalising gender in UK NGOs. *Development in practice*, v. 8, n. 2, p. 159-172, 1998.

WILIAMS, Suzanne et alli. *Manual de formação em gênero*. Recife: OXFAM/ SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1999.

WOODFORD-BERGER, Prudence. *Gender mainstreaming: what is it (about) and should we continue doing it?* *IDS Bulletin*, v. 35, n. 4, p. 65-72, 2004.

favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre” (MORIN, 2006, p. 11). E essa missão só poderá ter êxito na medida em que “compreender nossa condição e nos ajude a viver” for interpretado como fruto de um ensino que engloba/transversaliza as discussões relacionais de gênero, raça/etnia, geração e orientação afetivo-sexual que permeiam toda a existência dos sujeitos no mundo e com o mundo.

A criação do INEIM, iniciando uma nova fase do feminismo acadêmico na Bahia, parte da compreensão de que as ações e as atividades feitas por grupos feministas e de mulheres na Bahia, ao longo das três últimas décadas, no sentido de sensibilizar os vários setores sociais, econômicos, políticos e culturais para a questão das relações de gênero e outras interseccionalidades, atendeu e atende uma parte mínima dessa demanda. Com isso queremos, inicialmente, afirmar que o INEIM não é uma instituição voltada para o “puro diletantismo” e sim comprometida com as questões relacionadas à situação das mulheres e à superação das desigualdades de gênero que ainda permeiam o nosso cotidiano. É um compromisso herdado da instituição que lhe dá origem: o Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher (NEIM).

O NEIM, nos seus vinte e sete anos de existência, vem concretizando essa última característica do feminismo, na medida em que, a partir de seus estudos e ações sociais e políticas, seja na área de educação, da política, da saúde, da literatura e do trabalho, procurou e procura desconstruir as imagens e representações culturais que justificam as discriminações, as violências praticadas contra as mulheres. Discorrer sobre o NEIM, portanto, não é somente mencionar os seus trabalhos, pesquisas e ações, é também falar sobre feminismos, suas histórias e lutas. Ele faz parte da história dos movimentos feministas, na Bahia e no Brasil, e, em especial, inicia a trajetória do feminismo acadêmico no nosso Estado.

O NEIM foi um dos primeiros núcleos acadêmicos feministas na Bahia a produzir estudos, pesquisas, reflexões sobre como os modelos de conduta (estereótipos) masculinos e femininos são construídos, pois são esses que legitimam e justificam as ações e atitudes preconceituosas, opressivas e violentas que são perpetradas contra as mulheres tanto no mundo privado como no público. Para combatê-las deve-se, portanto, implodir os estereótipos. Estamos falando da necessidade de mudança de visão de mundo, de mentalidades (MORENO, 1999, p. 30), uma tarefa que passa necessariamente pelos processos de socialização a que os indivíduos são submetidos ao longo da vida, ou seja, passa pela revisão e crítica do processo educativo em todos os níveis.

São múltiplos os exemplos da atuação do NEIM nessas modalidades e níveis de ensino, por meio de projetos e ações que envolvem a sensibilização tanto de profissionais de educação como de outros campos acerca das questões de gênero. Assim, por meio de cursos, palestras, seminários, auxilia-se profissionais como professoras(es), policiais, médicos(as), advogados(as), dentre outros, a pensar suas práticas e ações profissionais a partir da perspectiva de gênero e a modificá-las. São ações formuladas dentro da perspectiva de que “o tipo de mundo que desejamos afeta a maneira como abordamos as realidades físicas e sociais” (FARGANIS, 1997, p. 228), assim como é afetado pelas formas como explicamos ou justificamos as relações que o constituem.

A produção, a socialização e a aplicação de conhecimentos não são neutras, como não o são as instituições que propiciam a concretização dessa tríade. Assim, pensar uma reforma do ensino superior, instituição que, a princípio, é a casa das ciências, deve ser também uma reflexão sobre a sua constituição e como os conhecimentos que produz, socializa e aplica reproduzem e justificam estereótipos variados que limitam os espaços e funções de atuação dos sujeitos e, como consequência, apesar do discurso democrá-

tico voltado para a cidadania, continuam a reforçar e perpetuar a desigualdade social e cultural entre os indivíduos.

Constituir, como prescreve Morin (2006, p. 19), uma “democracia cognitiva” que, ao mesmo tempo, é reflexo das circunstâncias históricas, sociais, culturais do contexto onde se insere e, também, condição para o avanço de uma verdadeira democracia, “suscita questões sobre o uso [e produção] social do conhecimento” como pontua Farganis (1997, p. 227). Devido a isso, um dos vieses do pensar as relações entre gênero e ciência é analisar como ocorre a formação dos(as) cientistas, dos(as) profissionais pelas nossas universidades pois não considerar os aspectos relacionais de gênero, raça/etnia, geração, afetivo-sexual, além do de classe, nos processos de formação, é perpetuar o “processo técnico-científico atual – processo cego, aliás, que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas – [que] leva a uma grande regressão da democracia” (MORIN, 2006, p. 19).

Infelizmente as ações do NEIM, apesar do seu grande número, atendem somente a uma ínfima parte, na formação dos(as) nossos(as) profissionais, enquanto a transversalização de gênero e outras interseccionalidades deveria ser obrigatória. Como exemplo, os docentes que, apesar da menção de gênero, ainda que vinculado ao capítulo sexualidade nos Parâmetros Curriculares, na sua formação técnico-profissional não têm contemplada essa temática.

Estamos utilizando o caso da formação dos(as) docentes, como exemplo, devido ao fato de que esses profissionais estarão, a princípio, atuando em uma das principais instituições socializadoras, a escola, devendo-se levar em conta que as instituições escolares, com destaque para aquelas destinadas aos primeiros níveis (infantil e fundamental), são verdadeiros “laboratórios” da vida cultural, social, política, econômica de uma comunidade, um dos principais locais onde o indivíduo amadurece para a

preciso ir além, é preciso ousar e, de fato, viabilizar o que todas as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam para a construção das matrizes curriculares dos vários cursos de graduação: “apreender a dinâmica cultural e de atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que a constituem” (SECRETARIA..., 2000).

Infelizmente, muitos, para não dizer a maioria, dos projetos políticos pedagógicos de cursos ao atenderem essa orientação invisibilizam as questões de gênero, sexualidade, geração e outras, que constituem o cerne das relações sociais, econômicas, políticas, culturais, das sociedades contemporâneas onde os(as) profissionais com graduação superior irão atuar. Ou seja, as instituições de ensino superior precisam ter respostas imediatas para as questões resultantes do surgimento dos novos padrões de sexualidade, da violência no cotidiano doméstico e das transformações nos papéis de gênero e seus reflexos na família, nas práticas pedagógicas, relações interpessoais, etc. e, no entanto, em seus currículos não constam disciplinas ou componentes curriculares que “centralizem” essas discussões. Tal constatação faz surgir dúvidas e questionamentos acerca dos arcabouços teóricos e metodológicos que são construídos por esses profissionais e se, de fato, eles permitem uma visão crítica da atualidade que lhes possibilite atuar positivamente na construção de uma sociedade pautada na equidade e democracia.

Para visualizarmos essa afirmação, acredito que é suficiente pensarmos nos atendimentos na área de saúde, de segurança, para citar alguns, que mulheres em situação de vulnerabilidade recebem e nos quais, muitas vezes, são revitimizadas por meio de procedimentos técnico-profissionais que, sob o manto de uma pseudo neutralidade, revelam-se sexistas, racistas e homofóbicos. Por esse motivo, “a crítica feminista historiciza a ciência [e suas instituições] e indaga como ela será quando os que a praticam forem diferentes e quando a categoria de gênero [e outras inter-

seccionalidades] for levada em consideração” (FARGANIS, 1997, p. 229). Assim, considerando que o procedimento técnico-profissional é reflexo de um posicionamento ideológico, político, enfim, da interpretação de mundo dos sujeitos, estruturados, quase sempre, por hierarquias de gênero, raça/etnia, geração, orientação afetivo-sexual, ficam as seguintes indagações: É possível formar profissionais que possuam qualificação para atuar no mundo contemporâneo, quando as disciplinas comuns, teóricas e práticas de um curso de graduação não contemplam essas questões? Como ele(a) poderá atuar de forma crítica e reflexiva se não teve, na sua formação, a construção de espaços onde poderia adquirir informações e experiências?

A construção de matrizes curriculares que contemplem conteúdos específicos e permitam a discussão e reflexão de temas de relevância social e cultural, dentre os quais se encontram os transversais (PARÂMETROS..., 2001a; 2001b) como gênero, raça/etnia, sexualidade, geração, dentre outros, se faz necessária nos vários cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, tanto públicas como particulares.

Esse é um desafio para as instituições de ensino superior, uma vez que construir uma educação não discriminatória passa tanto pela verificação e reestruturação de conteúdos (currículo), pela produção e aplicação dos conhecimentos, como pela análise da prática e ação profissional e pela forma como ocorre o processo ensino/aprendizagem: rever, de forma crítica, como estamos formando os(as) nossos(as) profissionais, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, espaços para discussão e construção de ferramentas teórico-metodológicas não discriminatórias que permitam uma atuação *para* e *em* uma sociedade democrática e uma formação profissional superior não só voltada para a atuação técnica, mas também enfocada no sujeito e nas relações em que este se encontra envolvido; que compreenda o contexto onde se encontra in-

serido e que, ao promover o seu desenvolvimento, seja por meio da atuação profissional ou política, econômica, social e cultural, e que o faça de forma que as diversidades sejam respeitadas e as relações sejam construídas a partir da equidade. Isso implica em uma reflexão acerca das formas como as instituições de ensino superior vêm concretizando o papel social e político do ensino, que não é somente veicular educação ao mundo do trabalho (LEI DE..., 1996), mas, também, possibilitar condições reais para a construção e a manutenção da cidadania.

Poderíamos complementar as reflexões feitas, acrescentando uma breve retrospectiva histórica das universidades e constatar que essas são, desde o seu surgimento até os dias atuais, instituições permeadas por “elitismo e exclusão social” (UNIVERSIDADE..., 2006), cujas raízes se encontram no campo das representações sociais e culturais que regem, legitimam e sustentam práticas discriminatórias de sexo, raça/etnia, geração, religião, orientação sexual, classe, etc.

A universidade não vem cumprindo de modo efetivo a sua função de construção e manutenção da cidadania somente garantindo a “implantação de programa de ações afirmativas, que promovam oportunidades de acesso à educação superior a grupos sociais historicamente excluídos” (MINISTÉRIO..., 2007), ou seja, estabelecendo cotas para indígenas, negros, mulheres, homossexuais, dentre outros grupos historicamente excluídos. Esta ação é válida, mas apenas suaviza a tensão. É preciso ir além de “ampliar o acesso à universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos” (UNIVERSIDADE..., 2006), visto que a ampliação de acesso e as políticas de cotas são ações afirmativas utilizadas **como um dos meios** de combate à exclusão social, econômica, cultural e política baseada no racismo, sexismo e homofobia/lesbofobia; elas **não são fim** do processo de construção de uma democracia.

Consciente disso, o NEIM, que ousou, a vinte e sete anos atrás, concretizar o sonho de Zahidê Machado Neto, advogada e professora da UFBA, a pioneira, nesta Instituição, a trabalhar com a questão da mulher, de “reunir as pessoas que trabalhavam com a temática” (MOTTA, 2007); que ousou, em 2005, propor o primeiro **Programa de Pós-Graduação** com Mestrado e Doutorado em **Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo**, que foi aprovado pela CAPES; ousa, novamente, ao propor a transversalização das discussões de gênero nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia com a sua transformação em Instituto, passando a ser uma unidade de ensino da UFBA e oferecendo, tanto disciplinas específicas para as graduações como cursos superiores na área dos estudos sobre Gênero e Feminismo.

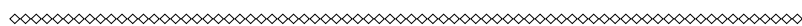
Essa experiência, apesar de inovadora no Brasil e na Bahia, não é nenhuma novidade em países europeus e americanos. Saliência Cecília Sardenberg (1993), que os Estudos de Gênero desenvolvidos no interior de instituições de ensino superior, seja nas atividades de pesquisa, de extensão ou de ensino, são frutos das demandas sociais e políticas da sociedade feitas à universidade a partir dos anos sessenta, quando se desenvolveu um crescente interesse em torno de estudos e pesquisas voltados para a problemática da mulher, engendrando, nesse processo, a construção de um “novo” campo de reflexão que perpassa diferentes tradições disciplinares. Parte integrante desse processo tem sido a articulação de pesquisadoras(es) que desenvolvem trabalhos nessa temática, o que vem contribuindo para a institucionalização dos estudos feministas, que assumem, em diferentes países, características e ritmos próprios ao seu contexto histórico e acadêmico. (SARDENBERG, 1993).

Nos anos 70, surgiram, na América do Norte, os “estudos sobre mulheres”, dando margem, eventualmente, à consolidação

de cursos multidisciplinares de bacharelado, mestrado e doutorado nesse campo específico. (SARDENBERG, 1993) dos quais, um exemplo é o *Institute of Women's Studies* (IWS) que oferece disciplinas específicas para todas as áreas de formação que constituem a Universidade de Ottawa (Canadá). Além de disciplinas como Arte e Gênero, Direito e Mulheres, Teoria Feminista, História das Mulheres, Metodologia dos Estudos de Gênero, Mulher e Saúde, Mulheres, Racismo e Poder, Mulheres e Políticas Públicas entre outras, o IWS disponibiliza formação específica na temática de Gênero por meio do *Major in Women's Studies* e do *Minor in Women's Studies*.⁵

Processo semelhante teve lugar, também em países da Europa, a exemplo da Espanha onde é comum a existência de institutos feministas nas universidades destinados a realizar pesquisas, atividades de extensão e o ensino interdisciplinar e transversal da temática por meio de disciplinas oferecidas nos diversos cursos que as compõem. Dentre os institutos espanhóis destacam-se: *Instituto de Estudios Feministas*, da Universidade Complutense de Madrid; *Instituto de Estudios de la Mujer*, da Universidade Autônoma de Madrid; e *Instituto de Estudios de la Mujer*, da Universidade Autônoma de Granada. O mesmo se aplica para outros países europeus como França e Inglaterra.

Já em nosso país, como em outros países da América Latina, esse processo só foi deslanchado a partir dos anos 80, por meio da apropriação das então emergentes reflexões em torno do conceito de gênero e tendo como principal característica o surgimento de núcleos de estudos específicos, em diferentes universidades e centros de pesquisa. (COSTA; SARDENBERG, 1994). No entanto, em alguns países da América Latina, a exemplo da Costa Rica, Bolívia, Peru, Santo Domingo, Panamá, Argentina, dentre outros,



5 Para maiores informações sobre o *Institute of Women's Studies* recomenda-se a visita ao site: <http://www.socialsciences.uottawa.ca/womenst>.

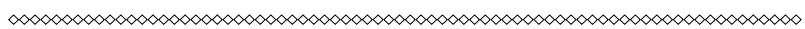
houve uma consolidação, a partir dos anos 90, de cursos específicos em torno dessa temática. No Brasil, ocorreu a consolidação dos núcleos de estudos sobre mulheres em algumas universidades, principalmente públicas, por meio de pesquisas, cursos de extensão e ensino de disciplinas isoladas nas pós-graduações e, em alguns casos, nas graduações.

A constituição, portanto, de uma estrutura acadêmica articulada para desenvolver pesquisa, extensão e ensino, esse último, de forma regular e sistemática, em nosso estado, e quiçá país, é uma situação nova que se inicia com o INEIM e que desejamos que sirva de exemplo para que outros núcleos ousem, também, se transformar em institutos passando a concretizar a transversalização das discussões de gênero e outras interseccionalidades nas formações profissionais superiores oferecidas por suas instituições.

Nas considerações aqui feitas, percebe-se o teor político da proposta, que deverá ser efetivada a partir de três ações, junto ao ensino de graduação da Universidade Federal da Bahia, a saber:

1. Inclusão de módulos curriculares específicos de gênero e outras interseccionalidades tanto nos cursos de graduação tradicionais (bacharelados e licenciaturas) como nos Bacharelados Interdisciplinares (Humanidades, Artes e Ciências)⁶;
2. Implementação de cursos sequências de complementação de estudos, com o enfoque de gênero e diversidade para discentes egressos(as) da várias graduações;
3. Oferta de cursos de graduação.

Tanto os componentes curriculares, como os cursos específicos, oferecidos, primeiramente, pelo NEIM e, posteriormente, pelo INEIM, pertencem às áreas dos Estudos de Gênero em diálogo



6 Para uma maior compreensão da divisão dos Bacharelados Interdisciplinares recomenda-se a leitura de Morin (2006), Genro e Mota (2005) e do Projeto Universidade Nova (UNIVERSIDADE..., 2006)

interdisciplinar com as demais áreas de saberes e formação, permitindo aos(as) profissionais formados(as) pela UFBA – médicos(as), docentes, advogados(as), engenheiros(as), biólogos(as), matemáticos(as), físicos(as), químicos(as), arquitetos(as), agrônomos(as), economistas, dentre outros – a construção de um arcabouço teórico-metodológico que lhes possibilite uma atuação e/ou ação profissional não discriminatória *para e em* uma sociedade verdadeiramente democrática e pautada na cidadania.

A participação dos(as) discentes matriculados(as) nas disciplinas oferecidas e/ou em cursos em programas de extensão e intervenção torna-se uma exigência, uma vez que acreditamos que ao intervirem na comunidade local, por meio dos projetos de extensão, esses discentes poderão reformular, destruir/reconstruir, reforçar conceitos apreendidos nas situações didáticas e construir conhecimentos críticos e reflexivos sobre a sua atividade profissional, a partir do abandono da visão “ingênua” da realidade onde está inserido.

Não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade e com os homens e mulheres concretos que nela e com ela estão, se dessa realidade e desses homens e mulheres se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, para aquele(a) que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável; se ele(a) olha e percebe uma realidade enclausurada em departamentos estanques; se não a vê e não a capta como uma totalidade cujas partes se encontram em permanente interação. Daí a sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transformará a realidade, mas sim sobre a totalidade, pois é transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, a sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua, meramente “focalista” da realidade, não poderia constituir um compromisso. (FREIRE, 2001, p. 23).

O atual projeto foi apresentado às instâncias responsáveis da universidade e, se aprovado, o NEIM passará a ser o Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (INEIM), que terá como missão: contribuir por meio das atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão para a formação de uma consciência crítica acerca das mulheres e das relações de gênero na sociedade, sedimentando, assim, as bases para a construção da democracia.

Para finalizar, quero destacar que não acreditamos em produção e socialização de conhecimentos descomprometidas. O INEIM vem reafirmar e demarcar, em nossa trajetória, essa crença, pois, como prescreve o artigo 33º, do seu regimento (em processo de aprovação):

As instâncias de cooperação e gestão do INEIM responsabilizar-se-ão pela fiel observância aos princípios da ética científica e acadêmica no exercício cotidiano do trabalho universitário, contemplando os princípios ético-políticos do pensamento feminista. (NÚCLEO..., 2007, grifo nosso).

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/19394.htm>>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras*. Brasília, 2007. Minuta de Decreto Presidencial.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior-SESU. *Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação*. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <www.mec.gov.br>.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *Zahidê Machado Neto*. [conversa informal com Iole M. Vanin]. Salvador, out. 2007.

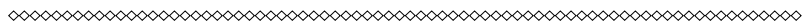
- COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, n. esp., 2. sem. 1994.
- FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In.: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GENRO, T.; MOTA, R. Mudanças na graduação. *Diário de Santa Maria*. Santa Maria, RS, 15-16 jan. 2005. Seção Opinião.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MORENO, Monserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas; Moderna, 1999.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER. *Regimento Interno do Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (INEIM)*. Salvador, 2007.
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais. *Apresentação dos temas transversais*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Fundamental, 2001a. v. 8.
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais. *Pluralidade cultural e orientação sexual*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Fundamental, 2001b. v. 10.
- SARDENBERG, Cecília M. B. *Institucionalização dos estudos de gênero no Brasil*. Salvador, 1993. Texto inédito.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Universidade nova: reestruturação da arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia*. Salvador, 2006. (Minuta de Anteprojeto).

RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NAS TRAMAS DOS PODERES

Ana Alice Alcântara Costa¹

Depois de uma espera que vinha se arrastando desde a campanha eleitoral de 2002, a prometida reforma política finalmente entrou em pauta do Congresso Nacional. Na verdade, entrou para morrer. O que se esperava ser um grande processo de mudanças nas regras políticas do Estado brasileiro não passou de uma simples reacomodação de forças e distribuição de cargos para os velhos e novos aliados. Nesse jogo, as mulheres viram, mais uma vez, escorrer pelo ralo dos acordos políticos suas esperanças de mudar as regras patriarcais e elitistas da distribuição do poder formal no país.

Aparentemente, isso poderia ser visto como uma derrota para as mulheres mas, na realidade, essa foi uma derrota para a sociedade brasileira que viu sucumbir nas malhas de um Congresso corrupto, desacreditado, envolvido em frequentes escândalos, as possibilidades de realizar mudanças mais sérias nos próprios cri-



1 Integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Professora de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do RPC para América Latina. Diretora de Pesquisa da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero.

térios de representação, repensar o papel do legislativo, criar mecanismos de controle e acompanhamento por parte da sociedade civil tanto para o legislativo quanto o executivo, etc.

A maioria das demandas das mulheres assim como as dos vários outros setores organizados da sociedade brasileira sequer chegaram às mesas de negociação.

No entanto, nesse processo, as mulheres souberam tirar proveito político das atividades realizadas, que vão muito além da mera consequência dessa derrota conjuntural: ultrapassaram, porque souberam transformar essa luta em um aprendizado, avançar na sua organização e ampliar suas possibilidades de articulação com outros setores da sociedade brasileira, em especial, com o executivo e as deputadas e senadoras; avançaram, por que souberam utilizar outros espaços de ação governamental e intervenção cidadã para colocar em pauta a questão da paridade e de uma série de demandas de políticas públicas específicas que possam levar à construção de uma sociedade mais igualitária.

O Brasil ainda hoje se caracteriza pelo amplo leque de desigualdades sociais. Detentor de um dos maiores índices de concentração de renda do mundo, o país convive com a miséria de muitos e a opulência de poucos. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, com a eleição de Lula para a presidência, em 2002 e 2006, não conseguiu ainda alterar esse quadro de desigualdades. Entre os miseráveis, as mulheres são a imensa maioria e estão submetidas à violência doméstica, aos baixos salários, ao subemprego, etc. Não é a toa que representam hoje a maioria absoluta dos desempregados. As que estão integradas no mercado de trabalho enfrentam os baixos salários e as funções pior remuneradas e de menor prestígio, a exemplo do emprego doméstico remunerado do qual as mulheres representam 98%, o que, no Brasil, significa 12 milhões de mulheres, sendo que 60% delas sem qualquer amparo trabalhista ou de seguridade social.

No campo da representação política, a situação das mulheres não é distinta: conquistamos o direito ao voto em 1934 e, apesar de sermos hoje 51% do eleitorado, não chegamos a 10% dos cargos eletivos do país, o que coloca o Brasil como um dos países mais atrasados em termos de representação feminina. Segundo dados da União Interparlamentar, o Brasil ocupa a centésima terceira posição em um total de 135 países na classificação mundial.

Essa baixa representação é um paradoxo em relação às proporções e à força política demonstrada pelo movimento feminista brasileiro, nesses últimos trinta anos, nos quais aumentar a participação política das mulheres tem sido um dos desafios das feministas brasileiras.

Acumulando experiências

Situado no contexto das lutas pela redemocratização do país durante a ditadura militar instalada após o golpe de Estado em abril de 1964, o movimento feminista brasileiro teve como característica principal uma perspectiva de esquerda e de transformação radical das relações sociais de produção. Apesar dessa característica, desde seu ressurgir, em meados dos anos 70, teve de enfrentar o rechaço das organizações da chamada esquerda revolucionária, dos partidos políticos dominados pelos homens e, até mesmo, o “conservadorismo” de uma ala da Igreja Católica tida como progressista, além do autoritarismo e da repressão do regime militar.

O processo de redemocratização dos anos 80 trouxe novos desafios para o feminismo, dentre os quais a necessidade de repensar sua posição frente ao Estado, na medida em que não se podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno de influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva, com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e eco-

nômicas, de ações de bem estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto, um aliado fundamental na transformação da condição feminina. Junte-se a isso a ampliação da compreensão do próprio papel do Estado no sentido de garantir e viabilizar um conjunto de direitos sociais, econômicos e políticos para a totalidade da sua população.

Foi a consciência dessa possibilidade que levou o movimento a se integrar na construção de diversos mecanismos institucionais ou, como chama Virginia Guzmán (2000), “novas institucionalidades”, no âmbito do Estado, de promoção e defesa das mulheres, como também articular um amplo movimento para interferir no processo de elaboração da Constituição de 1988 e, posteriormente, na implementação de políticas regulativas e distributivas na perspectiva de gênero.

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o “lobby do batom”, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, constituindo o setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi o desempenho conjunto da chamada “bancada feminina”: atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando, assim, suas divergências ideológicas, apresentaram em bloco a maioria das propostas de forma suprapartidária, garantindo, assim, a aprovação das demandas do movimento. Essa prática, estreada pelo movimento feminista no âmbito do legislativo, traz em si, também, uma quebra no modelo tradicional de representação, garantida através da centralidade do partido.

Essa foi mais uma lição aprendida. A partir daquele momento, o movimento feminista passou a ter uma atuação sistemática de articulação conjunta com as deputadas conseguindo avançar no sentido do aprimoramento do sistema legal.

Também no âmbito interno do movimento feminista houve mudanças. Já no início dos anos 90 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres, articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias, através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais e as trabalhadoras rurais, através de suas várias organizações começaram a se auto-identificar com o feminismo, o chamado feminismo popular e ainda, as organizações feministas de mulheres negras ampliaram os parâmetros da própria luta feminista. O feminismo muda de cara e assume uma identidade mais diversificada.

O processo preparatório para Beijing, em 1995, trouxe novas experiências e energias ao movimento feminista brasileiro. Cerca de 800 organizações de todo o país participaram da elaboração da Declaração das Mulheres Brasileiras à IV Conferência, uma experiência que se repetirá em 2000, na preparação de Beijing+5. Em 2002, nos meses que antecederam as eleições presidenciais, foram realizadas 26 Conferências Estaduais (convocadas pelas redes e agrupamentos feministas), envolvendo mais de 5.000 feministas de todo o país com o objetivo de construir uma “*Plataforma Política Feminista*” que foi entregue a todos os candidatos à Presidência da República, apresentando a integralidade das nossas propostas.

Em 2004, aproveitando-se dessa experiência, Lula, o presidente eleito, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), convoca a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com o objetivo de “**propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres**”. O movimento respondeu positivamente, consciente da necessidade de seguir criando novos espaços de interlocução com o governo ou aproveitando os espaços já institucionalizados. Calcula-se que, aproximadamente, 500 mil mulheres participaram, em uma demonstração de força, de capacidade de mobilização e de articu-

lação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira, propostas que passaram a orientar a política governamental.

As mulheres e a reforma política

A partir da redemocratização, em 1985, o Estado brasileiro vem vivenciando um processo contínuo de ampliação dos espaços de representação e articulação entre governo e sociedade civil. Dentre esses espaços merecem destaque a criação de organismos específicos de defesa dos direitos das mulheres e a implementação de políticas públicas. Não obstante, no que se refere à participação política das mulheres, segue-se observando taxas muito baixas de participação tanto no legislativo quanto no executivo. Aliás, esse é um paradoxo enfrentado pelo feminismo brasileiro: sua força política não tem se traduzido em abertura de espaços para as mulheres na política formal.

Em 1995, na tentativa de *aliviar* essas dificuldades, através de mais uma articulação política com as deputadas federais, conseguimos aprovar com muito esforço uma Lei de Cotas que “garante”, hoje, 30% de candidaturas femininas no total de candidatos apresentados pelos partidos para os cargos nas eleições proporcionais – vereadores(as) e deputados(as) estaduais e federais. Mas essa lei de cotas é muito frágil e, na verdade, não “garante” nada porque:

- não obriga, de fato, os partidos a cumprirem a cota, já que não há penalidade para aqueles que não garantem os 30% de mulheres;
- não prevê recursos financeiros e acesso ao horário político gratuito dos rádios e televisões para as mulheres; e
- não cria mecanismos partidários de incentivo à formação política das mulheres.

Ao iniciar-se o processo de discussão da Reforma Política no Congresso Nacional, o movimento de mulheres descortinou a possibilidade de fazer uma transformação maior na legislação brasileira, no sentido de garantir mecanismos que de fato possibilitassem a ampliação do número de mulheres nas estruturas formais do poder. A primeira tarefa seria garantir o apoio da população, em especial das mulheres, e o apoio dos parlamentares para as demandas feministas, nesse campo. Mas uma vez a parceria com as deputadas se fazia necessária.

Building constituencies for equality and justice

Fundamentadas na legitimidade conquistada em quase 25 anos de atuação junto aos movimentos de mulheres no país, as integrantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (órgão de pesquisa da Universidade Federal da Bahia), começaram a intervir nas discussões da reforma política de uma forma mais estruturada, buscando criar um consenso em torno de propostas consistentes que atendessem às demandas das mulheres com a criação de mecanismos institucionais que, de fato, contemplassem uma participação mais democrática.

O primeiro passo foi o levantamento das propostas que vinham sendo discutidas nas diversas redes temáticas e articulações do movimento de mulheres. Após a identificação das demandas consensuais foi elaborada uma proposta mínima que atendesse à complexidade do movimento feminista no Brasil. O passo seguinte foi criar um respaldo político para essa proposta junto ao movimento e ao Congresso Nacional. Para tal, duas ações foram fundamentais:

1. a utilização dos espaços da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, convocada pelo executivo para avaliar

as políticas públicas implementadas e apontar novas necessidades; e

2. a realização do seminário “As trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais de ações afirmativas” no Congresso Nacional.

Visando atender a uma das exigências do Regimento da Conferência Nacional, a proposta sistematizada foi apresentada pela equipe do NEIM e aprovada em seis conferências municipais (a capital Salvador e a Região Metropolitana), garantindo assim que fosse submetida e aprovada na Conferência Estadual na Bahia, caminho para chegar à Conferência Nacional a ser realizada em Brasília, de 21 a 18 de agosto deste ano. A proposta resultante desse processo de discussão manteve em seu núcleo básico a necessidade de uma legislação que garanta a paridade política entre homens e mulheres em todos os cargos e funções públicas, o financiamento público das campanhas eleitorais e a destinação de recursos públicos para a formação política das mulheres. Aprovada na II Conferência Nacional, a proposta saiu respaldada por um processo de consulta que envolveu cerca de 250 mil mulheres em todo o país.

Já a ação voltada para a sensibilização dos parlamentares culminou com a realização do Seminário “As trilhas do poder das mulheres – experiências internacionais de ações afirmativas”, no Congresso Nacional/Brasília (19 e 20 de junho). Esse evento foi realizado pelo NEIM (como parte das atividades do RPC) conjuntamente com a Bancada Feminina da Câmara Federal e as Comissões Permanentes de Legislação Participativa, de Seguridade Social e Família, de Direitos Humanos e Minorias e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal. Contou também com a parceria com a ONG Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento AGENDE de Brasília e o Projeto Mulher e Democracia de atuação em todo o nordeste Brasileiro, e com o apoio do DFID e UNIFEM. A organização do Seminário por si só já foi um intenso processo

de negociação, definição de alianças, convencimentos e sensibilização das parlamentares em especial das estruturas de poder no Congresso Nacional. Vale ressaltar que coincidentemente este Seminário foi realizado na semana de maior mobilização da reforma política, tendo muito destaque no próprio Congresso nacional e na imprensa nacional.

Contando com a participação das Deputadas Federais, Senadoras e alguns parlamentares masculinos, militantes de organizações feministas e partidárias, representantes do executivo, o Seminário teve como foco a avaliação do sistema de cotas brasileiro a partir do conhecimento e análise de outras experiências internacionais. Nessa perspectiva foram apresentadas as experiências da Argentina (Jutta Marx Shutz - Projeto PNUD FO/ARG); da Costa Rica (Montserrat Sagot - Universidad Nacional de Costa Rica), países da América Latina onde o sistema de cotas deu melhores resultados fazendo com que as mulheres hoje representem quase 40% do legislativo. Na Argentina o sistema de listas fechadas e a definição de que a cota incidiria no número total de eleitos do partido foi a garantia para tal sucesso. Já na primeira eleição com o sistema de cotas (1991) as mulheres passaram de 4,3% para 13,6% na Câmara Federal. Nas últimas eleições de 2005 o percentual de deputadas federais chegou a 35,89 e no Senado foi para 42,3%.

Na Costa Rica a discussão do sistema de cotas começou em 1988, mas somente em 1999 quando da reforma eleitoral foi instituído estabelecendo um percentual de 40% das candidaturas para as mulheres. Nesse país tem sido fundamental para o sucesso das cotas a ação fiscalizadora e disciplinadora dos Tribunais Eleitorais, garantindo assim a obrigatoriedade da lei. Graças as cotas atualmente a participação das mulheres no Congresso Nacional é de 39% e 52% nos governos municipais.

A experiência da África foi trazida pela Deputada Juliana Kantengwa, (representante de Representante de Ruanda no Par-

lamento Pan-Africano) que mostrou como a partir de 1999 a condição da mulher em Ruanda vem se transformando. Inicialmente avançando no sentido de garantir o direito de herança e posteriormente, graças a lei de cotas implementada em 2003, Ruanda, recém saída de uma guerra civil conseguiu mudar a cara da representação feminina alcançando hoje 48,8% das vagas de deputados e 36% das de senadores.

A experiência sul asiática foi apresentada por Naila Kabeer (IDS) de Bangladesh, que traçou um panorama do quadro de dificuldades enfrentadas pelas mulheres dessa região, em especial as da Índia, Paquistão e Bangladesh. Países com fortes culturas patriarcais, sistemas políticos instáveis e sujeito a frequentes regimes militares, com fortes implicações na vida das mulheres. Não obstante esse quadro vem ocorrendo uma significativa reforma com a introdução de cláusulas que garantam uma maior participação das mulheres. Nesses três países o sucesso das cotas no governo local tem se tornado exemplo da efetiva participação de mulheres e têm sido citado nas crescentes demandas para a ampliação de reservas para as mulheres aos níveis nacionais.

Situação semelhante foi apresentada por Suha Barghouti (ANND e PNGO) representante da Palestina, país cuja autoridade política vive sob a tutela de Israel. As mulheres apesar de terem participado ativamente de todas as lutas pela independência, não conseguiram transformar essa ação em mudanças reais na condição feminina, na construção da igualdade de Gênero. Nas eleições de 2006 as mulheres tiveram um expressivo avanço conquistando 17% do número de cadeiras no parlamento palestino.

Com o objetivo de proporcionar uma visão mais de conjunto dos avanços da participação feminina no âmbito internacional, Julie Ballington do *Programme for Partnership between Men and Women Inter-Parliamentary Union* (IPU) apresentou um panorama dos países onde a participação política das mulhe-

res vem avançando a partir da implantação de ações afirmativas, apontando também algumas tendências impulsionadoras desses processos a exemplo da existência de um sistema de sanções para aqueles partidos que não cumprem as cotas, a maior probabilidade de êxito entre os países que adotam o sistema de listas fechadas nos processos eleitorais, o financiamento público das campanhas com percentuais dos recursos femininos estabelecidos a partir do percentual das cotas.

O contraponto dessas experiências de sucesso foi exatamente o caso brasileiro apresentado por Clara Araújo (UERJ) identificando as enormes fragilidades do sistema brasileiro que não conseguiu nestes 13 anos de existência alterar a distribuição do poder no país, mantendo as mulheres excluídas das esferas de decisão. Um dos principais problemas é a falta de sanções para aqueles partidos que não atingem os 30% em suas listas de candidaturas.

Também como parte das atividades desse seminário a Deputada Luiza Erundina apresentou as propostas que estavam sendo consensuadas entre as parlamentares e eu (Ana Alice) apresentei a proposta que vinha sendo discutida pelo movimento e naquele momento já aprovada por um número significativo das Conferências Estaduais de Políticas para Mulheres já realizadas.

Muitas dessas discussões foram incorporadas pelas deputadas e apresentadas como propostas ao relator do Projeto de Reforma Política (PL 1210/07). Porém, bem poucas dessas demandas foram incorporadas ao relatório final da reforma política e as que foram aprovadas não atendiam integralmente a proposta. Por exemplo, as mulheres reivindicavam que fossem destinados 30% do fundo partidário para esse a educação política de mulheres, mas na negociação, conseguiram ter direito a apenas 20% dos recursos destinados aos partidos políticos. Outra reivindicação incluída no relatório foi a garantia de tempo na propaganda partidária gratuita em TV e rádio para o tema da participação política das mulheres.

No entanto, as deputadas não conseguiram garantir a alternância de sexo nas listas preordenadas e muito menos a paridade desejada e o financiamento público de campanha.

Por outro lado, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada após o Seminário e o processo de reforma política discutida no Congresso Nacional, reafirmou a proposta do movimento de mulheres, garantindo no conjunto das políticas a serem encaminhadas como parte do Plano Nacional de Políticas para a Igualdade o compromisso do governo federal em realizar esforços junto ao Legislativo para construir a paridade representativa entre homens e mulheres.

Para o movimento feminista encaminha-se uma nova frente de batalha. Conjuntamente com outros setores da sociedade brasileira preocupados em ampliar a participação democrática, o feminismo integra-se nesse momento na mobilização pela convocação de uma nova assembléia constituinte, vista como o único espaço possível de realização das mudanças políticas necessárias ao país.

Referências

AUMEDES, Noemi. El desafío de construir espacios. In. SEMINARIO REGIONAL CIUDADES: *Planificando la igualdad*. Unidad Temática Género e Municipio. Montevideo, Uruguay: FESUR, ago. 2001. p. 113-117.

BANDEIRA, Lourdes M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005. p. 169-193.

BAREIRO, Line. El estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. In: MEMORIA DEL II SEMINARIO REGIONAL. *De poderes y saberes: debates sobre reestructura política y transformación social*. Montevideo: Doble clic/DAWN/REPEM, 2000. p. 11-32.

BRUENA, Silvana; GONZÁLEZ, Mariana. Democracia en todos los planos. In: SEMINARIO REGIONAL CIUDADES: *Planificando la Igualdad*. Unidad Temática Género e Municipio. Montevideo, Uruguay: FESUR, ago. 2001. p. 73-95.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação de política social na América Latina. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 2, v. 2, n. 2, p. 5-24, 2003.

CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN SOBRE FORMACIÓN PROFESIONAL - CINTERFOR/OIT. *La condición paradigmática de la política pública de equidad de género*, 2002. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy>>. Acesso em:

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. *Vocabulário referido a género*. Guatemala, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em:

GUZMÁN, Virginia. La equidad de género como tema de debate y de políticas públicas. In: FORO INTERNACIONAL SOBRE CIUDADANÍA, GÉNERO Y REFORMA DEL ESTADO. *Feminismo en transición; transición con feminismo. Memoria...*, México: Grupo de Educación con Mujeres, 1997.

GUZMÁN, Virginia. *La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Serie Mujer y Desarrollo n. 32.

GUZMÁN, Virginia; LERDA, Sandra; SALAZAR, Rebeca. *La dimensión de género en las políticas públicas*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer - CEM, Santiago de Chile, 1994.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de género: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline; MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de género; um modelo para armar: o caso do Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45, p. 7-21. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em:

PEREIRA, Potyara A. P. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências*. Brasília. NEPPoS/CEAM/UnB, 1994.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de género no Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline, MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de género; um modelo para armar: o caso do Brasil*.

Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Serie Mujer y Desarrollo, n. 45, p. 23–40. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em:

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER. *Plataforma de Ação de Beijing*. Beijing, 1995.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, 2001. p. 173–208.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas de gênero, feminismo e novas institucionalidades. In: NAZZARI, Rosana Kátia. (Org.). *Temas de Ciência Política*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004. p. 223–243.

SANTOS, Graciete. Gênero e desenvolvimento. In: SANTOS, Graciete (Org.). *Gênero e desenvolvimento rural: manual de orientação para os agentes da reforma agrária*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2002.

STIEGLER, Barbara. *Gênero, poder e política: 10 perguntas e respostas sobre o conceito de “gender mainstreaming”*. Tradução Lucia Inês Santalices Rodrigues. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Versão preliminar organizada por Snm/Cut e Fes, out. 2005. (mimeo).

VALENTE, Virginia Vargas. *Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina*. In: PRESUPUESTOS NACIONALES PARA LA EQUIDAD. Quito, 2000. Disponível em: <www.unifemandina.org/docu.html>. Acesso em:

VALENZUELA, Malú. Desigualdad de género y pobreza en América Latina. In: PACHECO F. *Incorporación de género en las políticas de erradicación de la pobreza y generación de empleo in América Latina*. San José: OIT, 2003. p. 289–338.

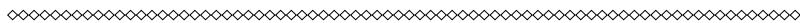
ZAPATA, Tânia; PARENTE, Silvana. *O desenvolvimento institucional e a construção de parcerias para o desenvolvimento local*. IDR, 2004. Disponível em: <www.idr.org.br/artigos/admin/arquivos/artigo11.php>. Acesso em:

GÊNERO E TRABALHO

desafios da intervenção nas atividades informais

Iracema Brandão Guimarães ¹

Inúmeros esforços têm sido feitos em busca de melhores formas de superação das tensões existentes entre as concepções de ciência pura e ciência aplicada. Um bom exemplo delas pode ser encontrado na reflexão de Pierre Bourdieu a respeito das práticas profissionais e do papel dos intelectuais e pesquisadores junto à sociedade, que requerem a sua saída do microcosmo acadêmico para entrar em interatividade com o mundo exterior (a exemplo dos sindicatos, associações e grupos em luta), “inventando uma combinação improvável mas indispensável, de conhecimento engajado, uma política de intervenção no mundo político, que obedeça – na medida do possível – às regras em vigor no campo científico” (2001, p. 43). Na visão do autor, é possível pensar em um empreendimento coletivo, de crítica ao neoliberalismo, por exemplo, no qual cabe aos cientistas um papel primordial, em um



1 Professora da UFBA (Dep. de Sociologia, PPGCS, PPGNEIM). Pesquisadora do CNPQ e CRH.

momento em que se invoca a autoridade da ciência, sobretudo, a econômica, na elaboração das diretrizes das políticas neoliberais.

O papel da ciência e a elaboração das diretrizes políticas são temas sempre retomados quando se trata da importância do conhecimento engajado, hoje uma questão central no debate sobre as relações de gênero, seja como campo de conhecimento ou como campo de aplicação, como reflexão ou intervenção, questão que também está presente nas concepções correntes da transversalidade e da transversalização nas relações de gênero. Como campo de conhecimento, cabe recordar a permanência, durante algum tempo, de um desafio para a constituição de um campo teórico à parte – os estudos sobre mulheres como disciplina autônoma – cujo ponto de partida foram as pesquisas feministas (o esforço das intelectuais). Sua principal contribuição à construção do gênero como relação social-histórica, implicando em relações de poder que atravessam o tecido social – as classes, as comunidades, as nações – levou Elizabete Lobo (1991, p. 190) a refletir sobre a construção dessa autonomia, insistindo sobre o gênero como objeto relacional (e transversal) que, dificilmente, poderia se constituir como um campo à parte do contexto das relações sociais.

Se o gênero não podia ser pensado como um campo teórico à parte do contexto das relações sociais, ao abrigo de contradições, conforme M. Perrot (apud LOBO, 1991), tratava-se de expressar as dificuldades epistemológicas que refletiam o estado de conhecimento dos estudos sobre mulheres nos anos 90. Assim, foi no espaço dos deslocamentos dos paradigmas científicos predominantes nas Ciências Sociais (a partir dos anos 60) que as pesquisadoras feministas desenvolveram um discurso teórico próprio que encontrou interlocutores acadêmicos e políticos.

Sem perder de vista o caráter relacional do gênero como objeto de conhecimento e, em decorrência, a sua transversalidade – problemática que atravessa a história e o tecido social, as instituições

e as mentalidades – tratar-se-ia de um objeto interdisciplinar por excelência. Segundo Lobo, ele é, ao mesmo tempo, tanto do domínio das teorias, do mercado de trabalho, como da família e de tantas outras temáticas.

Este é o caso que levou Paoli (1991), em trabalho apresentado em uma mesa redonda cujo título era *A transversalidade do gênero nas Ciências Sociais*, em 1990, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), a questionar, de outro ângulo, a visão de que as mulheres não constituem um grupo social em si, mas uma categoria transversal a outras como as classes, as comunidades, as nações. Indagando se essas também teriam existência “em si”, a autora discute a concepção de transversalidade que tornaria problemático o reconhecimento de que a temática dos movimentos sociais não identificava o gênero de seus participantes, nem se perguntava sobre o caráter que o gênero imprime à participação.

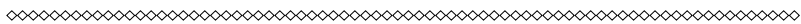
Paoli (1991) buscou assim discutir a relação entre um novo sentido histórico da prática política e a dificuldade de sua equivalência a sujeitos tão diversos (tal como emergem nos novos movimentos sociais), conduzindo-a a indagar de que modo as relações de gênero (tanto quanto as de cor, idade, etnicidade) podem se universalizar nas Ciências Sociais. Esse novo sentido histórico da prática política e o reconhecimento da diversidade de sujeitos existentes ganharam densidade e interferiram na agenda política pós anos 80 (cenário das grandes mudanças estruturais abordado posteriormente), tendo como um dos seus resultados a ênfase na necessidade de as mulheres influírem no âmbito dos processos decisórios. Em busca dos elos entre conhecimento e aplicação, cabe, também, lembrar que essa ênfase da participação no processo político correspondeu a um deslocamento, tanto pela importância que o feminismo passou a dar aos partidos e instituições, como pela importância que os estudos de gênero atribuíram ao tema do

poder, passando-se então a conviver com o cenário institucional da participação das mulheres nas esferas decisórias, o que se tornou um dos centros das demandas e do desenho de políticas e propostas de intervenção. (ARAÚJO, 2001, p. 51-53).

Na busca dos elos entre conhecimento e aplicação, ou intervenção, e o desenho de políticas, na perspectiva do mundo do trabalho, reconhece-se a importância das pesquisas e análises que abordem a diversidade das condições de trabalho e as experiências e trajetórias das mulheres como subsídios à sua implementação. A esse respeito, Guzmán et al. (1999, p. 154) alertam para a necessidade de políticas integrais que atuem sobre os distintos mecanismos discriminatórios que operam no mercado de trabalho contra as mulheres e que assegurem, portanto, a presença das trabalhadoras nos espaços de negociação dos temas relativos ao trabalho.

Gênero, trabalho, mudanças recentes

Os mecanismos discriminatórios que operam no mercado de trabalho contra as mulheres têm sido o principal alvo dos pesquisadores do tema e o percurso entre a reflexão e a intervenção permanece no horizonte de muitos deles, remetendo a modos distintos (mas complementares) de problematizar a discussão sobre a transversalidade e a transversalização de gênero² no “mundo do trabalho” (expressão aqui utilizada no sentido de Eric Hobsbawm, 1984). Buscou-se, sempre, demonstrar que tais mecanismos são expressões das relações de gênero que, em determinados aspectos, se modificam, mas, em outros, se redefinem ou mantêm, no contexto atual das mudanças no mercado de trabalho regulamen-



2 A transversalização do enfoque de gênero passou a ser adotada como estratégia para a construção da equidade de gênero o que envolve o compromisso de governos na elaboração das políticas públicas. Esta nova postura, definida inicialmente na Plataforma de Ação, IV Conferencia Internacional das Mulheres, Beijing, China, 1995, é analisada por Sardemberg, 2006.

tado e formal. Entretanto, poucas serão as mudanças percebidas em relação ao trabalho informal cujo crescimento coloca novos elos e desafios que lhe são proporcionais, aumentando talvez as dificuldades para a intervenção e para o desenho de políticas que agreguem as questões de gênero.

Buscamos então um paralelo entre os temas mencionados, um problema de conhecimento e um problema prático, no que tange ao gênero e ao trabalho, retomando a produção de conhecimentos e suas revelações quanto ao crescimento das atividades produtivas entre as mulheres e quanto a novas indagações que se sobrepõem às anteriores.

Sendo o eixo da dinâmica econômica, a indústria constituiu o alvo, nos anos 80, de um conjunto de intervenções condizentes com o objetivo de controlar a queda de produtividade e a retração, geradoras da crise econômica do período, as quais resultaram na introdução de novos modelos produtivos conhecidos como especialização flexível, em uma conjuntura de globalização, reestruturação produtiva, ou pós-fordismo. Essa mudança implicou em uma dupla transformação do trabalho: um processo mais concentrado nas grandes empresas industriais, localizadas nos países capitalistas centrais, que exigiram estabilização e implicação do sujeito no processo de trabalho para a realização de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação e intercompreensão; mas, nos outros espaços, verificou-se a instabilização e a precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado e do emprego precário, associados à flexibilidade no uso da mão de obra, um movimento macrossocial e mundializado (HIRATA, 1998, p. 8).

Essa dupla transformação envolveu o ajuste e a modernização das empresas às exigências do mercado, trazendo também consequências negativas e restritivas na geração de empregos e nas condições de trabalho. Os novos modelos produtivos causa-

ram intensas transformações na produção manufatureira, cada vez mais concentrada em grandes corporações transnacionais, redes de produção e comercialização de ordem mundial, ou cadeias produtivas, reafirmando-se, de certo modo, a condição de dependência dos países considerados de industrialização tardia. A reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho foram, portanto, soluções encontradas inicialmente pelas grandes empresas industriais, cujos novos modelos de organização incorporaram estratégias gerenciais que buscavam superar os padrões fordistas e criar condições para a produção “enxuta” que quebrasse a rigidez da organização produtiva, através da reformulação das relações inter-firmas, e da flexibilização das relações de trabalho (RAMALHO; SANTANA, 2006).

O resultado dessa conjuntura foi o crescimento mínimo da produção como ocorreu e ocorre no Brasil, tornando o desempenho do mercado de trabalho restritivo na geração de empregos formais (com registro, carteira assinada e benefícios assegurados) e fazendo com que o país não consiga criar o nível necessário de ocupações e não consiga inserir (ou não incluir) boa parte da população. No tocante à participação por sexo, o desempenho restritivo da indústria sobre o trabalho das mulheres apenas se redefiniu, considerando-se que nos anos 70 e 80, os ramos que mais absorviam a atividade feminina eram as indústrias de vestuário (57%) e têxtil (52%), em atividades não qualificadas, como operárias nas linhas de produção. Nas atividades qualificadas, mais presentes nas grandes empresas, as mulheres eram absorvidas nos setores administrativos, como secretárias, ou como técnicas em serviços de saúde e assistência social, e as maiores restrições às mesmas eram observadas nos ramos mecânico, metalúrgico e de papel e celulose (BLAY, 1978, p. 140).

Essas restrições se modificam, tanto em relação aos setores e ramos da economia, como de acordo com a natureza das relações

de trabalho. No caso da indústria e dos seus efeitos no conjunto do mercado de trabalho, a dupla transformação a que se refere Hirata, (1998), associada à globalização e ao contexto da reestruturação produtiva, atingiu, de modo desigual, homens e mulheres, em função dos novos requisitos exigidos pelas empresas e das mudanças nos conteúdos das atividades, refletindo-se na produção de competências verificáveis nas situações e tarefas específicas.

A competência é então definida de acordo com a capacidade de executar as decisões que a ação sugere; é a capacidade de resolver problemas em uma dada situação. Além dessa mudança na relação qualificação-competência, novos conceitos são introduzidos: a importância da formação profissional condizente com os padrões de competitividade de mercado, atenta às tendências de mercados e empresas “enxutas”, voltadas para conceitos como gestão de qualidade, envolvimento dos trabalhadores, empregabilidade, trabalhador polivalente e multifuncional.

As mudanças tecnológicas (início dos anos 80) e a adoção de novos modelos organizacionais (meados dos anos 90), tanto na indústria, quanto nos serviços, fizeram com que diversas ocupações e profissões fossem abertas às mulheres, desde engenheiras, a analistas de sistemas, programadoras e técnicas especializadas. Mas os estudos também mostram que a abertura de postos de trabalho nas empresas geralmente representa redução de custos ou desqualificação, além do que os novos postos são criados em número limitado, e frequentemente são preenchidos por trabalhadores do sexo masculino (HIRATA, 2003). Assim, setores tais como a construção civil e transportes coletivos ou, na indústria de transformação, ramos como o metalúrgico (anteriormente fechado às mulheres) abrem oportunidades em atividades como operação de máquinas e equipamentos, em sua maioria atividades antes qualificadas, e que passaram a ser repetitivas e sem responsabilidade, justificando um rebaixamento de salários, tal como ocorre

nos setores afetados pelas mudanças, nos quais a incorporação das mulheres geralmente se deve a reorientações das políticas de contratação direcionadas para a redução de custos. (HIRATA, 1998; ARAÚJO, 2007).

Assim os estereótipos e concepções de gênero que dificultavam o ingresso das mulheres em certas especialidades e áreas de trabalho perderam parte de seu poder de intimidação, mas, internamente, a divisão sexual do trabalho se reproduziu (LOMBARDI, 2005). Isso significa que as relações sociais de sexo, desiguais, hierarquizadas, assimétricas, ou mesmo antagônicas, de exploração ou de opressão, ocorrem entre categorias de sexo socialmente construídas, o que leva Hirata e Kergoat (2003, p. 114) a proporem uma separação didática entre as noções de relações sociais sexuais (remete à totalidade das práticas) e divisão sexual do trabalho, um aspecto das relações sociais sexuadas.

O trabalho nos serviços: mudanças recentes e gênero

A argumentação anterior remete à questão geral que buscamos acompanhar no presente trabalho, no sentido de buscar as aproximações e distanciamentos entre o conhecimento – voltado para a identificação de mecanismos discriminatórios no mercado de trabalho – e a prática, voltada para influenciar a elaboração de políticas que reduzam tais discriminações.

No caso dos serviços, vistos anteriormente como suporte e apoio da produção industrial (OLIVEIRA, 1979) também passam por intensas transformações que alteram o seu papel na geração das ocupações. Segundo Sassen (1998), também na década de 80, as finanças e serviços especializados se tornaram os principais componentes das transações internacionais no contexto da globalização, através de instituições como os mercados financeiros

(grandes fundos privados de aplicação), as empresas prestadoras de serviços e os grandes bancos que se tornaram as matrizes das corporações multinacionais. Isso gerou uma renovação do papel das cidades pela influência das mudanças na composição das transações internacionais, cujo fluxo de investimento direto teve como principal componente os serviços – que substituem o setor da indústria manufatureira, ou da extração, principais setores da estrutura produtiva anterior. Segundo Chenais (1996), o estilo da acumulação adquire novas formas com a centralização do capital financeiro, os fundos de pensão e fundos mútuos, cujo veículo principal passam a ser os títulos (securities, rentabilidade) que tem como principais agentes os administradores de fundos de pensão.

Surge assim uma nova relação de interdependência na qual o nível de desenvolvimento econômico determinou impactos diferenciados dos serviços sobre a produção (KHON, 2006), gerando uma diferenciação entre países que mantiveram uma concentração em atividades rurais, e os demais, que apresentaram um deslocamento da força de trabalho com a concentração em serviços. Nestes, nos quais o destaque está na predominância de mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA) neles inserida. No caso brasileiro, a perda de dinamismo do parque industrial nos anos 90 levou mais de metade da população ocupada a se deslocar para os serviços (54% para 58%), embora seu crescimento contínuo nas últimas décadas se deva menos à modernização econômica do que à absorção de indivíduos que não encontravam oportunidades na indústria (KHON, 2006, p. 8).

Trata-se, no entanto, dos serviços especializados, pois o crescimento geral das ocupações em serviços está também associado à dupla transformação do trabalho já citada: um processo mais concentrado nas grandes empresas industriais, localizadas nos países capitalistas centrais, enquanto nos outros espaços verificou-se

a instabilização e a precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego e do emprego precário. Esse último movimento pode ser percebido na tendência recente do mercado de trabalho brasileiro, de crescimento da população ocupada em quase todos os grupamentos de atividades não-agrícolas, apesar de um crescimento menor na indústria (6,8%, em 2004) e maior em outros serviços coletivos, sociais e pessoais (16,6%, em 2004). O dinamismo desse último na geração de ocupações também oscila em 2005, quando houve pequeno declínio nos serviços coletivos, sociais e pessoais (5,7%), enquanto nos dois últimos anos os maiores aumentos na ocupação ocorreram no comércio e serviços de reparação (5,7%), na construção (5,3%), e em serviços de alojamento e alimentação (5,3%), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005 (IBGE, 2005).

A predominância das mulheres na prestação de serviços, nas atividades sociais e na administração pública foi parcialmente alterada e elas passaram a dividi-las mais com os homens cuja força de trabalho se concentrava antes na indústria. Observa-se, portanto, a “intensidade e constância do crescimento do trabalho feminino desde 85-90, quando as mesmas desempenharam papel mais relevante no crescimento da PEA – taxas de 48% na semana do Censo e de 53% no ano de referência” (BRUSCHINI, 2000). Isso seria resultado, tanto de necessidades econômicas e oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, como de transformações demográficas, culturais e sociais que afetaram as mulheres e as famílias brasileiras, implicando em sua liberação para o trabalho.

As atividades de serviços são heterogêneas e, em sua maioria, informais. O crescimento da primeira reacende o debate sobre a segunda em dois aspectos: primeiro, porque a expansão do emprego em serviços pós-anos oitenta, como visto acima, é consequência da restrição do emprego industrial e também do surgimento de novas formas de atividades articuladas ao emprego das tecno-

logias e à flexibilização do trabalho; segundo, porque essas passam a conviver com as formas de prestação de serviços e comércio pré-existentes, realizadas por trabalhadores autônomos ou empregados sem vínculo empregatício, geralmente de baixa renda. Nesse caso, mas também nos novos serviços especializados, existe alto grau de informalidade - o que implica em discussão sobre o dualismo da força de trabalho - no sentido de trabalho formal e informal.

Por se tratar de um conceito que abriga antigas indefinições, recorre-se hoje a noções como “processo de informalidade” ou “grau de informalização” (CACCIAMALI, 1999; MALAGUTI, 2000; ULYSSEA, 2005) e assume-se a inexistência de consenso quanto ao tema. Houve uma ampla crítica ao conceito de setor informal (OIT, 1972), que partia de critérios como a organização da produção baseada em pouco capital, a não separação nítida entre capital-trabalho, o uso de pequeno número de trabalhadores remunerados e a participação da força de trabalho familiar. Esses critérios juntos, e mesmo separados, constituíram indicadores da situação de todo um segmento de trabalhadores que não se inseriam no setor formal do mercado de trabalho, com registro, carteira assinada, garantias trabalhistas.

Cacciamali (2000) empreendeu uma revisão do tema considerando dois fenômenos associados ao mercado de trabalho: a reorganização do trabalho assalariado, o auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência - incluindo-se, nesse último caso, a maior parte das atividades anteriores aos recentes processos de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho. A reorganização (ou desorganização?) do trabalho assalariado, remete, portanto, aos dois movimentos de transformação do trabalho, conforme Hirata (1998): o primeiro, interno às grandes empresas, e o segundo externo, macrossocial, mundializado, correspondendo à precarização e à informalidade. Nesses movi-

mentos, coexistem os setores ou atividades formais e informais. A mobilidade dos trabalhadores sem registro, para o trabalho com registro (informal x formal) era significativamente maior do que o movimento oposto. Ao longo da década de 90, a transição se modificou, aumentando o fluxo de trabalhadores do setor formal x informal (ULYSSEA, 2005, p. 8).

No entanto, a reconstrução da heterogeneidade que caracteriza o conjunto das mulheres trabalhadoras requer maiores informações quanto às diferenças de gênero existentes, tanto na velha informalidade, como na nova informalidade, essa última resultante da precarização do conjunto do mercado. A tendência recente evidenciada pelos dados disponíveis é de que o crescimento da atividade feminina se deu mais através da informalidade, no período 2004-2006, no qual a proporção de trabalhadoras sem carteira assinada aumentou de 39, 8 para 40, 9%, mas diminuiu entre os homens na mesma situação. Isto deve advir tanto da saída das mulheres do emprego regular nos setores público e também privado, como do ingresso recente no mercado para aquelas que só encontram oportunidades na informalidade. No primeiro caso, as mulheres são predominantes no serviço público que reduziu o seu quadro de funcionários nos últimos anos, o que também ocorreu no setor privado, porém nesse são os homens que predominam. O aumento do trabalho informal atingiu, portanto, o total das empregadas sem carteira assinada (exclusive o emprego doméstico), como o próprio emprego doméstico – atividade predominante entre os “serviços pessoais” (GUIMARÃES, 2007).

A dimensão da precarização e da informalidade deve ser avaliada ao se somarem os trabalhadores por conta própria aos empregados sem contrato, resultando que quase metade do pessoal ocupado no país, hoje, não conta com “emprego protegido”. Isto modifica as avaliações do intenso crescimento do trabalho feminino quanto à sua qualidade e diferenciação social, na medida em

que se mantenham ou se redefinam as desigualdades, assimetrias e dimensões da transversalidade (diferenças de classe) entre gênero e trabalho, reforçando a importância da promoção da equidade no mercado de trabalho. Essas avaliações têm demonstrado que, nos contextos nos quais permaneçam maiores graus de desvantagens de classes sociais e de gênero – a exemplo do trabalho informal³ – existem maiores necessidades de atenção quanto à participação e representação nas esferas decisórias e no desenvolvimento de propostas que expressem a heterogeneidade de gênero no trabalho. Para tanto, o ponto de partida deve ser a distinção de grupos com necessidades mais singulares e mais urgentes a serem consideradas no desenho das políticas orientadas para a promoção da equidade no trabalho.

Intervenção e políticas para o setor informal

Do ponto de vista da intervenção e transversalização⁴, se torna importante compreender os objetivos e estratégias formulados para a totalidade das atividades informais e, em seguida, identificar as iniciativas para a construção de estratégias comuns, de políticas integrais que atuem sobre os distintos mecanismos discriminatórios contra as mulheres, nessas atividades que apresentam maiores desafios e obstáculos para que se chegue a agregar as questões de gênero. A visibilidade do trabalho feminino neste setor é demonstrada pela presença de boa parte das mulheres trabalhadoras, e pelo fato de que elas continuaram ingressando intensamente, no período 2004-2006, como empregadas sem



3 A divisão entre os sexos indica que em mais de 20 milhões de empregados sem carteira assinada no país, 53 % são homens e 46 % são mulheres.

4 A questão da intervenção permite uma aproximação com a perspectiva da transversalização, cujo conceito é discutido a partir da definição da ONU: “Seu objetivo principal é alcançar a equidade de gênero [...] é uma estratégia para fazer dos interesses e experiências, uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas, com benefícios para ambos os sexos” (SARDENBERG, 2006).

carteira assinada, geralmente, no setor de serviços e no comércio, reiterando-se a sua heterogeneidade e a diversidade de condições de trabalho.

O período 70-80, já destacado pela intensidade da crise econômica, foi também quando se criou um cenário institucional para a intervenção no setor informal, com base em duas vertentes de atuação: a) o apoio ao setor informal, como uma vertente de ação do Estado; b) o apoio ao informal, pela atuação das Organizações Não-governamentais (ONGs) e instituições privadas. No primeiro caso, o suposto de que o próprio conceito de setor informal foi concebido em uma perspectiva intervencionista desde sua origem na Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundamentou uma nova postura institucional face ao problema do subemprego nos anos 70 e a sua evolução para outras posturas da ação estatal. A etapa inicial dessa intervenção resultou da visão do setor informal como um fenômeno passageiro que seria superado com o crescimento do setor formal, prevalecente nas perspectivas do desenvolvimentismo e do planejamento que orientaram ações de fomento à regularização dos empreendimentos informais. O slogan “formalizar o informal” criado nesse período, visava o incremento da renda entre trabalhadores do setor, através de duas instituições principais: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) que atuava em sintonia com a OIT; e a Sudene, que desenvolveu o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (Partras) (THEODORO, 2000, p. 12).

O segundo momento, identificado com a redemocratização do país (1985), refletiu uma mudança de postura do Estado, baseada na elaboração de um projeto político cujo discurso se voltava para o resgate da dívida social, concretizado na busca de respostas à crise dos anos 80, ao desemprego e ao subemprego. A perspec-

tiva sobre o setor informal evoluiu, de um estágio ou momento transitório para “um dos pilares da absorção e da reprodução da força de trabalho” (THEODORO, 2000), implicando em se ressaltar as virtudes, características e potencialidades desse setor para o enfrentamento do desemprego, e transformando-o, de política complementar ao desenvolvimento, em parte integrante das prioridades sociais, resultando na criação de outras instituições: o Programa de Apoio a Unidades Produtivas da Legião da Boa Vontade (LBA) e Ministério do Interior, o Pró-Autônomo, da Caixa Econômica, o Fundec, do Banco do Brasil, e a Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), todos criados a partir de 1985.

O terceiro momento, no início dos anos 90, correspondeu ao avanço do neoliberalismo e às intensas transformações que resultaram da reestruturação produtiva e seus conhecidos efeitos – aumento da precarização, desemprego, informalidade – o que induziu à introdução de outro conjunto de intervenções voltadas para a criação de alguma proteção aos grupos sociais mais atingidos pelas políticas de ajuste e à criação de oportunidades para os desempregados e os trabalhadores precarizados. Entretanto, como ressalta Ghon (2000), “o resultado das novas políticas tem sido uma grande ênfase no mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social”. O apoio a esse setor reaparece como possibilidade de fonte de sobrevivência para a população pobre, uma problemática esquecida na gestão Collor e retomada entre os governos Itamar Franco e Fernando Henrique (THEODORO, 2000).

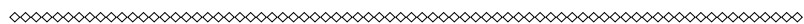
No cenário institucional foram criados novos programas: o Comunidade Solidária e o Programa Banco do Povo; o Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (Proger) da Codefat/Ministério do Trabalho; e o Bndes-Trabalhador e Bndes-Solidário, os quais partiram de uma perspectiva comum: o crédito indivi-

dual. Segundo diferentes autores, essa perspectiva foi inspirada na experiência do Grameen Bank de Bangladesh⁵ que foi adotada em diferentes países. A experiência brasileira buscou articulá-la à criação de canais de expressão para os diferentes grupos sociais, à idéia de democratização do Estado e à busca de participação da sociedade civil, mediante a formação de comissões e câmaras de participação.

As avaliações dessas experiências são importantes porque demonstram as suas diferentes dimensões, avanços e retrocessos, indicando muitas vezes uma circularidade acompanhada de mudanças de discursos, destacando-se os seguintes aspectos:

Argumentos Desfavoráveis

- No plano macrossocial, a promoção do setor informal na perspectiva da geração de emprego e renda legítima (no sentido ideológico), a retirada do Estado da esfera social, e a economia informal que passa a ganhar proeminência sobre a economia formal na atribuição da geração de empregos. Para Ghon e outros autores, isso equivale a uma estratégia que transfigura o que antes era tido como alternativo, em algo bom e preconizado como saudável e recomendável (2000, p. 296).
- Na conjuntura de trabalho precário e informalidade, os trabalhadores são levados a lutar pela manutenção de um emprego e não mais pelas condições de trabalho internas a uma



5 A experiência de Bangladesh é atribuída a Muhammad Yunus, professor de Economia, com suas iniciativas junto à população pobre e sem acesso a crédito bancário. Seu primeiro empreendimento resultou na fundação do Grameen Bank, em 1997, que atingiu a marca de 2,4 bilhões de dólares com empréstimos realizados para o atendimento a mais de 2 milhões de pessoas. A partir de pesquisas sobre a vida das pessoas em suas próprias comunidades, a instituição concedia o crédito financeiro baseado no crédito social que os demandantes adquiriram em sua localidade. Segundo diferentes autores, a nova metodologia se disseminou e estimulou experiências similares no mundo inteiro. Na América Latina, criou-se o Banco Solidarietà S/A Banco Sol, na Bolívia, entre outros exemplos. No Brasil, temos as experiências citadas acima.

categoria, avaliando-se que a perda de espaço dos sindicatos de trabalhadores é agravada pela grande dificuldade de organização que caracteriza a economia informal.

- O desenvolvimento de políticas de apoio às atividades informais estimula a abertura de negócios, a contratação de mão-de-obra com redução de custos, mas sem direitos sociais e sem filiação sindical (GHON, 2000).
- A recente abordagem da intervenção no setor informal tende a reforçar a representação de setores mais organizados, o que equivale a reforçar a ação política em favor dos mesmos (THEODORO, 2000).

Argumentos Favoráveis

- A perspectiva da criação de canais de expressão para os diferentes grupos sociais, a idéia de democratização do Estado e de busca de participação da sociedade civil, concretizada com a formação de comissões e câmaras, favorecem os objetivos feministas de ampliação do acesso às arenas decisórias. Isto se tornou um dos centros das demandas – no caso do trabalho formal – resultando nas cotas e em ações afirmativas.
- Isto é comprovado através de pesquisa realizada para avaliação dos Conselhos Gestores de programas sociais desenvolvidos pelo poder público para parcelas da sociedade civil. Estes Conselhos compartilhados para a gestão pública formam uma rede predominantemente feminina, com membros entre 30-50 anos de idade, geralmente de escolaridade superior, o que indica um perfil de “incluídos da população” (GHON, 2006, p. 169).
- Existe um amplo potencial para a participação de representantes com perspectiva feminista nesses espaços decisórios,

desde que se assegure, também, a presença das trabalhadoras nos espaços de negociação dos temas relativos ao trabalho.

- De igual importância, são as instituições mediadoras das relações entre Estado/governo, trabalhadores e empregadores, como o caso da OIT, através de suas entidades representativas e da formação de “redes de conversas tripartites” na América Latina e Cone Sul. Nesse espaço, se tem buscado estabelecer o diálogo social para a igualdade de oportunidades no emprego para mulheres e homens (COSTA; LIMA, 2007).
- Contempla-se, ainda, a perspectiva de se estabelecer parâmetros para o reconhecimento legal do setor informal como uma categoria de trabalhadores/as, que devem ter direitos, a possibilidade de proteção da lei – considerando-se a contribuição desse setor para a economia (COSTA; LIMA, 2007).
- Essa postura propositiva se aproxima daquela de “formalizar o informal” que prevaleceu no período de concepção dessas políticas, cujo objetivo era o incremento da renda entre trabalhadores do setor, envolvendo instituições como o IPEA e a OIT (THEODORO, 2000, p. 12).
- Programas como o Patras – Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda, com inserção regional, previam a instalação de postos de atendimento a diversas categorias de autônomos e hoje se concentram no cadastramento de diaristas domésticas.
- Do ponto de vista dos trabalhadores e dos segmentos beneficiados pelas políticas, as avaliações favoráveis à atual filosofia de intervenção são crescentes, dentre as quais prevalece o Comunidade Solidária, que se propõe a dar aos trabalhadores os conhecimentos e instrumentos para a iniciativa própria, em substituição à filantropia e assistencialismo.

- Nesta mesma perspectiva, o Programa Banco do Povo se volta para a capacitação de mulheres como empreendedoras, a exemplo da Associação de Moradores do Parque das Mangabas, em Camaçari, que realiza um curso baseado na metodologia deste Programa visando a educação para o crédito, segundo o Jornal *A Tarde*, de 26 de julho de 2008.

O terceiro setor e as ongs

Como já foi destacado, as políticas de apoio ao setor informal foram fortemente endossadas pela ação estatal no Brasil e também estimuladas nas instituições do Terceiro Setor que representa uma segunda vertente de apoio às atividades informais, especialmente as Ongs, que sempre tiveram um papel atuante na geração de renda e na oferta de microcrédito no Brasil. Suas primeiras iniciativas se localizam nas décadas de 70/80, com o propósito de ofertar às populações mais pobres oportunidades de financiamento às suas atividades produtivas. Essas organizações se caracterizaram por um desenvolvimento irregular, tanto do ponto de vista jurídico, como institucional, no exercício das atividades de intermediação financeira.

Essa intermediação foi gerada pelos grandes bancos internacionais e empresas multinacionais que passaram a patrocinar projetos associativistas a clientes carentes com as Câmaras de Relações Comerciais de outros países, criando programas e espaços de debates sobre o Terceiro Setor. No final dos anos 90, a Lei nº 9.790 (Lei do Terceiro Setor) estabeleceu o marco jurídico para a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), o que permitiu a prática de financiamentos em condições de mercado. Entre 1994 e 1999, a Comissão Européia, órgão executivo da Comunidade Européia, destinou 73 milhões de euros a projetos de parceria entre Ongs européias e brasileiras atuantes

em diversos setores. Em 2002, a cidade de São Paulo foi escolhida pela Comissão (com apoio de 81 cidades europeias e latino-americanas) para coordenar a Rede 10 do Programa Urb-Al com o objetivo de luta contra a pobreza urbana (GHON, 2006, p. 162).

Desse modo, a União Européia-Brasil repassa recursos e coordena redes de discussão, intercâmbio de informações, criação de instrumentos de mediação, troca de experiências e proposições para a solução de problemas. Um dos exemplos citados é o programa “Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres”, em São Paulo, integrado à rede da Urb-Al. Essas organizações atuam entre as regiões e um dos exemplos relevantes é a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como programa UNO, especializado em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal. Criada no final dos anos 70, nos municípios de Recife e Salvador, a organização conta com assistência técnica da ONG *Accion International*, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, desenvolvendo operações baseadas na metodologia do “aval moral”. Entre outras experiências de organizações não governamentais que utilizam o “aval solidário” no setor de microcrédito podem ser citadas:

- CEAPE/RS – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra, instituído sob a forma de uma organização não governamental, criado em 1987, em Porto Alegre;
- POTOSOL – Banco da Mulher, seção Bahia com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), cujo programa de microcrédito iniciado em 1989 também utilizava a metodologia de grupos solidários;
- SEBRAE/PA – o serviço a micro e pequenas empresas cuja atuação com microcrédito tem o objetivo de ampliar as

oportunidades de acesso ao crédito para os pequenos empreendimentos, principalmente, os informais.

Conclusão

O fato de os primeiros Programas terem sido planejados em um contexto de concepção do informal como fenômeno passageiro, contrasta com a concepção atual prevalecente no contexto neoliberal dos anos 90, cuja postura conduz à permanência do “setor informal” – não mais como “tábua de salvação” diante da restrição de empregos, mas como segmento que passa a ser incentivado ou mesmo subsidiado. As possíveis ambiguidades dessa postura são evidentes, diante do crescimento de uma nova informalidade, no contexto da precarização do mercado de trabalho. Isto lança maiores desafios e dificuldades com o surgimento de ocupações “flexibilizadas” que envolvem atividades rentáveis de profissionais liberais e prestadores de serviços qualificados, mas que também atuam sem garantias trabalhistas.

Essa nova informalidade se sobrepõe à velha informalidade com sua heterogeneidade e complexidade, abrigo do trabalhador de rua e o grande segmento da prestação de serviços, que comporta desde as empregadas domésticas sem carteira assinada às diaristas de diferentes tipos, às prestadoras de serviços em higiene e beleza, como cabeleireiras e manicuras, até as garçonetes e demais atividades em estabelecimentos de alimentação, hoteleira, lazer. Trata-se, portanto, de desigualdades de classe social, atentando-se para as sensíveis diferenças que expressam a ausência de garantias trabalhistas entre os novos e velhos informais.

Essa questão aumenta as dificuldades para a intervenção e para o desenho de políticas que agreguem as questões de gênero e poucas serão as mudanças percebidas no plano qualitativo em relação ao trabalho informal, diante das condições de trabalho

marcadas pela ausência de estabilidade, de vínculo empregatício e de garantias trabalhistas. No plano das políticas públicas, a postura de ampliação da participação nos espaços decisórios se torna viável diante das próprias estruturas institucionais que prevêm a participação da sociedade civil.

Segundo documento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) (2006), diante do atual quadro de consolidação de um amplo mercado de trabalho caracterizado por atividades informais, o impacto de uma reforma trabalhista orientada pelo critério de igualdade de gênero pode ter efeitos limitados, quando se considera o mercado de trabalho como um todo e, especialmente, aquele no qual as mulheres estão predominantemente inseridas. Desse modo, torna-se importante combinar mudanças dos marcos regulatórios do trabalho com políticas públicas de caráter universal que incidem nas oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Neste caso, as políticas de microcrédito, tanto no caso das políticas públicas, quanto no caso das ONGS, podem ser também acompanhadas das propostas de caráter universal, a exemplo da expansão das creches e pré-escolas que aumentam as possibilidades das mulheres nas camadas populares poderem desenvolver atividades de pequenos negócios.

Entretanto, permanecem inúmeros desafios e o principal deles é que um número pequeno de mulheres tem acesso às instituições de microcrédito e as poucas avaliações existentes sobre essas experiências apontam as dificuldades dos trabalhadores/as, renovarem os créditos financeiros, e encontrarem as formas adequadas de distribuição de mercadorias e de contratação de seus serviços, o que aponta em termos gerais para as dificuldades de acesso a informações. Os dados são dispersos e a existência de organizações direcionadas para as mulheres constituem casos importantes que podem inspirar muitos outros, buscando-se mi-

nimizar o problema da reduzida experiência feminina na gestão de pequenos negócios.

As instituições de apoio às atividades informais, ainda que em quantidade e qualidade bastante limitadas e passíveis das avaliações críticas desenvolvidas por Theodoro, Ghon, e outros autores, no sentido de apontarem as reduzidas perspectivas de geração de renda e as dificuldades do trabalhador autônomo diante da ausência de direitos trabalhistas e das limitadas possibilidades de organização política, podem constituir experiências bem sucedidas que permitam a retirada de muitas mulheres do trabalho doméstico, atribuindo-lhes maior autonomia de vida.

Assim, a revisão empreendida ao longo deste trabalho buscou articular a produção de conhecimentos sobre o trabalho feminino e sua contribuição para a intervenção e formulação de políticas de equidade. Os setores da indústria e dos serviços contam com participação diferenciada das mulheres e, no primeiro - cenário privilegiado da sociologia do trabalho -, a capacidade de incorporação da força de trabalho vem sendo reduzida, em função das mudanças que ocorreram no processo e na organização do trabalho e que afetaram e afetam as relações dos trabalhadores inseridos em contextos de mudanças tecnológicas, segundo relações de sexo-gênero. O segundo, bem menos focalizado, aquele que mais emprega mulheres, é também aquele que apresenta maiores desafios para a perspectiva da transversalização e da promoção da equidade de oportunidades entre os sexos.

Por fim, torna-se importante discutir o impacto das mudanças da reforma trabalhista, ainda que orientadas por critérios de igualdade de gênero, considerando-se que merecem ser mais avaliadas pelo fato de que seus efeitos podem ser limitados por não alcançarem a maioria dos trabalhadores informais, já que não são submetidos à legislação trabalhista. Trata-se, portanto, da criação de estratégias que possibilitem a operacionalização da proposta de

se estabelecer parâmetros para o reconhecimento legal do setor informal como uma categoria de trabalhadores/as que devem ter direitos e acesso à proteção da lei.

Referências

ARAÚJO, Ângela. Ameaças aos direitos trabalhistas das mulheres e a configuração de novas demandas relativas às questões de gênero. In: BEZERRA, M. Ednalva; COSTA, Ana Alice (Orgs.). *Transformando as relações de trabalho e cidadania*. Snamt/CUT, Neim/UFBA, FastDesign, 2007.

ARAÚJO, Clara. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. BIB, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em CS*, Edusc, Anpocs, n. 52, 2001.

BLAY, Eva, *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Hucitec, 1978

BOURDIEU, Pierre. Por um conhecimento engajado. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 .

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero, mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Associação BEP; Ed. 34, 2000.

CACCIAMALI. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*. Campinas, UNICAMP. Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/revista.html>>. Acesso em: 9 out. 2003.

CHENAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM, 1996.

COSTA, Ana Alice; LIMA, Maria Ednalva. Introdução. In: *Transformando as relações de trabalho e cidadania*. Snamt/CUT, Neim/UFBA, FastDesign, 2007.

GHON, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. Rio de Janeiro: Loyola, 2000.

GHON, Maria da Glória. Associativismo em São Paulo: novas formas e participação no planejamento urbano da cidade, In: NUNES, Brasilmar

- (Org.). *Sociologia das capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Líber, 2006
- GUIMARÃES, Iracema Brandão. Informalidade e Gênero: tendências recentes. In *Transformando as relações de trabalho e cidadania*. Snmt/CUT, Neim/UFBA, FastDesign, 2007.
- GUZMÁN, Virginia; MAURO, Amália; ARAÚJO, Katya. Las mujeres en el mercado laboral: desde el género a la formulación de las políticas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, n. 9, 1999
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, n 7, São Paulo, 1998.
- HIRATA, Helena, Apresentação. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade*. São Paulo: SENAC, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. PNAD 2005, 2006: Síntese de Indicadores, Rio de Janeiro .
- KHON, Anita, As mudanças no mercado de trabalho e no perfil ocupacional. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2006.
- LOBO, Elizabete, *Os usos do gênero, a classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOMBARDI, Rosa, A engenharia como profissão. *Encontro da Anpocs*, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap*, n. 24, Petrópolis, 1979
- PAOLI, M. Célia, As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, out. 1991.
- MALAGUTI, Manoel. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- RAMALHO, José R; SANTANA, Marco A. *Trabalho e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SARDENBERG, Cecília. *Transversalização de gênero: arcabouço conceitual e metodológico*, Documento Interno NEIM, 2006.

THEODORO, Mário. As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. In: IPEA. *Texto para discussão n. 762*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. In: IPEA . *Texto para discussão, n. 1070*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

MULHER E TRABALHO

um sujeito da experiência de realização

Petilda Serva Vazquez¹

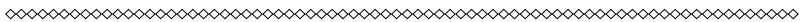
Dignidade, profissionalismo, caráter e conhecimento da população em relação ao meu trabalho, ao que tenho muito prazer do que exerço.

Tenho medo de perder o juízo!

(Depoimentos de trabalhadoras do setor de calçados da Bahia, 2006)

(Adão)- Esta nova criatura de cabelos longos vive me atrapalhando. Está sempre ao meu redor e me segue por todos os lados. Não gosto disto; não estou acostumado a ter companhia. Gostaria que ficasse com os outros animais... Hoje está nublado, o vento sopra do leste; acho que nós teremos chuva... Nós? De onde tirei esta palavra? – Agora me lembro – é a nova criatura que a usa.

(Eva) – Tenho quase um dia inteiro de vida, agora. Cheguei ontem. É o que me parece. E deve ter sido isto mesmo, pois se houve um dia antes de ontem eu não estava presente quando aconteceu. Pode ser, é claro, que tenha acontecido,



1 Doutora em Ciências Sociais, UNICAMP. Pesquisadora associada ao NEIM/UFBA

lho no contexto do *capitalismo flexível*, como propugnado por alguns autores.

Neste contexto, proponho uma discussão que contemple as seguintes questões: como se dá a constituição de sujeito na experiência de trabalho; como o desenvolvimento do Projeto *Gênero e Saúde no Mundo do Trabalho: a experiência de mulheres no setor de calçados* pode realizar a transversalização de gênero no mundo do trabalho; e a questão da subjetividade como um campo essencial às análises que propugnam transformações.

Como é o seu trabalho?

A concepção de *trabalho* proposta na pesquisa pressupõe *experiências* capazes de estabelecer o potencial dialético tanto de estranhamento do sujeito (o sujeito estranha o que lhe é familiar, dado o caráter de alienação no âmbito do trabalho no capitalismo), quanto à possibilidade de realização da sua humanidade, isto é, revelar a satisfação do que se faz, significar e/ou ressignificar sentidos, razões e sentimentos também.

As experiências, falas, queixas e demandas nos dizem muito sobre danos, riscos à sua saúde física e psíquica, violência, medo, tristeza, sonhos perdidos, mas, também, autonomia, maturidade, amizade, prazer, luta entre outros sentidos e sentimento. Segundo uma trabalhadora, o trabalho traz:

- [...] amizades diferentes, vontade de lutar pelos direitos meus e dos outros, coragem de fazer valer meus direitos e deveres no trabalho.

(Depoimento de uma trabalhadora do calçado).

As múltiplas lógicas, sentidos e sentimentos fazem da *experiência* do trabalho, ao menos no âmbito da experiência, um

universo de atuação do sujeito como guarda(dor), reprodutor, ressignifica(dor) e possibilita(dor) de ser feliz, ou não.

A experiência individual carrega uma dimensão coletiva, cuja vivência é compartilhada por comunidades em tempos e lugares, também de modo diverso. Nessa perspectiva dialógica as experiências de trabalho se erguem como significantes do sujeito, tanto como construto tenso de autonomia e realização, quanto como de controle submetimento e mesmo de sofrimento. Uma outra fala lembra que:

- O lado bom do meu emprego é que eu aprendi a conviver com pessoas ‘diferentes’, isso nos faz crescer psicologicamente, como pessoa; também hoje posso conseguir algumas coisas que antes de trabalhar não poderia devido a condições financeiras.

(Depoimento de uma trabalhadora do calçado).

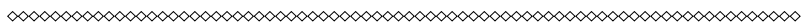
Por se tratar de pesquisa que se assenta na questão de gênero, considero, ainda, o termo *mulher* que contempla uma dimensão de sujeito individual (sujeito histórico, sim, mas com singularidades irrefutáveis no campo da sua subjetividade), bem como a dimensão coletiva, de classe, raça, geração, de cultura, de região, enfim, de experiências compartilhadas. O conceito de *gênero*, no meu entender, enriquece a compreensão das relações de dominação e mesmo favorece ações de resistências coletivas das mulheres no âmbito das relações de poder, quando da reprodução das desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Em contrapartida, tal conceito carece de suficiência analítica para a *dimensão individual* do sujeito nesses processos de dominação, que merecem ser tratados de modo cuidadoso, pois dizem respeito às vidas, aos símbolos, aos sofrimentos, às dores, às representações, aos sonhos e às imaginações desse sujeito, vividas de modo singular, diferentemente da noção de papel e funções socialmente

determinada. É uma questão não só metodológica, mas também ética. Não se trata da busca de essencialidade, mas de uma escuta próxima a propugnada pela psicanálise.

Nesse sentido, apresento a maneira pela qual o referido Projeto de pesquisa pode se constituir em realização de fundamentos para programas, políticas e ações de transversalização de gênero.

Inicialmente, é preciso conceber o cenário para além do local de trabalho. São municípios no interior baiano, que acolheram mais de trinta indústrias – a maioria delas oriundas do pólo calçadista de Franca, São Paulo e do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul –, acolhidas pelo governo do Estado na segunda metade dos anos 90, no contexto de uma *guerra fiscal*, com atrativos de toda ordem, financiamento público entre outros. Mas o atrativo que mais qualifica o “horror econômico, a corrosão do caráter, a banalização da injustiça social e riqueza e a miséria do trabalho no Brasil”³, na atualidade, em tempos de reestruturação produtiva do capitalismo flexível, trata da vantagem sinalizada pelo governo estadual, à época, da existência de *terras virgens*, ou seja, sem tradição de organização sindical operária industrial. É possível relacionar esse atrativo às análises de Calligaris (1997). Trata-se da lógica do *colonizador* que vem gozar a terra sem interditos, sem limites, até esgotá-la.

Esse é o cenário encontrado pela equipe de pesquisadoras/es, quando das atividades realizadas no município de Juazeiro, onde uma empresa de calçados deixou, depois de quatro anos de operação, uma população de homens e mulheres doentes, acidentados/os, deprimidos/os e à deriva nos seus sofrimentos: sem alternati-



3 Faço referências a quatro obras cujos autores tratam da perversidade social do capitalismo em tempos da globalização e do capitalismo flexível. *O horror econômico* de autoria de Viviane Forrester (1997), *A corrosão do caráter*, de Richard Sennett (1999), *A banalização da injustiça social*, de Christoph Dejours 2006, e *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, organizado por Ricardo Antunes (2006).

Esse quadro de terror pode ser resumido em três falas de trabalhadoras:

- Não se sai são de lá!
- Tenho medo de perder o juízo!
- Tenho medo de sair na rua porque os sapatos estão correndo atrás de mim!

Foi possível, ainda, testemunhar o medo que toma conta da população dessas cidades onde estão implantadas as fábricas. As indústrias se constituem em uma esfera de poder no âmbito local, semelhante ao dos antigos coronéis dos tempos da República Velha. Mães impediam que suas filhas, trabalhadoras fossem entrevistadas e denunciassem os horrores que elas vivenciam nas fábricas. Em Coité, só foi possível realizar a entrevista, porque a equipe foi para a roça, entrevistar uma trabalhadora com 28 anos de idade, afastada com depressão, acolhida por uma amiga e que se dispôs a responder ao questionário. Isso, na calada da noite, quando não havia testemunhas.

- Preferia não ter nascido! – essa é a sua reflexão sobre as assertivas do Inventário Beck de Depressão, BDI acerca de idéias suicidas.

São cinco os sindicatos que representam essa categoria de trabalhadoras/es. Contudo, o mapa do Polo na Bahia não reproduz a mesma lógica dos outros dois importantes polos calçadistas: o da região Sudeste, onde as indústrias estão concentradas em um único município (região de Franca, SP); e o pólo da região Sul, que está situado em área geográfica que se articula pela proximidade dos municípios sedes das fábricas (região do Vale dos Sinos, RS).

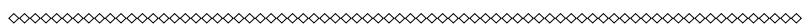
No contexto da reestruturação do setor na Bahia, as indústrias se deslocam e se espalham por macrorregiões econômicas, cujos municípios estão distantes entre cinco a seis horas de viagem um

do outro. Daí a dificuldade de dirigentes sindicais atenderem sua base de representação, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado com sede em Jequié, macrorregião Sudoeste. Lá está uma fábrica que emprega cerca de três mil trabalhadoras/es. Esse Sindicato representa também trabalhadoras/es de Amargosa, situada na macrorregião do Recôncavo entre outras cidades de outras macrorregiões⁵.

Esse é o cenário que ajuda na compreensão do que Ricardo Antunes (2006) chama de “territorialização ou mesmo desterritorialização da produção, entre tantas outras consequências da reestruturação produtiva [...]”. E o setor calçadista tem primado por esses procedimentos.⁶

Como questão teórica central, o Projeto visa contemplar âmbitos da subjetividade de trabalhadoras/es, ao considerar as motivações promotoras de constituição de identidade do sujeito individual e coletivo, bem como, identificar para prevenir ou, então, impedir as experiências que comprometam a saúde física e mental desses sujeitos.

A visibilidade do Projeto, como também as nossas atividades nas cidades de Juazeiro, Vitória da Conquista, Camaçari, Barreiras e Feira de Santana, resultou em ações intersetoriais, com o apoio e parcerias dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) desses municípios à nossa participação em quatro Conferências Municipais de Saúde, com a responsabilidade da apresentação do eixo Controle Social, em cumprimento da agenda de implantação da política do Serviço Único de Saúde (SUS) de qualidade, promovida pelo Ministério da Saúde, em 2005⁷. A visibili-



5 Quando da nossa primeira visita a Jequié procuramos informações sobre a base de representação do Sindicato para fazer um mapa da representação sindical do setor de calçados no Estado, mas os dirigentes não sabiam direito informar. (sic).

6 Ver a respeito o artigo de Navarro, 2006.

7 As proposições para as políticas públicas inserem-se no contexto dos princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no artigo 198 – que trata

dade também resulta na participação em Audiências Públicas, em convites de vereadores para discussão sobre Assédio Moral como fator de risco para a saúde física e psíquica do/da trabalhador/a que resultaram na aprovação de Lei sobre Assédio Moral, nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Camaçari, regulamentando no âmbito das relações de trabalho do serviço público nas referidas cidades.

A participação de entidades e instituições responsáveis pelas questões referentes à saúde (INSS, Sub Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), Conselhos, Movimento de Mulheres, Secretarias Municipais, CERESTs, Universidades, Ministério Público do Trabalho, (MPT), nas atividades do Projeto, permite a integração e formação de redes de relações que ajudam na consolidação de uma nova cultura a ser implementada, tanto nos locais de trabalho, quanto na participação nas políticas em programas de saúde coletiva.

O desenvolvimento de atividades de formação do Projeto e a participação em Encontros como Audiências Públicas e Conferências Municipais de Saúde faz com que o público alvo atingido pelo projeto fosse bastante heterogêneo, pois, além de sindicalistas e de trabalhadoras/es do setor calçadista, participaram dessas atividades e encontros, líderes comunitários, trabalhadoras/es de outros setores, agentes de saúde, psicólogas, assistentes sociais, advogados e estudantes universitários e mesmo gestores públicos. Sem dúvida, foi possível realizarmos ações de transversalização de gênero na política pública de Saúde do Trabalhador, agora, com a certeza da existência de especificidades da saúde da trabalhadora.

As falas de trabalhadoras aqui trazidas nos contam coisas simples e paradoxalmente complexas, por seus múltiplos enunciados e infinitas possibilidades de expressões e de vivências. Assim,

da descentralização, atendimento integral, com prioridade preventiva e de participação da comunidade – e no artigo 200, que prevê ações de vigilância.

transversalização, mais que uma estratégia no âmbito da teoria da ação racional (*rational choice*), tem como desafio acolher, cuidar de âmbitos que escapam a nossa razão, (vontades, escolhas, competências, estratégias, projetos, papéis e interesses), mas que seguramente inferem, determinam, controlam e libertam. Trata-se do mundo de subjetividades, *inconscientes*, desejos desconhecidos que jorram e invadem nossas vidas.

Transversalização de gênero no mundo do trabalho

Em documento que respalda o Plano Plurianual (PPA) (2004–2007) do governo federal, a socióloga Lourdes Bandeira sugere caminhos de ação na implementação da transversalização de gênero, nos seguintes termos:

A preocupação inicial aqui é de conhecer quais são as proposições analíticas que sustentam as políticas públicas do Estado Brasileiro em relação à implementação da transversalidade de gênero, no sentido de garantir que a igualdade de gênero possibilite a redução da pobreza. Nesse contexto, a discussão e a análise dos elementos conceituais norteadores, assim como das estratégias de implementação e de gestão das políticas públicas, se fazem necessárias para se buscar elementos que sustentem o fortalecimento da capacidade dos mecanismos institucionais da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM para a transversalização das políticas de gênero. (2004, p. 4)

Em seguida, essa autora propõe:

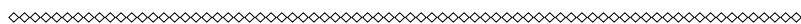
Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamen-

ção, análise, diagnóstico, monitoramento e avaliação, que desagreguem por sexo as atividades e seus impactos”.

A referida autora destaca conteúdo do relatório submetido pelo Grupo de Especialistas em Mainstreaming do Conselho Europeu em 1998 (EG-S-MS, 1998, p. 8-9), “um dos principais ‘alvos’ das políticas de equidade de gênero na contemporaneidade, o reconhecimento e implementação dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos.” (SARDENBERG, 2006).⁹

Ao menos três elementos são constitutivos das reflexões acerca da transversalização nos textos de referência:

- A construção de equidades de gênero, raça/etnia entre outras;
 - A característica política de empoderamento dos sujeitos nas ações e programas no âmbito das políticas públicas; e
 - A intervenção e dimensão de estratégia que caracteriza a transversalização, e como tal deve supor eficácia e competência na sua realização
- A partir dessa constatação, proponho três questões nas discussões sobre transversalização de gênero que desafiam nossas reflexões, pesquisas, análises e, conseqüentemente, o ATO libertário que fundamenta historicamente o movimento feminista nas suas múltiplas tendências:
1. Como pensar *subjetividade* para além de uma epistemologia das Ciências Sociais de base funcional-estruturalista (com base nos pressupostos de papéis, lugares, funções, interesses entre outros), de modo a consagrar o sujeito *autonomos*, ou seja da própria lei?



9 Este trabalho é parte do Relatório elaborado para Projeto “Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para promoção da inclusão de trabalhadores e trabalhadoras”, Considerações sobre a Transversalização do enfoque de Gênero. MTE-OIT, março 2006.

2. Como estabelecer uma crítica à teoria da escolha racional (*rational choice*) que sustenta a Ciência Política na atualidade, e que pode levar a crer na realização da equidade de gênero, classe, raça etnia e geração com base em estratégias e táticas de jogos de soma zero nas relações de desigualdades e de poder no contexto da sociedade capitalista?
3. Como estabelecer vivências libertárias de sujeito coletivo, de modo a preservar a singularidade vivida e experimentada pelo sujeito individual no âmbito da teoria da ação, tão importante para os programas e políticas de transversalização?

No âmbito desse estudo, proponho, no próximo ponto, realizar uma breve reflexão sobre a primeira questão.

Mulher e subjetividade

Nasci num pequeno hospital de Tóquio. Mamãe diz que se lembra de duas coisas: um ratinho correndo pelo chão, o que considerou como sinal de boa sorte.

Uma enfermeira curvando-se e murmurou, em tom de quem pede desculpas: ‘infelizmente é uma menina. A senhora prefere informar pessoalmente a seu marido?’ (Liv Ullmann, 1978. Mutações).

No Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Brasil-França realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2007, Helena Hirata conclui sua intervenção considerando a necessidade e, mesmo, o desafio da interdisciplinaridade dos estudos sociológicos e políticos sobre a mulher no mundo do trabalho e a psicanálise. A minha proposta tem se sustentado num referencial teórico interdisciplinar, que traz elementos do campo psicanalítico para discussão de subjetividade do sujeito individual e coletivo na experiência do trabalho, como pilares fundantes do que denomino *constituição de identidade*.

tica de quem quer mudar de grau, ou seja, a vítima de condições precárias e degradadas atinge um potencial de rebeldia necessária a mudanças de toda ordem. Assim, *constituição de identidade* de sujeito está imbricada com a demanda do sujeito em fazer-se. *Constituição de identidade* como metamorfose, como experiência contraditória, sem substancialidade, mas na predicação do que se faz, na motivação da atividade.

Na obra *A Estória de Severino e a História de Severina*, o psicólogo Antônio da Costa Ciampa analisa que “o indivíduo não é algo, mas sim o que faz, o fazer é sempre atividade no mundo, em relação com o outro” (1996, p. 137). Contudo, o fazer-se não pode prescindir da memória portadora de questões primordiais, que se conservam no presente e são pertinentes ao processo de constituição de identidade. Não existe, então, um marco zero, cuja razão instaura novas regulações, ações, métodos ou estratégias. Mas, podemos considerar um ponto ótimo. Quando se explicita, se expressa à demanda. Um vivência de reflexão sobre o trabalho, em um contexto metodológico e político que vise instigar, no ato formativo (atividades de formação), o enfrentamento sentido e refletido desse fazer-se, contribui significativamente para alimentação/instauração de demanda, que (re)cria o sujeito. Penso que assim, “o conhecimento do passado, mediando experiências presentes, coloca referências essenciais às perspectivas atuais, para que as transformações pretendidas ou desejadas (conhecidas ou não) se realizem” (VAZQUEZ, 2001, p. 37).

Mas as experiências do sujeito no trabalho têm sido cruéis na História do Brasil: é a história de corpos sacrificados. E, as mulheres hoje se constituem nas “cobaias” das novas relações flexíveis de trabalho.

Tomo o termo organização flexível como pensado por Sennett (1999) na sua obra *A corrosão do caráter* (1999) quando analisa as consequências das transformações mais profundas do capita-

lismo da Revolução Tecnológica, ou melhor, Pós Fordista sobre os indivíduos e mesmo, sobre valores que conformam novos mecanismos de poder.

Destaque é dado às experiências de assédio moral como fator de risco e que se constitui como uma vivência inerente à racionalidade da organização flexível do trabalho.

Neste sentido proponho a seguinte concepção de Assédio Moral:

Assédio Moral são experiências vividas pelo sujeito no meio ambiente de trabalho no contexto da organização flexível, cuja racionalidade se sustenta na estética da ideologia da competência como um valor capaz de submeter o corpo, a mente e a alma de quem vive do trabalho. Os significantes de construto do sujeito são violentados, agredidos, constrangidos, ameaçados, ou destituídos de sentidos ou de sentimentos. As experiências mais agudas de assédio moral podem levar à morte física e à falência psíquica, a exemplos do *Karochi* e do *Burnout*, respectivamente. (VAZQUEZ, 2007, p. 14).

Mas, por que as mulheres?

Na obra *Paixão Pagu, a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, encontra-se uma passagem, na qual essa autora, espécie de ícone do feminismo brasileiro, mergulha, de modo a revelar-se ao seu filho Geraldo:

Toda vida eu quis dar. Dar até a anulação. Só da dissolução poderia surgir a verdadeira personalidade. Sem determinação de sacrifício. Essa noção desaparecia na voluptuosidade da dádiva integral. Ser possuída ao máximo. Sempre quis isto. Ninguém alcançou a imensidade de minha oferta. E eu nunca pude atingir o máximo do êxtase-aniquilamento: o silêncio das zonas sensíveis. (PAGU, 2005, p. 52).

Parece difícil, e, sem dúvida, o é, compreender o que uma mulher, cuja história expressa rupturas de valores e suas experiências compõem uma saga constante de luta por emancipação e desejo fundo de liberdade, possa querer ser uma mulher virtuosa, no sentido que satisfaça a expectativa do papel de uma mulher submissa.

Pagu – cuja vida é significada na história da luta feminista no século XX no Brasil, já que é uma mulher que transcende ao modelo socialmente constituído no seu tempo, ao tempo que integra os movimentos e lutas políticas por Direitos Civis, tais como liberdade, democracia, mais ainda, é ativista pela construção de uma sociedade comunista nas décadas de 30 e 40 – nos traz uma angústia paradoxal de constructo do feminino, segundo uma perspectiva civilizatória para a construção da mulher altruísta e simultaneamente, de experiência libertária, de emancipação. Ela deseja atingir o *êxtase-aniquilamento* no dar-se a outrem, mas a sua dimensão de mulher feminista é expressa pelo impedimento. Ela não o realiza! Ela não é a boazinha. Ela até pensa e deseja sê-lo, mas não o é!

Caso essa compreensão seja verdadeira, penso que a sua experiência alimenta a nossa luta na atualidade. A sua luta também é uma luta coletiva, mas o custo é vivido de modo singular. O paradoxo está entre experimentar a liberdade e gozá-la, realizá-la como sentimentos e sentidos seus.

Considerações finais

As análises nos levam ao entendimento de que a reestruturação produtiva, que faz da mulher *cobaia* nas relações flexíveis do trabalho, reescreve a cultura de dominação de gênero. O fato de a mulher estar inserida no trabalho produtivo, ou mesmo dispor de uma renda que lhe permitiria maior autonomia, não tem resulta-

do em transformações, ou em uma mudança significativa de grau, no sentido edificante de sujeito, no sentido do estabelecimento de novas representações e de um novo lugar social, ao contrário, reeditam-se subordinações, aprofundam-se discriminações e desigualdades. Restaura-se na ideologia da competência a mulher virtuosa, altruísta, sem falhas, agora na produção. Esse cenário desafia não só os movimentos feministas, mas também áreas do conhecimento que não consideram as desigualdades de gênero como valor explicativo e analítico na construção do saber.

Entretanto, é na perspectiva da crítica ao capitalismo que não se pode descuidar das novas-velhas práticas-danos (perversão) da dominação de classe. O estranhamento no trabalho flexível verga tanto mulheres e homens que faz da *loucura do trabalho* um universo de tensões que precisam ser perscrutadas na sua dialética. O mundo trabalho vem recrutando mulheres de modo a capturar valores socialmente constituídos, para assim reeditar lugares e papéis historicamente conhecidos e consolidados, a exemplo da mulher altruísta, agora (a)sujeitada à Qualidade e da cultura da competência. A trabalhadora é levada a provar o tempo todo que não erra, não falha e, é mais capaz do que os homens. Agora para alegria e glória da produção.

Os projetos, programas e política para as mulheres no âmbito do movimento feminista, mesmo as políticas públicas transversalizadas com a questão de gênero, não devem descuidar de questões culturais e de dimensões de valores e subjetividade que dão significação a diversidade de experiências dos múltiplos sujeitos (individual e coletivo).

Nesse sentido, quer seja na personagem Eva, de Mark Twain, cujo enunciado revela o valor da experiência... “pois me sinto como uma experiência, me sinto exatamente como uma experiência; seria impossível uma pessoa se sentir mais uma experiência do que eu, portanto começo a ficar convencida de que é isso que

sou – uma experiência [...]”, – ou mesmo no paradoxo da vida real de Pagu, que, sem nunca “atingir o máximo do êxtase–aniquilamento” – mas, que faz da sua vivência uma experiência solidária, compartilhada, sim, porém frustra o papel e o lugar de submissão que dela se espera, sem dúvida nos remete para a dialogicidade desse sujeito que desafia a humanidade para o gozo da *realização* – diferentemente do prazer da conquista, significante do poder do mundo masculino – o tempo todo.

Referências

BANDEIRA, Lurdes. *BRASIL: fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres para avançar na Transversalização de perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Convênio Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM e Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Unidad Mujer y Desarrollo CEPAL. Quito, Ecuador, 25 de agosto de 2004.

BARRETO, Margarida. Assédio moral: o risco invisível no mundo do trabalho. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, n. 25, jun. 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. *A Estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo:

Brasiliense, 1996.

CODO, Wanderley. Por uma Psicologia do Trabalho. In *Ensaio Recolhidos*. All Books. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2006.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. *Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

FERRAZ, Geraldo Galvão (Org.). *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*. Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, (2002).

NAVARRO, Vera. A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Luiz Rogério C. da Silva. *Políticas públicas do Governo do Estado da Bahia para atração de empresas e qualidade de vida da população trabalhadora do Pólo Calçadista da Região Sudoeste: o caso da Azaléia Nordeste no Município de Itambé*. Dissertação de Mestrado UNEB. Campus V. São Antônio de Jesus, Bahia, 2007.

SARDENBERG, Cecília. B. *Considerações sobre a transversalização do enfoque de gênero*. MTE-OIT, março, 2006.

THOMPSON, Eduard P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

ULLMANN, Liv. *Mutações*.. 10. ed. Tradução Sônia Coutinho. Nórdica, 1978.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Movimento de bancários: possibilidades criativas de experiências de constituição de identidade*. (tese de Doutorado). Unicamp, São Paulo, 2001.

VAZQUEZ, Petilda Serva; VAZQUEZ, Vanessa Serva. *Gênero, trabalho e saúde*. a experiência das mulheres do setor de calçados na Bahia. Salvador: Fast Design, 2007.

ACOLHIMENTO NO MOMENTO DO PARTO

*uma possibilidade
para as mulheres de salvador*

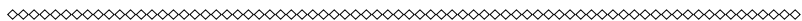
Isa Maria Nunes¹

Mariza Silva Almeida²

Maria José Souza Silva³

Contextualizando a temática

Para o Ministério da Saúde, o adequado preparo da gestante para o parto exige que os profissionais atuantes estejam capacitados e motivados para “a criação de um vínculo mais profundo com a gestante, transmitindo-lhe confiança e tranquilidade”



- 1 Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFRJ. Professora Adjunta I do Departamento de Enfermagem Comunitária da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM) da Escola de Enfermagem da UFBA. Coordenadora do Projeto EPA. isam@ufba.br
- 2 Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da USP Professora Adjunta I do Departamento de Enfermagem Comunitária da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM) da Escola de Enfermagem da UFBA. marizape@ufba.br
- 3 Enfermeira obstétrica. Diretora da Maternidade Tsylla Balbino. Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia – FTC. zvital@oi.com.br

(BRASIL, 2001, p. 38), o que requer esforço permanente de todos os setores da sociedade envolvidos com a questão.

A equipe que trabalha no centro obstétrico lida com mulheres saudáveis, internadas em um hospital para vivenciarem o parto e o pós-parto imediato em condições, a princípio fisiológicas, mas cuja assistência pressupõe o reconhecimento das especificidades e diferenças que estão no entorno desse momento singular.

Algumas peculiaridades são demonstradas pelas parturientes, através de reações que expressam nervosismo, agitação, medo e *desobediência* às condutas impostas pelos profissionais e pelas rotinas da unidade e até mesmo rejeição ao contato imediato com o recém-nascido imediatamente após o parto. Entretanto, em certas ocasiões, as manifestações emocionais são entendidas, pelos profissionais, como distúrbios de comportamento o que evidencia a dificuldade dos profissionais em reconhecer as peculiaridades da vivência do trabalho de parto e pós-parto para a mulher, do seu processo de adaptação à internação hospitalar.

Nessa perspectiva, o acolhimento, aspecto essencial da política de humanização, implica na recepção e responsabilização pela mulher, desde sua chegada na unidade de saúde, escutando suas queixas, permitindo-lhe expressar suas preocupações e angústias buscando garantir-lhe atenção resolutiva e articulação com os outros serviços de saúde para a continuidade da assistência, caso necessário (BRASIL, 2006).

Há que se investir e insistir para que a assistência esteja sustentada no desejo e decisão de profissionais e de gestores da saúde em garantir a redução das sucessivas intervenções que fazem parte das rotinas das maternidades com procedimentos-padrão, que vão desde a raspagem dos pêlos pubianos ao corte e à sutura no períneo, passando por lavagens intestinais, rompimento induzido das membranas e uso de medicação que induz e/ou acelera o trabalho de parto.

Para acompanhar a evolução do trabalho de parto, os profissionais precisam colher e fornecer informações, e preparar a mulher para cuidar de si e de seu(a) filho(a) no pós-parto. Deve ser permitido ao profissional aproximação tal com a mulher que ele seja capaz de, nessa relação, perceber suas necessidades e sua capacidade de lidar com o processo do nascimento. Permite, também, “relações menos desiguais e menos autoritárias, à medida que o profissional, em lugar de assumir o comando da situação, adota condutas que tragam bem-estar e garantam a segurança para a mulher e o bebê” (BRASIL, 2001, p. 10).

Dentre as ações dirigidas para o fortalecimento da capacidade técnica dos profissionais que trabalham nas maternidades encontram-se, por exemplo, a implementação de estratégias para a humanização da atenção ao parto e a incorporação das práticas baseadas em evidências científicas. Ademais, apesar de toda a evolução tecnológica da saúde, os resultados do estudo desenvolvido por Almeida (2005) demonstram que, também o cuidado à mulher no período pós-parto, não vem se dando de maneira satisfatória, ocorrendo de forma fragmentada, com base em relações desiguais, autoritárias, permeadas pela iniquidade de gênero na assistência à saúde das puérperas nos ambientes hospitalares.

Nesse contexto, a enfermeira obstetra vem sendo identificada como uma profissional que pode atuar de forma resolutiva e autônoma sobre assistência no parto normal sem distócia, contando para isto, com nítido apoio do governo federal, através de portarias específicas e respaldadas pelo conselho profissional. Em algumas realidades pontuais no país, há experiências de atuação rotineira das enfermeiras obstetras, nos ambientes de atenção ao parto normal, no setor público. São exemplos disto, as 14 Casas de parto e/ou Centros de Parto Normal criados em alguns hospitais (Hospital de Itapecerica da Serra/SP e Hospital Sophia Feldman/BH), além de maternidades onde a assistência no parto normal

por enfermeiras já está incorporada à rotina de atendimento (Maternidade Leila Diniz e Maternidade Herculano Pinheiro, no Rio de Janeiro).

Nos serviços públicos de Salvador, a prática obstétrica dirigida para o trabalho de parto permanece centrada no profissional médico e ainda privilegia o isolamento da mulher, a permanência prolongada no leito e a pouca ou nenhuma flexibilidade das rotinas hospitalares, confirmando a percepção de Vieira (2002, p. 38), quando afirma que “a rigidez das normas médicas traduz a necessidade intensa de ordenar e organizar a medicalização do corpo feminino”, um corpo que ao reproduzir-se, mostra-se incapaz e produtor de riscos.

De fato, a medicalização transformou-se numa prática consolidada e culminou com a despersonalização das mulheres, tendo como fundamento o saber, a cientificidade e o avanço da medicina moderna. Além disto, o discurso médico conseguiu expandir na sociedade a idéia do corpo da mulher como matriz do corpo social que necessitava portanto de uma adaptação perfeita para a função reprodutiva, conforme afirma a mesma autora (2002).

Nesse sentido, a sociedade ocidental, principalmente, supervaloriza os atributos físicos para ser mãe, numa perfeita correspondência com a função social mais valorizada, prevalecendo, entretanto, a ambígua imagem de um corpo perfeito para essa função mas carente de controle, à essa altura, masculino por excelência. Assim entendida, a gestação, enquanto processo potencialmente patológico gera crescente utilização de procedimentos e recursos tecnológicos, ampliando a hegemonia do saber médico sobre os outros profissionais, especialmente nos espaços hospitalares (NUNES, 2005).

Abandonar rotinas que subjagam a mulher em trabalho de parto, no modo de funcionamento do hospital substituindo-as pela adoção de práticas que privilegiam seu protagonismo, o

acompanhamento da sua fisiologia, equivale à perda do controle unilateral do processo da parturição e a modificação das referências do papel dos profissionais de saúde nesse contexto. Embora as evidências científicas atuais apontem a pertinência e a viabilidade de se promover modificações no modelo médico tradicional de assistência ao parto, abrir mão de alguns procedimentos implica mudar as relações de poder.

Pensar na divisão de poder e controle sobre esse momento exige a re colocação dos atores no cenário situando a mulher em condições de, pelo menos, negociar o que se pretende fazer ou usar na condução do parto, e isso significa empoderá-la. Entretanto, para Yung (1993), isto só será possível mediante mudanças nas práticas de socialização, nas instituições legais, políticas e religiosas e nos sistemas de pensamentos que contribuem para a posição desigual da mulher nas estruturas de poder existentes. E a estrutura da assistência à saúde é uma delas.

Nas últimas décadas do século passado, tornaram-se mais viáveis os movimentos sociais interessados no reconhecimento de que as diferenças de gênero tem sido produtoras e reprodutoras de desigualdades, “contrapondo-se radicalmente às explicações das desigualdades sociais fundadas em caracteres biológicos e, portanto, naturais” (NASCIMENTO, 2000, p. 12). Sobressaem, a partir de então os esforços de grupos de mulheres feministas, ou não, para desvelar questões ligadas às relações de gênero e que contribuem para a subordinação das mulheres às normas sociais majoritariamente machistas e excludentes em vários aspectos de suas vidas.

No bojo desses movimentos, discute-se, por exemplo, a medicalização do corpo da mulher, que teve notável desenvolvimento a partir do século XVIII, e que

permite a formação e manutenção da sociedade em relação às questões de saúde que envolvem a reprodução humana, ao ela-

borar idéias que, através de uma racionalidade moderna e científica, visam ao entendimento e conseqüente intervenção nesse corpo como estratégia social (VIEIRA, 2002, p. 24).

Para o desenvolvimento de uma assistência mais igualitária, humanizada e com equidade, é necessário que o desenvolvimento do pensamento e das ações das pessoas envolvidas – usuárias e profissionais do serviço – estejam voltados para a transformação, habilitando-as a explorar questões que estão relacionadas à dinâmica de sua sociedade. Reconhecemos, contudo, que o alcance desse patamar requer mudanças comportamentais e um planejamento em longo prazo, mas que precisa de um marco inicial.

Consideramos que as questões que perpassam a atenção prestada à mulher durante o trabalho de parto e no parto no SUS precisam ser analisadas e reavaliadas amplamente, de modo a possibilitar a reunião de elementos capazes de subsidiar mudanças necessárias para o alcance da melhor qualidade possível, nessa assistência. É no contexto dessa discussão que se insere essa experiência.

O espaço de parto alternativo – EPA

Diante do exposto e considerando o papel da Universidade na proposição e apoio a iniciativas reconhecidamente exitosas, em confluência com o interesse da Maternidade Tsylla Balbino/ SESAB, ciente do seu papel histórico na prestação de assistência obstétrica e capacitação de profissionais nessa área em nosso Estado, criaram-se as bases necessárias para, por meio de esforço coletivo, dar alguns passos no sentido de mudar o modelo de assistir à mulher no trabalho de parto, parto e puerpério, em nossa cidade.

A parceria entre a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA), por intermédio do Grupo de Estudos

sobre Saúde da Mulher (GEM), com a Maternidade citada se concretizava pela presença de docentes e discentes um dia na semana em caráter de extensão universitária e vincula-se à possibilidade de desenvolvimento das atividades do projeto, constituindo-se em apoio permanente e decisivo na implementação das mudanças requeridas para o modelo de atenção ao parto.

Entendemos que essa iniciativa fortaleceu o papel da instituição GEM/Escola de Enfermagem/UFBA, uma vez que, por meio de propostas deste tipo, “universidade e instituições da sociedade interagem, elaboram seus projetos e, em vista dessa interação, comprometem-se mutuamente”, conforme Pazeto (2005, p. 494).

Ademais, a equidade tanto na saúde quanto nas relações de gênero passou a ser o alvo primordial das políticas públicas e dos programas de saúde, envolvendo não só os poderes públicos, mas a participação da sociedade, como garantia fundamental dos direitos das mulheres, enquanto cidadãs, de forma justa, livre e solidária.

A iniciativa foi orientada de forma a permitir que:

- a mulher ocupasse posição central nesse processo com valorização e resgate da força feminina e do seu papel ativo, bem como o estímulo à participação paterna;
- as mulheres atendidas no projeto vivenciassem o parto numa relação que privilegie o relaxamento, a confiança, a informação correta, o contato contínuo com acompanhante;
- se multiplicasse entre estudantes e profissionais da Maternidade a visão de que a assistência ao parto pode ser prestada respeitando-se a fisiologia e reduzindo as intervenções ao mínimo necessário e estabelecendo relação mais horizontal.

O processo de implantação do EPA teve início em julho de 2006 com a reforma e a organização do espaço físico na Maternidade Tsylla Balbino e o primeiro atendimento no novo espaço ocorreu em outubro de 2006. Após as etapas de reforma e organização do

espaço, foi possível ativar um leito para assistência diferenciada. Os equipamentos/mobílias necessários foram adquiridos pela direção da maternidade conforme as especificações para a assistência pretendida, contando-se inclusive com colchonetes, bola suíça, aparelho de som e CDs de músicas suaves para relaxamento, barras de apoio nas paredes, chuveiro com água morna e demais itens de higiene, cosméticos e adereços para uso das mulheres.

Em todas as fases do trabalho de parto e pós-parto imediato, a assistência foi prestada na maior parte do tempo por enfermeira obstetra, docente da EEUFBA e estudantes de enfermagem voluntárias(os), com apoio da equipe auxiliares de enfermagem, de médicas(os) obstetras, pediatras plantonistas e demais profissionais da instituição.

Na forma como foi organizada, essa assistência privilegiava o papel central da parturiente, uma vez que, dessa forma,

a mulher não participa apenas com desejos e expectativas, mas com sua capacidade e habilidades individuais disponíveis para aquele parto. Portanto, é imprescindível ouvi-la e efetivamente, considerar as suas demandas. Ser protagonista do próprio parto significa ter o papel mais relevante no acontecimento: ter uma função ativa, expressar-se, decidir, tomar parte. (LAGO, 2003, p. 18).

Para serem inseridas no projeto as parturientes eram avaliadas inicialmente no pré-parto geral, para verificação dos antecedentes obstétricos e das condições de evolução do trabalho de parto, tarefa essa realizada em conjunto pela enfermeira/docente com a equipe médica. Decidida a possibilidade de transferência para o EPA, conversamos com a parturiente sobre a existência desse espaço e a convidamos para ocupá-lo. Em seguida, o serviço social é acionado para entrar em contato com a família solicitando a presença da(o) acompanhante de sua escolha. A parturiente é

então transferida para o EPA por meio de encaminhamento da(o) médica(o) obstetra.

Modelo de assistência desenvolvido no projeto

No EPA, as parturientes eram assistidas adotando-se práticas consideradas úteis para a evolução do trabalho de parto e que valorizam o protagonismo da mulher, tais como:

- tratamento da parturiente pelo próprio nome;
- utilização das roupas próprias da mulher ou da maternidade, conforme sua preferência;
- não realização de raspagem dos pelos e de lavagem intestinal;
- uso de ocitocina, episiotomia somente se necessário;
- realização de exercícios respiratórios com acompanhamento;
- realização de exercícios pélvicos com e sem a bola suíça sob supervisão;
- realização de massagens de relaxamento;
- estímulo a caminhar, agachar e adotar posições confortáveis nos colchonetes ou na cama;
- oferta de dieta líquida sem resíduos conforme aceitação e prescrição médica;
- oferta de banho morno ou ducha à vontade;
- sugestão de música suave e de relaxamento, conforme preferência, inclusive durante o parto;
- acompanhamento da evolução do trabalho de parto através de partograma evitando-se o toque vaginal, com solicitação de avaliação médica quando necessário;
- parto em posição de escolha da mulher privilegiando a verticalização;

- respeito às reações emocionais da mulher sem restrições a choro, gemido, grito ou qualquer tipo de manifestação de prazer ou desprazer;
- garantia da presença de acompanhante de sua escolha em todo o processo, com participação na assistência, inclusive na laqueadura do cordão;
- informação e orientação permanente da mulher e acompanhante;
- estímulo ao aleitamento materno na primeira hora, sempre que possível;
- prestação dos cuidados imediatos à criança no mesmo espaço e com a participação da mãe e acompanhante;
- permanência no EPA até uma hora após o parto observando a adaptação ao pós-parto imediato;
- visita à puérpera e à criança antes da alta hospitalar com avaliação das condições de ambos e fornecimento de orientações para o autocuidado e o cuidado da criança;
- visita domiciliar e encaminhamentos da puérpera e da criança a unidade de saúde, se necessário;
- realização de registros individualizados, com ênfase nas práticas adotadas e respectivos resultados, garantindo a documentação adequada tanto para a assistência quanto para a pesquisa, utilizando-se o prontuário além de outros impressos criados especificamente para o acompanhamento do projeto.

A avaliação realizada sobre o funcionamento do EPA produziu informações quantitativas e qualitativas obtidas a partir dos registros e dos depoimentos obtidos com algumas mulheres atendidas nesse espaço, com estudantes e profissionais atuantes no projeto.

Tabela 1 – Avaliação quantitativa por meio de indicadores de processo. N = 23

INDICADOR	Nº	%
Dieta líquida	13	56,52
Conduta não farmacológica de alívio da dor	23	100,00
Posição inclinada	20	86,95
Presença de acompanhante	6	26,08
Acompanhante cortou cordão	2	8,69
RN com Apgar acima de 8 no 5º minuto	22	95,65
Parto assistido exclusivamente por enfermeira obstétrica	20	86,95
Taxa de episiotomia	14	60,86

Fonte: Relatório do Projeto.

* O projeto foi encerrado em abril de 2009. Os dados atualizados em 2010.

A adoção dessas práticas buscava aderência com o que é preconizado como parâmetro de assistência humanizada, acolhedora e baseada em evidências científicas. Nesse sentido, concordamos que

a humanização, no caso do parto, pressupõe que a técnica é política, e que inscritos nos procedimentos de rotina – imobilização, na indução das dores do parto e cortes desnecessários, na solidão, no desamparo – estão ‘encarnadas’ as relações sociais de desigualdade: de gênero, de classe, de raça, entre outras. (DINIZ, 2005, pg. 631).

Além disso, entendia-se como necessária a des-naturalização da maternagem à luz das relações sociais de gênero, descortinando seu caráter puramente biológico e instintivo, mas, incorporado às vivências e experiências pessoais e sociais que permeiam esses processos nos diversos momentos da vida das mulheres.

Avaliação qualitativa por meio de opiniões de pessoas envolvidas no EPA

O que disseram algumas Mulheres Assistidas no EPA

– Durante o parto eu não pude comer nada, mas beber eu pude, diferente do meu outro parto que quase me mataram de sede; dessa vez não, eu bebi água, até tomei suco para me fortalecer mais, porque eu estava sem comer nada um bom tempo, gostei de poder beber alguma coisa, me senti melhor de verdade. Outra coisa que eu gostei foi de poder andar e tomar banho, porque ficar na cama o tempo todo dói muito a coluna dói tudo e andar relaxa, melhora mesmo, o banho me fazia relaxar também, eu me sentia mais calma apesar das dores que eram muitas o banho e a caminhada me fazia relaxar muito

(Lua)

– Eu tive um tratamento ótimo, porque nem todas as pessoas podem ter o tratamento que eu tive, fiz exercício com bola, pude escolher onde ficar e se queria ficar deitada, se na cama ou no colchão, teve massagem, todo mundo me tratou bem, tomei bastante líquido, tomei banho e foi bom, as pessoas foram bastante atenciosas.

(Estrela)

– Me deu muita segurança, quando me falaram que alguém poderia ficar comigo durante o meu parto; tive uma surpresa grande; fiquei feliz por minha mãe estar comigo, ter uma cara conhecida é bom, não que tenham me tratado mal, mas é bom demais, minha mãe ficou comigo o tempo todo, eu fiquei mais segura sim, mesmo sendo o meu quarto filho, a gente fica com medo não é, mas com minha mãe

do meu lado e com o tratamento de vocês me fizeram ter mais segurança e perder o medo.

(Sol)

- Foi ótimo realizar esses exercícios, usei a bola, massagem, fiz caminhadas, tomei banhos, pude me deitar nos colchonetes, elas saíram comigo pra dar uma caminhada e isso tudo me fez eu me sentir bem, tranquila, teve o som que ajudou para eu relaxar, teve tudo, um bom atendimento, me trataram super bem, foi ótimo, e isso tudo facilitou o meu trabalho de parto porque eu me senti bem, me senti mais à vontade. (Brisa)

O que disseram alguns Profissionais Atuantes no EPA

- A mulher se sente protegida, com o apoio da família. É um fato novo e especial e a mulher se sente recompensada. (enfermeira).
- Acho uma proposta ótima, principalmente para as adolescentes, pois ajuda a reduzir a ansiedade e a sensação de solidão, de insegurança e age sobre o psicológico da gestante, facilitando a evolução do trabalho de parto. (Assistente Social).
- Eu vi a mulher entrando em contato com o seu corpo com tranquilidade, segurança. Acho que o EPA resgata a participação da família na assistência. (Fisioterapeuta).
- Acho muito bom. Como sugestão, poderia ver a possibilidade de o projeto estar atuando mais dias da semana, assim serão atendidas um maior número de mulheres. (Funcionária da higienização).

O que disseram Estudantes de Enfermagem Voluntárias do EPA

- Eu me sinto uma pessoa muito útil e capaz de tudo cada vez que saio do EPA, pois vejo que posso fazer algo de diferente por pessoas que nunca esperariam por um atendimento mais humanizado em um hospital do SUS, que ainda é visto por muitos como um local de mau atendimento. É importante saber que as ações desenvolvidas no EPA não são coisas fora da realidade.

(Fada)

- O projeto representa, na verdade, a concretização de um ideal de assistência prestada à mulher no seu trabalho de parto e parto, onde a necessidade dessas parturientes são atendidas da melhor forma possível e a prestação da assistência passa a ser individualizada e específica para cada mulher.

(Princesa)

- Nessa assistência, somamos o conhecimento do profissional, atendendo a critérios para um parto seguro, além de acrescentar técnicas de relaxamento, atentando sempre para o desejo da parturiente, orientando-a, fazendo assim com que o medo com relação ao parto seja no mínimo atenuado.

(Rainha)

- Esse é modelo que valoriza a mulher como um ser participativo no processo do parto deixando para traz a idéia de que o parto é um processo patológico onde a mulher é considerada apenas uma paciente recebendo cuidados.

(Maga)

- Além de estar de acordo com a política vigente, o Projeto EPA visa ir além, propiciando acolhimento, conforto, segurança e assegurando à mulher o legítimo papel de sujeito que tem sentimentos e preferências
(Anja)

Contribuições e perspectivas

As pessoas envolvidas perceberam que estão participando de um momento especial e se mostram dispostas a contribuir para a superação da omissão e da mesmice, do agir impessoal e mecânico pela valorização da posição da mulher. Multiplicou-se entre docentes e discentes a percepção da parte que lhes cabe na responsabilidade de fazer com que essa experiência contribua para:

- fomentar maior horizontalidade na relação entre usuária/estudantes/ profissionais;
- garantir às mulheres de baixa renda o direito a um atendimento diferenciado no tocante à ambiência e conforto; à liberdade de fazer escolhas; à possibilidade de celebração ou não desse momento e do acesso às práticas baseadas em evidências científicas; e
- promover o estímulo à participação e a responsabilização paterna.

Os passos seguintes do projeto incluíam a ampliação do atendimento nesse modelo para mais mulheres e a vinculação do EPA ao pré-natal da maternidade, com reforço às atividades com grupos de gestantes no pré-natal e na capacitação de profissionais para a implementação desse modelo de assistência no cotidiano da maternidade.

Considerações finais

No contexto do parto, a forma como se estabelecem essas relações tanto podem acentuar a desvalorização da capacidade feminina, na medida em que são impostas sucessivas intervenções, como podem, também, reforçar esse potencial ao se permitir que a mulher em trabalho de parto tenha liberdade para fazer escolhas, tomar decisões e expressar seus sentimentos diante dessa experiência.

Enquanto possibilidade de mudança nos cenários onde ocorrem os cuidados às mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto, entendemos que o EPA atingiu os objetivos propostos e progressivamente ampliando seu raio de ação, mediante o relato das mulheres atendidas, que referiram ter sentido “segurança, proteção e ajuda” no transcurso da assistência.

Entendemos que tal iniciativa proporcionou acolhimento e recolocação da mulher nos contextos e cenários da assistência no parto, possibilitando que ela se sentisse como sujeito do processo, com capacidade para interferir ativamente em permanente interação com as pessoas que estão à sua volta.

O modelo de assistência que norteou essa experiência inclui o fortalecimento da autonomia, autodeterminação e participação das mulheres em suas relações com os serviços de assistência à saúde, capacitando-a para enfrentar e sobrepôr-se às formas institucionalizadas de submissão. Trata-se de um agir que pressupõe relações humanas baseadas na equidade e no mútuo reconhecimento dos papéis dos múltiplos sujeitos da ação, mas reconhecendo-se a centralidade da mulher.

A iniciativa do EPA foi liderada com autonomia por enfermeiras e compartilhada por uma equipe multiprofissional, o que vislumbra a prestação de assistência com mais qualidade e menos iniquidade. Para isso, as mudanças requeridas necessitam não só

de capacitação técnica, mas, também, de liberdade para criar e agir. Acreditamos que o projeto EPA desencadeou um amplo processo de transformação, cabendo agora persistir e ampliar essa prática para outros espaços da assistência obstétrica, com a adesão crescente de profissionais e gestores da saúde em nosso Estado.

Referências

ALMEIDA, M. S. *Assistência de enfermagem à mulher no período puerperal: uma análise das necessidades como subsídios para a construção de indicadores de gênero*. Ribeirão Preto. 2005. 168p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área técnica de Saúde da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área técnica de Saúde da Mulher – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 199 p.*

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 163 p. color. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos Caderno n° 5) ISBN 85-334-0885-4.*

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005.

LAGO, T. D. G. Prefácio. In: NOGUEIRA, A. T; LESSA C. (Orgs.). *Mulheres contam o parto*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2003.

NUNES. I. M. *O processo de trabalho hospitalar na assistência à mulher no parto normal: uma visão multiprofissional*. Rio de Janeiro, 2005. 160p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PAZETO, A. E. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, 2005.

VIEIRA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. 84p.

YUNG, K. *Planning development with women*. London: Macmillan, 1993.

Segunda parte



Gênero e geração



REVISITANDO O PAR RELUTANTE

Alda Britto da Motta

Introduzindo os pares

Não tendo as relações de gênero, como outros sistemas de relações, a possibilidade de constituírem-se em dimensão única de vivência e explicação das relações sociais, vem-se tentando, na última década, trabalhar – na teoria, na pesquisa e na própria militância feminista – o que seria a articulação ou a intersecção da categoria gênero com algumas outras dimensões relacionais, principalmente raça e classe social. O que tem resultado em expansão satisfatória do campo analítico explicativo – mas não ainda suficiente. Categorias importantes, como idade/ geração, ainda são alijadas sistematicamente dessa dinâmica. Por outro lado, apesar das repetidas críticas a essa orientação e de algumas novas propostas, como as de Woodward (1991, 1995), Arber e Ginn (1995), Britto da Motta (1996, 2002), Krekula (2003, 2007), ainda se ignora analiticamente, mesmo quando está implícito na discussão teórica ou nos resultados de pesquisa, o par conceitu-

al idade/geração. Ignora-se a sua característica fundante da vida social (BALANDIER, 1976), sua realização histórica, sua dinâmica atual, a própria realidade da condição etária das mulheres – e já estamos entrando na terceira geração do movimento feminista. Passa-se ao largo, principal e lamentavelmente, da clássica e fecunda intersecção entre gênero e idade/geração.

Como já tive ocasião de analisar (BRITTO DA MOTTA, 2002), há uma possível explicação política para esse percurso teórico do feminismo. Primeiro houve a percepção da dinâmica entre gênero e classe social, a discussão apaixonada sobre o diálogo ou o “casamento (im)possível” com o marxismo, e toda uma fecunda produção em torno do trabalho das mulheres. O trabalho seria liberador, mas demonstrou não o ser suficientemente – a persistência das suas condições habituais de realização e retribuição, desfavoráveis à mulher, ainda reafirmavam a desigualdade de gênero. Logo desvendava-se a importância do enfoque analítico sobre a reprodução, domínio privado mas também público das mulheres – e não apenas sobre a produção, território próprio e público dos homens – e a “descoberta” do patriarcado como elemento explicativo nos jogos de poder e dominação no interior das famílias. Entretanto, não dura a alegria da proposta da fraternidade feminina (“sisterhood”) – desenvolve-se com grande impacto a inclusão questionadora, de severas conseqüências políticas, da categoria “raça”, como elemento de cisão entre as “irmãs”. E enquanto se continuava a discutir a produção das diferenças e de subjetividades conflitantes, na análise e na prática feministas (porque as categorias são tanto teóricas quanto da ação política), sem suficiente reflexão sobre as contradições e ambigüidades que elas podem imprimir e expressar, ainda se deixava de lado as possibilidades analíticas do par conceitual idade/geração...

Este descompasso continua e, pelo menos em parte, certamente se deve ao fato de não serem, ainda, os grupos ou movi-

mentos de origem ou inspiração etária – bem ao contrário do que ocorreu entre as mulheres, enquanto gênero – portadores de suficiente substância política para terem demonstrada a importância da sua inclusão no movimento social, tanto quanto a inclusão ou expressão analítica da idade na teoria das Ciências Sociais, principalmente quando articulada a outras categorias socialmente determinantes, como gênero, raça e classe social.

Se não vejamos: movimentos de jovens, cindiram-se ou concentraram-se em questões que não apontavam diretamente para a identidade geracional, tais como o estudantil e o “hippie” dos anos 60 ou o fizeram palidamente, como os “caras pintadas” e os “insurgentes” (SOUZA, 2001) das últimas décadas. Adultos plenos, já têm o poder sem maiores lutas, nem afirmação necessária de identidade coletiva enquanto geração. Velhos, são um coletivo recente em participação social. Apesar de bastante promissores nos movimentos de aposentados e na recém-conquistada “liberdade” e alegria das mulheres dos grupos de “terceira idade”, ainda são socialmente marginalizados ou até destituídos.

Também na pendência teórica sobre o modo como se constroem e exercitam as desigualdades e as exclusões, quanto ao gênero (sexismo), à raça (racismo) e às posições de classe, continua ausente a discussão sobre diferenças, preconceitos e exclusões construídos nas relações entre as idades e gerações, ainda intraduzível o neologismo “ageism” ou mesmo a adoção do linguisticamente mais próximo “edadismo”. Para o feminismo, que se construiu inicialmente como movimento de mulheres brancas, ocidentais e “burguesas”, parece que nunca ficou bem percebido, inclusive para elas próprias, que eram também jovens ou adultas plenas – portanto, de específicas faixas etárias; aquelas mesmas posições geracionais de onde iria sair, posteriormente, e até hoje, a maioria das lideranças femininas da política partidária, dos vários movimentos sociais, urbanos ou rurais e dos sindicatos. Desde

sempre, ao exporem depoimentos pessoais, trabalhos de grupos de conscientização, ao proporem políticas, tudo esteve orientado para – e por – esse específico grupo etário, não diretamente percebido ou mencionado de tão “natural”... No fundo, mulheres em idade reprodutiva, exatamente como se seleciona nos vários âmbitos de regulação social e de políticas públicas, que o feminismo, por outras razões, critica...

Naquele momento fundador, como já tive ocasião de apontar (BRITTO DA MOTTA, 2002). pôde-se pensar e prescrever, ou conclamar a um sentimento enquanto categoria – prevalentemente unigeracional – a sororidade (“sisterhood”) como aglutinadora de gênero, ou pelo menos unificadora das mulheres, sem, entretanto, refletir-se que ela não recobriria a totalidade do universo feminino, deixando de fora o acompanhamento das diferentes posturas geracionais; portanto, sem uma certa visão diacrônica, sem uma atenção às continuidades e descontinuidades na trajetória existencial e política das gerações de mulheres contemporâneas. Postura teórica que em grande parte persiste, salvo em algumas autoras mais criativamente “radicais”, como bell hooks (1990) e Kathleen Woodward (1995).

Por isso, continuará a valer perguntar-se: Sua mãe era mesmo ‘atrasada’? Você abjurou o romântico vestido de noiva e todo o seu significado simbólico, mas sua filha retomou o ritual tradicional completo, em que são quase imperceptíveis novas bases... Você “queimou”, ainda que em desejo, ou em silenciosa aquiescência, os seus sutiãs, símbolos grupalmente erigidos de uma indevida modelagem social do corpo das mulheres, mas sua neta estufa-se em silicone... Isso não lhe diz nada? (BRITTO DA MOTTA, 2002).

Vale, também, uma pequena revisão teórica, para reavivar a memória...

Idades e gerações

A idade, reconheça-se, é, historicamente, um elemento estruturador na organização das relações da vida social, assim como o gênero; e a vivência geracional é parte essencial da dinâmica coletiva que impele à continuidade social, tanto quanto à mudança, ambas as esferas participando fundamente das relações de poder, sempre desiguais, na sociedade. Impossível, portanto, menosprezar a importância analítica da dimensão sociotemporal das idades/gerações, tanto na percepção das afinidades sociais como na construção das diferenças e desigualdades.

Balandier (1976), ainda em meados da década de 70, já reconhecia as “lógicas” das relações entre as idades/gerações e os sexos (a categoria “gênero” ainda sendo cunhada) como estruturas primeiras ou fundantes da vida social, aquelas que, por isso mesmo, emergem ao primeiro plano das relações nos momentos de crise social. Ao feminismo, como a outras dimensões político/analíticas do movimento social, tem faltado, entretanto, a visão prospectiva e articulada dessas duas dimensões relacionais.

Hoje, na busca ou manutenção de uma desejável coerência teórica e política – com a discussão de outras categorias também determinantes, impresentidas no início ou no primeiro desenrolar da trajetória do feminismo – continua a faltar percepção suficiente para uma outra urgência, mais além do cotidiano, motivada por propostas, discussões ou adoção de políticas públicas que têm a ver com novas regulamentações em torno das idades, cujo exemplo mais flagrante é – e não apenas no Brasil – a questão da Previdência Social. (Sem esquecer os vários Estatutos; estes, por sua vez, sem gênero...)

Realmente, com a ainda vigente orientação ou regulação das seqüências da vida dos cidadãos pelo Estado, e como elas são o resultado, nem sempre o mais justo, de múltiplas formas de in-

terferência, é importante a atenção ou o empenho também nesse âmbito.

Enquanto desenvolvo pesquisas sobre um segmento social que é definido basicamente pela idade/geração – embora vá mais além dela, especialmente na sua realização de gênero – a dos velhos e dos que envelhecem, venho buscando situar teoricamente esse par de categorias, pouco estudado em seu caráter articulado de dimensão fundamental da vida social. Neste percurso é que tenho sentido mais diretamente a falta da reflexão feminista sobre o tema, mais estranho ainda quando as “históricas” já não são jovens... Registro, a propósito, alguns fatos laterais curiosos quanto a essa omissão: as escassas discussões sobre a menopausa a situam mais como fenômeno biopsicológico, até de remissão direta à sexualidade, mas não, realmente, como uma passagem no percurso de vida, –vida social, antes de tudo– que se mede, em última análise, pela idade e que, enfim, também sinaliza para o processo de envelhecimento. As próprias críticas que o movimento tem feito às políticas governamentais na área da saúde, no Brasil, são justas quanto ao mérito, mas incompletas, porque não deixam também claro que nem todas as faixas etárias são contemplados ou atendidas por elas (Ou ainda não foi percebido isto?!). Nas várias campanhas nacionais de prevenção contra o câncer, por exemplo, as faixas etárias atingidas não costumam ultrapassar a meia idade, isto é, as idades reprodutivas, – e não soube de qualquer protesto do Movimento ou de nossas representantes no Parlamento, em torno desse não atendimento às outras idades. Também as mais recentes e anualmente renovadas campanhas nacionais contra a violência às mulheres têm sempre como alvo único as mulheres jovens, em idade reprodutiva, majoritariamente as que são agridadas pelos seus parceiros sexuais – as próprias fotos que ilustram as peças de divulgação ilustram também isso. Restando ignoradas as mulheres idosas (também alguns homens, embora estes sejam

vítimas em muito menor escala) que são objetos de variadas formas de violência, não apenas por parte de seus companheiros, mas, sobretudo, de seus filhos e netos de ambos os sexos, além de outros membros da família, e até vizinhos. O que configura, teoricamente, uma outra expressão da prática das relações cotidianas e da possibilidade analítica: violência de gênero, sim, mas também violência entre gerações.

Motivada por ausências e omissões como essas, venho perguntando, há bastante tempo. Para onde foram as experiências vividas e a antiga e ampla sintonia feminista com o tempo social? (BRITTO DA MOTTA, 1998)

Por outro lado, muitos dos numerosos bons estudos realizados hoje sobre categorias de idade, principalmente sobre o envelhecimento e a velhice, situam-se no correto procedimento científico de desvendar uma face importante da realidade, mas em grande parte não se propõem a contextualizar a temática do ponto de vista estrutural das relações entre as idades e gerações, nem destas com a teoria de gênero, inclusive com um intuito mais fundo de transformação social. São realmente numerosas – e interdisciplinares – as omissões teóricas e políticas.

A condição geracional

Por que tanta dificuldade de perceber-se a condição geracional?

A geração representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo. Daí o sentido dinâmico ou instável e plural que de saída representa. Por isso é preciso agilidade analítica para se perceber/estudar idades e gerações. Porque o que a muitos parece insegurança de meios ou demasiada brevidade de realização e, portanto, aparente inexpressividade existencial, mas também epistemológica – mudança de idade a

cada ano, assim como a gestação de uma nova geração a cada nova pulsação da vida social – em verdade significa o fazer-se estrutural de uma dimensão da vida social, que é contraditoriamente tecida com afetividade e relações de poder. Ao mesmo tempo entretecida com outros sistemas de relações, expressões das dimensões de gênero, raça/etnia e classe social.

Em suma é essa mudança, das idades e gerações, em suas posições e também conflitos no tempo que perturba os estudiosos que se detêm sobre o assunto.

É que a sociedade, a par de ter-se desenvolvido tendo a idade (e o sexo/gênero) como critério fundamental de organização e integração social, principalmente de participação na divisão do trabalho, foi construindo, ao mesmo tempo, formas outras de organização que redundaram em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseadas na idade (assim como em critérios relativos ao gênero). E de tal forma, que na modernidade a vida social apresenta – se impregnada de etarismo. (Tanto quanto de sexismo). Apenas o preconceito/discriminação contra a idade se apresenta de forma menos perceptível, mais sutil que o sexismo porque mais naturalizado pela evidência dos registros da passagem do tempo nos corpos. E os corpos são de várias idades em suas diferentes transformações.

E mais, a sociedade capitalista vem mudando de referência social principal do grupo para a referência crescente ao indivíduo. São expressão acabada disso as formas de regulação do estado nacional moderno na sua prescrição de uma idade ‘certa’ para cada participação ou pertinência social dos indivíduos e de alguma forma de sanção para a desobediência a essas prescrições legais.

Por todo esse relativismo e transitoriedade de posições geracionais e etárias é que, por suposto, se tem mantido teoricamente difícil de definir e analisar o campo das relações entre as gerações

e a sua inscrição teórica na visão articulatória com outras categorias relacionais, mesmo o gênero.

Em resumo, a grande questão que parece tolher muitos estudos é decorrente basicamente dessa variabilidade ou mudança de posições etária e geracional das pessoas e grupos no tempo. Na vida vivida, se somos sempre pessoas de um determinado sexo/gênero, raça/etnia e classe social, mudamos de idade – processo biosocial – a cada ano, ao mesmo tempo em que o nosso grupo etário vai assumindo posições geracionais diversas enquanto coorte geracional – embora não necessariamente enquanto geração social no sentido definido por Karl Mannheim. O jogo de poder entre as gerações se desloca e reinstala, causando a impressão de ausência de capacidade estruturante do social... Mas que escasso poder estruturante é esse, que atrai tantas regulações (legais, tanto quanto informais e ideológicas), e documenta e narra a memória social?!

Como o objeto de subordinação etária ou geracional muda no tempo – tanto no sentido do ciclo da vida dos indivíduos quanto no percurso histórico das sociedades – isso torna pouco visíveis os mecanismos de dominação e subordinação e as formas de luta do segmento que procura se libertar, porque ele é ‘individualmente’ (enquanto pessoas e enquanto grupo etário) móvel. Ao mesmo tempo ‘mudando de lugar’ parece, então, escapar aos mecanismos e propósitos da dominação capitalista – que muito consensualmente se aceita dar-se em torno de três ‘eixos’ teóricos: gênero, raça e classe social. Mas o modelo estrutural do conflito entre gerações e grupos de idade, ainda que teoricamente assim invisibilizado, existe, e persiste em seus efeitos; inclusive em interseção com os já citados ‘eixos’ – ou dimensões de atuação e de análise.

Ao mesmo tempo, com a conhecida polissemia da categoria geração, mais o campo teórico – e analítico – se complexifica. Dei-

xando à parte o largo uso do termo no cotidiano, em que passou a designar até as etapas do progresso técnico (por exemplo, maquinário de última geração), os usos do par conceitual idade/geração no campo da análise científica, particularmente no âmbito das ciências sociais, podem ser sintetizados segundo três perspectivas ou sentidos principais (ATTIAS-DONFUT, 1988; BRITTO DA MOTTA, 2005) que terminam por ser em parte intercambiáveis.

- Como coorte, referência estatística/demográfica, designando os indivíduos nascidos em determinado intervalo de tempo e referidos a eventos demográficos. A coorte geracional guardaria o sentido menos sociológico das três perspectivas – mas não há unanimidade dos estudiosos quanto a isto. Basta lembrar-se a proposta de Bengtson (BENGTSON; GIANRUSSO, 1995).
- A tradição antropológica é responsável pela segunda acepção, expressa em termos de idade (grupos e categorias de idade), tendo como referência principal a filiação e guardando uma função classificatória de posições. Mas inclui tanto as posições geracionais na família como na própria organização social mais ampla. Na sociedade atual se expressa como gerações na família e/ou como idades bio-sociais para a assunção de direitos e deveres, tanto nas relações cotidianas como segundo as normas jurídicas oriundas do Estado.
- A importante teorização de Karl Mannheim (1928) conduz ao âmago do terceiro sentido. Geração designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social e que têm aproximadamente a mesma idade. E por isso mesmo estão expostos a aproximadamente os mesmos tipos de eventos e circunstâncias. Mannheim (1928, p.134; 135; 137) constrói o conceito em vários momentos e etapas, sempre acentuando o seu sentido histórico: “[...] indivíduos que pertencem à mesma geração [...] estão ligados [...] a uma

posição comum na dimensão histórica do processo social.” O que significaria a predisposição para “[...] um certo modo característico de pensamento e experiência e um tipo característico de ação historicamente relevante.” Entretanto, Mannheim não desvincula geração e grupo de idade. Define, ainda: “O fenômeno social ‘geração’ nada mais representa do que um tipo particular de identidade de posição de ‘grupos de idade’ incrustados num processo histórico-social.”

É fundamental, portanto, perceber-se a ampla trajetória, no tempo, da larga consciência que se desenvolve do fazer individual e subjetivo à perspectiva de ação coletiva, histórica... Cada geração reproduz uma longa e acidentada viagem no tempo – no tempo ‘individual’ que se vive e no tempo histórico como dimensão em que se vive. Neste sentido, viver a condição geracional, e ter consciência dela, é estruturante da memória social – logo, da própria reprodução social (BRITTO DA MOTTA, 2007).

Por fim, no caso, menos incomum atualmente, de se estudar ou pesquisar gerações, ainda que se escolha como objeto central uma geração ou categoria geracional – os jovens, os velhos... –, apresenta-se insuficiente a perspectiva sem a referência às relações com as outras gerações e às condições sociais em que elas estão se dando. As gerações, como as classes sociais, não se encontram isoladamente, mas em referência mútua, contraposição e até oposição ou conflito umas com as outras: uma geração é, ou torna-se, aquilo que o jogo de relações permite. Como esse jogo de poder ocorre segundo as condições sociais vigentes naquele momento ou tempo social, e o modo possível de apreensão e resposta a elas pelos atores sociais geracionais, é fundamental perceber-se que relações estão se dando naquele momento, entre as gerações, mesmo que se vá pesquisar apenas uma das “idades da vida”. Lembrando-se, sempre, que no interior de cada grupo geracional ou de idade constroem-se representações, identidades e situações

sociais que confrontam as de outros grupos; inclusive no que se refere às suas posições segundo o gênero, a raça e a classe.

Todas essas considerações devem estar presentes na pesquisa sobre gerações ou sobre um determinado segmento geracional que não pode prescindir do trabalho de campo, do ouvir e observar os indivíduos em ação e nas suas várias relações sociais. E neste momento em que a crescente longevidade das populações tornou viável reunirem-se três, quatro e até cinco gerações no mesmo tempo cronológico e, até certo ponto, social, não raro no mesmo espaço doméstico ou de vizinhança, uma demanda fortíssima por pesquisa se instala. Mas ela não pode afastar-se da perspectiva entretecida de gênero e idade/geração sob pena de graves distorções analíticas e políticas (BRITTO DA MOTTA, 1999, 2005). Lembre-se que também as gerações têm dois sexos, e experiências sociais e trajetórias de vida de homens e de mulheres jamais coincidiram. Esperamos que algum dia se aproximem.

Referências

ARBER, Sara; GINN, Jay. (Eds.). *Connecting gender and ageing: a sociological approach*. Buckingham: Open University Press, 1995.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie des générations*. Paris: PUF, 1988.

BALANDIER, Georges. *Anthropo-logiques*. Paris: PUF, 1976.

BENGTSON, Vern; GIANRUSSO, Rosean. *Effets à long terme du lien filial*. In: ATTIAS-DONFUT, Claudine (Org.). *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995. p. 83-95.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *Geração, a “diferença” do feminismo*. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional Desafio da Diferença – articulando Gênero, Raça e Classe. Salvador, 1998.

_____. *As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999. (Dossiê Gênero em Gerações).

----- . Gênero e geração: de articulação fundante a 'mistura indigesta'. In: FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Orgs.). *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Salvador, NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

----- . Teoria de gerações na perspectiva de gênero. In: CRUZ, Maria Helena Santana; ALVES, Amy Adelina Coutinho de Faria (Orgs.). *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju: REDOR/NEPIMG, 2005. p. 1-20.

----- . Idade e preconceito. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Leituras em rede gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 131-145.

hooks, bell. *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990.

KREKULA, Clary. The intersection of age and gender: reworking gender theory and social gerontology. *Current Sociology*, v. 55, n.2, monograph 1, p. 155-171, mar. 2007.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: ----- . *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res, [19--]. p.115-176 (Edição Original: 1928). p. 115-176.

SOUZA, Janice Tirelli. *Insurgências juvenis e a nova política contra o instituído*. Trabalho apresentado ao X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, set. 2001.

WOODWARD, Kathleen. *Aging and its discontents. Freud and Other Fictions*. Bloomington: University of Indiana, 1991.

----- . Tribute to the older woman: psychoanalysis, feminism, and ageism. In: FEATHERSTONE, Mike; WERNICK, Andrew (Eds.). *Images of aging*. London; New York: Routledge, 1995. p. 79-96.

GERAÇÃO E MULHERES CHEFE DE FAMÍLIA *algumas notas de pesquisa*

Márcia dos Santos Macedo¹

As análises da realidade social no meio acadêmico, particularmente no campo das Ciências Sociais, vêm, há algum tempo, apontando para a relevância do entendimento do entrelace de dimensões fundantes da vida social que se intersectam e articulam diferentes experiências de gênero, classe, raça/etnia (SACKS, 1989; STOLCKE, 1990; CASTRO, 1992; SAFFIOTI, 1992). A percepção da dinâmica e do entrelaçamento dessas categorias relacionais nos obriga a reconhecer que os fenômenos sociais são multideterminados, pois, inscritas na trama das relações sociais, referem-se a assimetrias no exercício do poder e decorrem da combinação de uma diversidade de matizes como as já mencionadas raça/etnia, gênero, classe e, acredito, que, também, o par idade/geração.



1 Socióloga, Doutora em Ciências Sociais (UFBA), é Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia (Bacharelado em Gênero e Diversidade) e pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/ NEIM-UFBA.

Essa última categoria, no entanto, a despeito de seu poder explicativo no tocante à construção social da periodização das experiências dos sujeitos, ainda não é vista consensualmente com o mesmo estatuto teórico atribuído a gênero, classe ou raça/etnia. O debate a esse respeito tem esbarrado em alguns obstáculos que vão desde a multiplicidade de sentidos postos sobre o termo geração até a relativa escassez de contribuições teóricas existentes nesse âmbito, especialmente se comparado à abundância de teorizações em torno de gênero ou classe, por exemplo. Por outro lado, cresce, a cada dia, o número de estudos que ressaltam a importância teórica e política da categoria idade/geração para o desvelamento dos sistemas de hierarquização social que envolvem os diferentes grupos etários na sociedade contemporânea (CASTRO, 1992; DEBERT, 1994, BRITTO DA MOTTA, 1999a; 1999b; 2000; SARMENTO, 2005).

É dentro dessa perspectiva que este trabalho se propõe a contribuir com a reflexão nesse campo, como um exercício de problematização teórica que, simultaneamente, tenta estabelecer alguns nexos possíveis com o objeto de pesquisa que venho trabalhando nos últimos anos – as mulheres chefes de família. Acredito que esses sujeitos se constituem em um desses grupos cuja compreensão depende do poder explicativo dessa categoria, que se torna, assim, ferramenta básica e imprescindível para o entendimento de suas trajetórias e experiências. Para tanto, inicio apresentando o debate contemporâneo acerca da relevância da articulação de categorias explicativas da vida social dentro das chamadas *interseccionalidades* e, nesse contexto, situo alguns pontos do diálogo em torno do uso da categoria idade/geração enquanto ferramenta de análise social e concluo remetendo esse uso ao estudo do universo de mulheres chefes de família de classes médias de Salvador-Bahia – baseada em reflexões e dados de pesquisa realizada como tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

Situando os processos de hierarquização social

O diálogo com a literatura e o desenvolvimento de pesquisa junto a um segmento populacional atravessado por uma diversidade de características sociodemográficas, levou-me a reconhecer a importância da compreensão da chefia feminina como um fenômeno multideterminado. Em um trabalho pioneiro, Castro (1991) já defendia a importância dos/as estudiosos/as da temática “mulheres chefes de família” estarem atentos/as ao entrelace de determinadas categorias sociais – sempre articuladas ao contexto sociopolítico –, pois significa reconhecer que a interconexão de fatores como gênero, classe, raça/etnia e geração influenciam os processos vividos pelos grupos sociais e indivíduos. Tal perspectiva permite entender os grupos e os sujeitos como socialmente situados, mostrando a impossibilidade de se pensar em mulheres chefes de família “genéricas”, pois elas pertencem a um determinado grupo racial/étnico, a uma faixa de idade/geração, têm uma determinada relação com a estrutura produtiva – que vai definir-lhe status ocupacional, nível de renda, escolaridade e ainda um certo *habitus* de classe (BOURDIEU, 1994) – e, portanto, vivenciam trajetórias e experiências distintas.

Os processos de hierarquização social podem ser compreendidos através de categorias relacionais que Britto da Motta (1999a) chama de “conjuntos” ou “sistemas de relações sociais” e constitui, cada um desses conjuntos, uma das dimensões básicas da vida social das quais as mais determinantes seriam as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Assim, as diferenças, hierarquias, conflitos ou alianças expressos por essas dimensões são provisórios, implicando “lugares sociais” que se alternam no tempo e no espaço e esses múltiplos “pertencimentos” estão articulados, pois, como lembra Louro (1997, p. 51), “não podem ser percebidos como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem

umas às outras como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as”. Cada uma dessas dimensões funciona segundo uma lógica específica (CASTRO, 1991), mas que se interpenetram e se articulam – às vezes até contraditoriamente –, definindo diferentes “lugares” para os sujeitos e, portanto, possibilidades e limites para seu pensar e agir sobre o mundo.

Ao funcionarem com uma lógica própria, cada uma dessas categorias poderá ter maior ou menor peso a depender dos diferentes contextos (SAFFIOTI, 1994), o que significa dizer que não há uma dimensão que se sobreponha permanentemente às outras, mas que essas agem articuladamente a partir da interconexão entre sistemas de opressão (HILL COLLINS, 2000). Daí, ser chefe de família adulta e branca de classe média, ao invés de jovem pobre e negra, constitui dimensões que não podem ser separadas, pois uma identidade reflete e termina por reforçar a outra, integrando uma experiência que vai produzir diferentes níveis de acesso aos bens culturais e materiais, envolvendo aspectos desde a auto-estima até a possibilidade de realização de projetos de vida.

Crenshaw (2002, p. 177), através da noção de interseccionalidades, ressalta a potencialidade desses eixos de opressão de se interceptarem, redefinindo-se mutuamente, cabendo, portanto, ao/à pesquisador/a buscar “capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação [...] que estruturam posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes” e grupos de idade (completo eu) e que irão “constituir aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” de muitas/os (mulheres, negros/as, idosos/as minorias sexuais), ou inversamente, do empoderamento de outros/as (homens, jovens adultos/as, brancos/as, heterossexuais).

Acredito que a adoção de perspectivas de análise interseccionais permite expandir o foco de análise para além de uma mera descrição de similaridades e diferenças entre os sistemas de opres-

são, focalizando, prioritariamente, as formas como eles se entrelaçam e os estudos sobre relações de gênero são exemplares nessa perspectiva de dar conta da interface de um conjunto de relações que dão sentido à vida social. Já bastante discutido e consolidado como importante campo de análise e teorização do mundo social, gênero torna-se uma categoria importante para o entendimento de como as sociedades humanas construíram e interpretaram as diferenças entre os sexos e, simultaneamente, permite seu questionamento “a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade” (SOUZA-LOBO, 1991, p.79).

No entanto, como bem lembra Sorj (1993, p.6): “nem tudo é uma questão de gênero...”. Mesmo quando o objeto de um estudo tem como eixo principal *relações de gênero*, faz-se ainda “necessário trabalhar com outras categorias sociológicas como classe, etnicidade, gerações sociais, que nos alertam para a diversidade de experiências”. Assim, o trabalho de pesquisa junto a mulheres chefes de família tem me permitido compreender a relevância teórico-metodológica e o caráter heurístico da categoria geração para o deslindar das relações em curso nesse contexto. Por outro lado, contrariamente, na busca de compreensão da trama das interseccionalidades, essa categoria ainda não é vista consensualmente com o mesmo estatuto teórico atribuído a gênero, classe ou raça, a despeito de seu poder explicativo no tocante à construção social da periodização das experiências dos sujeitos. E o argumento basilar daqueles que criticam o seu uso como dimensão fundante da vida social, se sustenta na idéia de que gênero, classe, raça/etnia “produziriam polaridades e ou contradições, enquanto geração seria apenas hierárquico”, como denuncia lucidamente Britto da Motta (2000, p. 6). Em outras palavras: tratar-se-ia de uma contradição “menor” que, ao operar numa lógica distinta, não seria geradora de processos de diferenciação entre os indi-

víduos, mas ao contrário, tenderia a homogeneizar experiências, podendo inclusive, “diluir” diferenças, como por exemplo, de gênero ou classe.

Em um instigante trabalho intitulado *Geração, a diferença do feminismo*, Britto da Motta (2000, p. 5) dialoga com o feminismo, denunciando a invisibilidade dessa categoria para um movimento teórico e político cuja característica predominante historicamente, lembra, com fina ironia, tem sido a “antiga sintonia com o tempo social” – isso, num momento em que, completa, provocativa, as próprias feministas históricas vivenciam sua condição etária de mulheres que “já não são mais tão jovens...”. Mas, não são apenas as feministas que resistem a reconhecer “o lugar” do par conceitual idade/geração como categoria ontológica e relacional. Das mais variadas matizes teóricas são dirigidas críticas aos “limites” do poder explicativo dessa categoria, apresentada com uma pluralidade de sentidos – em parte decorrente da nebulosidade das diferenças em torno do *modus operandi* de grupos de idade e de geração – e, em alguns contextos, simplificada em seus processos de diferenciação social, referindo-se prioritariamente à formação de coletivos etários marcados pela co-existência em um mesmo tempo social.

Importantes analistas sociais apontam para a necessidade de considerar que o conceito opera, exatamente, numa direção oposta àquela sinalizada pelos seus detratores, pois, inversamente, articula uma diversidade de marcadores, reforçando a “convergência sincrônica” dos processos de hierarquização social segundo Sarmiento. Portanto, “geração não dilui os efeitos de classe, de gênero ou de raça na constituição das posições sociais dos sujeitos”; ao contrário, articula-se a esses outros marcadores, “numa relação que não é meramente aditiva nem complementar, antes se exerce na sua especificidade, activando ou desactivando parcialmente esses efeitos” (2005, p. 3).

Assim, uma das dificuldades de trabalhar geração decorre de sua alegada imprecisão teórica e dos obstáculos para a demarcação do seu objeto. Importa, portanto, ainda que brevemente, inventariar algumas contribuições para pensar a amplitude de sentidos e contextos envolvendo geração e que terminam por dar corpo a uma Sociologia das Gerações.

Uma das mais importantes contribuições a esse campo de estudos é o trabalho de Mannheim (s.d.), originalmente publicado em 1928, onde o autor sinaliza com um conceito de geração enquanto um fenômeno cultural que corresponderia à partilha, entre pessoas nascidas em uma mesma época, dos mesmos fatos e acontecimentos históricos – o que geraria uma certa experiência e consciência comum durante todo o curso da vida. Este sentido tem sido mantido na Sociologia das Gerações e parece ser o mais consensual entre os cientistas sociais que trabalham com esta noção de geração associada a um grupo etário com uma identidade comum – as gerações “da resistência à ditadura”, da “revolução sexual”, “pós-queda do muro de Berlim”, entre outras.

Outros autores, como Grun (1999), vão problematizar esse sentido de geração, inserindo alguns elementos críticos, ao refletirem que esse senso partilhado de pertencimento pressupõe, necessariamente, um “meio social relativamente homogêneo”, além de “expectativas de futuro análogas”, o que se torna bastante raro nas sociedades do presente, com seu elevado nível de complexidade das relações sociais. Dessa forma, afirma a esse respeito:

Diferentes agentes, coetâneos, cronologicamente, irão divergir fortemente na sua idade social, a medida em que as diferentes classes sociais e mesmo os grupos dentro delas dão um significado diverso e periodizam, também de forma diferente, as várias etapas da vida pessoal de seus membros. (1999, p.72).

Com essa consideração, o autor sinaliza para a possibilidade de pensar conflito de gerações não apenas num sentido de “en-

tre” diferentes gerações, mas também numa dimensão “intra”, isto é, dentro de uma mesma geração, o que reforça a idéia de que as experiências de idade/geração são atravessadas por outras hierarquias, reforçando assim os processos de diferenciação social. Ainda assim, não se pode negar que geração tem um grande peso na construção das identidades, também no sentido de que permite o encontro entre duas histórias – a individual e a coletiva, como bem lembra Peçanha e Morel. A esse respeito, comentam as autoras:

O conceito de gerações sociais chama a atenção para a dimensão coletiva das biografias individuais. Nesse sentido, o fator relevante na sua definição não seria o ciclo biológico dos indivíduos, mas sim a vivência comum de experiências históricas significativas (1991, p.70).

Bourdieu (1983, p. 112-113), em seu breve e inspirado texto, de nome sugestivo – *A ‘juventude’ é apenas uma palavra* –, vai lembrar ainda que o que chamamos de gerações, expresso nas divisões entre as idades são meramente arbitrárias, pois são passíveis de manipulação segundo os interesses dominantes. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulação”, visto que são socialmente construídos através das lutas entre os diferentes grupos sociais em disputa pelo poder e por privilégios.

Assim, o tempo dos indivíduos, vivido simultaneamente como idade e geração, é tempo biográfico e tempo histórico, como reflete Britto da Motta (2000, p. 7). Portanto, através desta noção de tempo social é que nos situamos numa “linha cronológica” – enquanto criança, jovem, adulto ou velho – como “categorias ou grupos de idade” aos quais são permitidos ou vedados desejar, expressar ou “realizar, ou não, tal ou qual ação social”.

Gênero, geração e família: o caso das mulheres chefe de domicílio

No campo dos estudos da família, as teorizações em torno do entrelace de hierarquias sociais como gênero, geração, classe e raça/etnia têm se tornado uma das principais ferramentas para a viabilização de um esforço de des/construção desse campo, pois têm possibilitado à/aos pesquisadoras/es entenderem as bases do caráter polissêmico do termo e explicar alguns dos mecanismos – objetivos e subjetivos – geradores de permanências e mudanças nos padrões de comportamento no contexto familiar. As formulações de Goldani enunciam claramente esta perspectiva:

A família aqui é vista como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros [...]. Ou seja: a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é que a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos impõe como tarefa descobrir como suas estruturas incorporam as hierarquias de classe, raça, gênero e idade, fontes geradoras de desigualdades e que responderiam pela forma e significado das mesmas. (1994, p. 306).

A adesão a esse referencial possibilita uma leitura do contexto familiar que dá maior visibilidade a um conjunto de assimetrias e conflitos que o atravessam e definem o “lugar” dos sujeitos – como, por exemplo: a distribuição desigual do tempo de trabalho e de ócio, a verticalidade da tomada de decisão ou a persistência da violência intra-familiar – sem negar, nesse contexto, a possibilidade da “agência” humana (THERBORN, 2006). Permite, assim, um olhar que “enxerga” os indivíduos, dentro desse grupo, simultaneamente, construindo e sendo construídos, através da noção de “trajetórias de vida” – que são o resultado da articulação de estratégias frente a uma “estrutura de possibilidades”, através de escolhas e ações assumidas dentro das oportuni-

des e constrangimentos da história e das circunstâncias pessoais (ELDER JR., 1994).

A ênfase deste trabalho quanto à relevância da categoria geração se baseia mais num reconhecimento de sua necessidade/utilidade teórico-metodológica para o deslindar das relações vigentes em certos contextos – como é o caso dos sujeitos envolvidos em minha investigação –, do que a proposição de qualquer sobredeterminação desta categoria em relação a outras dimensões da vida social, como se tentou, historicamente defender em relação ao constructo classe social, entre marxistas ortodoxos, ou, mais recentemente, com a idéia de “privilégio explicativo” da categoria gênero entre feministas e estudiosas “menos maleáveis” dentro desse campo.

Assim, o refinamento dos referenciais teóricos e metodológicos de pesquisa vem oferecendo, a cada dia, o delineamento de um perfil de chefia feminina, mais claro e rigoroso e que termina por evidenciar que sua principal característica é, sem dúvida, a diversidade. Isso vai significar, como apontei em trabalho anterior (MACEDO, 1999), a necessidade de ruptura com qualquer tentativa de constituição de uma visão homogênea e vitimizadora das mulheres chefes de família como um grupo uniformemente constituído por sujeitos pauperizados e recipientes passivos no jogo das determinações sociais.

Portanto, não apenas há uma pluralidade de situações sob o “rótulo” mulher chefe de família – em função de fatores como raça/etnia e classe social, por exemplo –, como há uma diversidade de experiências agrupadas sob a rubrica “mulher chefe de família de classe média”. Nessa direção, a categoria geração oferece importantes pistas para se entender possíveis convergências e divergências nas trajetórias e experiências das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, pois permite perceber que os sujeitos realizam escolhas num campo de possibilidades socialmente determinado e contribui ainda para reconhecer que

Colocar essas escolhas numa perspectiva temporal também nos auxilia a pensar sua dinâmica tanto do ponto de vista do indivíduo, ou seja, o que acontece ao longo de uma trajetória, quanto do ponto de vista histórico, ou seja, o que ocorre na passagem de um momento da vida em sociedade para o outro. (ALVES, 2007, p. 1).

O referencial proposto terminou por possibilitar alguns achados na pesquisa realizada com mulheres chefes de família de classe média em Salvador-BA, permitindo evidenciar que ser mulher e chefe de família – mais jovem, adulta plena ou madura – vai definir diferentes possibilidades de vivência dessa situação de chefia do núcleo doméstico-familiar, pois vai significar não apenas “um momento” no curso de vida (trajetória individual) desses sujeitos, mas, também, uma etapa do ciclo de vida familiar (dimensão coletiva/institucional). Isso significa pensar a articulação entre “agência” e determinantes sociais, pois o ciclo de vida tem “marcos” que são circunstâncias socialmente impostas, como o “momento preferencial” do casamento, da maternidade, do divórcio, entre outros.

A perspectiva acima nos obriga a reconhecer a inexorável temporalidade da vida dos sujeitos, definida pelo par idade/geração e permite, como a própria noção de ciclo de vida, o entendimento da importância da adoção de um ponto de vista que dê conta das “conexões entre o tempo biológico ou individual e o tempo histórico ou social” (OLIVEIRA, 1980, p. 619). Nessa direção, postulo que a análise das trajetórias e experiências das mulheres chefes de família, precisa entrecruzar múltiplos pertencimentos para que se possa entender as repercussões de fatores como a idade da mulher quando do casamento/separação ou do nascimento do primeiro filho ou ainda as idades da prole e da própria mulher e as possíveis consequências desses dois fatores nas suas relações com o mercado de trabalho. Ou analisar ainda, na questão geracional,

como o pertencimento a uma determinada coorte de nascimento, aliada ainda a fatores como classe social, pode vir a ser definidor de aspectos como o grau de possibilidade de decisão do número de filhos (desejados) ou do espaçamento entre as gestações, que terão repercussões diretas na forma como a experiência de chefia será vivenciada – em termos objetivos e subjetivos – por mulheres de diferentes idades/gerações.

A questão geracional: inquietações da pesquisa e algumas anotações

Como lembra Britto da Motta é “impossível, portanto, menosprezar a importância analítica [do par relacional idade/geração], tanto na percepção das afinidades sociais como na construção das diferenças e desigualdades” (2007, p. 4). Assim, interessava-me na pesquisa entrevistar mulheres profissionais de classes médias em condição de provisionamento de seus núcleos doméstico-familiares, para compreender, entre outras questões: a) como as mulheres têm modificado sua posição e atuação no grupo doméstico no decurso das suas/seus respectivas/os trajetórias/curso de vida e ciclo familiar; b) que verbalizações constroem em torno de seu pertencimento geracional e como, nesse processo, se articulam outros de seus “pertencimentos” sociais; c) quais os sentidos associados ao pertencimento a diferentes e sucessivas “fases da vida” e grupos etários; d) que evidências apresentam acerca da formulação de uma identidade geracional e até que ponto essa identidade é apresentada em termos positivos.

Com esses e outros propósitos, a trajetória da pesquisa envolveu a realização de entrevistas em profundidade e a reconstrução das histórias de vida de um grupo de mulheres chefes de família de classe média, residente em Salvador-Bahia, a partir de um roteiro semi-estruturado, do uso de gravador e de diário de campo siste-

mático e circunstanciado. O volume abundante de dados resultantes dessa metodologia foi processado, na medida do possível, a partir de um trabalho de “artesanato intelectual” – nos moldes de Mill (1980) –, através de um criterioso trabalho de categorização direcionado pelas questões norteadoras da investigação e também por “categorias nativas” que emergiram da situação de interação com as entrevistadas.

De um modo geral, pode-se caracterizar o grupo entrevistado como composto por 30 mulheres profissionais, residentes em áreas consideradas tipicamente de classe média da cidade de Salvador (principalmente nos bairros da Graça, Ondina, Rio Vermelho, Itaigara, Pituba e Praia do Flamengo). Desse universo, 18 mulheres possuem apenas um filho, 10 têm dois e apenas duas possuem três filhos. A faixa de idade varia de 33 a 60 anos, distribuída basicamente em três grupos: as “jovens” de 33-39 anos (04), as “adultas plenas” de 40 a 49 (15) e as “maduras” entre 50 e 60 (11) – a maior concentração está, portanto, na faixa das adultas plenas com 50% das mulheres.

Em termos de pertencimento étnico-racial, a grande maioria é branca (18) e as negras estão sub-representadas, como era de se esperar numa população de classe média, com respectivamente, 7 mulheres pardas e 5 pretas. Já no tocante à situação conjugal, predominam, maciçamente, as separadas (22) e, em segundo lugar, as solteiras (4) e viúvas (3) e apenas uma delas permanece casada (recasamento). Pude ainda constatar um elevado nível de escolarização: das 30 mulheres entrevistadas, 28 têm 15 ou mais anos de estudo, sendo 22 graduadas, 4 mestres e 2 doutoras – 2 estão fazendo mestrado e, pelo menos 2, planejam fazê-lo em futuro próximo e uma já estava se preparando para fazer doutorado. Por fim, no quesito condições socioeconômicas: (a) as faixas salariais das entrevistadas estão concentradas entre 6 e 9 salários mínimos (11) e entre 10 e 14 (10) e, de 15 e mais (9); (b) 2/3 já é possuidora de

casa própria; (c) é bastante reduzido o número de entrevistadas que disseram receber pensão ou algum tipo de contribuição para o sustento dos filhos por parte dos ex-companheiros – apenas 1/3 estão nessa situação e (d) 2/3 das entrevistadas possuem apenas um dependente, o outro terço possui dois filhos nessa mesma condição e um número bastante reduzido (3) possui, além dos filhos, outros membros da família (neto/a, mãe e outros) como dependentes.

Quando instadas a falar de suas trajetórias e experiências de vida ficou evidenciada a ocorrência de uma série de continuidades e descontinuidades em suas posições e atuações sociais, decorrentes, em grande parte de seu pertencimento (em trânsito) a diferentes grupos de idade e geração. No geral, a narrativa das entrevistadas busca fazer um balanço de suas trajetórias e experiências de vida, que são lidas, simultaneamente, a partir do encontro entre escolhas e possibilidades e constrangimentos impostos pelas suas circunstâncias sociais e pessoais e o fator idade/geração é referido com diferentes sentidos por mulheres de diferentes idades e gerações.

Assim, as práticas e representações em torno de geração denotam vivências contraditórias, marcadas pela imposição de parâmetros socialmente impostos, minimamente “adequados” ao que se espera de uma pessoa com uma determinada idade biológica e, simultaneamente, social. Portanto, o relato de uma entrevistada do grupo que chamei de “adultas plenas” aponta para essa marca de um discurso que anuncia a impossibilidade de projetar um futuro, tornando a vida um “aqui e agora” e denuncia, simultaneamente a força de uma lógica de “aceleração das trajetórias” que torna temerária a operação de viver um aparente “projeto de alto risco”, decorrente de uma maior aproximação do insondável futuro da maturidade:

- Aos quarenta anos, você não pode projetar nada para o futuro, porque não sabe onde estará. Mas, aos 17 anos, você tem essa ilusão, esse imaginário de que você tem a eternidade e aqui [aos 40 anos] você não tem, aqui é o agora.
(Ivete, 49 anos, empresária)

Mas também as jovens verbalizam a percepção de desvantagens sociais no pertencimento a um determinado grupo etário, pois se a juventude é uma moeda valorizada no mercado das trocas afetivo-sexuais, no ambiente competitivo do mercado de trabalho pode ser lido como sinônimo de pouco acúmulo e subordinação àqueles que chegaram primeiro, estabelecendo as regras do jogo no campo das relações de poder e dominação, especialmente em torno da acumulação de capital cultural (BOURDIEU, 1983):

- Pelo menos pela minha experiência, acho os homens muito neuróticos em relação à questão da mulher mais velha. Há uma necessidade de sair em busca do que está aparente [juventude]...
(Carolina, 47 anos, advogada)
- Eu tenho pouco tempo na instituição, sou nova. Tenho que produzir mais do que todo mundo, porque não estou estabelecida ainda como profissional.
(Vanessa, 35 anos, professora universitária)

Por outro lado, entre as mulheres “maduras” essa percepção de um certo “aqui e agora” passa a ter uma outra dimensão diante de uma recém-conquistada liberdade de gênero com o fim das “amarras” da vida conjugal, redimensionando os próprios limites temporais de já não se ser mais tão jovem quanto antes, ao trazer a percepção de uma nova oportunidade de “aprender com a vida” e não aceitar mais “viver para o outro” – o que parece mostrar

que algumas identificam que há também “bônus” no cálculo das perdas e ganhos do processo de envelhecer:

- Em 50 anos, eu não fiz nada; há três anos, me separei e aprendi a viver [...]. Então, hoje, me permito um monte de coisa que não me permitia há algum tempo atrás.

(Leci, 51 anos, gerente telemarketing)

- Tem muitas coisas que ficaram daquele aprendizado que faz parte da minha vida, porque a velhice vai trazendo isso para você e eu estou com 47 anos. [...] Uma mulher de 40 anos já não se permite mais viver para o outro, principalmente uma mulher que passou por todas essas experiências

(Olívia, 47, professora universitária e micro-empresária)

Assim, “apesar da idade”, identifica-se muito claramente que a retomada de alternativas de vida evidencia que, mesmo as mais maduras, conseguem estabelecer uma noção de “projeto” (VELHO, 1996) que passa por uma capacidade simultânea de reler e dar sentido a uma trajetória e traçar, ao menos a médio prazo, uma certa noção de um futuro ainda em construção. Resta avaliar que, não fosse o “apesar da idade”, que denuncia as contradições e ambiguidades do discurso, suas falas evidenciam uma positividade em dar prosseguimento às lutas em torno de objetivos redefinidos no correr da vida cotidiana:

- Quando voltei a investir na minha formação, eu já estava com mais de 40, mas isso não impedia de estudar, meus neurônios estavam funcionando e eu gostava de estudar. Hoje, estou com 51 anos, mas, me sinto uma mulher realizada. [...] Meus 50 foi uma grande festa, liguei para os amigos que não via há anos; quis celebrar mesmo, porque foi muito difícil – se eu não tirasse a cabeça da água, eu me afogava mesmo!

(Beth, 51, funcionária pública federal)

O grupo das adultas plenas, “ensanduichado” entre as jovens e as maduras, parece se localizar num “lugar mais incômodo” nas “prateleiras das idades”, pois, ainda relativamente jovens, já viveram o suficiente para perceber a força das estruturas hierarquizantes em torno do pertencimento a certos “grupos de mais idade” e seu discurso denuncia uma crítica ao contexto social e sua fixação na juventude – materializado nas preferências sociais e sexuais alardeadas pelo modelo de masculinidade hegemônica –, ao mesmo tempo, reafirmam o direito de ser aceita com todos os elementos contidos na “bagagem” de quem já percorreu uma trajetória que, no processo, simultaneamente lhes construiu:

- Os homens mais velhos querem meninas mais jovens e quando se aproximam da gente quer fazer um jogo que eu não estou disposta a fazer. Tem que gostar do jeito que eu sou, com minhas celulites, sem peito de silicone, sem plástica, com toda minha bagagem e minha história, se não for assim, sinto muito!

(Carolina, 47 anos, advogada)

As falas evidenciam a força dos constrangimentos sociais que terminam por definir uma “idade certa” para estudar, ter filhos, casar e, inversamente, também perceber e valorizar o momento da separação e do “recomeço” como uma oportunidade de refazer escolhas e de romper com a imposição dos projetos e desejos do *outro* e de se permitir fazer opções a partir de um aprendizado construído no correr dos anos e da vida. Mas, não significa que não haja contradições, pois muitos dos mecanismos de subordinação construídos pela ênfase da sociedade ocidental na juventude terminam por sinalizar, entre outras coisas, que “os neurônios funcionam melhor antes dos 40 anos”, que o futuro é incerto (deixa de ser uma promessa) e que existe apenas “aqui e o agora” para as que chegaram aos 40 anos, deixando de ser, inclusive, objeto de

desejo dos homens que se voltam para as gerações de mulheres mais jovens – fenômeno que Oliveira (1996) chama ironicamente de “reciclagem de esposas” – ou ainda abdicando de relacionamentos com homens mais jovens sob alegações que tentam justificar a impossibilidade de uma relação que vai de encontro ao padrão cultural dominante da diferença de idade entre homem e mulher e na direção exclusiva da combinação homem mais velho e mulher mais jovem, nunca o contrário.

Ainda que muitas das respostas às questões levantadas por este trabalho de pesquisa ainda estejam por ser construídas no diálogo entre campo e teoria, outros indícios são apontados nas narrativas das entrevistadas que sinalizam para uma multiplicidade de significados face algumas das dimensões fundamentais da vida social, particularmente de gênero e idade/geração. Ao se interceptarem, essas dimensões atravessam e constituem cada uma dessas mulheres redefinindo posições/atuações e identidades, marcadas por continuidades e descontinuidades com as representações dominantes, que vão desde a retomada de projetos da juventude, em plena maturidade, expressa pelo investimento no processo de escolarização formal ou ainda por um novo olhar em relação à carreira reprodutiva, pensada, agora, inclusive, como “carreira solo” e desvinculada de preocupações com sanções prescritas pelas ideologias familistas.

O desafio de tomar geração como uma importante categoria explicativa das relações sociais permanece diante da multiplicidade de sentidos para a experiência do envelhecimento. Essa questão, coberta de sutilezas e ambiguidades, nos coloca frente a frente com a necessidade de refinar cada vez mais o uso das ferramentas analíticas visando sua adequação ao movimento da realidade, que não cessa de manipular significações para os diferentes momentos dos sujeitos em seu deslocamento coletivo no tempo social que, como lembra Britto da Motta (2007), nos faz, cotidianamente,

“viajantes no tempo”, experienciando e construindo, simultaneamente, novas e infinitas possibilidades de individual e coletivamente sermos crianças, adolescentes, jovens, adultos/as plenos/as, velhos/as ou ainda mais velhos/as, em momentos distintos, face ao dinamismo e relacionalidade desses inesgotáveis “lugares sociais” construídos no chão dos diferentes contextos históricos.

Referências

ALVES, Andréa Moura. *Trajetórias afetivas e sexuais de mulheres: uma comparação geracional*. Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos – CLAM. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/ UERJ, ago, 2007. Disponível em: www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3139&sid=4. Acesso em: 06 nov. 2007.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Não tá morto quem peleia”: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Salvador, 1999a. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação / Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 279p.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Unicamp, Campinas, n. 13, p. 191- 221, 1999b. (Dossiê Gênero e Gerações)

BRITTO DA MOTTA, Alda.. Geração, a diferença do feminismo. *I SIMPÓSIO INTERNACIONAL – O DESAFIO DA DIFERENÇA: articulando gênero, raça e classe*. Salvador: UFBA, abr. 2000, 15p.

BRITTO DA MOTTA, Alda. O par relutante. *XIII ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE*. Maceió, UFAL, set. 2007, 9 p.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres chefes de família, racismo, códigos de idade e pobreza no Brasil (Bahia e São Paulo). In: LOVEL, Peggy. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1991, p. 121-159.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimias de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. 0, p. 57-73, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p. 171-188, 2002.

DEBERT, G. G. Gênero e envelhecimento. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1994.

ELDER JR., Glen H. Time, human agency, and social change: perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, vol. 57, n.1, mar. 1994, pp. 4-15. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0190-2725%28199403%2957%3A1%3C4%3ATHAASC%3E2.0.CO%3B2-K> Acessado em: 28 jul. 2006

GOLDANI, Ana Maria. Retratos da família em tempos de crise. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

GRUN, Roberto. Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho. *Cadernos Pagu*, Unicamp, Campinas, n. 13, p. 63-107, 1999. (Dossiê Gênero e Gerações)

HILL COLLINS, Patricia. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação de Mestrado. Salvador, 1999. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 185p.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res Editora, [s.d.]. p. 115-176. (publicação original: 1928)

MILLS, W. Do artesanato intelectual. In *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 211-243.

OLIVEIRA, Maria C. Algumas notas sobre o “ciclo vital” como perspectiva de análise. *ANAIS DO II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. Caxambu, v.2 1980, p.618-642.

OLIVEIRA, Maria C. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, v. 4, n. 1, p. 55-64, 1996.

PEÇANHA, Eline; MOREL, Regina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 17, p.69-83, 1991.

SACKS, Karen B. Toward a unified theory of class, race and gender. *American Ethnologist*. Vol. 16, No. 3, Aug. 1989, pp. 534-550.

SAFFIOTI, Heleieth B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINNI, Cristina (Org.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth B.. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H. & MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994, p.271-283.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, vol.26, n.91, Campinas, Mai./Ago. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art_text&pid=S0101-73302005000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2006.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: XVII REUNIÃO DA ANPOCS, Caxambu, MG, 1993, (mimeo.)

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

STOLKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, jun. 1991, p.101-119.

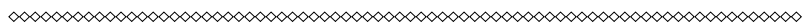
THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo - 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, 512p.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.. 1996.

aliado à ampliação da cobertura previdenciária. Esta vem sendo interpretada pelos/as estudiosos/as do tema² como de fundamental importância, na medida em que tem reduzido substancialmente a pobreza e indigência desse segmento da população feminina.

O esforço de mobilização de mulheres membros de Grupos de Convivência de Idosas/os no sentido da construção de novas subjetividades com relação à participação política na condição de cidadãs, é o que proponho discutir neste trabalho, por meio da análise de suas falas em entrevistas semi-estruturadas realizadas por mim recentemente, bem como pela observação da participação delas nas atividades políticas organizadas pelo *Fórum Permanente em Defesa do Idoso*³. Esse Fórum foi criado, em Salvador, em 27 de janeiro de 2004, com o objetivo de articular diversas entidades envolvidas com a problemática do envelhecimento e, desse modo, ampliar a base de ação do movimento político dos idosos/as para além das associações de aposentados/as e pensionistas, visando a implementação do Estatuto do Idoso.

A criação desse e de outros mecanismos de (re)afirmação da autonomia e identidade coletiva dos idosos/as – na dinâmica organizativa da luta que os constituíram em atores políticos na defesa de seus direitos – se impôs no momento em que novas gerações dos ativistas sindicais investiram na estruturação de organismos vinculados aos sindicatos das respectivas categorias profissionais e às Centrais Sindicais. Isto com o objetivo de assumirem a interlocução das demandas dos velhos/as aposentados/as e pensionistas, com o conseqüente controle de suas ações. Essa situação surgiu no momento em que, por meio de um longo processo de luta que se tornou relevante a partir da década de 1980⁴, os idosos/



2 Ver Camarano, 2004; Goldani, 1999

3 Nos parágrafos seguintes o Fórum Permanente em Defesa do Idoso será referido simplesmente como Fórum.

4 Ver sobre esse tema Azevedo, 2005; Simões, 1997; 2000a; 2000b a.

nificado são definidos no processo da luta política que caracteriza a dinâmica dos conflitos reais vividos num determinado contexto histórico. No seio dessa dinâmica, interesses e práticas concretas norteiam transformações contínuas. Neste sentido, a idéia de definição preliminar do seu conteúdo e significado, ancorada na visão de universalidade e essencialismo, iminentes ao conceito de cidadania, na perspectiva liberal, não se sustenta. Falar de sentido inovador e uma nova cidadania implicam a distinção desta da visão liberal surgida nos fins do século XIII, quando o Estado buscou responder às reivindicações da sociedade (DAGNINO, 2004).

A mesma autora destaca alguns itens que caracterizam tal distinção: uma redefinição da noção de direitos, inscrita na concepção de “direito a ter direito”. Esta concepção envolve a invenção/criação de novos direitos decorrentes de lutas e práticas concretas e específicas, não se restringindo a conquistas legais, aos direitos previamente definidos. Não se trata de uma estratégia das classes dominantes e do Estado com vistas a uma maior integração social, devido à incorporação política progressiva dos setores excluídos, no sentido de fortalecer o capitalismo. A constituição de sujeitos sociais ativos, que lutam pelo reconhecimento do que eles definem como seus direitos, é um dos requerimentos fundamentais da nova cidadania que se configura como estratégia dos excluídos.

Enfatizar a constituição de sujeitos ativos que se tornam cidadãos de direitos, remete à questão da cultura democrática que engloba o alargamento do campo da nova cidadania para incluir novas formas de sociabilidade num formato mais igualitário das relações sociais nos diferentes níveis, não se limitando apenas a incluir-se no sistema político no sentido estrito. Essa ampliação da nova cidadania implica deslocar o foco da relação do nível apenas do Estado para inserir, com prioridade, a relação com a sociedade civil, no sentido de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Isto significa desenvolver

nova cidadania é definido na luta política, ele traz a possibilidade de inclusão dos diversos aspectos da subjetividade e, através dessa luta, os interesses particulares podem generalizar-se em interesses coletivos, assumindo a dimensão de direitos.

Os direitos são aqui pensados pelo ângulo da dinâmica da sociedade, definidos, sobretudo, pelo modo como são estruturadas as relações sociais. Isto é, são entendidos como práticas, discursos e valores capazes de interferir na dinâmica que estrutura as desigualdades e diferenças no cenário público e configura a expressão dos interesses e realização dos conflitos, sem se restringir, ao que garantem as inscrições legais e do instituído. Todavia, não se pretende negar a importância dos estatutos legais como garantia da cidadania e democracia (TELLES, 2004). Democracia entendida nos termos de Melucci (2001), como condições de reciprocidade e de reconhecimento dos atores sociais pelo que são, como são e querem ser, isto é, reconhecimento recíproco de direitos e autonomia.

Os direitos assim reconhecidos operam como princípios de regulação da reciprocidade que caracteriza uma forma de sociabilidade, assentada sobre a base do reconhecimento do outro como sujeito de interesses, valores e demandas válidos e legítimos, estabelecendo os vínculos entre os indivíduos, grupos e classes. Esses vínculos, propriamente civis, são firmados através da atribuição, por meio de acordos mútuos, das obrigações, responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um (TELES, 2004)

As negociações civis que orientam as práticas e interações sociais têm como parâmetro a medida reconhecida de justiça. Tal medida é constantemente submetida a questionamentos e reformulações, em vista da pluralidade de posições, interesses, valores e opiniões em permanente embate pelo seu reconhecimento e legitimidade. Uma “cultura pública democrática” (DAGNINO, 2004) é imprescindível a uma sociedade que se propõe pautar no reco-

nhecimento da legitimidade dos conflitos e demandas de direitos embasados na diversidade de interesses, valores e opiniões.

A luta política dos idosos/as vem cada vez mais assumindo o caráter da construção da nova cidadania, enquanto estratégia política, com base no reconhecimento recíproco de direitos, conforme descrito acima. Desse modo, várias dinâmicas foram criadas, em Salvador, com o objetivo de ampliar suas ações políticas, no sentido de responder a requerimentos de direitos mais abrangentes relativos à condição dos mais velhos, incluindo aqueles de natureza cultural, tradicionalmente ausentes dos discursos sindicais, que apenas se atêm às questões restritas aos benefícios previdenciários. Esse processo passa pela incorporação das mulheres, em larga escala, nas atividades políticas em defesa dos direitos dos idosos/as. A ausência delas pode comprometer as perspectivas de identidade coletiva e autonomia dos mais velhos, enquanto atores políticos em luta pela construção de uma cultura pública democrática no Brasil.

A adoção desses conceitos, nesta perspectiva, nos permite pensar o movimento político dos idosos/as na dinâmica da construção de um “nós” como um processo no qual um grupo de indivíduos, ou um movimento social, se autodefine e define a orientação de suas ações em relação ao campo onde elas se realizam. É essa dinâmica que define a identidade coletiva como um sistema de ação. A ação coletiva entendida, não como uma intenção finalizada, mas sempre como uma construção a partir das possibilidades e recursos disponíveis (MELUCCI, 2001).

A visão de identidade neste trabalho, portanto, se ancora nos parâmetros epistemológicos perspectivistas de que todos os conhecimentos são “situados” (social e historicamente) e consequentemente parciais (HARTSOCK, 1986; HARDING, 2001; SARDENBERG, 2002; SMITH, 1987). Só essa condição de “saberes localizados” permite objetividade, posto que implica a “políti-

ca da diferença” que pressupõe uma “posição crítica” do sujeito cognoscente (HARAWAY, 1995, p. 18). Não obstante, entendo ainda que, conforme a formulação de Santos (1995), assumir uma posição no mundo, falar da diferença, significa assumir uma identidade. Trata-se, contudo, de uma política de identidade não essencialista e não universalizante, que se propõe a responder a questão das diferenças internas e externas que permeiam determinada identidade coletiva, a exemplo dos idosos/as. É preciso repensar e praticar uma política de identidade, não como um padrão consistente e imutável, mas levando em conta as diferenças, tanto entre, como dentro de entidades, no sentido de múltiplos pertencimentos.

O entendimento de uma política de identidade, não essencialista, permite analisar a interseccionalidade das múltiplas variáveis sociais – gênero, geração, raça e etnia, classe social, nação, orientação sexual, etc. – nos termos de Kimberlé (2002), situando a problemática da pessoa idosa como consequência estrutural e dinâmica da interação entre dois ou mais eixos, condicionantes de variadas formas de subjetividade, num cenário onde não está ausente o imbricamento de formas diversas de discriminação e dominação.

A tentativa dos sindicalistas em se apresentarem como porta-vozes dos interesses dos idosos/as tem o significado de romper com sua autonomia e identidade coletiva, característica própria do que se convencionou chamar de novos movimentos sociais tido como um novo fenômeno histórico concreto que entrou em cena no âmbito internacional, bem como no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, do século XX. Foram interpretados pelos cientistas sociais como algo novo, isto é, novos atores que entraram em cena (re)inventando formas autônomas não institucionalizadas de ação coletiva, trazendo ao centro de suas demandas aspectos da vida cotidiana, as experiências pessoais e íntimas da vida humana, até então invisíveis. No Brasil, como em toda a América Latina, se-

gundo Cardoso (2004) esse fenômeno aparecia para, de certa forma, substituir os instrumentos de participação tradicionais e até então disponíveis, como os partidos políticos, associações e outros e que iria ocupar um espaço vazio. De fato, havia, em certa medida, um espaço vazio, vez que todas as formas de interlocução foram inviabilizadas pela ditadura militar que estávamos vivendo naquela ocasião. Mas, o fundamentalmente novo que esses movimentos traziam era, sobretudo, uma nova concepção de ação política, que rompia com o modo tradicional baseado no clientelismo, para construir uma mudança na cultura política, centrada na autonomia dos movimentos que permitia a ação direta dos interessados e a politização de novos temas. Desse modo, essa mudança significava agir contra o Estado, por fora dos partidos e do sistema político em geral.

Essa primeira fase na trajetória dos movimentos sociais, denominada por Cardoso (2004) de “fase heróica dos movimentos”, que se desenrolou, no Brasil, basicamente na década de 1970 até o início da década 1980, caracterizava o contexto político do período. Com a mudança desse contexto, marcada pelo início da redemocratização do país, novos canais de comunicação e participação no sistema político começam a se abrir e dá passagem à segunda fase, a que a autora define como a da “institucionalização”.

A segunda fase é caracterizada por novas formas de relação, como já referido, tanto entre os movimentos e os partidos políticos, quanto entre aqueles e as agências públicas, na medida em que o modo de gestão de políticas públicas se amplia, abrindo novos espaços nos quais os movimentos sociais também passam a atuar. Muito dessa mudança na conjuntura, naquilo que ela traz de positivo, como a conquista de novos direitos sociais, foi impulsionado pelas mobilizações e pressões dos movimentos sociais dos anos 80, constituindo-se estes, portanto, em co-artífices desse processo. Entretanto, o novo perfil dos movimentos sociais tem sido forma-

tado também sob o impacto negativo das políticas neoliberais que investiram na desorganização e enfraquecimento das lutas coletivas, e teve no Brasil os anos 90 como marco (GONH, 2003).

Os movimentos populares, então, buscaram incorporar novas práticas na dinâmica do seu cotidiano, o que lhes conferiu profundas mudanças internas, ainda que os eixos orientadores das demandas fossem os mesmos. Assim, diminuíram suas formas de protestos nas ruas, tornando-se menos visíveis; criaram, desenvolveram e fortaleceram redes no âmbito externo com outros sujeitos sociais, com destaque nos campos sindical, religioso, político partidário, no campo das ONGs, bem como dentro do movimento propriamente dito. Seus discursos mudaram. Sua estruturação bem como suas práticas, agora se sustentam em outras matrizes, defendendo uma postura não mais como se denominou de “costas para o Estado”, mas aquela que incentiva, no nível operacional e propositivo, a participação nas políticas, nas parcerias com outros atores sociais etc. Nesse sentido é que os movimentos populares contribuíram para a institucionalização de importantes espaços públicos, a exemplo dos conselhos gestores, nas três esferas da federação, assim como na criação dos fóruns que se constituem em outros canais de participação (SCHERER, 1999; GONH, 2003).

Todo esse processo de mudança traz em seu bojo a construção de identidades coletivas diferentes, visto que deixam de centrar exclusivamente no campo dos próprios atores para buscar se relacionar com O OUTRO que se apresenta nas interações compartilhadas com ONGs e outras formas de associativismo e participação nas políticas públicas. Disso resulta uma alteração no projeto político dos movimentos populares urbanos, no sentido de alcançar outras demandas além daquelas circunscritas ao âmbito das carências socioeconômicas e da identidade política, deslocando-se em direção a outras dimensões, como a da cultura e da institucionalidade. Assim, os movimentos sociais, na atualidade, vão configurando o

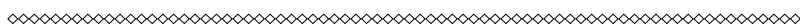
em relação aos novos significados que a participação nas atividades do grupo de convivência permitiu elaborar em suas vidas:

- “O grupo representa minha vida”.
- “Com o grupo passei a viver o que eu ainda não tinha vivido: o direito de ser livre”.
- “Agora eu estou vivendo a melhor fase de toda minha vida”.

Falam da viuvez com o alívio de quem se libertou de uma situação de opressão, muitas vezes ameaçadas de morte, e que passaram a viver, a partir daí, os melhores tempos de suas vidas, livres da insegurança e dos maus-tratos, como já assinalado em vários estudos. (BRITTO DA MOTTA, 2002; DEBERT, 1999, dentre outros). É como se uma “liberdade de gênero” recobrisse a não tão menor violência e insegurança de uma velhice de discriminações, vulnerabilidades e carências, como bem ressaltou Britto da Motta (2000).

A maioria das entrevistadas fala da sua liberdade, também, como uma “liberdade de classe”⁸, na medida em que representam suas vidas como muito mais alegres e felizes do que as vidas das mulheres das classes abastadas, visto que as normas e regras das etiquetas de classe, sem contar o medo dos riscos a que se expõem nas ruas, não lhes permite a leveza de uma vida livre e descontraída como a que elas vivem, participando do que bem desejam.

Comentam a frustração do sonho de juventude não realizado: a maioria com relação aos poucos anos de estudo. Algumas, com o retorno à escola, demonstram que ainda não perderam a dimensão desse sonho. O futuro, para a maioria delas, é projetado no sucesso e realização dos filhos e netos, visto que a maior preocupação, na idade que têm, se concentra na possibilidade dos netos/as se desviarem do “bom caminho” que elas ensinaram, quando já



8 Esses Grupos de Convivência que têm assento no Fórum Permanente em Defesa do Idoso, são constituídos por idosas /os das classes populares.

Merece, todavia, ressaltar aqui o controle que os técnicos/os dirigentes desses grupos de idosas/os exercem sobre as atividades que seus membros desenvolvem; ao divulgarem as atividades de outros grupos deixam implícito o estímulo a apenas algumas e não a todas, simplesmente para marcar presença do grupo nos seminários, reuniões organizados por outros grupos de idosas/os, notadamente os atos e caminhadas de caráter político-reivindicativo, organizados pelo Movimento dos Aposentados/as e Pensionistas por meio do Fórum Permanente em Defesa do Idoso. Assim, as condições criadas nesses grupos ainda não são suficientes para a construção das motivações necessárias à participação, enquanto sujeitos políticos, de grande parte das mulheres idosas.

Em um desses grupos, realizado no dia 18 de julho de 2007, a coordenadora reuniu as idosas e um único idoso para apresentar a programação organizada pela direção geral dos Centros Sociais Urbanos de Salvador (CSUs), orientando as atividades da Semana da Cultura da Terceira Idade, a ser realizada no dia 22 de agosto desse ano, com o tema “Amazônia Pulmão do Mundo”. A coordenadora informou quantas do grupo ela queria para participar dos diferentes blocos representando as árvores, os animais, os índios, os pescadores, e os seringueiros da Amazônia. Ao descrever cada uma das fantasias, fazendo uso de um microfone, ela fazia uma dramatização espetacular de como as idosas deveriam se apresentar. Referia-se sempre no masculino – meus idosos – sem levar em conta a maioria esmagadora de mulheres que compõe o grupo, bem como nomeava as peças das vestimentas sempre no diminutivo – chapeuzinho, touquinha, vestidinho, refletindo a forma infantilizada de tratamento dos idosos/as, já bastante discutido nas pesquisas científicas sobre a velhice. O “meus idosos”, contraditoriamente, expressa a imagem tradicional da velhice, isto é, aquelas pessoas incapazes de se constituírem como sujeitos de suas próprias vidas e, por conseguinte, precisam que alguém

– neste caso uma gestora da velhice – assuma o comando da nave onde (para a gestora) os passageiros tomaram a rota de volta à infância.

Na coordenação geral decidiu-se também que os seringueiros seriam homens e, como no grupo em questão, só havia um homem, esse foi o único a ser consultado se concordaria em se apresentar como tal; contava como certo a concordância das mulheres, levando em conta a histórica submissão de gênero a que elas introjetaram no processo de socialização, durante todo o curso de suas vidas. Como a coordenadora queria três do grupo para representar os seringueiros, ela comunicou que duas mulheres iriam se vestir como homens, prendendo os cabelos sob um grande chapéu de palha e colando em seus rostos a imitação de bigodes e costeletas.

As idosas e o idoso ouviam com atenção. Algumas poucas apresentavam uma ou outra opinião de como conseguir os materiais, fazendo aqui e ali uma pergunta, mas deixando claro que estavam dispostas a aceitar a tarefa, empenhando-se na confecção de suas fantasias para que seu grupo fosse representado no desfile da melhor forma possível.

Apesar dessas/es gestoras/es, a afirmação da autonomia e identidade coletiva do movimento político dos aposentados/as, pensionistas e idosos/as em Salvador vem se ampliando nos diversos grupos de idosas/os, embora não tenha desenvolvido ainda toda sua potencialidade. O Sr. Gilson Costa, é citado com reconhecimento, na maioria das falas das idosas entrevistadas, e é aplaudido demoradamente por elas quando participam, nos debates, seminários, encontros e manifestações sobre as questões do envelhecimento, nos quais ele sempre é destacado para se pronunciar. Elas reconhecem a importância das ações políticas em defesa dos direitos dos idosos/as, que o movimento político dos aposentados/as e pensionistas vem desenvolvendo, mas o sentimento de

pertencimento delas está mais relacionado ao lazer e aos trabalhos artesanais, o que é compreensível, considerando as experiências genderificadas que viveram no processo de socialização e, ainda hoje, é o que é mais incentivado nos Grupos de Convivência de Idosas/os.

O movimento político dos idosos/as, através das atividades do Fórum, tem buscado desenvolver ações que dêem conta das demandas da pessoa idosa, para além das questões relativas aos benefícios de aposentadorias e pensões. Nesse sentido, desenvolveu uma grande mobilização pela implementação do que define o Estatuto do Idoso, no que diz respeito aos transportes coletivos, tanto em relação à sua gratuidade, quanto à reserva de assentos para os mais velhos, além da exigência do reconhecimento desses direitos pelos motoristas dos coletivos, expresso pelo respeito aos idosos/as que necessitam utilizar desse meio de transporte para se locomover.

Ainda no esforço de implementar o Estatuto do Idoso, o mesmo movimento político dos idosos/as desenvolveu gestões junto ao Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia, e garantiu a criação e instalação, em Salvador, da Delegacia de Atendimento ao Idoso no dia 31 de julho de 2006. Na sala de entrada da Delegacia afixou-se uma grande placa com as fotos das lideranças desse movimento.

Essa questão do combate à violência contra o idoso/a no Brasil e, com destaque, na Bahia, vem se configurando como uma das principais demandas dos que envelhecem. No dia 25 de setembro de 2006, o Fórum e a Casa do Aposentado promoveram um seminário sobre a violência contra o idoso, visto que têm recebido muitas denúncias sobre casos desse tipo de violência e distribuiu um folder com a relação de diversas formas de agressão contra a pessoa idosa. As mulheres eram a maioria dos presentes nesse seminário. A coordenadora desse Fórum Permanente percorreu

sobre as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, no que concerne à violência, e conclamou as idosas/os presentes para discutirem essas resoluções em suas entidades, “porque é preciso reunir todos para irmos às ruas, exigir o devido cumprimento dessas resoluções”.

A fala da Delegada titular da Delegacia de Atendimento ao Idoso em Salvador, nesse seminário, destacou a luta do movimento político dos aposentados/as, pensionistas e idosos para viabilizar a instalação dessa Instituição. Referiu-se a sua equipe como a mais bem preparada em atendimento ao público da Secretaria de Segurança do Estado. “É nosso dever tratar bem essa população que tanto sofre. Estou chocada com a situação de abandono e descaso em que vivem os que envelhecem em nossa cidade”.

Informou que, em apenas 53 dias, já registrara 679 ocorrências. Entre as mulheres está o maior número de vítimas e os homens figuram entre os maiores agressores, nítida expressão da intersecção entre dois eixos da opressão que permeia as relações sociais, a de idade/geração e a de gênero. O maior número de casos ocorre no domicílio e é praticado por familiares, sendo 20% deles praticados por filhos da vítima, vindo em seguida companheiros/cônjuges, netos e genros, mostrando que a família é um espaço de relações sociais ambíguas: é o lugar marcado por trocas afetivas e de solidariedade, mas é também o lugar de opressão e violência (BRITTO DA MOTTA, 1998; 2003), especialmente a violência contra as mulheres e idosas/os. A Delegada fala, ainda, da grande dificuldade em combater esse tipo de crime. “As/os violentadas/os vão à Delegacia na hora da dor e depois não aparecem mais. Sequer aceitam ser interrogadas. Não querem a continuidade do processo”.

Todas essas ações buscam mobilizar os diversos grupos de idosas/os, no sentido de criar as condições para desenvolver a consciência do maior número possível de pessoas que envelhecem

quanto aos seus direitos e à necessidade de se organizarem para, coletivamente, reivindicarem a garantia dos mesmos na vida cotidiana. Desse modo, os idosos/as vão se fortalecendo na ação política, enquanto grupo identitário e autônomo. E os Grupos de Convivência constituídos por mulheres, em sua maioria, e que se reúnem, regularmente, mais de uma vez por semana é um espaço social privilegiado para essa mobilização no sentido do desenvolvimento dessa consciência política.

Até por conta dessas ações políticas, é que os direitos sobre os quais as idosas têm um maior nível de consciência, são exatamente as questões da velhice mais debatidas nas atividades promovidas pelo movimento dos aposentados/as e pensionistas. Num exercício cotidiano, elas vêm exigindo o cumprimento de seus direitos, como tem revelado as observações e entrevistas neste estudo. Nos ônibus, muitas apresentam como identidade o branco dos seus cabelos e não admitem ficar de pé. Muitas outras atividades com esse mesmo objetivo, de elevar o nível de consciência dos idosos quanto a seus direitos, notadamente as mulheres, vêm sendo desenvolvidas. Assim, tem-se realizado palestras e debates, não só na Casa do Aposentado, como também na sede dos diferentes grupos de idosas/os sobre a condição das pessoas mais velhas e a importância de se constituírem em sujeitos políticos para garantirem direitos de cidadania.

A partir da observação da crescente participação das mulheres, membros desses grupos de convivência, nas atividades de cunho político, como debates, manifestações, passeatas públicas, bem como, pela análise das suas falas, já se constatam interesses diversificados daqueles exclusivamente voltados às atividades culturais, resultando, em certa medida, na ampliação do movimento político autônomo dos aposentados e pensionistas. Esses novos interesses, seguramente, vêm propiciando mudanças na consciência dessas idosas, no que diz respeito à ruptura do tra-

dicional papel definido no âmbito das relações de gênero, que as afastavam do mundo público. Assim, novas subjetividades e pertencimentos com relação, inclusive, à participação política, vão sendo construídos e vão emergindo, por conseguinte, novos sujeitos autônomos na busca do exercício pleno dos seus direitos enquanto cidadãs.

Referências

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Solidarités et entraides entre générations. In: SINGLY, François de et al. (Dir.). *La famille en questions: état de la recherche*. Paris: Syros, 1996. p. 167-178,

AZEVEDO, Eulália Lima. *Aposentados em movimento: tensões e convergências com o movimento sindical*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. 190p.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “*Não tá morto quem peleia*”: a pedagogia inesperada dos grupos de idosos. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

.BRITTO DA MOTTA, Alda. Reinventando fases: a família do idoso. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 69-87, jul./dez. 1998. Dossiê Gênero e Família.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam Morais Lins de. (Org.) *Velhice ou terceira idade? estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 223-235.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero e geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In: FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Orgs.). *Imagem da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Espaço doméstico e gerações: disputas veladas e renúncias ambíguas. In: XI ENCONTRO NORTE/NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Anais...* Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.

- CAMARANO, Ana Amélia. Família: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 137-166.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 81-90.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 103-104.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. Universidade de São Paulo: EDUSP, Fapesp, 1999. 266p.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 13-32.
- GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.
- GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho. *Velhas e velhos: a busca de novos espaços de sociabilidade*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-42, 1995.
- HARDING, Sandra. El feminismo, la ciencia y las críticas anti-iluministas. In: NAVARO, Marysa; STIMPSON, Catharine (Org.). *Nuevas direcciones*. Buenos Aires: FCE, 2001. p. 107-139.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground or a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra. (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987. p.157-180.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

PEIXOTO, Clarice E. A sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: a busca de estratégias para preencher o vazio da inatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, ano 10, n. 27, p. 138-149, fev.1995.

TELLES, Vera da Silva. A sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2004. p. 91-102.

SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell dos. Quem pode falar, onde e como? uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 43-72, 1995.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARSDENBERG, Cecília Maria Bacelar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1997.

SIMÕES, Júlio Assis. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2000a.

SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam M. Lins de. (Org.). *Velhice ou terceira idade? estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000b. p.13-34.

SMITH, Dorothy. *A perspectiva das mulheres como crítica radical à sociologia*. Tradução Maurício (?). Revisão Cecília Maria Bacelar Sardenberg.

SMITH, Dorothy. Women's perspective as a radical critique of Sociology.
In: HARDING, Sandra (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington,
Indiana: Open University Press, 1987. p. 84-96. Mimeo.

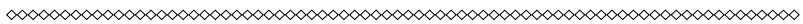
MULHERES IDOSAS

solidariedade familiar e políticas sociais

Marcia Queiroz de Carvalho Gomes¹

Estudos antropológicos e demográficos têm demonstrado a diversidade de arranjos familiares encontrados atualmente em nossa sociedade, o que tem tornado as relações familiares cada vez mais complexas, tanto do ponto de vista da sua estrutura quanto da sua dinâmica interna: a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho, o aumento do número de divórcios e de re-casamentos, a diminuição do número de filhos, o aumento do número de mulheres chefes de família, a presença de várias gerações na família, etc. Tais mudanças têm afetado as formas de troca e reciprocidade nas relações intergeracionais na família.

Dentre as mudanças que contribuíram para as alterações na dinâmica familiar, cabe destacar, aqui, o envelhecimento populacional e o alongamento da vida, que vêm colocando em situação de co-presença três, quatro e até cinco gerações no mesmo espaço temporal. Se, por um lado, esse fato pode significar uma amplia-



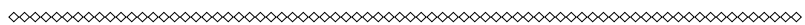
¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)/UFBA.

ção da rede de trocas, de apoios, de solidariedade intergeracional, por outro, pode representar a impossibilidade de manutenção das relações de reciprocidade frente às demandas dos membros mais dependentes – crianças, adultos desempregados, idosos.

Nos países onde foi implementado o modelo de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare States*), no pós-guerra, foi marcante a intervenção do Estado no âmbito da família, na medida em que esse passou a assumir responsabilidades tradicionalmente a ela atribuídas, tais como a socialização de crianças, a assistência aos idosos, a prestação de cuidados a idosos e doentes, etc., ficando a família em segundo plano. Entretanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, este modelo de Estado vem dando sinais do esgotamento de suas potencialidades². Busca-se, assim, a redefinição do papel do Estado, frente às pressões políticas e econômicas neoliberais. Nas propostas de reforma do Estado há uma tendência, cada vez maior, de encolhimento dos benefícios e serviços por ele prestados e o reenvio, para a família e a sociedade civil mais ampla, dos encargos assumidos por ele. A partir dos anos 1990, as buscas de alternativas têm girado em torno do compartilhamento de tais responsabilidades entre o Estado, Família, iniciativa privada e sociedade civil (*Welfare mix*, economia solidária, etc.).

O envelhecimento populacional, como um fato concreto vivido tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento, vem acirrando a tensão entre Estado e Família, na medida em que põe em cheque, por um lado, o compromisso e a capacidade do Estado de cumprir suas obrigações junto aos cidadãos, e por outro, os limites e as possibilidades da Família de manter as relações de reciprocidade entre seus membros.

A proposta deste trabalho é discutir as relações de troca entre mulheres idosas e seus familiares e a repercussão das políticas so-



2 Ver sobre este assunto Draibe e Henrique (1988).

ciais na dinâmica familiar, a partir de dados de pesquisa realizada com mulheres idosas de classes populares, moradoras no bairro de Pau da Lima, Salvador, Bahia.

As solidariedades intergeracionais: a família e o estado

Estamos vivenciando um momento de rápidas mudanças das relações entre as gerações no qual se confrontam posições tradicionais com as novas configurações demográficas, políticas, econômicas, sociais e familiares geradas e geradoras de tais mudanças. Os dados desta e de outras pesquisas na área nos ajudam a refletir sobre essas questões.

A primeira questão assinalada diz respeito à naturalização da família como espaço harmônico, propício para viver a velhice, onde o/a idoso/a encontra apoio, proteção e cuidado incondicionais. A segunda se refere às políticas públicas que reforçam essa idéia acerca da família e a responsabilizam por tais cuidados, fazendo vista grossa para o processo de mudança em curso e a repercussão das referidas políticas nas relações familiares.

A família é um princípio de construção da realidade social, mas um princípio de construção socialmente construído, comum a todos os agentes socializados, diz Bourdieu que alerta para a necessidade de “deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade” (1996, p. 133-134). É preciso, portanto, pensar a categoria família tanto na sua existência objetiva quanto na sua subjetividade.

Nas sociedades modernas, o Estado é o principal responsável pela “construção de categorias oficiais” e o faz através de um trabalho de codificação que combina efeitos econômicos e sociais bem concretos, visando a privilegiar uma certa forma de organi-

zação familiar, reforçar e encorajar o “conformismo lógico” e o “conformismo moral”.

Ainda segundo Bourdieu, a família é produto de um “trabalho de instituição” ritual e técnico que tem o objetivo de instituir, de maneira duradoura, sentimentos adequados e assegurar a integração, que é a condição de sua existência. Os ritos de instituição – adoção de nome, casamento, etc. – visam a constituir a família como uma unidade estável, unida, integrada, indiferente à flutuação dos sentimentos individuais. Outros atos dão continuidade a esse processo inicial a fim de reafirmar e produzir “as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno)”. Mas, para a manutenção dos laços afetivos, lembra o autor, é necessário um “trabalho simbólico e prático”, no qual a obrigação de amar se transforma em “disposição amorosa”, gerando nos membros da família um “espírito de família” que se traduz em gestos de generosidade e de solidariedade os quais, por sua vez, se expressam nas inúmeras formas das trocas cotidianas – de serviços, de ajuda, de visitas, de atenções, de gentileza –, e nas trocas “extraordinárias e solenes das festas familiares” (BOURDIEU, 1996, p. 129-130).

A família é, também, considerada como o lugar básico da dádiva; é o lugar onde ela se mostra intensamente; é onde se aprende a dar sem pedir nada em troca. Godbout afirma que a família se fundamenta, ela própria, no princípio da dádiva. A união de dois estranhos cria o vínculo próprio da dádiva, formando o “núcleo daquilo que será o lugar menos estranho, o da própria definição do que não é estranho: a família” (1999, p. 41). É o encontro entre esses dois estranhos que produz a relação de dádiva, o lugar de transmutação, o lugar de “nascimento”, do aparecimento do vínculo social e não apenas biológico. É através dessa transmutação – de estranho a familiar – que a sociedade se perpetua como sociedade, renovando a aliança em cada geração.

Mas, lembra Britto da Motta, a família, também é

[...] o lugar social dos afetos radicais – onde as relações são quase simbióticas, as afeições mais doces e os embates entre os sexos/gêneros e as gerações podem ser mais dolorosos. Onde se encontram os modelos de sentimentos em estado mais depurado: os amores, as aceitações ilimitadas, as mais fundas solidariedades; ou as rejeições mais chocantes, os conflitos cotidianizados, ressentimentos ‘inexplicáveis’ e ódios. Explícitos ou recalçados. (1998, p. 71).

As relações familiares comportam tanto atos solidários, amor incondicional quanto conflitos, ressentimentos e ódio, ou seja, essas relações não se dão com a tranquilidade que se idealiza. Mas o espaço familiar é um palco de contradições e de sentimentos permanentemente revisados e, assim sendo, a solidariedade familiar não pode ser pensada como “natural”; ela está, sim, na dependência de como os laços entre seus membros são criados e recriados cotidianamente. Só assim se pode perceber quais são os que fazem parte da rede familiar, que obrigações e responsabilidades têm com os outros membros e que tipo de apoio se pode esperar deles.

Nunes assinala que os direitos e obrigações para com os membros da rede familiar são estabelecidos sob duas condições: primeiro, em função de algumas características, tais como sexo, idade, geração, relação de parentesco, proximidade de residência, profissão ou ocupação, “de acordo com definições tácitas do que deve ser o comportamento adequado dos actores sociais em função dessas características”. E, em segundo lugar, esses direitos e obrigações se apóiam no que o autor chama de “práticas de ancoragem”, ou seja, em atividades que confirmam ou redefinem o lugar que os sujeitos ocupam na rede de solidariedade primária, uma vez que o fato de fazer parte da rede por nascimento, casamento ou afinidade não garante sua permanência nela, pois “o es-

tatuto pode ser modificado através da história subsequente dessas relações, podendo mesmo conduzir, em certos casos, à exclusão” (1995, p. 11). A permanência na rede de solidariedade primária, portanto, depende do sistema de troca que ocorre no interior da rede, criando e recriando os laços sociais.

A “naturalização” da família, tanto como fonte de apoio – financeiro, de proteção e cuidados – quanto como responsável pela reprodução social, alimenta a crença de que ela – a família – seja capaz de realizar a redistribuição interna dos recursos e ajuda mútua, independente das determinantes de gênero, idade, relação afetiva, reciprocidade, etc. Nega-se, com isso, a vulnerabilidade, a dependência e a exclusão que acontece no seu interior.

Cabe lembrar aqui as diversificadas e fluidas conformações familiares na atualidade que, em boa medida, refletem como vêm se dando as relações entre as gerações, especialmente no que concerne às gerações mais velhas: o aumento progressivo de mulheres idosas chefes de família; o crescimento de arranjos familiares compostos de mulheres sem cônjuge e com filhos adultos dependentes dela; o aumento de unidades domiciliares unipessoais, especialmente, de mulheres idosas; o envelhecimento e a maior longevidade da população, principalmente a feminina; e as precárias condições econômicas e sociais em que as famílias têm vivido, em especial, aquelas chefiadas por mulheres.

Os dados demográficos vêm chamando a atenção para o crescente número de mulheres chefes de família, proporção que chega a 42%, em Salvador (IBGE, 2006). No que concerne aos idosos brasileiros, segundo os mesmos dados, constata-se que, em 2005, 65,3% eram considerados pessoa de referência na família; entre as pessoas idosas entrevistadas, observa-se que todas elas são os principais provedores da família. Observa-se, entretanto, que a experiência de prover as necessidades imediatas e futuras delas e dos filhos não é algo que se deu na velhice, mas faz parte das

suas histórias de vida, mesmo entre as que tiveram ou as que ainda têm um companheiro presente. Seus papéis de responsáveis pelo sustento da família não cessou, ao contrário, em muitos casos, se intensificou com o desemprego, separações e retorno de filhos já também com filhos, para a sua casa.

Pesquisas que buscam identificar os tipos de arranjos familiares e as transferências de apoio familiar (SAAD, 2003, 2004; WILMOTH, 2002; ATTIAS DONFUT, 1995), constatam que as ajudas dadas pela geração mais velha às mais novas são mais intensas quando o/a idoso/a é o/a chefe da família. Mas, a reciprocidade nem sempre ocorre. Dados da pesquisa realizada com mulheres idosas de classes populares de Salvador demonstram que as trocas estão relacionadas aos condicionantes sociais tradicionais dos papéis de gênero e geração gerando um duplo encargo para as mulheres: por um lado, grande parte delas, assume a função de provedora, função tradicionalmente pensada como atributo dos homens mas que elas já vinham desempenhando ao longo da vida; por outro, como mulheres/mães, permanece a obrigação de cuidar dos filhos, mesmo já homens adultos, ao passo que esses filhos homens além de não prover a família, impossibilitados pelas contingências macrossociais, também não contribuem com as tarefas domésticas, tradicionalmente tidas como femininas.

A co-habitação entre gerações é uma demanda, especialmente das gerações mais novas, em decorrência das precárias condições de trabalho, do desemprego ou, ainda, pelo rompimento de relações afetivas. Entretanto, o compartilhamento do espaço familiar não garante o bem-estar do idoso, como vem sendo apregoado pelas políticas sociais na área. Ao contrário, pode representar um ônus para o/a idoso/a, na medida em que, muitas vezes, ele/a se vê obrigado/a a retornar ou permanecer no mercado de trabalho a fim de garantir a sobrevivência do grupo familiar (PEIXOTO, 2004; SIMÕES, 1998), não esquecendo ainda, que é no espaço

familiar e realizado por familiares, especialmente filhos e cônjuges, que ocorre o maior índice de violência contra a pessoa idosa, principalmente contra as mulheres idosas (IBGE, 2006; SANCHES, 2006; MENEZES, 2000).

Por outro lado, viver sozinho não significa abandono familiar. As possibilidades de troca familiar e de assistência recebida pelo/a idoso/a podem ser ainda mais intensas, especialmente quando há uma proximidade entre as residências, situação muito comum entre as famílias das classes populares, confirmada também nesta pesquisa. Além disso, estudos (GOMES, 2001; BRITTO DA MOTTA, 1999; CABRAL, 1997) têm demonstrado a satisfação e o sentimento de liberdade e autonomia, especialmente expressado pelas mulheres, que têm ampliado seu espaço de sociabilidade para além da família, morando ou não com ela: mulheres que participam de grupos de convivência de idosos.

O alongamento da vida, proporcionada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente, na faixa etária considerada idosa – a partir dos 60 anos –, vem modificando o sentido da velhice, tornando a experiência de envelhecimento ainda mais heterogênea, porque, como lembra Britto da Motta

[...] entre os 60 e os 110 anos, e mais, experimenta-se momentos diferentes na trajetória de vida e na participação no ciclo de reprodução na família, como também no desenvolvimento dos grupos domésticos, na atuação no mundo do trabalho e na política. (2007, p. 114).

Um dos efeitos que essa crescente longevidade tem produzido é a coexistência de várias gerações na família. As mulheres, por viverem mais tempo que os homens, vivenciam mais essa experiência.

Segundo Attias-Donfut (1995), a geração mais solicitada é aquela que se situa no meio da cadeia, que ela refere como “geração pivô”, ou seja, uma geração de mulheres idosas ou de meia-

idade que se vêm obrigadas a dividir os cuidados e o apoio tanto com as gerações mais velhas ou ascendentes – pais – quanto com as gerações mais novas ou descendentes – filhos e netos. Esse fato traz sérias consequências, se considerarmos que 44% das famílias do Nordeste brasileiro (IBGE, 2006) possuem rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, e, juntando-se a esse fato, as mulheres estão, em proporção crescente de casos, assumindo a responsabilidade ou a chefia da família, especialmente mulheres com mais de 60 anos, como vimos. Esses dados são extremamente reveladores das condições de precariedade a que as famílias vêm sendo submetidas e nesse contexto se destaca a posição de vulnerabilidade das mulheres, pondo em cheque, desse modo, as possibilidades de manutenção dos laços familiares, principalmente, quando elas ocupam a posição de pivô na família: como cuidar dos pais idosos?

Outro aspecto importante relacionado ao alongamento da velhice diz respeito às variadas condições de saúde e graus de dependência física ou mental no decorrer do processo e à necessidade de apoio e cuidados correlatos a essas condições. Estudos que analisam a relação entre arranjos familiares e a demanda assistencial dos idosos no Brasil, como os desenvolvidos por Lebrão, Duarte e Lima (2005) constatam que o grau de dificuldades na realização das atividades aumenta com a idade e o auxílio fornecido pelas famílias aos idosos é inferior às necessidades deles, o que compromete a sua qualidade de vida.

Os homens recebem mais auxílio que as mulheres, fato que pode estar relacionado com o estado conjugal: os homens recebem ajuda das suas companheiras. Só 50% dos idosos com dificuldades recebem ajuda familiar. Do mesmo modo, um estudo sobre os muito idosos, no município de São Paulo, descrito por Ferreira (2006), mostra que “uma proporção alarmantemente alta de muito idosos” não recebem ajuda nem para a realização das atividades básicas, e conclui sugerindo que “a família não consegue atender a essa so-

brecarga de demanda e que os muito idosos são deixados em situação de desamparo”, tanto pela família como pelo poder público.

Ainda com relação aos cuidados demandados por idosos com limitações da capacidade funcional de diferentes origens e graus, muito vem sendo estudado (SANTOS; RIFIOTIS, 2006) sobre o chamado “estresse do cuidador”, principalmente familiar, provocado pelas dificuldades relativas ao cuidado com o idoso. O desgaste físico, o sofrimento emocional, o isolamento social impingido pelo cuidado contínuo do idoso são aspectos que comprometem a qualidade do cuidado e a saúde tanto do idoso quanto do próprio cuidador.

Esses são pontos essenciais que precisam ser considerados quando se trata de pensar as políticas de proteção social que têm como base a família.

Na atual conjuntura de diminuição progressiva dos recursos do Estado destinados ao sistema de proteção social, ou seja, na tentativa de restrição de responsabilidades do Estado e instauração de um Estado Mínimo, tem-se questionado a influência das suas ações na transformação das relações entre as gerações. Neste sentido, Caradec (2001) aponta duas teses que vêm sendo confrontadas: a da substituição e a do reforçamento. Na tese da substituição, alega-se que a solidariedade pública, ao substituir a solidariedade primária tem provocado a desmobilização da família. Essa tese vem sendo progressivamente contestada, porque ao contrário do que ela supõe, a solidariedade familiar não diminuiu e está estreitamente imbricada com a solidariedade pública.

Pesquisas realizadas em vários países têm demonstrado a importância das políticas sociais para a manutenção dos laços familiares. Caradec (2001) cita como exemplo o trabalho de Segalen e Attias-Donfut (1995) realizado no subúrbio operário de Nanterre, Paris, que mostra que a instauração da aposentadoria permitiu a reinvenção de figura familiar esquecida: a avó, que dispõe de

tempo para ocupar-se dos netos; apontam ainda que, em famílias de três gerações, as transferências financeiras no seio da família circulam no sentido inverso da transferência pública, ou seja, os mais velhos ajudam, com suas aposentadorias, seus filhos e netos; e com relação aos “velhos dependentes”, as ajudas profissionais se combinam com as ajudas familiares, mas não as substituem.

No Brasil, onde as desigualdades sociais são gritantes, os benefícios previdenciários têm sido fundamentais para a sobrevivência e manutenção de muitas famílias. A contribuição financeira dos/as idosos/as vem se constituindo parte significativa do orçamento familiar, inclusive deslocando as famílias da situação de miséria/indigência. Os trabalhos de Britto da Motta (1994, 1998), Camarano (1998, 2003), dentre outros, confirmam isso: “Os mais velhos, inclusive os das classes populares, estão sendo freqüentemente arrimo (pelo menos parcial), da família, até abrigando, em casa, filhos e netos, ou mantendo-os muito próximo” (BRITTO DA MOTTA, 1998, p. 74). Camarano e Beltrão (1998, p. 5) constataam que “[...] o rendimento do idoso é importante na renda familiar. Em 1996, sua renda total contribuía com 44% da renda familiar”.

Dados mais recentes, do censo de 2000, reforçam as pesquisas anteriores. Camarano, fazendo um recorte de gênero, destaca a contribuição das mulheres idosas neste processo:

[...] chama-se a atenção para a importância da contribuição da renda da idosa no orçamento familiar. Nas famílias *de idosas*, ela foi de 46,4% e nas *com idosas*, 26,4%. A contribuição da renda do benefício previdenciário na renda dessas famílias foi de 34,3% nas *famílias de idosas* e de 15,8% nas *com idosas*. Em muitos casos, o benefício social constitui-se na única fonte de renda das famílias que, como já se viu, não são famílias compostas apenas por idosos. (2003, p. 29).³

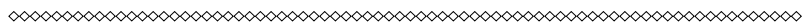


3 Nessa análise, Camarano distingue família “de” idosas e família “com” idosas. O primeiro caso se refere à família onde a idosa é a chefe ou cônjuge, no segundo, a idosa mora na condição de parente do chefe ou do cônjuge.

Nesse sentido, pesquisa realizada por Künemund e Rein (apud CARADEC, 2001), em cinco países, partindo da idéia de que as trocas entre filhos adultos e pais idosos repousam sobre quatro tipos de motivação – a reciprocidade, a afeição, as normas de obrigação e as necessidades da pessoa ajudada –, constata que a solidariedade pública reforça a solidariedade familiar, na medida em que as primeiras atenuam as normas e obrigações e fazem desaparecer certas necessidades, reforçando assim os outros dois “motores de ajuda”. A reciprocidade é estimulada, pois os pais, quando dispõem de recursos próprios, podem mais facilmente dar a seus filhos e esses, tendem, então a lhes retribuir, conforme os mecanismos de dom e contra-dom. Concluem os autores que os rendimentos provenientes da aposentadoria parecem, então, mais susceptíveis de reforçar do que de enfraquecer as relações intergeracionais.

Nunes (1995), avaliando a importância da relação entre a solidariedade pública e a primária, ressalta a impossibilidade da segunda vir a substituir a primeira, por duas questões: primeiro, porque o Estado-Providência e a Sociedade-Providência⁴ respondem a carências e problemas distintos. Diferente do Estado e do mercado, a sociedade civil tende a organizar as relações sociais e a definir a obrigação moral dentro dos limites dos espaços de interconhecimento, ficando de fora, desse modo, aqueles que se encontram além desses espaços. Já o Estado e o mercado são instituições orientadas para a “organização e regulação dessas relações ‘para fora’”, ou seja, no caso do Estado, para a redistribuição dos recursos entre os cidadãos.

A segunda questão levantada por Nunes diz respeito à tensão que perpassa a Sociedade Providência entre, por um lado, o po-



4 Nunes se refere à sociedade-providência, no sentido definido por Santos, ou seja, às “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss” (1995, p. 5).

tencial humanizador e emancipador e, por outro, um potencial de produção de desigualdade e exclusões. Defende o autor que esses tipos de “relações sociais que subjazem à sociedade providência funcionam numa base quotidiana, no sentido de criação de inclusões e exclusões, hierarquias e subordinações”. Deste modo, seja qual for o sistema de solidariedade social – quer ele se baseie na solidariedade primária ou secundária, quer seja organizado segundo os princípios da troca, da redistribuição ou da reciprocidade – haverá permanente tensão na definição das obrigações para com os que “são próximos ou distantes, em termos sexuais, geracionais, nacionais, étnicos, raciais ou de classe e estilo de vida”. Conclui apontando como alternativa à crise do Estado-Providência não a “ilusória substitutibilidade mútua desses princípios e formas de organização, mas pela capacidade de articulação destes, de modo a gerir a referida tensão e a neutralizar os efeitos geradores de desigualdades e exclusões que cada um deles produz” (1995, p. 8).

Na atual conjuntura brasileira, o sistema de proteção social acionado pelo Estado – mesmo que muito precário e insatisfatório – vem ajudando a manter e reforçar os vínculos familiares, uma vez que o custo de manutenção dos mais velhos vem deixando de ser um “peso” para a família, como costumava ser pensado, mas, ao contrário, os recursos dos/as idosos/as têm servido, em muitos casos, para o sustento da família, como vimos. Entretanto, as relações familiares são muito mais complexas e demandam um trabalho contínuo de trocas – simbólicas e materiais, de reciprocidade. As relações de troca intergeracionais envolvem muito mais que questões econômicas, elas são parte importante na manutenção dos laços familiares, mas há questões instrumentais e subjetivas que são ainda mais importantes.

Em síntese, a família, ou a solidariedade primária, sem dúvida é uma importante fonte de apoio para todos os que participam da rede, porém, precisamos levar em consideração alguns espec-

tos: primeiro, a existência mesmo dessa rede familiar; segundo, o potencial da família em promover a proteção e inclusão de seus membros sozinha; e ainda, os critérios – materiais ou simbólicos – de inclusão ou exclusão a que são submetidos os que dela participam. Do mesmo modo, precisamos avaliar em que medida as políticas sociais que têm a família como base atendem às necessidades da população idosa. É preciso repensar os mecanismos de proteção social, tendo em vista as novas formas de solidariedade intergeracional e as relações de interdependência que vêm se configurando nesse processo.

Acima de tudo, precisamos por em evidência as especificidades das condições das mulheres idosas, pois são elas as principais personagens desse processo, não só porque representam a maior parcela da população idosa, mas porque são elas as mais afetadas pela falta de política social universal e é sobre elas que recaem as responsabilidades de prover e cuidar das gerações mais jovens e, em muitos casos, das gerações mais velhas.

Referências

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Les double circuit des transmissions. In: ----- (Org.). *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995. p. 41-81.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “*Não tá morto quem peleia*”: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Salvador, 1999. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999. 279p.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Chegando pra idade”. In: LINS DE BARROS, M. *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Org.) *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 111-134.

CABRAL, Benedita Edina. Solidariedade geracional, uma experiência dos grupos de convivência de idosos. In: VIII ENCONTRO NORTE/NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Anais...* Fortaleza, 1997.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, K. I.. Características sócio-demográficas da população idosa brasileira. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 5, n. 1, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

CARADEC, Vincent. *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris: Nathan, 2001.

DRAIBE, Sônia Míriam. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP)/UNICAMP, 1993. Caderno de Pesquisa n. 8.

DRAIBE, Sônia ; HENRIQUE, W. “Welfare state”, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 3, n. 6, fev. 1988.

GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Marcia Queiroz de C. *Velhas e velhos: a busca de novos espaços de sociabilidade*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

FERREIRA, José Vicente C. *Os muito idosos no município de São Paulo*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo 2006,

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2005. In: ESTUDOS E PESQUISAS: informações demográficas e socioeconômicas, n. 17, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Fernão Dias; LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda A. de O; Contribuição dos arranjos domiciliares para o suprimento de demandas assistenciais dos idosos com comprometimento funcional em São Paulo, Brasil. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*, v. 17, n. 5/6, p. 370-378, jun. 2005.

MENEZES, Maria Rosário. *Da violência revelada à violência silenciada: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra o idoso*. Ribeirão Preto, 1999. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.

NUNES, João Arriscado. Com mal ou com bem, aos teus te atém: as solidariedades primárias e os limites da sociedade– providência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, n. 42, p. 5-25, maio 1995.

PEIXOTO, Clarice. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____ (Org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SAAD, Paulo M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, Ana Amélia. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro. IPEA, set. 2004.

SAAD, Paulo M. Arranjos domiciliares e transferência de apoio informal. In: LEBRÃO, Maria Lúcia. *SABE – Saúde, bem-estar e envelhecimento; o projeto SABE no Município de São Paulo: uma abordagem inicial*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.

SANCHAES, Ana Paula R. *Violência doméstica contra idosos no município de São Paulo*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Silvia Maria. A.; RIFIOTIS, Theophilos. *Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização*. In: 25ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Anais...*, Goiânia, 2006

SIMÕES, Júlio. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Miriam. (Org.) *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SEGALEN, Martine; ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995.

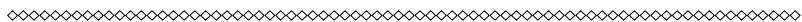
WILMOTH, Janet. Arranjos de vida de idosos nos Estados Unidos. *Sociologias*, n. 7, Porto Alegre, jan./jun. 2002.

POR ONDE ANDEI *memórias de uma velha agricultora assentada*

Maria de Lourdes Novaes Schefler¹
Cecília M. B. Sardenberg

Este trabalho segue os passos de uma velha agricultora assentada. Através da sua narrativa, reconstituímos o processo de formação social e as recentes transformações da região onde se encontra o assentamento em que vive. Aqui, a memória familiar e pessoal se entrelaça e se mistura à história da região. Os momentos de antigamente e os de hoje, revelados em palavras, falam de experiências vividas – práticas privadas que remetem a processos de interação, a vivências familiares e grupais que testemunham um tempo coletivo e falam de uma história social (BOSI, 2005).

Os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família, na sociedade, conforme lembra Michelle Perrot:



1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)/Universidade Federal da Bahia. Cecília M.B. Sardenberg, professora Doutora, pesquisadora permanente do NEIM, orientadora e co-autora do artigo.

ção-dominância no meio rural. Na segunda parte, apresentamos a história de vida de uma agricultora idosa do Assentamento Eldorado dos Carajás, referência empírica deste estudo, de cujos relatos se pode apreender a história da região a partir de quem a viveu. Ao rememorar sua história, ela traça os percursos por onde andou e onde chegou.

Acresce-se, a esses relatos, os resultados do método de análise-diagnóstico do sistema de atividades sob o enfoque de gênero e gerações, que se mostraram reveladores do momento atual da vida dessa e das demais agricultoras assentadas, evidenciando as estratégias de reprodução social das famílias, para o que concorrem as relações de reciprocidade entre os gêneros e as gerações.

Finalizamos com uma reflexão sobre os achados da pesquisa que resultaram da articulação dessas diferentes práticas investigativas.

Gênero, memória e envelhecimento no campo: uma breve reflexão metodológica

No debate envolvendo a agricultura familiar, as Ciências Sociais se deparam, hoje, com um contexto empírico diferenciado, marcado por novos problemas, onde se impõem novas perspectivas analíticas centradas nas “mediações da história concreta que se faz e se desfaz, das transformações tanto das estruturas quanto dos sujeitos” (SILVA, M., 1999, p. 16). Verifica-se, assim,

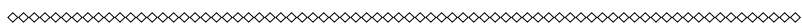
[...] o aprofundamento e alargamento do eixo da exploração-dominância, ao serem incorporadas outras dimensões que permitem um melhor entendimento de como a realidade encontra-se codificada segundo classe, gênero, raça/etnia e idades/gerações. (SILVA, M., 1999, p. 16).

Questiona-se o paradigma do fazer científico que refuta toda forma de saber não formalizado e não estruturado que não cor-

responda ao modelo hegemônico de ciência e que se diz neutro – a serviço de toda a sociedade, indiscriminadamente, empresários, a classe dominante em geral, os trabalhadores, os setores socialmente excluídos, os camponeses, homens e mulheres, jovens e idosos –, o que pressupõe uma utilização acrítica, por qualquer segmento social e pelo próprio mercado, sem qualquer tipo de constrangimento ético.

Contrapondo-se a essa visão, surgem modelos alternativos de pensar o mundo. Nos estudos agrários, por exemplo, atualmente, dialogam dois campos de produção científica que se colocam em contraposição ao paradigma científico hegemônico: a agroecologia, ou as agroecologias⁴, onde se situa, atualmente, um conflito paradigmático na agricultura (entre biotecnologia transgênica e agroecologia); e a teoria feminista, esta em permanente tensão com a ciência androcêntrica e patriarcal que convergem, ambos, questionando os pilares básicos do paradigma científico dominante – neutralidade, universalidade e superioridade do conhecimento – e discutem a credibilidade de um saber cuja produção se faz dissociada dos sujeitos, das suas experiências e valores culturais e da própria influência do senso comum:

Filiando-se a outras correntes de pensamento, as feministas negam o determinismo natural e biológico e propõem que se pense a construção cultural das diferenças sexuais. Conforme sentença Rago (1998, p. 31), o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica e nele, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e as interpretações, no interior de uma dada cultura, passam a ter maior relevância em relação às explicações econômicas ou políticas.



4 Pode-se definir as agroecologias como a aplicação dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas naturais na Agricultura, com base na ciência agrônoma, juntamente com outras ciências, como as Ciências Sociais, no conhecimento acumulado dos sistemas indígenas e no saber dos agricultores (COUTO FILHO et al., 2004). Ver, também, Caporal e Costabeber (2004).

A maior contribuição do feminismo à produção do conhecimento, entretanto, está na construção de novos significados na interpretação do mundo, na proposição de uma nova relação entre a teoria e a prática, observando-se nessa relação o delineamento de um novo agente epistêmico – não isolado no mundo, mas parte desse mundo, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade – vendo com bons olhos o envolvimento do sujeito com o seu objeto e advogando um conhecimento construído dialogicamente, por indivíduos em interação, onde se confrontam pontos de vista, teorias e hipóteses, reafirmando-se a idéia de que não existe um método pronto e, por conseguinte, o caminho da descoberta se constrói caminhando.

A construção da categoria gênero pelo feminismo surge para afirmar o caráter fundamentalmente social das desigualdades entre os sexos. Incorporada, cada vez mais, à prática científica, a teoria feminista propõe “[...] uma análise mais complexa do social do ponto de vista da articulação de suas relações mais determinantes”, assevera Alda Britto da Motta (2002, p. 35), acentuando, contudo, a ausência de análises articulando as relações de gênero e as idades-gerações. Nesse sentido, chama a atenção para a ausência de uma visão conjunta e articulada dessas duas importantes dimensões relacionais, explicando:

[...] a idade é um componente bio-sócio-histórico estruturador na organização das sociedades, enquanto as gerações são parte essencial da dinâmica coletiva que as impele ou lhes imprime continuidade social; ambas as esferas realizadoras ou participantes das relações de poder na sociedade. (2002, p. 35).

Desse modo, acrescenta ser “[...] impossível, portanto, ignorá-las ou menosprezar sua importância analítica, principalmente

ra) estão entre os que privilegiam a fala dos que não escrevem, não lêem, mas pensam e sentem um mundo que lhes é próprio.

Segundo Bosi (2003, p. 82) “cabe à memória a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens”. Já Maria Odila Dias ressalta a necessidade de documentar a experiência vivida pelas mulheres a fim de que possam emergir não apenas a história da dominação masculina, mas, sobretudo, os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres pois “uma história engajada jamais se restringe aos discursos normativos sobre as mulheres” (1994, p. 374).

Aplicadas ao meio rural, as teorias e os procedimentos qualitativos de investigação nas análises de gênero têm contribuído, principalmente, para mostrar a subordinação e a sub-valorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas. Mesmo nesses estudos, que hoje conformam uma extensa bibliografia, não são incluídas as categorias idade-geração. A maior contribuição de estudos envolvendo essas categorias no meio rural advém da Demografia e apontam a ocorrência de mudanças no perfil demográfico da população rural, bem como nas relações sociais familiares – novas configurações no padrão de dependência entre os membros da família, nos arranjos familiares, nas relações de troca e de reciprocidade, nas condições de vida e posição dos idosos –, tornando evidentes as lacunas de entendimento dessas relações, que ensejam estudos mais aprofundados (CAMARANO, 2004; 2006; DELGADO; CARDOSO JR., 1999; CAMARANO, EL GHAOURI, 2003).

Assim, sem negar a contribuição desses estudos, percebe-se que ficam sem respostas importantes dimensões do envelhecimento nesses contextos. Conforme lembra Camarano (2004a, p. 589): “Uma mudança na distribuição etária, por si só, não é boa nem ruim. O envelhecimento não cai em um vazio social”. Supe-

Alguns envelhecem mais rapidamente do que outros e nem todos vivem esse processo da mesma maneira, uma vez que o envelhecimento está estritamente relacionado às condições materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo. (PEIXOTO, 2004, p. 9).

Afinal, aquela velha agricultora não é tão velha assim, a “sua velhice” não condiz com o número de anos vividos, embora aparentemente mais do que os que tem: aparência de mulher maltratada pela vida, como a grande maioria das camponesas nordestinas. Silva (1999) refere o envelhecimento precoce das trabalhadoras no corte de cana, em São Paulo, expresso em seus corpos castigados: o sol, a chuva, o peso do facão, a postura corporal, tudo concorre para um desgaste acelerado e para o envelhecimento precoce dessas mulheres.

Os estudos de Barroso (1988 apud ALCÂNTARA; DEBERT, 2007) assinalam que a imagem do envelhecimento no interior nordestino está ligada à velhice precoce, marcada pelo desgaste humano já em torno dos quarenta anos de idade e assim, o nordestino, com um desgaste vital acentuado, muitas vezes morre socialmente antes de sua finitude biológica, mesmo sem ter avançado na escala cronológica. Acrescenta, ainda, que as circunstâncias pelas quais passa o indivíduo em seu ciclo vital influenciam consideravelmente no seu processo de envelhecimento, daí porque envelhecer no Nordeste é um desafio, considerando a situação particularmente dramática dessa região. O processo de envelhecimento, em termos do ciclo biológico, é universal, mas a condição de ser velho, diz Peixoto (2004), é socialmente construída e, portanto, vivenciada e significada distintamente nas variadas culturas, conforme determinado sistema simbólico.

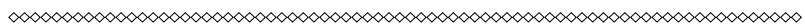
Nascida aí, no Nordeste do Brasil, o estado de Alagoas foi uma das muitas paradas da família de origem de D. Zefa, tocada nesse movimento errante de busca pela sobrevivência que acompanha

secularmente a história da grande maioria das famílias camponesas dessa região⁷. Seus avós paternos já vinham andando: nasceram em Juazeiro do Norte-Ceará, mas foram expulsos das terras em decorrência de conflitos entre fazendeiros e posseiros, indo parar em Alagoas, onde o avô arrendou uma terra. Seus pais, também agricultores, tiveram nove filhos os quais seguiram como trabalhadores(as) da terra alheia.

D. Zefa diz que sua infância foi muito difícil, que passou muita fome, muita necessidade. O pai morreu com 40 anos e a mãe, vivia aos 35 anos, criou os nove filhos, sozinha, plantando em terra arrendada, fazendo e vendendo doces, bolos, cocadas e tocando uma “venda”⁸. Não se lembra da mãe com outro homem, ela *não quis mais casar, era muito filho, muita luta*.

Nasceu em uma economia cujos ciclos históricos estiveram sempre vinculados às culturas agrícolas (algodão, cana-de-açúcar e pecuária), é analfabeta, não teve tempo pra estudo, diz: *[...] logo me entranhei na roça, na cana, aliás, já abri o olho dentro de um canavial, respirando fulige[m]*⁹. Sua história de vida sempre esteve ligada à cultura da cana, que ainda se mantém como atividade predominante no Estado.

A cana-de-açúcar representa a maior economia da Zona da Mata alagoana, desde os idos da colonização brasileira, desenvolvida, nesse período, com a força de trabalho escravo. Apoiada, posteriormente, na exploração agro-exportadora para a produção de açúcar e, mais recentemente, álcool, essa região viveu e vive, ainda hoje, os conflitos da monocultura: expulsão de pequenos agricultores familiares, arrendatários e posseiros, subemprego e



7 No Nordeste brasileiro, esses processos de expulsão e destruição do campesinato podem ser entendidos à luz das análises de Maria Aparecida Silva, em sua obra *Errantes do fim do século* (1999, p. 27).

8 Regionalismo nordestino que significa pequena mercearia ou bar em que funciona também uma pequena mercearia.

9 Fuligem são cinzas que se espalham no ar com a queima sistemática da cana.

desemprego, em decorrência da intensa mecanização, do desaparecimento das pequenas e médias usinas, do desmatamento, com a conseqüente redução das áreas agricultáveis e da oferta de alimentos, fatores que produziram uma acentuada migração, inchação das cidades e o aumento do processo de favelização urbana.

Casada em 1962, aos dezessete anos, com o primeiro e único namorado que teve, D. Zefa conta que o namoro durou dois anos e meio e, até casar, *nunca ficou junto, sozinhos*. Casou *porque gostava dele e do casamento*. Teve dois abortos espontâneos e vinte e três filhos vivos, dos quais três morreram de sarampo. Teve muito filho, mas não se arrepende. Se pudesse, tinha filho até hoje. – *Só deixei de ter filho porque tive que tirar o útero, problema de sangramento e inflamação. Depois disso, não prestei mais pr'a nada*.

Este fato parece ter sentenciado a sua entrada na velhice. A sexualidade, para ela, estaria vinculada à reprodução – função que lhe foi subtraída pela doença. Essa noção, advinda da moral cristã está na base da construção de suas representações sobre os papéis sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, com a retirada do útero, encerrou-se seu ciclo reprodutivo e sua atuação como mulher. Ela lembra e diz sentir saudades da vida sexual, a daquele tempo, quando era moça, moderna e ferosa. Hoje não sente mais falta, seu prazer é o trabalho em sua terra, os netos, as rezas.

Conforme se pode notar, seu conceito de velhice está desvinculado das representações sobre a idade. Ter idade não é ser velho. Sua concepção da velhice é aquela que se relaciona com a falta, o declínio provocado pela doença e a conseqüente incapacidade de procriar. Esse declínio, no seu caso, só afetou a sua capacidade reprodutiva, mas não a de trabalho, o que não ocorreu com o marido que, hoje, está em casa, inválido. Percebe-se, claramente, como se empenha em reforçar a sua capacidade produtiva e com isso a possibilidade de reconhecimento pelo seu trabalho.

tir de 1950, modificando, profundamente, a dinâmica agrária e a paisagem do Estado e passa a ter considerável desenvolvimento a partir da década de 1960, quando o açúcar passa a ser produzido industrialmente. Expande-se, assim, as áreas de plantio da cana, provocando um intenso desmatamento e a substituição das lavouras tradicionais (mandioca, macaxeira, algodão etc.) pela cana-de-açúcar. Muitos “rendeiros”, então, se encontram, de repente, sem terra para plantar enquanto as usinas substituem os antigos engenhos tradicionais cuja mão-de-obra era constituída pelos moradores¹³. Na primeira metade dos anos 70, a redução do preço do açúcar aliada aos altos custos de produção dessa lavoura, até então inteiramente manual (do plantio até o carregamento dos burros), rebaixam a competitividade do açúcar ali produzido, implantando uma grande crise em todo o Nordeste.

D. Zefa conta que seu destino, nesse período, foi muito incerto, *mudando de um lugar p[a]ra outro sem acertar lugar de trabalho*. Esteve como agregada, por um ano, na terra de um tio, em um lugar próximo a Pernambuco que, segundo ela, [...] *era muito esquisito, terra ruim, não tinha futuro*. Saiu de lá, deixando tudo que plantou, levando apenas os filhos e três cabras.

- Arrumei os menino[s] e fui embora. Disse a meu marido: Se não quiser vim, pode até ficar, mas eu que não fico mais, vou sozinha, mas vou. E ele veio. Foi uma época de muita necessidade, ninguém queria morador nas terra[s]. Nessa época, nós, praticamente, só comia farinha e peixe seco (pescado no rio Mundaú).



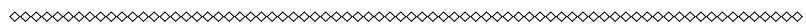
13 Os moradores são agregados de uma propriedade rural (morada de favor). Chama-se agregação à relação de morada de uma família na fazenda, implicando o desempenho de tarefas para o fazendeiro e a produção direta dos meios de vida para o agregado. É uma relação direta que envolve toda a família (mulher, filhos e demais parentes). A condição de agregado é masculina e intransferível. O nexó fundamental que liga o agregado à teia de dominação é estar à disposição do fazendeiro. (MOURA, 1988, p. 82).

no¹⁸. Hoje, ela e sua família se encontram plenamente integradas no assentamento, tendo garantido a propriedade da terra, ainda que, mediante processos não usuais e institucionalmente contrários aos princípios da Reforma Agrária. Em seu lote, vivem duas famílias, em casas separadas: a sua e a de um filho. Além disso, um outro filho e uma filha com suas respectivas famílias, vivem em assentamentos próximos. Todos vivem em torno dela, sob o seu comando.

As análises de Woortmann (1999, p. 140-141) mostram que, no mundo camponês, a história de vida e a memória social dos velhos são valorizadas pela sociedade e que, no cotidiano rural, mesmo existindo tensões, o velho detém *status*, na medida em que transmite normas, saberes e valores aos jovens, assumindo o papel social de guardião da memória e da tradição, do saber acumulado, da identidade do grupo.

Para a apreensão das estratégias de reprodução social dessa e das demais famílias do Assentamento, utilizou-se o método de análise-diagnóstico dos sistemas de atividades sob o enfoque de gênero e gerações. O processo de investigação sob esse método foi participativo, seguindo passos e etapas previamente definidos na referida metodologia¹⁹.

Entre os principais conceitos que fundamentam o método, destaca-se o *sistema de atividade*, compreendido como a combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais e outras e a realização de atividades não-agrícolas, inclusive o trabalho doméstico, de onde se identificam os subsistemas. O sistema de atividades compreen-



18 Com respeito á ocupação dos chefes de família do Assentamento, os titulares, em sua grande maioria, são homens: cerca de 39% trabalhavam no corte da cana-de-açúcar; 37% desempenhavam diferentes funções como trabalhadores temporários, em diversas ocupações, no meio rural ou urbano; 23% deles já eram então agricultores, "roceiros"; e apenas 1% deles, vaqueiros.

19 Ver: REDOR/NEIM. *Mulher rural: profissão agricultora*, 2007.

mento. Isto demonstra que ela tem o controle total da organização interna do espaço-ambiente, cuja diversificação de atividades corresponde a uma estratégia de exploração ótima dos recursos.

Essa organização do espaço-ambiente que “[...] corresponde a um padrão tradicional camponês de reprodução social e de percepção do ambiente, tende a uma forma de economia auto-sustentada”, de acordo com Woortmann, que afirma ainda que “[...] entre plantas e terra se produz cooperação, harmonia, equilíbrio ambiental. Esse ecossistema resulta da aplicação de um saber [...] e este é, em boa medida, uma linguagem simbólica que constrói o mundo” (1997, p. 133).

Na análise do rendimento dos diferentes sistemas de atividades do assentamento, observou-se que o sistema chefiado por uma mulher (D. Zefa) é o segundo mais rentável entre os cinco tipos analisados. Embora a maior parte do rendimento (67%) tenha origem não agrícola, seu lote apresenta o segundo maior rendimento agrícola entre os sistemas pesquisados. A maior renda da família se origina de transferências de governo (aposentadoria, bolsa renda e vale gás); ressalta-se que na família são duas aposentadorias (a de D. Zefa e a do marido).

Para não concluir...

Nesse trabalho, rejeitamos análises dos assentamentos ditados por uma lógica reducionista que visa rotulá-los como empreendimentos sociais bem ou mal sucedidos. Consideramos a necessidade de se ampliar, para além das determinações econômicas, rumo a outras dimensões do processo de expropriação/dominação, quais sejam, as relações de gênero e de idade-gerações. Procuramos apreender, a partir da história de vida de uma mulher idosa, os impactos das transformações regionais em sua vida e o caminho por ela trilhado, de trabalhadora errante, produtora em

terra alheia, para uma sitiante, dona de uma terra num assentamento de reforma agrária.

Observamos práticas irregulares de arrendamento e de “venda” de lotes entre assentados e consideramos que essas não podem ser reduzidas a um sintoma de anomia na dinâmica da Reforma Agrária: primeiro, porque essas experiências contrastam com o esforço da maioria dos assentados em produzir e manter toda sua família na terra; e segundo, porque a história de D. Zefa, por exemplo, indica que os(as) trabalhadores(as) também imprimem a sua própria dinâmica a esse processo, seja permutando, ou mesmo comprando, a terra dentro do assentamento, seja repartindo ou socializando os bens na própria família – prática ancestral dos camponeses – entre outros mecanismos, o que não desqualifica a luta e o esforço dos trabalhadores e trabalhadoras para terem acesso à terra-de-trabalho.

Buscamos, ainda, apreender estratégias produtivas utilizadas pelos assentados, homens e mulheres, para permanecer na terra. Nesse contexto, foi possível verificar que a retomada e o fomento de práticas de sociabilidade e de ajuda mútua têm representado, em certa medida, a perspectiva de re-elaboração das relações comunitárias e o ideal de concretização de um projeto coletivo que segue até então inviabilizado, face à precária assistência do Estado e às dificuldades de organização dos assentados(as).

Observamos que, na organização da produção, a pluriatividade vem ganhando espaço crescente, combinando-se atividades que ora despontam (piscicultura, floricultura e fruticultura) a outras experiências que articulam atividades agrícolas e atividades não-agrícolas, como parte das estratégias de permanência de viabilização produtiva do assentamento. Identificamos as práticas de autoconsumo, articuladas a outras atividades voltadas à obtenção de resultados monetários, envolvendo pessoas de diferentes ida-

des-gerações e a distribuição do trabalho, mobilizando indivíduos de até três gerações envolvidos na produção pluriativa.

Observamos que a divisão sexual do trabalho, em grande parte, se situa no nível simbólico, visto que as mulheres participam da maior parte das atividades agrícolas e desenvolvem atividades não-agrícolas, além de contribuírem para o rendimento familiar através de benefícios previdenciários e assistenciais. No caso das mulheres mais velhas, os recursos da aposentadoria têm um peso significativo na composição da renda familiar e no financiamento da produção e isso vem lhes conferindo um maior poder (*empoderamento*) no âmbito do grupo familiar e comunitário (assentamento). Essas mulheres vêm contrariando o viés patriarcal presente no projeto estatal de assentamentos, bem como os estereótipos e mitos associados à velhice. Frequentemente excluídas de processos decisórios envolvendo negócios, por serem mulheres e, mais ainda, velhas, têm sido protagonistas na construção de uma rede significativa de novas relações nas experiências de Reforma Agrária.

No Assentamento Eldorado dos Carajás, o sentido de territorialidade (apropriação e pertencimento) e o fato de produzir e morar no lote, facilita o surgimento de relações de solidariedade (WO-ORTMANN, 1995) presentes no cotidiano das famílias (nos momentos lúdicos, festas, mutirões ou troca de dias de serviço com os vizinhos, na luta comum pela implantação de infraestrutura, estratégias coletivas de comercialização), o que indica a presença de uma rede de relações cotidianas intra-familiar e comunitária. Isso é indicativo também de restabelecimento do laço social (capital social) que se dá através das práticas de ajuda mútua, práticas que representam, de certa forma, a perspectiva de reelaboração do coletivo e que retomam dimensões da sociabilidade camponesa – característica das comunidades rurais tradicionais.

Nesse caso, observamos que, diferentemente das comunidades centenárias, os assentamentos são formados por indivíduos

de várias origens, procedências e gerações. Os assentados vêm de uma trajetória que inclui tanto experiências pretéritas com a terra, como vivências urbanas, porém, isso não significa, necessariamente, um processo de desenraizamento (BOSI, 1993). As famílias assentadas recriam os modos de vida e as estratégias de ajuda mútua e reciprocidade, o que se deve, em grande medida, à busca pela sobrevivência e manutenção das famílias na terra.

Os idosos e, em particular, as mulheres idosas, têm um papel fundamental como elementos aglutinadores nas estratégias de fortalecimento do laço familiar. Veja-se, por exemplo, D. Zefa, que mantém a parentela em torno de si, promove mutirões e produz peixes em seu lote que se destinam a venda e doação aos familiares, amigos e vizinhos e que, em períodos de Semana Santa, são, também, doados a pessoas sem recursos. Essas práticas podem ser enquadradas, segundo os princípios identificados por Mauss (1924): a tríplice obrigação de dar, receber e devolver; podem diferir no tempo, ser assumidas por outro membro da família e se traduzir, também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade.

Pelo que se pôde depreender neste trabalho, D. Zefa tem realizado um movimento de ressignificação de sua vida e, com criatividade, tem buscado novos caminhos e experimentado novas alternativas para a produção de sua existência como mulher. Nesse movimento de deslocamentos, mudanças, criação e produção de sentidos, é que tem andado essa velha agricultora assentada.

Para finalizar, o estudo sugere novas investidas metodológicas que ampliem o entendimento da agricultura familiar, reveladoras das relações de gênero e da verdadeira face do envelhecimento no campo.

Referências

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira; DEBERT, Guita Grin. Família e velhice: revisitando mitos e certezas. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais...* 29 maio-1 jun. 2007, UFPE, Recife (PE) Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT12%20Gera%C3%A7%C3%B5es%20entre%20Solidariedades%20e%20Conflitos/PAPER_CONGRESSO_SOCIOLOGIA.pdf>. Acesso em:

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero e geração: de articulação fundante a 'mistura indigesta'. In: FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

BRITTO DA MOTTA, Alda; MACHADO NETTO, Zahidé. Tempo de mulher; tempo de trabalho entre mulheres proletárias em Salvador. In: 1º SEMINÁRIO SOBRE CAPITALISMO E FORÇA DE TRABALHO. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Ciências Sociais, 1983.

CAMARANO, Ana Amélia. Jovens e idosos nordestinos: exemplos de trocas intergeracionais? 2004b. In: SEMINÁRIO QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE. *Anais...* Disponível em: <http://www.fgf.org.br/centrodedocumentacao/publicacoes/qsqsne/12_AnaAmeliaCamarano.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; EL GHAOURI, Solange Kanso. *Famílias com idosos: ninhos vazios?* Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Texto para Discussão n. 950.

CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004a.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde et al. Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS

ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Análise territorial da Bahia Rural*. Salvador: SEI, 2004. p. 51-73. Série Estudos e Pesquisas, n. 71.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR., José Celso. *O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999. p. 1-23. Texto para discussão 688.

DIAS, Maria Odila L. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v. 2, 1994. p. 373-382.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil, 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/defaulttab.shtm>>.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res, 1990. p. 115-176. Edição original: 1928.

MARTINS, José de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no Sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PEIXOTO, Clarice E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos PAGU*, n. 1, p. 149-171, 1989.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998. p. 21-42.

REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - REDOR/Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM. *Mulher rural: profissão agricultora*. Metodologia

Análise–diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o Enfoque de Gênero e gerações – passo–a–passo.

SCHEFLER, M. de L. N.; JORDÃO, E. M.; MACHADO, G. B. *Caderno de orientações metodológicas para formadores: manual técnico*. Salvador: REDOR, 2007.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. Velhos camponeses. In: HUMANIDADES: Terceira Idade, Brasília/UNB, n. 46, p. 132–141, 1999.

Terceira parte



Representações simbólicas e culturais



A DUPLA MORAL EM ROUSSEAU OU
SOBRE A JUSTIÇA E O CUIDADO
*a fragmentação do afetivo e do racional
na dimensão ética e política*

Alexnaldo Teixeira Rodrigues
Elizete Passos¹

*Querida Sofia, tranqüiliza-te;
o que te dei foi um homem, não tenha medo de tomá-lo
como tal [...] Ao se tornar teu marido, o Emílio tornou-se
teu chefe; cabe a ti obedecer, como quis a natureza; e foi
para te dar tanta autoridade sobre o coração dele quanto
seu sexo lhe dá sobre a tua pessoa que fiz de ti o árbitro
dos prazeres dele. Isso te custará penosas privações, mas
reinarás sobre ele se souberes reinar sobre ti mesma [...].
(Emílio, Livro V, p. 709).*

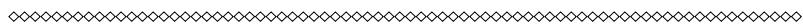
Este ensaio tem como objetivo apresentar as origens da construção da dupla moral, no século XVIII, ou seja, a construção de



1 Doutorando do PPGNEIM; E. Passos, orientadora, é Doutora em Educação- UFBA.

normas e de critérios de eticidades diferentes para homens e para mulheres a partir de Rousseau².

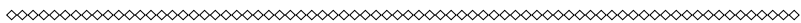
Parece evidente que a primeira metade do século XVIII foi um período propício para que as mulheres se beneficiassem com o saber, principalmente, pelo fato do ideal do amor materno e conjugal não estar ainda em voga. Por conta da precária educação destinada ao sexo feminino e da falta de referenciais axiológicos femininos, muitas mulheres interiorizaram a perspectiva rousseauiana de que a felicidade feminina só poderia ser alcançada pela privatização da intimidade e a masculina, pelo exercício da justiça na ordem pública. A idéia de que a virtude tem gênero é o cerne do pensamento educativo e político do genebrino e está ancorada em pressupostos epistemológicos e morais baseados nas diferenças sexuais. Assim, é por uma via incomum, nas análises educacionais do pensamento rousseauiano, portanto, que, inicialmente, demonstraremos que no *Discurso sobre as ciências e as artes* (1749) já encontramos o embrião do projeto educativo do filósofo para o sexo feminino e para o sexo masculino, a partir das diferenças sexuais e as justificativas epistemológicas morais e políticas que serão desenvolvidas em plenitude no *Emílio*.



- 2 Este ensaio é uma síntese das considerações expostas na Dissertação de Mestrado intitulada: *Afinal, para que educar o Emílio e a Sofia? Rousseau e a formação moral dos indivíduos*, de 2007. Ressaltamos que resolvemos citar nominalmente as obras de Rousseau no corpo do texto para que a compreensão do pensamento rousseauiano se tornasse mais fluente. Uma posterior verificação das obras de Rousseau podem ser encontradas de forma completa no final deste ensaio. As demais referências, mencionadas ao longo deste trabalho, seguem o *sistema autor-data*, tal como explicitado na NBR 10520 de ago. 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Contornos do discurso sobre as ciências e as artes

*Discurso sobre as ciências e as artes*³ é um dos primeiros textos em que Rousseau faz menção à educação⁴, muito embora o foco seja outro. Nele, são explicitados os rudimentos de um empreendimento educativo cujos desdobramentos encontraremos no *Emílio* (1762) e no qual, por vezes, nos deparamos com convicções extraordinariamente atuais em contraste com outras convicções extremamente ultrapassadas. Não obstante, temos, no *Emílio*, o direcionamento inicial que se opunha à chamada *educação insensata* que “[...] orna o nosso espírito e corrompe nosso julgamento” e que produz os efeitos mais evidentes e as consequências mais desastrosas, pelo qual “não se pergunta mais a um homem se ele tem probidade, mas se tem talento; nem de um livro se é útil, mas se é bem escrito”. (2004, p. 209–210)⁵.



- 3 Na sua primeira obra, que ganhou o prêmio da Academia de Dijon, em 1750, Rousseau recusa a idéia de que o Renascimento das ciências e das artes, no século XV e XVI, tenha contribuído para o aperfeiçoamento moral da humanidade. Dirigindo inicialmente encômios ao progresso das Luzes, o discurso prossegue com uma reviravolta que nos leva, por meio de recursos retóricos, à conclusão de que as ciências e as artes exerceram uma influência perniciosa sobre os costumes. Onde havia uma tríplice unidade entre o homem, o mundo e o outro emergem divisões: as consciências são separadas, destrói-se a transparência dos corações e a natureza é renegada. Contudo, uma vez que reconhecemos a perda da transparência dos corações, ou melhor, dos tempos em que as aparências externas não eram obstáculos – mas a fiel demonstração das disposições do coração – temos a clareza de que a “[...] essência do homem não está comprometida, mas apenas sua situação histórica”. (STAROBINSKI, 1991, p. 24). Rousseau defende, portanto, nesse livro, a tese de que a humanidade é boa por natureza, porém foi corrompida pelos costumes da sociedade. Essa corrupção, logicamente, não é algo intrínseco, mas resultado de uma trajetória histórica equivocada: se por um lado o homem é o autor do mal é o mesmo homem o seu próprio redentor.
- 4 Rousseau, antes do *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, teve uma experiência, com pouco êxito, como preceptor dos filhos do Sr. Mably. Tirando proveito dessa tentativa escreveu Projeto para a Educação do Sr. de Sainte-Marie (1740). Cinco anos depois, como secretário dos Dupin, ricos banqueiros parisienses, ele reformula este projeto entregando-o ao Sr. A. Dupin, cujo filho era extremamente mimado. Conforme Launay (ver introdução do *Emílio*, 2004), Peter D. Jimack se empenhou em mostrar, no seu estudo sobre a gênese do *Emílio*, que essa obra foi concebida, primeiramente, como um trabalho impessoal e que, ao longo de sua redação, Rousseau toma o caráter de preceptor e cria, por conseguinte, o seu aluno imaginário.
- 5 Em *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1749), assim como em vários trechos do *Emílio* (1762), Rousseau faz uma apologia à ignorância como uma oposição ao pedantismo dos filósofos e dos sábios que, pensando saber tudo, desprezam e falam daquilo que não conhecem ou mesmo vivem em suas elucubrações inúteis negando a vida e o Criador. Nessa obra, Sócrates é

Como resposta à questão se o restabelecimento das ciências e das artes teria contribuído para aprimorar os costumes, Rousseau procura mostrar serem elas fruto de uma sociedade que se encontra em um estado de decadência, incluindo a decadência moral. É por isso que, nos primeiros excertos deste escrito, ele faz um quadro comparativo dos costumes de sua época com os de pequenos povos, tais como os persas, os citas, os germanos e os romanos, nos tempos de pobreza e ignorância. Seria por amor à estupidez que esses povos preferiram outras atividades às do espírito? Esse é um questionamento tácito de Rousseau em *Discurso Sobre as Ciências e as Artes* (1999b, p.195).

De acordo com o autor, esses povos, preservados das especulações e do refinamento do saber – frutos da ociosidade e do interesse obcecado de exibição e ostentação de méritos para impressionar os outros, em contraposição a um conhecimento que nasce do genuíno amor à verdade – souberam construir sua felicidade com base na virtude⁶ ou, dito de melhor forma, na simplicidade de sua existência e na satisfação de suas necessidades mais imediatas.

Torrencialmente, Rousseau se dirige contra a cortesia dissimulada, que não tem base na confiança cimentada e na amizade sincera. A ilusão do bem e a inclinação às aparências se constituem em um mecanismo de *má fé*, se empreendermos uma análise sartreana, pois quem mente e quem recebe a mentira são a mesma pessoa e dado que, para esconder a verdade é preciso conhecê-la, aquele que cede aos encantos da aparência utilizando a má fé se torna culpado muito mais na ordem moral do que na ordem do saber. “A ilusão não é apenas o que turva nosso conhecimento,

interpretado por Rousseau como um dos mais sábios dos atenienses; como aquele que resistiu aos encantos das musas e exaltou a ignorância e o conhecimento interior.

6 Virtude aqui se caracteriza como uma força, como uma disposição firme da vontade para a prática do bem.

o que vela a verdade: [ela] falseia todos os nossos atos e perverte nossas vidas”, declara Starobinski (1991, p. 16-17)⁷, a respeito, e Rosa Cobo (1995) acrescenta que o problema das aparências sempre foi algo central no pensamento rousseauiano porque impede o homem de ser ele mesmo e aponta para uma existência enganosa, estranha, fragmentada.

Assim, a assimilação de uma cultura refinada (apreço pela perfeição artística, polidez, afabilidade nos discursos, contenção exterior, opulência e elegância nas vestes)⁸ só trouxe, na opinião do filósofo, a degeneração e a coerção que se efetivam não só sobre as nossas ações exteriores, mas também sobre toda a nossa forma de pensar, julgar e apreciar. Isto se a análise se resumir ao que Rousseau chamou de *gênio*, ou melhor, aos traços particulares que distinguem um ser do outro.

Em termos sociológicos, políticos e morais, Rousseau aponta para a corrupção dos costumes e para um esquecimento dos recursos íntimos do sentimento e da razão, onde se encontra a ingenuidade originária do homem, ou melhor, seu princípio moral inato. Na mesma medida em que a ruptura ontológica entre *o ser e o parecer* exprime um dilaceramento, um suplício, esses se desdobram em novas rupturas tais como: o bem e o mal; natureza e sociedade; o homem e seus deuses; e o homem e ele próprio



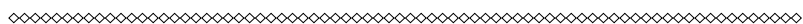
7 Sabemos que o período entre os meados do século XVIII e o começo do século XIX é chamado, comumente, de Século das Luzes, Ilustração ou Iluminismo, e que um dos traços que constituiu esse período foi a crença nos poderes da razão pela qual o homem poderia conquistar sua liberdade, igualdade e felicidade social e política. A razão tinha um papel primordial na vida do homem. Entretanto, muito embora o Iluminismo fosse herdeiro do racionalismo de Descartes, o movimento se afasta de suas raízes e vai além da razão cartesiana ao reivindicar uma razão que opere não só na mente do indivíduo, mas na sociedade, ou seja, ele reivindica uma razão convertida em práxis; uma razão que restitua a moralidade ao progresso científico. A razão deixa de ser, então, recipiente (conteúdo das idéias inatas, das verdades eternas, dos critérios de verdade) para ser instrumento de transformação (ANDERY, 2001).

8 Revel (1991), em um texto intitulado *Os usos da civilidade*, nos esclarece que a cultura refinada se caracteriza por um conjunto de posturas, de movimentos do corpo e do rosto e de forma de apreciação estética codificados que se expõem a uma interpretação e permitem um reconhecimento moral, psicológico e social, para uma melhor compreensão da transformação das sensibilidades e dos comportamentos a partir das formas educativas e do foro familiar, como duas faces inseparáveis do controle social das almas e dos corpos.

(STAROBINSKI, 1991)⁹. De acordo com Rosa Cobo (1995), a idéia de máscara e de aparência é um tema recorrente no pensamento do século XVIII. No caso específico de Rousseau, as aparências são excluídas da educação do Emílio por ser um obstáculo ao exercício da liberdade e da independência. Entretanto, se, no caso do Emílio, ele deve ser guiado por sua consciência, no caso da Sofia, essa não é suficiente para fazê-la conduzir-se na vida; além da consciência, o sexo feminino deve estar sujeito à opinião pública, como nos diz o filósofo no *Emílio*.

Em *Discurso sobre as ciências e as artes*, Rousseau demonstra que o mal penetra no mundo revelando o triunfo do espírito humano expresso pelo luxo e pelas comodidades provenientes da técnica, ao tempo que revela também a perda das qualidades originárias e viris (coragem, resistência, vigor).

Ademais, o “afeminamento dos costumes”, em detrimento das virtudes militares e civis, aponta para uma degeneração e um afrouxamento do gosto que perverte a ordem política. O conceito “gosto”, muitas vezes despercebido nas asserções morais e políticas presentes em seus textos, se levado em consideração, ajuda-nos a compreender a constituição de uma dupla moral e a justificativa dada pelo filósofo para que as mulheres não ajam na ordem pública. De modo particular, a designação “degeneração do gosto”, colocada em *Discurso sobre as ciências e as artes*, é clarificada em termos de diferença sexual e das implicações que daí advêm por meio de uma passagem do *Emílio*. Declara o filósofo:



9 Na perspectiva de reconciliação com a natureza e de retorno à felicidade, Rousseau diz: “Não se pode refletir sobre os costumes sem se comprazer com a lembrança da imagem da simplicidade dos primeiros tempos. É uma bela praia, ornada unicamente pelas mãos da natureza, para a qual incessantemente se voltam os olhos e da qual com tristeza se sente afastar-se. Quando os homens inocentes e virtuosos amavam ter os deuses como testemunhas de suas ações, moravam juntos na mesma cabana [...]”. (*Discurso sobre as Ciências e as Artes*, p. 207).

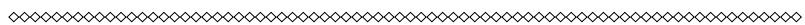
[...] o gosto é apenas a faculdade de julgar o que agrada ou desagradar o maior número. Deixando isso de lado, já não se saberá o que é o gosto. Não se segue daí que haja mais pessoas de gosto do que sem, pois embora a maioria avalie de modo correto cada objeto, há poucos homens que avaliem todos os objetos como a maioria, e, embora o concurso dos gostos mais gerais constitua o bom gosto, há poucas pessoas de gosto [...]. O gosto só se aplica às coisas indiferentes ou no máximo com um interesse de entretenimento, e não às que se relacionam com nossas necessidades [...]. Devemos distinguir as suas leis [as leis das decisões do gosto] no que diz respeito às coisas morais e suas leis no que diz respeito às coisas físicas [...]. É principalmente no comércio entre os dois sexos que o gosto, bom ou mau, se forma: sua cultura é um efeito necessário do objetivo da sociedade. Mas quando a facilidade de gozar enfraquece o desejo de agradar, o gosto deve degenerar, e esta, a meu ver, é outra razão das mais visíveis por que o bom gosto se relaciona com os bons costumes [...]. Consultai o gosto das mulheres nas coisas físicas e dependentes do juízo dos sentidos e o homem nas coisas morais e mais dependentes do entendimento. Quando as mulheres forem o que deve ser, limitar-se-ão às coisas de sua competência e sempre julgarão bem, mas desde que se puseram a julgar os livros e a produzi-los apesar de todas as resistências, já não entendem de nada [...]. Logo terei ocasião [diz Rousseau] de falar dos verdadeiros talentos das mulheres, da maneira de cultivá-los e das coisas sobre as quais suas opiniões devem ser ouvidas. (*Emílio*, Livro IV, p. 490- 493).

Ressaltando alguns pontos que emergem da referência anterior, vemos, primeiramente, que a definição de *gosto* remete à faculdade de julgar. que, por sua vez, proveniente da linguagem jurídica, tem como acepções: avaliar, escolher e decidir de forma comedida ou de acordo com a melhor regra, a mais universal. O julgar, dessa maneira, implica em uma operação do intelecto, porém, conquanto não se reduza a esse, o inclui, dado que a correta determinação de todas as coisas se dá tanto no nível especulativo quanto prático. Por conseguinte, qualificamos o juízo com base na especificidade de vários campos, a exemplo de “juízo moral”, “juízo estético”, “juízo político” (ABBAGNANO, 1970).

Avançando mais um pouco nas considerações do texto do genebrino, os valores estéticos, notadamente, vinculam-se às qualidades morais. Nessa acepção, o dualismo antropológico, que tem como pano de fundo a clássica dicotomia platônica entre alma (o entendimento, o supra-sensível) e corpo (o físico, o sensível) é retomada. A alma não só se distingue do corpo como também está associada à atividade, à racionalidade, à universalidade, à esfera da liberdade, ao masculino, em contraposição ao corpo, que está associado à sensibilidade, à passividade, ao determinismo, ao particular, ao feminino.

Deprendemos, pois, que esses elementos são vistos como pólos opostos que co-existem dentro de uma lógica de dominação-submissão ou, por vezes, mascarados por uma visão complementar (que sucede ao elementar)¹⁰. Nisso cabe a consideração de que, muito embora a moral, em Rousseau, não pretenda eliminar os sentimentos, pois neles está fundada, esses não são desacompanhados da razão, mas legitimados por ela: os sentimentos são cegos e, sem o esclarecimento racional, não tendem a nenhum fim, como nos explica o autor na demonstração de sua moral sensitiva (*Emílio*, Livro IV). Cabe aqui a pergunta: Qual é o *elementar* para a constituição da moral que não está presente no estado de natureza, mas na ordem civil?

Muito mais do que responder, explicitamente, a essa pergunta, é importante perceber que as diferenças entre os sexos, enraizadas na natureza, estão postas e são tomadas como complementares, não equivalentes, e que, por assim ser, estabelecem duas formas de julgamento: o feminino e o masculino. O primeiro se refere à adoção de um ponto de vista contextual e particular a respeito de todos os seres, em que os sentimentos intervêm nos detalhes concretos a julgar e, nesse caso, não é necessário raciocinar, apenas



10 Ver RODRIGUES, 2007, Capítulo 2.

acordo com a explicação do próprio genebrino, é uma virtude que depende da proximidade imediata do objeto de nossa atenção, o que, por consequência, nos leva a inferir sobre o seu valor privado. Ademais, como nos diz Rousseau, quem só pode sentir piedade jamais poderá ser justo; seja por preferência cega, seja por interesse particular, a piedade se antepõe ao que é do outro indivíduo em particular, em detrimento do que é do interesse da espécie. Dessa sorte, nos momentos em que a justiça for solicitada, jamais se deve ouvir a voz feminina (QUINDÓS, 2005).

Sob esse aspecto, o Emílio é estimulado na idade da razão a colocar a sua beneficência em ação no serviço da justiça, na proteção dos bons costumes e em prol do interesse geral e esse espírito nada mais é do que um efeito da educação a ele ministrada (*Emílio*, Livro IV). Para que não haja dúvidas a respeito de tais considerações, utilizamos as próprias palavras do genebrino:

Quanto menos o objeto de nossas atenções depender imediatamente de nós mesmo, menos a ilusão do interesse particular deverá ser temida; quanto mais generalizarmos esse interesse, mais ele se tornará eqüitativo, e o amor ao gênero humano em nós será o amor à justiça [...] Para que a piedade não se degenerere em fraqueza, é preciso então generalizá-la e estendê-la a todo o gênero humano. Nesse caso só nos entregaremos a ela na medida em que ela estiver de acordo com a justiça, pois de todas as virtudes a justiça é a que mais concorre para o bem comum dos homens. É preciso, pela razão, por amor a nós, ter ainda mais piedade de nossa espécie do que de nosso próximo, e é uma estrema crueldade para com os homens a piedade pelos maus. (*Emílio*, Livro IV, p. 352-353).

Tomando o exemplo do Império Romano, Rousseau declara, a respeito do afrouxamento dos costumes ou da degeneração do gosto:

Os romanos confessaram que a virtude militar se extinguiu entre eles à medida que começaram a se conhecer em quadros, em

relevo, em vasos de ourivesaria e a cultivar as belas-artes, e, como se fosse essa região famosa destinada a servir continuamente de exemplo aos outros povos, a elevação dos Médicos e o restabelecimento das letras fizeram cair novamente, e talvez para sempre, aquela reputação guerreira que a Itália parecia ter recuperado há alguns séculos. (*Discurso sobre as Ciências e as Artes*, p. 202).

Feitas tais considerações, não podemos deixar de atentar que as virtudes militares, relacionadas ao viril e defendidas como expressão de uma moral arquetípica, de acordo com Rousseau, careciam de intensidade e evidenciavam que o vício havia substituído a virtude ou, correlatamente, o feminino havia substituído o masculino (QUINDÓS, 2005). Vemos, pois, claramente, que o diagnóstico dos resultados maléficis empreendido pelo *Discurso sobre as ciências e as artes* vai sendo gradativamente associado, de maneira equivocada, ao sexo feminino.

Desta sorte, não seria uma improbidade afirmar, tal como Michèle Crampe-Casnabet (1991), que, sendo a superficialidade, a sensibilidade e a aparência, qualidades próprias da mulher rousseauiana, elas se apresentavam, portanto, como pervertedoras da ordem política, e daí o temor de Rousseau quanto à ascensão da mulher à esfera pública: a mulher poderia deturpar o reino da racionalidade masculina composta por elementos como a sabedoria, a justiça, a moderação e a valentia. Esse era o risco que os homens corriam ao aprovar a pusilanimidade das mulheres (Cf. *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*) conforme o próprio genebrino.

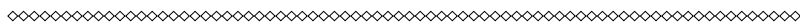
Na nota de rodapé nº 1 da carta *Últimas respostas do Senhor Bordes*, que compõe um conjunto de respostas de Rousseau a respeito da obra *Discurso sobre as ciências e as artes*, encontramos as seguintes considerações:

Não tenho nenhuma intenção de fazer corte às mulheres; consinto que elas me honrem com o epíteto de pedante, tão temido por todos os nossos galantes filósofos. Sou grosseiro, aborreci-

do, incivil, de modo algum desejo bajuladores e por isso direit [sic] a verdade bem à vontade.

O homem e a mulher são feitos para se amarem e se unirem mas, a não ser essa união legítima, qualquer comércio de amor entre eles é uma tremenda fonte de desordens na sociedade e nos costumes. É certo que só as mulheres poderiam tornar a trazer para o nosso meio a honra e a probidade. Mas rejeitam das mãos da virtude um império que só querem dever a seus encantos e só fazem o mal e, freqüentemente, recebem, elas mesmas, a punição dessa preferência. Tem-se dificuldade em conceber como, numa religião tão pura, a castidade pôde tornar-se uma virtude baixa e monacal, capaz de tornar ridículo todo o homem e, quase diria, toda a mulher que ousasse ostentá-la, enquanto que, entre os pagãos era universalmente respeitada, considerada como cabível aos grandes homens e admirada nos mais ilustres heróis. Posso citar, entre eles, três que não ficariam atrás de qualquer outro e que sem imiscuir-se nisso a religião, deram todos os memoráveis exemplos de continência: Ciro, Alexandre e o jovem Cipião [...] Recordo-me de ter lido em algum lugar uma boa resposta do poeta Dryden a um jovem senhor inglês que lhe censurava porque, numa de suas tragédias, Cleômenes distraía-se conversando intimamente com sua amante em lugar de empreender alguma coisa digna de seu amor. ‘Quando estou perto de uma beldade’, dizia-lhe o jovem lord, ‘sei utilizar melhor o tempo’. ‘Eu o creio’, respondeu-lhe Dryden, ‘mas tereis que confessar-me que não sois um herói’. (Última Resposta ao Senhor Bordes, nota nº 1 de Rousseau, p. 264, grifos nossos).

Vemos que, resgatando um trecho citado anteriormente do Livro IV do *Emílio* para a compreensão desse último, os sexos opostos são compelidos pela natureza a um “contrato sexual” legitimado pelo amor¹² e não pela escolha forçada dos pais com vista



12 Nas considerações a respeito do matrimônio, no Livro V do *Emílio*, Rousseau deixará claro que o casamento é a condição de possibilidade de uma vida feliz para ambos os sexos, porém como condição de possibilidade não é garantia por si e em si da felicidade absoluta. A felicidade de homens e mulheres no casamento depende da satisfação das conveniências mais importantes: 1) as naturais que dizem respeito aos nubentes e correspondem às escolhas compatíveis de caráter, o que nada mais é que o resultado da formação do espírito pela educação em acordo

à união de bens, como está exposto no Livro V do *Emílio*. Conforme Rousseau, é por via desse “comércio entre os dois sexos” que se forma o gosto, seja ele bom ou mau.

Nesse ponto, a família se apresenta como elemento potente de socialização, ainda que Rousseau não resolva se a origem dessa instituição chamada família é natural ou convencional¹³. Sem entrarmos nesses meandros, dado que não é o foco desse ensaio, Cobo (1995) declara que a confusão sobre a origem da família pode ser resolvida se o foco do problema for deslocado da socialização *em si* para uma má socialização. Sob esse aspecto, importa-nos saber que a educação doméstica proveniente da família, estando de acordo com exigências da natureza e da conveniência social, torna-se fundamental para a esfera social. Por meio da educação doméstica, é que se formaria cada sexo, de modo a torná-los assimétricos em termos de destino e funcionalidade, contudo, mutuamente dependentes. “O fato de que a manutenção individual fosse tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio [...]”, como nos diz Arendt (2005, p. 40).

Com efeito, a domesticidade feminina era a condição de possibilidade da vida política do sexo masculino, ou melhor, do cidadão¹⁴. Por isso é que Rousseau, na tentativa de compensar a submissão e dependência feminina, ideologicamente enobrece o seu papel, principalmente, no campo da educação doméstica¹⁵.

com a marcha da natureza para formar o homem ideal e a mulher ideal com a natureza conveniente ao seu sexo e complementar ao sexo oposto; 2) as da opinião dos pais que legitimam se a escolha dos filhos foi boa ou não, considerando a futura felicidade destes e; 3) as institucionais, provenientes do estabelecimento do contrato entre os nubentes.

- 13 Para uma melhor compreensão, comparar o *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade* e o *Discurso Sobre a Origem das Línguas*.
- 14 Como nos diz Arendt (2001, p. 40), a “[...] esfera da polis, ao contrário [da esfera da família, enquanto esfera da necessidade e da privação], era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis [...]”.
- 15 “É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que soubestes afastar da estrada principal e proteger o arbusto nascente [a criança] das opiniões humanas! Cultiva, rega a jovem planta antes que ela morra; um dia, serão as tuas delícias. Forma desde cedo um cercado ao redor

Assim lemos no Livro I do *Emílio* (p. 7-8), em uma nota de rodapé:

A primeira educação é mais importante e cabe incontestavelmente às mulheres. Se o autor da natureza houvesse desejado que ele coubesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentar as crianças. Assim, falai sempre de preferência às mulheres em vossos tratados sobre a educação, pois além de estarem em condição de tratá-la mais de perto do que os homens e de influenciarem sempre mais, o êxito também lhes interessa muito mais, já que a maior parte das viúvas se acha como que à mercê dos filhos e eles então lhe fazem sentir vivamente, no bem e no mal, o efeito da maneira como foram criados. Sempre muito ocupadas com os bens e pouco com as pessoas, por terem como objeto a paz e não a virtude, as leis não dão bastante autoridade às mães. Todavia sua condição é mais segura do que a dos pais, e seus deveres são mais duros; seus cuidados são mais importantes para a boa ordem da família e, geralmente, elas têm mais apego às crianças [...] Dizem que as mães mimam os filhos. Neste ponto, sem dúvida, elas erram, mas erram menos do que vós, talvez que o depravais. A mãe quer que seu filho seja feliz, e isto desde agora. Ela tem razão; se se engana quanto aos meios, devemos esclarecê-la [...].

Queremos, também, destacar a existência do discurso ambivalente a respeito da mulher rousseauiana, que retoma e reconfigura os arquétipos femininos antigos. A mulher é vista como:

1. “sedutora” – a responsável pela perda do Paraíso, a insaciável e sem limites que entorpece e enfraquece o ânimo guerreiro, enfim, o *sexo perigoso* personificado por Eva (CHAUÍ, 1985); e
2. a “virtuosa” – a mediadora de todas as graças, o *sexo redentor* personificado por Maria (CHAUÍ, 1985).

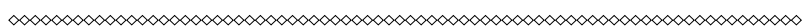
da alma de teu filho; outra pessoa pode marcar o seu traçado, mas tu podes colocar a cerca.” (Emílio, Livro I, p. 7-8).

ciados. A necessidade levantou os tronos; as ciências e as artes os fortaleceram. (*Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, p. 190).

A cultura refinada, em termos morais e políticos, como nos fala Rousseau, era capaz de chancelar a escravidão e a opressão, uma vez que, manifestamente, só alguns podiam “regurgitar” com as superfluidades das ciências e das artes, enquanto uma grande multidão trabalhava duro e continuava faminta. (*Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, Segunda Parte).

Emergência da mãe republicana

Toda a construção da democracia moderna, como temos percebido até agora, pelos textos de Rousseau, traz como uma das características aporéticas o fato do pertencimento ao sexo feminino ser um critério de exclusão da cidadania. Aliás, esse critério não é único, mas é o critério insuperável, se comparado à idade, à nacionalidade e à classe. Como sabemos, essa doutrina ou regime político chamada *democracia*, repousou, sobretudo, na afirmação de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos e deveres, mas as mulheres, não sendo homens, foram “mantidas à distância”¹⁷ da cidadania e passaram a ser “mães voluntárias”, como assinala Marie Blanche Tahon (1999). Falamos, também,



17 Marie Blanche Tahon (1999) prefere o termo “mantida à distância” ao termo “exclusão”, por achar que o primeiro possibilita pensarmos em processo ao longo da história. Esta autora também acredita que esta perspectiva possibilita uma explicação mais dinâmica das razões pelas quais as mulheres estiveram fora da cidadania, o que para ela não é possível pela adoção exclusiva das explicações circulares e estáticas do patriarcado e do androcentrismo. Aliás, todo o seu texto está fundamentado na certeza de que a dependência da mulher em relação ao homem, apregoada por Rousseau, não está firmada em uma fraqueza psicológica, nem em um destino forjado pelo biológico: “A divisão social do trabalho não é sociológica [sic] mas política”, afirma. Vale ressaltar também a coragem da autora em apontar uma leitura de Rousseau como aquele que instrumentaliza a *mulher* e não a *mãe* para abrir caminho em direção à cidadania masculina. Tal concepção, para nós, é um tanto problemática, posto que a natureza feminina em Rousseau está fundamentada na estrita relação entre ser mãe e ser esposa. Marie Blanche Tahon (1999), afirma que a divisão de papéis emana do político, o que não é falso, mas é insuficiente. A ênfase no aspecto político faz com que a autora não perceba que os aspectos epistemológicos, políticos e morais se coadunam, formando todo o pensamento rousseauiano.

que a identificação da mulher a seu caráter reprodutivo, ou seja, da mulher como mãe, constitui a trama pela qual se edifica a cidadania masculina.

Na Revolução Francesa, a figura da mãe republicana emerge com “[...] o dever de fazer seus filhos bons cidadãos da República [...]” segundo Marie Blanche Tahon que afirma que os legisladores revolucionários afastaram a mulher, configurada como uma mãe em potencial, da vida política, por razões morais. O espaço político era o espaço das disputas sujas e sangrentas dos homens e para que estes não se matassem era preciso fazer surgir a figura da *mãe republicana* no espaço do limpo e do amor, no âmbito do privado. Sendo assim, “[...] a *mãe republicana* é a figura a partir da qual pode ser representada a *fraternidade*. Fraternidade que dá consistência à igualdade e à liberdade dos homens, à sua ‘igualdade’ [...]” (TAHON, 1999, p. 256, grifo nosso).

Não é novidade que a nova configuração de mãe, a *mãe cidadã*, da Revolução Francesa foi construída e enaltecida por Rousseau pelo fato dela se apresentar como possibilidade de gestar o cidadão para a sociedade do Contrato Social (STRECK, 2004). O novo modelo de maternidade, devota e sacrificial, aparece nas primeiras páginas do *Emílio* como uma crítica às mães que recusavam amamentar o(a) filho(a); que se desobrigavam a manter um contato direto com a criança; que não aceitavam restringir a sua própria liberdade em favor de uma maior liberdade do(a) filho(a); que não gastava tempo com os(as) meninos(as) e não estavam sensíveis à liberdade do corpo que a criança carece para o seu bom desenvolvimento, nem à higiene corporal que necessitam para ter uma boa saúde.

Sofia aparecerá, posteriormente, no Livro V do *Emílio*, como o modelo de mãe que serve não só de ligação entre o pai e os filhos – por meio de sua doçura, do seu zelo e de sua afeição (*Emílio*, Livro V) – como também aquela cujo rebento depende dos costumes, das paixões, dos gostos, dos prazeres e, até mesmo, da própria fe-

que o circunda (STAROBINSKI, 1991, p. 298), possibilitando a esse a vivência de sua inteireza como um *sumo bem*, por outro lado, o mesmo não ocorre com Sofia, pois não é a *consciência de si* que a guiará na vida pública e na vida privada, mas a opinião dos outros: a aparência lhe é colocada como finalidade. De modo semelhante, se lhe impõe a castidade e a modéstia como um sistema de valores sociais heteronímicos e como modo de regulação da sua sexualidade.

Cumpre-nos, ainda, observar que, muito embora os cuidados de Sofia impliquem em um tipo de responsabilidade e em um compromisso contínuo com a família, o seu envolvimento emocional e as energias desprendidas com relação aos objetos do seu cuidado – para suprir-lhe as necessidades concretas, espirituais e psíquicas – não têm relevância moral *em si* e nem uma significação política, são apenas qualidades que lhe são exigidas.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 10. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Posfácio Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AMORÓS, Celia (Coord.). *Feminismo e ilustración 1988–1992. Actas del seminario permanente*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas Universidad Complutense de Madrid; Dirección General de la Mujer de la Comunidad Autónoma de Madrid, [1992].

BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Angela (Orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Tradução Álvaro Cabral. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios).

CASSIRER, Ernst. *A questão de Jean-Jacques Rousseau*. Tradução Herlon José Paschoal. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 23–62.

COBO, Rosa. *Fundamentos del patriarcado moderno: Jean Jacques Rousseau*. Madrid: Cátedra, 1995.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. Las mujeres en las obras filosóficas del siglo XVIII. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Dirs.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991. p.73–107. V. 3: do Renascimento à Idade Moderna.

FRAISSE, Geneviève. *La musa de la razón: la democracia excluyente u la diferencia de los sexos*. Madrid: Cátedra, 1991.

JULLIEN, François. *Fundar a moral: diálogo de Mêncio com um filósofo das luzes*. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, 2001.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Tradução Hortênsia Moreno. *Debate Feminista*, São Paulo, Edição Especial: cidadania e feminismo, p.29–47, 1999.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

QUINDÓS, Fernando Calderón. La mujer en la obra de Jean Jacques Rousseau. *Revista de Filosofía*, v. 30, n. 1, p. 165–177, 2005.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 169–209.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Dançando entre abismos: Nietzsche e a superação da metafísica tradicional. *Revista Argumento – Revista da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*, Salvador, ano IV, n. 7, p. 51–61, jul. 2005a.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Educação para a razão: proposta de Rousseau como um do dever ser da masculinidade. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). *Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero*. Salvador: Hévelcia, 2005b. p. 121–133.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Afinal, para que educar o Emílio e a Sofia ? Rousseau e a formação moral dos indivíduos. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Projeto para a educação do Senhor de Sainte-Marie*. Tradução Dorothée de Bruchard. Porto Alegre: Paraula, 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999a, p. 44-243. Vol. I.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as ciências e as artes*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999b, p. 17-163. Vol. II.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999c, p. 17-163. Vol. II.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural. 1999d, p.257-332. Vol. I.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Última Resposta ao Senhor Bordes*. In: _____. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999f, p. 261-282. Vol. II.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Tradução Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Paidéia).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Cartas morais ou Cartas a Sophie (1758)*. In: _____. *Cartas a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2005a. p. 139-174.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Cartas a Christophe de Beaumont (1762)*. In: _____. *Cartas a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2005b. p. 37-118.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Júlia ou A Nova Heloísa: cartas de dois amantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes*. Tradução Fulvia M. L. Moretto. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo Francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- STRECK, Danilo Romeu. *Rousseau & Educação*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 5.

TAHON, Marie Blanche. O “bom” pai e o “bom” cidadão a partir do Émile de Rousseau. *Margem* – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 253–267.

VALENTE, Virginia Vargas. Una Reflexión Feminista de la Ciudadanía. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.170–190, 2000.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

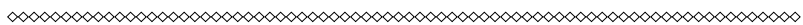
YOUNG, Íris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coords.). *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 66–86.

A INCLUSÃO DAS “DIFERENTES” NAS SÉRIES TELEVISIVAS (*mulheres em série*, 3)

Ivia Alves¹

A programação da televisão não pode mais ser vista como apenas uma forma simples e ingênua de lazer, como foi conhecida e reconhecida no século XX, seguindo a concepção de lazer da modernidade. Na realidade, a indústria televisiva foi se transformando para atender aos interesses atuais e para deixar a sua marca nesses tempos contemporâneos. Com a entrada da televisão paga ou por assinatura, que visa satisfazer a um público segmentado e diverso, não se pode mais tratá-la apenas como um divertimento, uma forma de lazer. A mídia se impôs como um meio de informação, esclarecimento e diversão e lazer².

Segundo a especialista em televisão, Lavina Madeira Ribeiro, houve, ao longo das últimas décadas, uma transformação na tele-



1 Pesquisadora permanente do NEIM/UFBA, Doutora em Literatura Brasileira –USP, Bolsista PQ/CNPq.

2 Este ensaio é um dos resultados da análise de séries integrantes do projeto de pesquisa *Imagens e representações... fragmentadas (a representação das mulheres através das imagens e discursos da televisão)*, financiado pelo CNPq, no período de 2007–2010.

visão e, especificamente, na televisão fechada, da qual o público ainda não se deu conta o que torna, pelo menos curioso, deter-se na análise dos produtos provenientes desta mídia:

A noção de entretenimento obscurece processos formativos de valores, identidades, de objetivação da experiência cotidiana e de aprendizado e padronização de estilos de vida presentes na complexa e dinâmica estrutura dos diversos gêneros presentes nas atuais produções televisivas de expressiva audiência no ambiente da televisão fechada no Brasil. O entendimento destas produções e de suas lógicas performativas requer a apropriação de um leque sofisticado de conceitos cujos atributos esclarecem os termos de sua estruturação e eficácia junto ao público assitante. Todavia, o que se conceberia genericamente como entretenimento, mais do que um discurso voltado para a diversão, configura-se, cada vez mais, como um espectro variado de proposições sobre a experiência contemporânea, desde o âmbito da intimidade individual ao do funcionamento das instituições sociais. Está intimamente associado a novos campos semânticos e explicativos, onde noções como consumo, identidade, reflexividade, risco, diferença, insegurança ontológica e comunidade tendem a explicar com maior clareza a proposta e dinâmica destas produções. (2008, p. 1).

Para Ribeiro (2008), a diretriz atual dos meios de comunicação de massa seria: “Entreter-se é consumir, identificar-se com estilos de vida”.

É dentro dessa perspectiva que venho analisando as séries norte-americanas (ou seriados, como são chamados no Brasil) que são difundidas pela TV fechada assim como, muitas delas, por canais abertos. Não se pode deixar de assinalar que a audiência pode ainda ter acesso a esses produtos pela internet, por lojas que comercializam DVDs, bem como através das locadoras de filmes.

Este interesse do público pelo variado conteúdo que as séries trazem, contribuindo para uma “globalização” de estilos, modos de vida e práticas sociais, tornou-se uma área de interesse de minha pesquisa pela intenção de analisá-las sob a perspectiva das

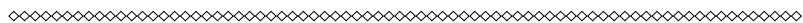
bastante discriminadas dentro da sociedade e que foram refletidas na/pela mídia (em discursos e imagens), como “esquisitas” e que não deveriam ser inseridas junto aos jovens atléticos, populares, irreverentes e folgazões. O discurso hegemônico as discriminava e as jogava para fora da convivência com os outros.

Por duas ou três décadas, principalmente com a disseminação dos computadores, essas pessoas que não se incluíam nas normas de controle da sociedade passaram a ser nomeadas de *nerds*⁴ termo que corresponde a uma gama de pessoas que se dedicam muito a

alguma coisa científica ou técnica e mantém um estilo de vida um pouco diferente do restante da sociedade”. “Um *nerd* da computação, por exemplo, é aquele tipo que fica até tarde da noite de olho na tela do micro ou então lendo a respeito de computador e, depois, dorme pela manhã”.

Frequentemente esquece das refeições por estar concentrado navegando na *Web*. Em geral, são pessoas que preferem ficar isoladas em seus quartos estudando a sair para se divertir ⁵.

Identificados, a sociedade criou um modelo para ser imediatamente identificado pelas outras tribos urbanas, padronizando sua representação pelo comportamento – desconfiado, tímido, distraído, antissocial, sombrio; pelo tipo de corpo – magro, franzino ou gordo, sem músculos, quase sempre usando óculos, roupas fora de moda; e pelos hábitos e interesses de conhecimento, uma caracterização que os afastava do paradigma do jovem popular,



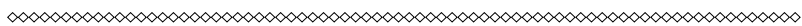
- 4 A primeira vez que a palavra aparece dicionarizada nos EEUU está conectada ao sentido de uma criatura no livro [de ficção] *If I Ran the Zoo* (1950), do psicólogo Dr. Seuss (Theodor Geisel). Teoricamente, definiria uma pessoa socialmente inepta ou dedicada, de maneira quase escrava, às atividades intelectuais ou acadêmicas. A definição de que um *nerd* “não tem vergonha de se assumir como é, não interessando do que ele gosta ou o que diabos as outras pessoas vão pensar dele” que já agrega mais de um sentido, foi apresentada no filme *A vingança dos Nerds*, de 1984, através do personagem Lewis Skolnick (Robert Carradine). No Brasil, a denominação *nerd* também agregou a de CDF. Atualmente, são chamados de *geeks*.
- 5 Disponível em: <<http://www.internerd.xpg.com.br/oqueenerd.html>>. Acesso em: out. 2007.

atlético, de boa convivência. Tornou-se, assim, uma forma discriminatória de viver à margem do seu grupo geracional.

Tanto o termo como o jovem *nerd* do mundo contemporâneo sempre sobreviveu à margem da sociedade, sendo hostilizado por todos os grupos sociais com os quais tinha que entrar em contato, seja no meio educacional, no lazer, ou no campo amoroso.⁶ Iniciava-se tal discriminação na escola e, já adultos, enquanto a complexidade da informática não lhe dava relevo no trabalho, era um grupo discriminado na sociedade. Mas, no começo dos anos 2000, já não havia mais como negar a sua existência na sociedade e mesmo a sua importância para o mercado de trabalho, situação de grande valor para uma sociedade capitalista.

Os jovens (não mais tão jovens) já formados se inserem no mercado de trabalho, em organizações privadas ou instituições públicas, tornando visível o seu trabalho para o conjunto da sociedade e, como era de se esperar, essa visibilidade se apresenta na sociedade e nas séries televisivas, em comédias, nas quais são ainda satirizados – quando se tornam o foco da ação – mas não mais excluídos ou comparados aos jovens atléticos; ou em dramas do gênero policial investigativo nos quais os *nerds* se tornaram imprescindíveis, graças às suas facilidades no rastreamento de dados em qualquer programa na internet.⁷

Por outro lado, sabe-se que a mídia (escrita ou televisiva) tem grande comprometimento (de regulação) com o imaginário da sociedade, bem como é capaz de forjar identidades, modos, cos-



6 A partir do termo *nerd*, várias outras denominações foram aparecendo e, hoje, se encontra uma grande variedade de definições, tipos, padrões, etc., que podem ser consultadas nas páginas da internet. Atualmente, os *nerds* que, posteriormente, foram chamados de *hackers* se autodenominam de *geeks*, como aqueles que não utilizam suas habilidades para atos criminosos.

7 Nesta comunicação, pretendo realizar uma leitura de determinadas séries pela perspectiva feminista e das relações de gênero. Este é o primeiro trabalho com um grupo das “tribos urbanas” analisando, principalmente, a inserção de mulheres *nerds*.

Abby toma conta da série, desconstruindo a configuração da mulher dentro do padrão de beleza e, por ter um perfil corporal muito próximo às normas, sua representação vai ser deslocada para o nicho dos góticos.

Assim, essas séries apresentam a diversidade de tipos de mulheres, inclusive demonstrando as diversas configurações de *nerds*, na intenção de inseri-los na sociedade bem como nas “tribos urbanas”, com seus gostos e costumes. Com isso, dissemina (populariza) o profissional de computação e, ao mesmo tempo, cria estilos diversos, mostrando que nem todos têm o mesmo gosto por músicas, livros, filmes. Essas duas personagens insinuam não existir um padrão único de *geeks*, pois muitos deles agregam outros estilos de tribos urbanas. Apenas poucas características constroem suas identidades: a tendência de expressar seus sentimentos (a afetividade), a curiosidade pelo conhecimento e por uma vida mais intelectual (leitura, música) do que a maioria de sua geração, a disponibilidade para o trabalho, o gosto pelo desafio e a amizade que rege suas relações com os colegas. Em ambas as séries, são evidenciados os gostos e hábitos, além da personalização de seus gabinetes de trabalho.

Os/as nerds e a tv aberta

No entanto, sabendo-se como a televisão é restritiva para qualquer tipo de imagem que não encontre repercussão no seu público alvo, a inserção desse grande e diversificado grupo nas séries televisivas, deve ter um objetivo.

Trabalho com a hipótese de que a indústria que sustenta a TV, não podendo descartar a existência de *nerds* (homens e mulheres), cada vez em maior quantidade na sociedade e no mercado de trabalho, tem a necessidade de, primeiro, fazer suas representações na sociedade de consumo, com o objetivo de que elas sejam

aceitas, inseridas, mesmo na sua diversidade, frente às normas reguladoras de corpo e de comportamentos; segundo, para que esses tipos passem a ser inseridos e consumidos.

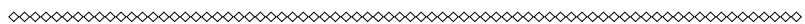
Se Garcia está mais próxima de um padrão estereotipado, com todos os tiques e toques do *nerd* (formatados, anteriormente, pelos filmes), ela já agrega o seu bom humor e sua brincadeira dentro da equipe, demonstrando um comportamento negociador, alegre, irreverente. Sua representação atrai para dentro do consumo as pessoas reais fora do paradigma de beleza, seja por ser gorda, seja por usar óculos. Daí poder ser explorada por um vestuário que lembra décadas passadas.

No caso de Abby, ela traz para o consumo outro estilo, o gótico, transformado em moda, como modelo alternativo, esvaziando toda a ideologia de contestação do grupo.

As representações dos dois tipos com seus comportamentos e suas atitudes evidenciam que a sociedade de consumo está encontrando uma forma de fazer um nicho de consumo, das configurações das *geeks*.

Por outro lado, começam a aparecer novas formas de relação com o trabalho. E, mais uma vez, os *nerds* são chamados para a ação. Nas duas séries, elas conseguem ter um ritmo de trabalho intenso e, ao mesmo tempo, trazer para este o seu lado pessoal. Seus gabinetes de trabalho têm som, local para alimentos, sofás, bonecas, bichinhos, *pets*, etc.

Navegando por alguns *blogs*, percebi o alinhamento dessas personagens com programadores da vida real. Algumas posições definem e completam o perfil: “*Geeks, Nerds* e pessoas inteligentes em geral trabalham não só pelo dinheiro, mas pelo amor ao que fazem”²⁵.



25 Disponível em: <<http://renata.org/post/coisas-que-nerds-precisam-para-amar-seu-emprego/>>. Acesso em: 24 out. 2007.

HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Orgs.). *Linguagem e gênero*; no trabalho, na mídia e em outros contextos. Florianópolis: UFSC, 2006.

MAGALHÃES, Belmira; AMARAL, Maria Virginia (Orgs.). *Análise do discurso. Leitura; revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística*. Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, n. 23, jan./jun. 2002.

MEDINA, Camila Braga. O corpo no discurso telejornalístico: um estudo de caso sobre as novas concepções de corpo e a produção de subjetividades no telejornalismo contemporâneo. *UNirevista*. v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNirev_Medina.PDF>.

PEREIRA, Paulo Gustavo. *Almanaque dos seriados*. São Paulo: Ediouro, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Televisão fechada no Brasil: identidade e alienação. In: *IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 28-30 maio 2008. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14413.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2008.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel. (Org.). *A diversidade cultural vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THE INTERNET MOVIE DATABASE (IMDb). *Institucional*. Disponível em: <<http://www.imdb.com/>>. Acesso em: out. 2007.

UMA BREVE HISTÓRIA DOS NERDS. Disponível em: <<http://www.internerd.xpg.com.br/oqueenerd.html#>>>. Acesso em: out. 2007

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. Da imagem da mulher imposta pela mídia como uma violação dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, América do Sul, v. 44, n. 0, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/6991/>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

O MUNDO DA INVESTIGAÇÃO PARA MULHERES COMUNS *as policiais em séries televisivas*

Alvanita Almeida Santos ¹

Quando as questões sobre a mulher vêm à tona, algumas perguntas são frequentes. Os discursos não parecem mudar muito e, entre as indagações, está a de que se não seriam as próprias mulheres que reforçariam a situação de subordinação em que estiveram e algumas ainda estão. Entendo, nessas considerações, que há uma tentativa de atribuir a responsabilidade por essa condição à própria mulher. Através de um discurso repetido ao longo dos anos, procura-se justificar ou “perdoar” as relações que não foram muito favoráveis às mulheres. Esses discursos se propagam através da principal ferramenta já desenvolvida pela humanidade: a linguagem. E, da palavra à imagem ou da imagem à palavra, diferentes são as formas de apresentar padrões a serem seguidos, conforme cada sociedade. Por isso se faz tão importante pensar



1 Mestre e Doutora em Letras. Professora do Instituto de Letras da UFBA. Na Pós-Graduação de Letras (PPGLitC), trabalha na linha de Documentos da Memória Cultural. As pesquisas estão relacionadas com relações de gênero e literatura, mídia e oralidade.

as linguagens, porque é através delas que as informações sobre as crenças, valores, assim como a determinação de comportamentos para os sujeitos sociais, são apresentadas.

O avanço tecnológico tornou possível o uso de veículos cada vez mais sofisticados para a disseminação das idéias e esses servem como suporte eficaz para a ratificação do discurso competente. Dentre os veículos mais abrangentes de divulgação das regras de comportamento das sociedades, está a televisão, que se vale da possibilidade de conjugar imagens com a linguagem verbal e é, hoje, um veículo que atinge os diversos segmentos sociais, uma vez que conseguiu se popularizar, atingindo todas as classes. Seus programas costumam ser direcionados a públicos específicos, que deles esperam alguma coisa, buscando uma identificação.

Atingindo um grupo bastante extenso está a TV aberta, desde quando basta ter acesso à energia elétrica e ao aparelho para poder consumir os programas, mesmo quando as imagens não chegam da melhor maneira. Mas, com cada vez mais consumidores, evidencia-se a televisão por assinatura dos canais fechados, que proporciona melhor imagem e som, além de apresentar maior diversidade para a escolha dos seus usuários.

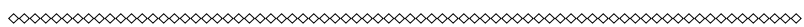
Enquanto, na televisão aberta, as novelas ocupam um espaço significativo da atenção dos telespectadores, um nicho dos canais pagos, muitas vezes transposto, também, para a televisão aberta, são as séries, que apresentam como vantagem, em relação às novelas, o fato de constituírem episódios independentes, que podem ser assistidos sem continuidade, embora construam uma relação afetiva com o público, porque os personagens permanecem com poucas mudanças, criando uma identificação com o telespectador. Os temas são variados: vão desde as comédias ao terror. E mesmo dentro destas categorias também há variedades.

As séries de investigação policial são objeto de atenção deste estudo, uma linha inaugurada no século XIX, com os romances

policiais. O século XX atualizou o gênero em filmes e em séries. Na década de 1960, quando a televisão começa a se difundir, as séries também vão se firmando e, em 1967, momento que coincide com a segunda onda do feminismo, com a série *Missão Impossível*, a mulher começa a aparecer: a modelo do ano, Barbara Bain, faz parte de um grupo de agentes secretos - esse período é também marcado pela guerra fria e o ramo da espionagem ganha espaço no mundo e na mídia. O papel atribuído à personagem, que trabalha junto com os homens, cada um com uma função, é de “ser mulher” (também na série, é modelo profissional). “Minha função é fazer o que vem naturalmente”, é uma das falas da personagem, que deveria seduzir, desviar a atenção das pessoas para que os seus companheiros pudessem agir em outras funções como montar ou desmontar bombas, abrir cofres, entrar em ambientes protegidos. Seus companheiros, todos homens, são especialistas em mecânica, eletrônica, metalurgia e em disfarces.

Mais tarde, em 1974, surge a série *Police Woman*², a primeira sobre mulher, cuja personagem é uma mulher loira, bonita, magra, seguindo um padrão europeu. Gladys é, ainda, a única mulher do grupo no qual é investigadora na rua e trabalha, especialmente, no “baixo mundo”, o mundo das organizações criminosas e da prostituição. Num dos episódios, ela deve se infiltrar fingindo ser uma dançarina de boate.

Ainda na década de 1970, aparece uma série que se tornou bastante popular, *Os anjos de Charlie*, inclusive traduzido no Brasil como *As panteras*. O grupo básico, que vai para a rua investigar, é composto de mulheres. Elas trabalham como espãs, são bonitas, jovens e mais glamourosas. Foram treinadas na Academia de Polícia, mas quando concluem o treinamento vão trabalhar no escri-



2 Ela é descrita no RetrôTV como “A **sexy** Sargento ‘Pepper’ Anderson (Angie Dickinson) pertence ao departamento de Conspiração Criminosa da Polícia de Los Angeles. Sob vários disfarces, ela se infiltra no mundo do crime para resolver os casos mais difíceis, junto ao seu parceiro, o Sargento Crowley”.

tório e Charlie as tira de lá para que elas passem a atuar para ele, em investigações que envolvem sedução, violência, corridas de carro. Ele nunca aparece e o contato com elas é sempre através de seu homem de confiança, John Bosley, e de um viva-voz. O ano é 1976 e o Movimento Feminista está acirrado. A série é apresentada com uma introdução semelhante a dos contos de fadas: “Era uma vez três garotinhas que são chamadas aqui de panterinhas...”. A alusão faz pensar em uma proposta que, ao mesmo tempo que remete para o modelo da bela princesa dos contos, moças, em geral recatadas e frágeis, questiona-o, porque os anjos de Charlie são belas, como as Cinderelas e Brancas de Neve, mas são poderosas e perigosas para os bandidos.

Na década de 1980, duas séries bem diferentes trazem mulheres envolvidas com o mundo da investigação. A primeira, que estreou em 1979, é *Casal 20*, como foi traduzido no Brasil o nome da série *Hart to Hart* que alude ao sobrenome do casal. Jonathan e Jennifer Hart, um casal maduro e sem filhos, se envolvem com o mundo da investigação por puro prazer, uma vez que são ricos e bem sucedidos em seus negócios e profissões. Há aí um distanciamento da realidade: o casal age basicamente sozinho e tem condições de pagar pelos mais sofisticados equipamentos, como seus carros – cada um tem o seu separadamente.

A outra série, que mistura comédia com investigação policial, é *A gata e o rato* (*Moon Lighting*) e, nela, a parceira do investigador é uma ex-modelo, Maddie Hayes (Cybill Shepherd) que, mantendo o padrão de beleza da década de 1960, é branca, loira, magra. Ela passa a atuar como detetive porque seu empresário a passa para trás, levando todo o seu dinheiro. Ficando apenas com a agência de detetives *Moon Lighting*, ela é convencida pelo seu funcionário David Adisson (Bruce Willis) a trabalhar com investigação. A dupla resolve os crimes depois de muitas trapalhadas e acaba tendo um romance também bastante complicado.

A década de 1990 trará um perfil diferente de mulher em algumas séries de investigação, aparecendo, então, uma mulher mais velha e em nível hierárquico maior. Em *Prime suspect*, uma mulher é a superintendente e essa condição de comando é apresentada como algo que incomoda os homens. Em um episódio, ela reprime duramente um policial que a chama de “senhora” e ele, bem mais jovem, a enfrenta, repetindo a forma como a chamou. O seriado britânico foi criado por uma mulher, Lynda la Plante, reconhecida romancista e dramaturga. Na descrição da personagem em um site especializado, temos:

Helen Mirren é a protagonista no papel da determinada DCI Jane Tennison, hábil e competente, ela batalha para provar a si própria e a quem a rodeia, que é capaz de vencer num mundo dominado por homens. Com a sua força de carácter e poder de investigação, dos crimes mais brutais, ela vai provar a todos que é capaz de executar a sua autoridade. (PRIME..., 2007).

Uma série francesa, de 1992, criada por Alexis Lecaye, *Julie Lescaut*, apresenta uma mulher (Véronique Genest) chefe de polícia que comanda, aproximadamente, 30 policiais, entre homens e mulheres. Como a protagonista de *Prime Suspect*, também é mais velha, com família e filhas adolescentes. Esta série já discute a dupla jornada porque a policial tem que dividir seu tempo entre resolver os casos e, também, os conflitos com suas filhas. Ela vai para a rua junto com seus comandados, em busca da resolução dos crimes e quando retorna a casa, precisa lidar com a responsabilidade de ter duas filhas e ser divorciada. Assim, a vida pessoal da personagem central e de seus comandados também aparece na trama, mostrando que policial é uma pessoa como qualquer outra.

De 1999 a 2005, a série *Third Watch* apresentou uma mistura de profissionais envolvidos com os crimes e a investigação: são bombeiros, policiais, paramédicos. Eles são jovens e a vida familiar também aparece, incluindo-se aí as relações, em geral evi-

tadas, entre os colegas. Apresenta pessoas comuns e, também, a discussão sobre a dupla jornada. Essas relações familiares e entre os policiais também aparecem em *NY contra o crime*, de 1993 em que a mulher trabalha em pé de igualdade com os homens, mas ainda é usada para se fazer passar como prostituta em um dos episódios.

Essas séries também vieram para os canais abertos de televisão, mas, a partir de 2002, há um retorno da glamourização das mulheres.

Neste texto, busca-se evidenciar as séries mais recentes e que ainda estão em temporada - *Crime Scene Investigation (CSI)*, *Naval Criminal Investigative Service (NCIS)*, *Law and Order* e *Criminal Minds* - nas quais estão representadas as mulheres investigadoras, que vão para a rua, mulheres que têm uma função no escritório/laboratório, jovens (homens e mulheres), negros e negras e “nerds”, em geral chefiados por um homem mais maduro. Para compreender um pouco melhor essas séries, cujo foco do estudo são as mulheres investigadoras, apresento-as.

CSI, a série de maior audiência, estreou nos EUA, em 2000, e no Brasil, em 2001. Apresenta o trabalho de um grupo de peritos do departamento de criminalística da polícia de Las Vegas, liderado por Grissom, que tem a função de observar os detalhes da cena do crime e/ou da necropsia realizada nas vítimas, para determinar, utilizando métodos científicos, a causa e a data da morte, buscando elementos para identificar o assassino, a partir das evidências (pegadas, digitais, DNA, conseguido de fios de cabelo ou de algum fluido deixado pelo assassino). As cenas são exibidas de forma a se aproximarem da realidade, de maneira crua.

Nesta série, destaco Catherine Willow, interpretada por Marg Helgenberger, uma personagem que tem uma história pregressa. Na sétima temporada, ela está com 44 anos, tem uma filha de 15 anos com um dono de cassino de Las Vegas (que tem capan-

gas e um histórico de assassinatos) e, quando jovem, foi dançarina (*stripper*) em um dos cassinos. Estuda, especializando-se em análise de marcas de sangue. Passa depois a exercer funções na parte técnica forense.

Quando a série se inicia, em 2000, Lindsay, a filha, está com 7 para 8 anos, e Catherine ainda está com o marido. Vêem-se, ao longo da série, alguns litígios do casal em relação a dinheiro e à guarda da filha. Na hierarquia do trabalho, ela tem o mesmo status de Grissom, embora ele seja o chefe da equipe do turno noturno. Quanto a seus pais, sabe-se que o padrao que a criou, Sam, é dono de um cassino e tem caráter duvidoso e também se conhece sua mãe. Não fica claro, porém, se ela já estudava, quando *stripper* ou se foi durante o casamento, porque, na terceira temporada, ela informa que já tem quinze anos de profissão (sua filha está com 10-11 anos). O site oficial da CBS, na descrição da personagem, informa que ela não se tornou CSI porque queria endireitar o mundo errado; ela via a profissão como uma criança, resolvendo charadas. Afirma-se que ela ama o desafio e todo o movimento que envolve um caso e a investigação.

Em entrevista recente, Marg Helgenberger define sua personagem como uma mulher determinada, corajosa, ousada, que tem boa intuição e confiança e diz que gostaria de explorar o lado da sua vulnerabilidade, seus pensamentos e desejos.

Fisicamente, a personagem segue o padrão da mulher loira, branca e magra. Afinal, tendo sido *stripper*, esse era o perfil. Vestiu-se com roupas convencionais – calças, blazer, camiseta sob o blazer –, confortáveis para o tipo de trabalho que desenvolve, mas, em geral, justas, acentuando o seu corpo bem torneado. Seu estilo contrasta com o de outra personagem, também investigadora, mas com outro status na hierarquia, Sara Sadle, que utiliza roupas mais folgadas, menos maquiagem, os cabelos menos arrumados, e não é loira. No final de outubro de 2009, circulou a

informação na internet de que ela se afastaria da série. Isso depois de ter sido criada uma situação em que ela quase morre e de se ter insinuado mais fortemente a possibilidade de uma relação mais íntima e afetiva com Grissom.

Da série NCIS, que está na quinta temporada, e teve sua estréia em 2003 (no Brasil, em 2005), a personagem aqui colocada em foco é Ziva David (Cote de Pablo). Ela, no início de 2007, entrou no lugar de Kate (Sasha Alexander) que foi assassinada. Há duas outras mulheres que fazem parte do grupo, Abby e a diretora Jenny Shepard (Lauren Holly), que fazem trabalho interno: Abby é uma espécie de *nerd*, faz os exames de laboratório e entende muito de computadores; a diretora já trabalhou como investigadora, em campo, foi parceira de Leroy Jethro Gibbs (Mark Harmon), mas agora é quem dirige o grupo e tem um perfil político, com atitudes que convêm à sua função. Ziva é imigrante, israelense, e como fala línguas da sua região de origem, serve em alguns casos como intérprete; ela sempre é corrigida no inglês que fala por seu parceiro, nas investigações de rua, Tony. É dura, não tem muita paciência com os suspeitos, tendo sido, inclusive, em um episódio, quase responsabilizada pela morte de um preso que acompanhava e que teve um ataque no elevador. É diferente do padrão, por não ser loira – afinal ela é de uma região em que a loira não é comum –, mas o corpo segue o padrão; magra, veste-se com roupas confortáveis para sua atuação.

Criminal Minds teve sua estréia nos Estados Unidos em 2005, e, no Brasil, em 2006. É uma série cujo tema está voltado para um tipo especial de investigação: o grupo, que trabalha exclusivamente com assassinos em série, estabelece perfis dos assassinos e tem a função de compreender como eles pensam para evitar novos ataques. O grupo pertence ao FBI e é chefiado por Jason Gideon; depois por Aaron Hotch.

Em sua formação, estão três mulheres, duas das quais trabalham no escritório: apenas uma participa da investigação de rua. Das duas que fazem mais trabalho interno, uma é especialista em computador e a outra, uma porta-voz, responsável pela divulgação das notícias, mas também participa da elaboração dos perfis. Ambas são loiras: a porta-voz tem o perfil básico da mulher loira e magra; a outra foge ao padrão, porque é loira, mas não é magra e usa óculos. A investigadora que está no trabalho externo é uma mulher morena e se veste de acordo com o padrão para o trabalho que desenvolve, em geral, calça, blusa e blazer. Elle Greenway (Lola Glaudini) é uma agente que é motivada pela agressão não-resolvida que sofreu há alguns anos. Ela foi substituída por Emily Prentiss cujo perfil é bem semelhante.

A série *Law and Order: SVU* teve início nos Estados Unidos, em 1999, e está na décima segunda temporada. Reúne um grupo do qual fazem parte duas mulheres: a promotora e a policial. A promotora é loira, magra, arruma-se formalmente, como advogada que é. Tem clareza dos limites que a lei lhe impõe, mesmo quando deseja que a justiça seja feita de outro jeito. A policial, Olivia Benson, é uma mulher na faixa dos 35 aos 40 anos, solteira, não é uma mulher gorda, mas não tem o perfil da modelo, como Catherine (de CSI). Veste-se formalmente, como uma detetive, com roupas nem muito folgadas, nem muito justas. Da sua vida anterior, sabe-se que foi fruto de um estupro e que acaba descobrindo que tem um irmão. O fato de ter sido estuprada é, às vezes, utilizado como um trunfo quando tem que entrevistar as vítimas.

A trama de *Law and Order: SVU* segue os passos do detetive Elliot Stabler (Christopher Meloni), um veterano da unidade, que já viu de tudo, e sua parceira, Olivia Benson (Mariska Hargitay), cujo difícil passado é a razão para ela ter se unido à unidade. A assistente da promotoria Alexandra Cabot (Stephanie March) representa o lado legal da série, através do esforço para levar a termo

as intensas investigações, prendendo o criminoso. A personagem deixou a série no início da 5ª temporada e foi substituída pela promotora Casey Novak (Diane Neal), também loira. Depois voltou.

Apesar de algumas propostas que procuram tornar a personagem da investigadora uma profissional tal como a de qualquer outro ramo de atividade, alguns aspectos chamam a atenção nessas séries: a faixa etária entre 30 e 45 anos, em geral, e o fato de que, na maioria dos casos, elas são solteiras, sem relacionamentos permanentes, embora apareçam alguns encontros casuais. Adotam uma atitude muito semelhante a qualquer policial: são duronas, boas de briga, sabem lutar e lidam bem com as armas que carregam. Os problemas emocionais, quando se envolvem mais diretamente com o crime ou quando são obrigadas a atirar em alguém, parecem também se apresentar nos homens. Há o perfil da mulher loira, esguia, que gosta de roupas mais justas, como Catherine de CSI, mas há também a mulher de cabelos escuros, que usa pouca maquilagem e roupas mais discretas, menos justas, como Sara (CSI) e Olívia (Law and Order: SVU).

Assim como outras formas de representação cultural, essas séries conduzem à formação de modelos de mulher, atualizando-os conforme a sociedade vai evidenciando suas necessidades e buscando atender a diversos nichos de consumidores, procuram mostrar outros tipos de mulheres, embora ainda haja a predominância de alguns perfis, provavelmente, porque elas são produzidas por países que apresentam uma população com esses modelos. Há algumas entradas de personagens que vão representar o politicamente correto: a mulher e o homem negro, homens e mulheres de outras etnias e até uma entrada sutil do homossexual.

Entendo algumas das mulheres apresentadas neste trabalho como opções para os modelos que estão instituídos socialmente, porque, muitas vezes elas se contrapõem às mulheres que, nos episódios, são vítimas de algum crime, caso específico de *Law and*

Order: SVU, uma vez que a unidade se dedica a resolver crimes sexuais e os/as policiais precisam lidar com diferentes mulheres, da adolescente à mulher madura que deseja ter filhos. Pela atividade que exercem, seu papel é muito importante ao entrevistarem as vítimas, mesmo quando acompanhadas do policial homem.

Um fato interessante diz respeito à preferência do público: há, em um site, uma enquete que apresenta o resultado de uma pesquisa apontando os homens com mais de 40 anos como os principais telespectadores das séries. Talvez por se identificarem com os chefes, que têm, em geral, aproximadamente essa idade; talvez pelo perfil das belas mulheres apresentadas.

As séries estão incluídas nas produções contemporâneas que são bastante consumidas e nelas, como afirma Woodward:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (WOODWARD, 2000, p. 17)

Se, nas narrativas escritas, quando a mulher não é ela própria a autora de suas histórias, temos uma representação “muda”, na produção de novas formas de representação, como são as séries, a mulher está representada, seja por um roteirista homem ou por uma roteirista mulher. Mas ela é, também, responsável por sua interpretação, pois a performance da atriz também passa a contribuir para a construção da imagem da personagem, além da representação física, acentuando o aspecto visual. Da mesma maneira, o ambiente que, pela escolha das cores, valoriza determinados atributos, como em uma cena em que Catherine aparece sob uma iluminação dourada, destacando o seu glamour. Estamos novamente com o conflito de que fala Lauretis: com uma mulher que é, a um tempo, objeto de representação e sujeito histórico de relações reais.

[...] a discrepância, a tensão e o constante deslize entre, de um lado, a Mulher como representação, como o objeto e a própria condição da representação e, de outro lado, as mulheres como seres históricos, sujeitos de ‘relações reais’, são motivadas e sustentadas por uma contradição em nossa cultura, uma contradição irreconciliável: as mulheres se situam tanto dentro e fora da representação. (LAURETIS, 1994, p. 217-218)

Ainda uma vez a noção de gênero favorece as discussões acerca da mulher, referendando, por essas construções simbólicas de que trato aqui, os modelos propostos socialmente. É útil lembrar o fato de que tal perspectiva desnaturaliza as identidades sexuais, apresentando-as como relacionais e a atuação das personagens nas séries de investigação podem corroborar isso.

Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, uma vez que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais. (RAGO, 2006, p. 27)

As séries, com todos os seus desdobramentos, pois existem comunidades de fãs tanto da própria série como de personagens específicos, representam um grande manancial para entender como funcionam as relações das pessoas com as representações culturais que traduzem e identificam determinadas sociedades. Além disso, é também importante perceber o alcance que elas têm diante da infinidade de possibilidades tecnológicas com as quais convivemos atualmente.

Referências

- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris/França: Gallimard, 1971. 82p.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MISSÃO IMPOSSÍVEL. In: RETRÔTV. Disponível em: <<http://retrotv.uol.com.br/missaoimpossivel/index2.asp>> Acesso em out. 2007.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.
- PRIME SUSPECT. In: DVDPT. Disponível em: <http://www.dvdpt.com/p/prime_suspect_principal_suspeito_series_1_2_e_3.php> Acesso em out. 2007
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 2006. p. 21-41.
- SÉRIES ON LINE. Disponível em: <<http://seriesonline.terra.com.br/lawandordersvu/index.html>> Acesso em: out. 2007.
- Law and Order: SVU (Special Victims Unit)*.
- Crime Scene Investigation (CSI)*.
- Naval Criminal Investigative Service (NCIS)*.
- Criminal Minds*
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

QUEM É QUEM

Alda Britto da Motta

Socióloga, mestra em Ciências Sociais e doutora em Educação, pesquisadora do NEIM/UFBA, professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo. Pesquisadora do CNPq, tem estudos e publicações sobre relações de gênero, relações entre as gerações e a questão do envelhecimento.

Alexnaldo Teixeira Rodrigues

Graduado em Filosofia – UFBA; Mestre em Educação – PPGE/UFBA; Doutorando do PPG/NEIM; Pesquisador Associado do NEIM/UFBA; Membro do GEFIGE-PPGE/UFBA; participante do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos SJCDH – Ba; atua na formação continuada de Docentes em Educação e Diversidade.

Ana Alice Costa

Graduada em Ciências Sociais pela UFBA (1975), Mestrado em Sociologia (1981) e Doutora em Sociologia Política pela Universidad Nacional Autonoma de Mexico (1996) e Pós-doutorado no Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Autónoma de Madrid (2004). Professora Associada do Departamento de Ciên-

cias Políticas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHist) da UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Bolsista (2006/2011) do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium - RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women's Empowerment), financiado pelo DFID da Grã-Bretanha. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, cidadania, condição feminina, comportamento político, políticas públicas e feminismo.

Alvanita Almeida Santos

Professora Adjunta de Literaturas de Língua Portuguesa (com atuação mais específica em Literatura Brasileira), no Instituto de Letras da UFBA. Doutora e Mestre em Letras pela UFBA. Atua com pesquisa sobre Oralidade e Relações de Gênero, Literatura Popular e Produções de mídia, a partir, atualmente, de dois projetos: um sobre o romanceiro popular e os papéis sociais das mulheres; outro sobre as imagens de mulher em séries de televisão. Coordena o Grupo de Pesquisa em Literatura Oral e Popular, no Instituto de Letras/UFBA. Participou da organização dos livros “Eu vim contar outras coisas da Bahia” e “Leituras Amadianas”.

Cecilia M. B. Sardenberg

Feminista, radicada na Bahia, com PhD em Antropologia pela Boston University, atua (desde 1982) como Professora Associada do Departamento de Antropologia da UFBA e dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais (desde 1986) e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA (PPG-NEIM), no qual leciona as disciplinas Teorias Feministas I e II desde sua criação em 2006. Já orientou mais de 40 trabalhos, incluindo monografias de conclusão de cursos de bacharelado, especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado no

campo dos estudos feministas. É uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM (em 1983), órgão suplementar da UFBA, servindo como sua Diretora de 2004-2009. Atualmente, é a Coordenadora Nacional do OBSERVE-Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha e do Núcleo da América Latina, no Consórcio do Programa de Pesquisas (RPC) “Pathways of Women’s Empowerment”, financiado pelo DFID. Tem vários artigos publicados no Brasil e no exterior.

Elizete Passos

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Docente da disciplina de Ética do Departamento de Filosofia da UFBA. Dez anos depois, passou a fazer parte da equipe de pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Essa experiência abriu-lhe um campo frutífero de pesquisa, publicação e trabalhos práticos com mulheres. Tem 9 títulos de livros, entre eles: *Mulheres Moralmente Fortes*; *De anjos a Mulheres*; *A Educação das Virgens*; *Palcos e Platéias*, assim como inúmeros artigos publicados em revistas especializadas.

Eulalia Lima Azevedo

Possui graduação em Biologia pela Universidade Federal da Bahia (1971), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2005) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2010). Atualmente é pesquisadora associada e docente da Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Política e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e Sociedade Civil, Gerações, Idosos, Gênero, Educação continuada.

Iole Macedo Vanin

Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (1998), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade Federal da Bahia, instituição onde é docente

do Bacharelado Estudos de Gênero e Diversidade. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM e da Rede Regional Norte Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero/REDOR. Atua nas seguintes áreas: educação, história e feminismo.

Iracema Brandão Guimarães

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1972), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1979) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é Professora Associada I da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Sociologia, PPGNEIM e PPGCS. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, e temas de pesquisa como trabalho, gênero, família, e questão urbana. É Coordenadora do Centro de Recursos Humanos da UFBA e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPQ.

Isa Maria Nunes

Enfermeira obstétrica. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ. Professora Adjunta da Escola da Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Saúde da Mulher - GEM, com ênfase em estudos sobre: política de atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal, enfermagem obstétrica, gênero e saúde da mulher, saúde da mulher e trabalho em saúde.

Ivia Alves

Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, lotada no Instituto de Letras e atuando nos Programas de Pós-Graduação : PPGLitC e PPGNEIM (vínculo PROPAP). Possui Graduação em Letras Anglo Germânicas pela UFBA (1963), Mestrado e Doutorado em Literatura Brasileira pela USP. Bolsista de Produtividade nível 1D, do CNPq. Tem experiência na área de Literatura brasileira e baiana, gênero e cultura, trabalhando com os seguin-

tes temas: história da literatura, estudos críticos, fontes primárias (periódicos), crítica feminista, mídia televisiva e representações de mulheres. Atualmente, desenvolve um projeto sobre representações de mulheres em narrativas seriadas de televisão. Tem vários artigos, capítulos de livros e livros publicados.

Jussara Reis Prá

Doutora em Ciência Política pela USP; professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Bolsista de Produtividade do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”; coordenadora do NIEM/UFRGS. Consultora *ad hoc* do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e integrante do Consórcio do Observatório da Lei Maria da Penha – NEIM/UFBA.

Marcia Queiroz de Carvalho Gomes

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciências Sociais pela mesma Universidade, Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, Coordenadora Nacional de Pesquisa do Observatório de monitoramento da Lei Maria da Penha.

Márcia dos Santos Macêdo

É socióloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e pesquisadora/coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM-UFBA. Bolsista (2008/2011) do Consórcio do Programa de Pesquisas (*Research Programme Consortium – RPC*) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women’s Empowerment), financiado pelo *Department for International Development – DFID* da Grã-Bretanha.

Maria de Lourdes Novaes Scheffler

Socióloga, doutoranda do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH/UFBA. Pesquisadora do Grupo de Estudos da Agricultura Familiar do Departamento de Economia Aplicada – FCE/UFBA e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA.

Maria José Souza Silva

Enfermeira obstétrica e sanitária. Especialista em Administração Hospitalar. Tem a sua trajetória profissional construída a partir da experiência como enfermeira de saúde pública em Unidades de saúde do interior da Bahia, incluindo a direção de casas de parto. Foi assessora e Presidente do Comitê Estadual sobre Estudos da Mortalidade Materna do Estado da Bahia. Diretora da Maternidade Tsylla Balbino. Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia – FTC.

Mariza Silva Almeida

Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professora adjunto II da Universidade Federal da Bahia e Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET da Escola de Enfermagem da UFBA. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Obstétrica, atuando principalmente nos seguintes temas: puerpério, cuidado de enfermagem, mulher e maternidade, promoção da saúde e avaliação da assistência puerperal.

Petilda Serva Vazquez

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, é professora de História do Direito. Realiza pesquisas sobre Gênero, Trabalho e Saúde com destaque ao Assédio Moral como fator de risco no mundo do trabalho em diversos segmentos de trabalhadoras/es. É autora do livro *Momento: intervalo democrático e sindicalismo*.

COLOFÃO

Formato	15 x 23 cm
Tipologia	Leitura News e leitura Sans 10/16
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão e Acabamento	Designer Gráfica LTDA
Tiragem	500

ISBN 978-85-886-8813-1



9 788588 688131

ISBN 978-85-232-0781-6



9 788523 207816

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto movimento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção da mulher nas diversas manifestações culturais.

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**



FFCH/UFB